

UNIVERSIDADE TUIUTI DO PARANÁ

IZAIAS COSTA FILHO

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE: FORMULAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (2008-
2014)**

CURITIBA

2015

IZAIAS COSTA FILHO

**POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE: FORMULAÇÃO E
IMPLEMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (2008-
2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Maria de Fátima Rodrigues Pereira

**CURITIBA
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na fonte
Biblioteca "Sydney Antonio Rangel Santos"
Universidade Tuiuti do Paraná

C837 Costa Filho, Izaias.

Políticas de assistência ao estudante: formulação e
implementação no Instituto Federal do Paraná (2008-2014)/ Izaias
Costa Filho; orientadora Prof^a Dr^a Maria de Fátima Rodrigues Pereira.
225f.

Dissertação(Mestrado) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba,
2015

1. Política de assistência aos estudantes. 2. Educação
profissional. 3. Instituto Federal do Paraná. I. Dissertação (Mestrado)
- Programa de Pós-Graduação em Educação/ Mestrado em Educação.
II. Título.

CDD - 379.981

TERMO DE APROVAÇÃO

Izaias Costa Filho

POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE: FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (2008-2014)

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Educação no
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná.

Curitiba, 16 de abril de 2015.



Prof.ª Dr.ª Maria Antônia de Souza
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação
Universidade Tuiuti do Paraná

Orientadora:



Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Universidade Tuiuti do Paraná
Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Educação

Membros da banca:



Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Rodrigues Pereira
Presidente da Banca



Prof. Dr. Marcos Vinícius Pansardi
Instituto Federal do Paraná



Prof. Dr. Jefferson Mainardes
Universidade Estadual de Ponta Grossa



Prof.ª Dr.ª Rita de Cássia Gonçalves Pacheco dos Santos
Universidade Tuiuti do Paraná

Dedico esse trabalho a meu Pai Izaias, a minha Mãe Maria Rita, a minha esposa Aline pela paciência e por seu irrestrito apoio quando preciso, e ao meu filho Carlos Eduardo, o Dudu, amigo e companheiro de todas as horas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Professora Doutora Maria de Fátima Rodrigues Pereira, orientadora, pela compreensão, paciência e pelas horas de conversas e transmissão de seus sábios conhecimentos. Esta senhora que com sua fala baixa, carinhosa, se agiganta com suas argumentações sem nunca nos deixar desanimar.

Ao Professor Sidney Reinaldo da Silva, pelo incentivo e colaboração no início deste estudo.

A Professora Josélia Schwanka Salomé, e em seu nome agradeço aos Professores do Programa de Mestrado em Educação da UTP na condução de suas disciplinas e sempre dispostos a nos ajudar em nossas dúvidas.

Ao Doutor Irineu Mario Colombo, Reitor do IFPR, pela oportunidade e confiança na participação na gestão do IFPR.

Aos amigos Ezequiel Westphal, Joelson Juk e José Maurilio Barbosa da Costa Pereira, pelo apoio nesta caminhada.

Aos servidores do IFPR em especial aos da Diretoria de Assistência Estudantil e Atividades Especiais da Pró-Reitoria de Ensino na construção da política enquanto gestor da pasta.

A Larry de Paula Alves e Luiz Claudio Gonçalves, pela antiga amizade e que há muito tempo me incentivam pela continuidade dos meus estudos.

A Fernanda Ferron, pela amizade iniciada neste Mestrado, e em seu nome agradeço aos companheiros de turma do Programa ano 2013, pela ajuda mutua durante os estudos.

Ao grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Políticas Educacionais da UTP pelos momentos de compartilhamento de dificuldades e superação, nos encontros realizados aos sábados.

Ao professor José Leonel da Luz Antunez, e em seu nome agradeço aos Pró-Reitores das Universidades Federais que contribuíram com as informações até chegar a Professora Maria de Fátima Oliveira da Universidade Federal de Uberlândia, que após contato, de imediato enviou os documentos referentes à década de 80 e 90 das reuniões do FONAPRACE, documentos estes analisados neste estudo.

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte grilhões desprovidos de fantasias ou consolo, mas para que desvencilhe deles e a flor viva desabroche.

(Karl Heinrich Marx)

RESUMO

Esta pesquisa investiga as políticas de assistência ao estudante nas instituições federais de ensino tendo como seu lócus o Instituto Federal do Paraná. Tem como objetivo principal analisar os sentidos das políticas de assistência ao estudante nos Institutos Federais a partir de suas criações em 2008, em especial no IFPR no seio das contradições e das disputas na relação da educação e do trabalho, e do ponto de vista específico visa caracterizar os debates políticos na formulação da política ao estudante no seu contexto histórico da educação profissional na década 2000; caracterizar os documentos que nortearam a política de apoio ao estudante no Brasil, bem como a criação dos IFs; e analisar os Programas de Assistência ao Estudante do IFPR. Desta forma, cabe eleger a seguinte problemática: quais os sentidos destas políticas, elas são realmente políticas no intuito de promover ao estudante uma educação emancipatória? Esta problemática é investigada pelo método da economia política na perspectiva marxista, conforme formulado por Marx e Engels. Utilizou-se a categoria ciclo de Políticas, uma abordagem que compõe com o método, analisando os documentos elaborados desde a década de 90 na formulação das políticas de apoio aos estudantes. Este estudo amparou-se em autores como Jefferson Mainardes, Eneida Otto Shiroma, Gaudêncio Frigotto, Marise Nogueira Ramos, Marilena Chauí, Ricardo Antunes, Dermeval Saviani, entre outros. As análises dos documentos permitem considerar que esta política uniu os Pró-reitores em defesa de uma universidade pública e enfrentamento com uma política dentro de um projeto histórico que se assentasse na construção de uma política que levou muito tempo para ser formulada e ainda encontra-se em processo de amadurecimento, principalmente no Instituto Federal do Paraná. Vai ficando claro que esta formulação e implementação, vêm garantir o acesso e a permanência das classes menos favorecidas à educação. Compreende-se que a educação politécnica por meio da pedagogia histórico-crítica, uma vez observada na sua totalidade, encontra, no seio da política de assistência ao estudante do IFPR, possibilidades de ser efetivada e como tal tornar-se uma prática educativa para transformação da sociedade, como preveem seus objetivos.

Palavras-chave: Política de Assistência aos Estudantes. Educação Profissional. Instituto Federal do Paraná.

ABSTRACT

This research investigates the student aid policies in federal institutions of education, having as its locus the Federal Institute of Paraná (Instituto Federal do Paraná – IFPR). Our main objective is to analyze the meaning of the student aid policies in the Federal Institutes from their foundation in 2008, particularly in IFPR, taking into account the contradictions and the disputes regarding the relations between education and work. We also aim at characterizing the political debates in the formulation of the student policy in its historical context of education in the 2000s; characterizing the documents that guided the student aid policy in Brazil and the establishment of the IFs; and analyzing the student aid programs in IFPR. Therefore, we raise the following questions: what are the meanings of these policies? Do they really promote an emancipatory education for the students? This issue is investigated by the method of political economy in the Marxist perspective, as formulated by Marx and Engels. We used the Policy Cycle approach, which makes up the method by analyzing the documents drawn up since the 90s regarding the formulation of student aid policy. This study was based on the work of Jefferson Mainardes, Eneida Otto Shiroma, Gaudencio Frigotto, Marise Nogueira Ramos, Marilena Chauí, Ricardo Antunes, Dermeval Saviani, among other authors. The analysis of the documents suggests that this policy united the Pro-rectors in defense of a public university with a policy within a historic project that took a long time to be formulated – and still is in its maturation process, especially at IFPR. It becomes clear that this formulation and implementation have secured access to education for disadvantaged people. The polytechnic education through historical-critical pedagogy, as seen in its entirety, is likely to be effective within IFPR's student aid policy, and as such becomes an educational practice for the transformation of society, which is one of its goals.

Keywords: Students Aid Policy. Professional Education. Federal Institute of Paraná.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - DADOS DA 1ª PESQUISA REALIZADA PELO FONAPRACE EM 2001	77
QUADRO 2 - ÁREA E LINHAS TEMÁTICAS, PROPOSTA DO FONAPRACE EM 2001	80
QUADRO 3 - DADOS DA 2ª PESQUISA REALIZADA PELO FONAPRACE EM 2003 E 2004.....	92
QUADRO 4 - OS INSTITUTOS FEDERAIS CRIADOS E SUAS ORIGENS.....	117
QUADRO 5 - ALOCAÇÃO DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NOS IFS.....	147
QUADRO 6 - ALTERAÇÕES NA RESOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DO IFPR	157
QUADRO 7 - MODALIDADES DO PBIS EM SEU 1º EDITAL	169
QUADRO 8 - ESPECIFICIDADES DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 1º EDITAL	178
QUADRO 9 - VALORES, VIGÊNCIA E QUANTIDADE DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 1º EDITAL.....	178
QUADRO 10 -VALORES E NÚMEROS DE BENEFICIÁRIOS DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 2º	180
QUADRO 11 -VIGÊNCIA DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 2º EDITAL	180
QUADRO 12 -VIGÊNCIA DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 3º EDITAL	183
QUADRO 13 -VIGÊNCIA DOS AUXÍLIOS DE ACORDO COM OS EDITAIS DO PACE NO IFPR.....	184
QUADRO 14 -CRONOLOGIA DOS ENCONTROS DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL-BRASILEIRA.....	186
QUADRO 15 -ENCONTRO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO IFPR.....	186

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL POR PERÍODO	129
GRÁFICO 2 - INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL ANTES A APÓS GOVERNO LULA.....	129
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE CAMPI PREVISTOS NA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA PARA 2015	130
GRÁFICO 4 - RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL POR PERÍODO.....	134
GRÁFICO 5 - ALOCAÇÃO DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NOS IFS.....	148
GRÁFICO 6 - INVESTIMENTO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO IFPR.....	154
GRÁFICO 7 - NÚMERO DE ESTUDANTES ATENDIDOS COM O PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS ESTUDANTIS NO IFPR ...	165
GRÁFICO 8 - NÚMERO DE ESTUDANTES ATENDIDOS COM O PBIS NO IFPR.....	175
GRÁFICO 9 - NÚMERO DE ESTUDANTES BENEFICIADOS DE ACORDO COM OS EDITAIS DO PACE NO IFPR	184
GRÁFICO 10 - VALORES DOS AUXÍLIOS DE ACORDO COM OS EDITAIS DO PACE NO IFPR	185

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, PROPOSTA DO FONAPRACE EM 2001	80
TABELA 2 - COMPARATIVO DA PROPOSTA DO PLANO NACIONAL DE ESTUDANTE DE 2001 COM A DE 2007	110
TABELA 3 - INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL.....	128
TABELA 4 - ANÁLISE COMPARATIVA COM DEMAIS IFETS.....	153
TABELA 5 - ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DAS VAGAS.....	153
TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO DOCENTE	153
TABELA 7 - QUANTIDADE DE AUXÍLIOS DO PACE POR CÂMPUS EM SEU 2º EDITAL	181
TABELA 8 - VALORES E NÚMERO DE AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 3º EDITAL.....	183

LISTA DE SIGLAS

ABA	Associação Brasileira de Anunciantes
ABIPEME	Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado
ABr	Agência Brasil
AE	Assistência Estudantil
AGU	Advocacia Geral da União
ANDES	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
CAES	Coordenação de Assuntos Estudantis
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDS	<i>Credit Default Swap</i>
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGU	Controladoria-Geral da União
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
CONCEFET	Conselho Nacional dos Centros Federais de Educação Tecnológica
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
DAES	Diretoria de Assuntos Especiais e Atividades Esportivas
DEPEM	Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Ensino a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBI	<i>Emerging Markets Bond Index Plus</i>
EPCT	Educação Profissional de Ciência e Tecnologia
EPT	Educação Profissional Tecnológica
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia

FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FMI	Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
GESTÃOINFO	Sistema de Estatísticas e Apoio a Decisão do IFPR
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFET	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IFPR	Instituto Federal Do Paraná
IFRN	Instituto Federal do Rio Grande do Norte
IFs	Institutos Federais
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JIF	Jogos Esportivos dos Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
OCC	Matriz de Orçamento de Custeio e Capital
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONGS	Organizações Não-Governamentais
PACE	Programa de Apoio Complementar ao Estudante
PBIS	Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNA	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAES–EPCT	Política Nacional de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na modalidade Jovens e Adultos
PROEJA-FIC	Formação Inicial e Continuada e Integrada ao Ensino Fundamental
PROENS	Pró-Reitoria de Ensino
PROEP	Programa de Expansão da Educação Profissional
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRONATEC	Programa Nacional de Educação Profissional e Emprego
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
RAP	Relação Aluno Professor
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU’S	Restaurantes Universitários
SE2PIN	Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação
SECAD	Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SESU	Secretaria de Ensino Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SETI-PR	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SOF	Secretaria de Orçamento Federal
TCU	Tribunal de Contas da União
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEDS	Unidades Descentralizadas de Ensino
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	CICLO DE POLÍTICAS: CONTEXTO DE INFLUÊNCIAS – 1993 A 2001	28
2.1	CICLO DE POLÍTICAS	28
2.2	ANÁLISE DA CONJUNTURA HISTÓRICA: A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MUNDIAIS.....	32
2.3	O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL: POLÍTICA FHC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, ACENTUAÇÃO DA DUALIDADE	37
2.4	OS DEBATES E CONFRONTOS SOBRE A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO BRASIL	43
2.4.1	A gênese da criação de uma política de assistência ao estudante centrada no discurso da democratização do ensino e na formação da cidadania	44
2.4.2	A concepção de uma política como um direito social, no lugar de uma política de assistencialismo	55
2.4.3	A ação política para a construção de uma Política Pública de Assistência ao Estudante.....	61
3	A POLÍTICA DE APOIO AO ESTUDANTE NO PERÍODO DE 2001 A 2007: DO DISCURSO PARA O TEXTO SOB O MANTO DA INCLUSÃO SOCIAL	69
3.1	ELEMENTOS DA PROPOSTA DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE: ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES E RECURSOS FINANCEIROS	70
3.1.1	Garantia de permanência dos estudantes nas IES, recursos financeiros.....	73
3.2	A CANDIDATURA DE LULA E SUA PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO: UMA SINALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE	82
3.2.1	Estratégias do Fonaprace para a consecução da Política de Assistência ao Estudante: articulação entre as IES Federais e Estaduais e reuniões com o MEC	86

3.3	A SEGUNDA PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES – 2003 A 2004	89
3.4	APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA: IMPASSES E AVANÇOS	93
3.5	POLÍTICA LULA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: EM BUSCA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL.....	99
3.6	CONSENTIMENTO E RESISTÊNCIAS: POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO....	103
3.7	A PROPOSTA DO FONAPRACE PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS	107
3.8	O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (PNAES): EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA APÓS MAIS DE 20 ANOS DE LUTA PELO FONAPRACE.....	111
4	OS INSTITUTOS FEDERAIS E SUAS CONJUNTURAS.....	115
4.1	A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS	115
4.2	FIM DO GOVERNO LULA E O LEGADO DE SEU GOVERNO PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE	119
4.3	A GARANTIA DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE COMO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO E SEU ESCOPO QUE O CICLO DE POLÍTICA POSSIBILITA DETECTAR	121
4.4	ACENTUAÇÃO DAS DISPUTAS E OS DILEMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF	126
4.5	O PNE 2014 E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	131
4.6	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO GOVERNO DILMA: ACENTUAÇÃO NOS INVESTIMENTOS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA	134
4.7	MINUTA DE DECRETO DO PNAES-EPCT: MUDAM OS ATORES, ENTRA EM CENA O CONIF ELABORANDO UMA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS.....	135
5	A POLÍTICA DE APOIO AO ESTUDANTE NO IFPR: CONSTRUÇÃO E INTERPRETAÇÕES NO CONTEXTO DA PRÁTICA.....	145
5.1	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NOS INSTITUTOS FEDERAIS: DIFERENÇAS DE ALOCAÇÃO.....	146
5.2	O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ.....	149

5.2.1	O investimento na política de assistência estudantil no IFPR pelo Governo Federal.....	154
5.3	A RESOLUÇÃO Nº 011/2009: INÍCIO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO IFPR	155
5.4	O PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS ESTUDANTIS: O PRIMEIRO PROGRAMA CRIADO NO IFPR	158
5.4.1	O edital que lançou o programa de eventos	159
5.4.2	Aperfeiçoamento do programa de eventos	160
5.4.3	Alteração no programa de eventos, uma nova reestruturação	161
5.4.4	O programa específico para eventos esportivos.....	162
5.4.5	O programa de eventos com ênfase na formação integral	162
5.4.6	Ampliação do programa, novos horizontes.....	163
5.5	O PROGRAMA DE BOLSAS ACADÊMICAS DE INCLUSÃO SOCIAL (PBIS): O PRIMEIRO PROGRAMA DE BOLSAS AOS ESTUDANTES DO IFPR	165
5.5.1	O início do PBIS, um entendimento divergente da política de bolsas.....	166
5.5.2	A nova interpretação do PBIS: o programa unifica a contrapartida em projetos de ensino, pesquisa e extensão.....	170
5.5.3	O PBIS com o foco em projetos de ensino-aprendizagem	172
5.5.4	A manutenção do PBIS: o modelo reafirmado.....	174
5.6	O PROGRAMA COMPLEMENTAR DE APOIO AO ESTUDANTE (PACE)..	176
5.6.1	O PACE, o início do programa.....	177
5.6.2	A mudança do PACE	179
5.6.3	O novo edital do PACE	182
5.7	A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES E SERVIDORES NA CONSTRUÇÃO DOS DOCUMENTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO IFPR	185
5.7.1	A participação dos gestores e servidores do IFPR	186
5.7.2	A participação dos estudantes do IFPR.....	187
5.8	FORMAÇÃO POLITÉCNICA, PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA: DESAFIOS À EDUCAÇÃO NO IFPR.....	188
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	194
	REFERÊNCIAS.....	200

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objeto as políticas de assistência ao estudante nos Institutos Federais (IFs), tendo como lócus o Instituto Federal do Paraná (IFPR), instituição criada por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008) e instalado a partir desta data. Uma vez instituído, o IFPR implementa políticas de assistência ao estudante, que já estavam em processo de elaboração desde os debates que vinham sendo realizados ao longo da primeira década do século XXI pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). As políticas em pauta encontram-se consubstanciadas em vários documentos que se apresentam e são estudados nesta pesquisa. O IFPR acolheu estas políticas e também fez as regulamentações dos seus programas. Essas ações não são propriamente novidades, pois desde o período colonial foram sendo realizadas políticas de assistência ao estudante, todavia no contexto atual da política educacional estas políticas ganham singularidades que tornam relevante seu estudo.

As políticas aqui em estudo são, de acordo com a Resolução nº 011/2009 (BRASIL, 2009), que aprovou a Política de Apoio Estudantil do IFPR, para atender todos os estudantes regularmente matriculados nos cursos do IFPR, em todos os seus níveis educacionais. Nota-se, na leitura dos editais dos programas de assistência ao estudante do IFPR, que os requisitos para atendimento aos estudantes variam de acordo com a característica de cada programa.

Para a realização desta pesquisa, para dar-se conta desta realidade e para a compreensão deste fenômeno, ou seja, desse objeto de estudo que são as políticas de assistência ao estudante, é necessária a compreensão e explicação para além da sua expressão fenomênica, pois os fenômenos não se manifestam como eles são na sua essência, e sim no mundo da aparência ou no mundo da aparência exterior dos fenômenos. Para tal, recorre-se às contribuições de Karel Kosik em sua obra *Dialética do Concreto* (1969).

Para obtenção do conhecimento desta realidade, a sua essência, o conhecimento da coisa em si, é preciso, no íntimo da coisa, investigar as leis fundamentais que regem estes fenômenos. Para isto, é necessário realizar um *detour* que parte destes fatos empíricos, para, em seguida, superar estas primeiras

impressões, percebendo uma verdade oculta, algo suscetível que não se manifesta imediatamente, talvez, pelo fato de que a estrutura da coisa pertença à outra realidade por trás dos fenômenos, e isto constitui, tarefa essencial da investigação, da ciência, que encontra sua verdadeira finalidade.

Nesta perspectiva, faz-se necessária a investigação dos documentos e do contexto histórico da sua formulação e implantação, portanto trata-se de perquirir a política no processo histórico.

O objetivo final deste *detour*, é não ver mais a coisa como representações empíricas, como se obteve nas primeiras impressões, e sim, ver, o concreto pensado.

No caso, aquilo que se tinha como abstrato, momento do início da aparência do fenômeno, após a apropriação e investigação dos fatos, conhecendo e explorando a história destes fatos, captando todas as contradições e mediações, torna-se o conhecimento da realidade histórica, pois trata-se de um movimento para chegar à compreensão da coisa por completo, de forma concreta.

Os pressupostos anunciados com base em Kosik fundamentam esta pesquisa de caráter bibliográfico e que conta com os seguintes documentos:

Os documentos produzidos pelo FONAPRACE, no período de 1993 a 2007, que serviram de base para a construção pelo governo federal da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para os estudantes das IFES e posteriormente foi elevado à política de Estado por meio da institucionalização do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Este decreto, que também aqui se estuda, além de atender as IFES, inclui os Institutos Federais, considerando suas especificidades, e é o documento que atualmente regulamenta as diretrizes das políticas de assistência ao estudante nas Instituições Federais de Ensino. Estuda-se ainda a recente proposta de Decreto que deverá nortear a Política Nacional de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PNAES–EPCT).

No âmbito do IFPR são analisados os documentos implementados por meio da política de assistência ao estudante: A Resolução Nº 011/2009, que implementou a política de assistência ao estudante no IFPR; o Programa de Apoio à Participação em Eventos, o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS), o Programa de Apoio Complementar ao Estudante (PACE). Apesar de haver outros programas efetivados no IFPR, neste estudo vamos priorizar os três acima

mencionados por se tratarem dos mais relevantes e de maior investimento no IFPR. Há que se ressaltar que todos estes documentos são de consulta pública, disponibilizados na página eletrônica do IFPR¹.

Estes programas estão em conformidade com os realizados em outros IFs em nosso país, porém cada instituição possui sua autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. As denominações, o valor monetário, bem como suas particularidades se alteram, mas sempre dentro dos critérios estabelecidos pelo Decreto nº 7.234/2010 (BRASIL, 2010).

Apresentados os documentos que são as fontes primárias desta investigação, cabe reafirmar os pressupostos anteriormente expressos neste texto que implicam conhecer o caráter histórico deste fenômeno, a sua função objetiva e o lugar histórico que ocupa no seio do corpo social, ou seja, em que contexto da história da educação brasileira se encontra a implementação desta política e, ao mesmo tempo, as contradições e disputas no seio do Estado e da sociedade civil.

Na conjuntura histórica da primeira década do século XXI, contexto desta pesquisa, permanece uma dualidade histórica na educação, realidade em processo desde o período colonial², quando o Brasil, através de Portugal, se inscrevia nos quadros das relações capitalistas de produção.

Em uma realidade brasileira em que o modo de produção da vida se pauta pelas relações entre trabalho e capital, é necessário considerar que a educação profissional é disputada e, que, historicamente, tem demonstrado uma concepção de que deve fornecer aos estudantes conhecimentos e instrumentos necessários para a expansão do sistema capitalista.

Cabe interrogar, para além desta visão, o caráter das políticas em pauta em contextos disputados.

Considere-se, para que se entenda esse contexto de disputas, que a partir de 2008, relevantes políticas do ensino profissional e tecnológico foram implantadas

¹ Disponível em: <<http://www.ifpr.edu.br>>.

² Cabe aqui salientar que desde a chegada dos jesuítas ao Brasil (1549), quando a educação estava sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, o ensino destinava-se primordialmente aos filhos da classe dominante (proprietários de engenhos, fidalgos, burguesia mercantil, entre outros). Neste sentido, a mão de obra indígena e escrava sustentava o sistema colonial por meio do pacto entre metrópole e colônia no contexto mercantilista do período, estes ficavam excluídos da educação e acabaram sendo os primeiros aprendizes de ofício, as profissões eram ensinadas pelos padres da Companhia de Jesus. Profissões estas, que demandavam conforme as necessidades da época e que acabaram se estigmatizando como atividades para os deserdados da sorte, aqueles que estavam predestinados para tal empreendimento (SANTOS, 2007).

e que procuraram de alguma forma imbricar o que tinha sido separado: a dualidade educação e trabalho, ciência e técnica, uma proposta de formação do trabalho.

Uma das políticas implantadas neste período foi a criação dos Institutos Federais por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, sendo que, ao total, fizeram parte deste ato, 38 Institutos Federais em todo o país, com a proposta de uma escola inclusiva visando uma transformação social.

Na consecução desta pesquisa, cabe eleger a seguinte problemática: quais os sentidos destas políticas, elas são realmente políticas no intuito de promover ao estudante uma educação emancipatória?

Pelos pressupostos até aqui colocados, esta problemática é investigada pelo método da economia política na perspectiva marxista, conforme formulado por Marx e Engels.

Para este método os conceitos de, contradição, mediação e totalidade são constructos centrais, portanto categorias, elaborações em pensamento do real que auxiliam o pesquisador a desvelar as políticas em pauta e que aqui nos orientamos por Carlos Roberto Jamil Cury em sua obra *Educação e Contradição*.

A categoria contradição auxilia, uma vez que os fenômenos aparentam e ocultam a realidade, cada coisa exige a existência de outra, cada realidade no seu tempo é limitada por outra, sendo assim é necessário não aceitar o fenômeno como coisa acabada, é necessário investigá-lo e interpretá-lo. No modo de produção capitalista, a contradição se faz no plano de disputa entre as classes burguesas e trabalhadoras, e o uso desta categoria se faz necessária para que se compreendam os interesses pelos quais se duelam os diferentes grupos na discussão da elaboração da política de assistência ao estudante, pois os textos finais³ que implementaram esta política trazem ocultas a luta de braços entre esses grupos, contrastando a realidade do ensino profissional com sua dualidade.

O uso da categoria mediação compreende um embate das concepções contrárias, os fenômenos não são objetos que se opõem absolutamente, distintos e, portanto, não relacionáveis, pelo contrário, se imbricam em uma teia de relações contraditórias, e cabe à categoria mediação se realizar por meio da história.

³ Programas, Resoluções, Portarias, Decretos e Leis.

Em uma sociedade capitalista, a educação entra em contradição com este sistema, pelo fato de que o capital, por meio da educação, introduz suas instruções pedagógicas de acordo com seus interesses.

Desta forma, o uso da categoria mediação nesta pesquisa se mostra fundamental, pois é por meio das políticas de assistência ao estudante que ideologias se tornam realidade.

A categoria totalidade considera o fenômeno nas suas múltiplas determinações. Trata-se da destruição da pseudoconcreticidade, ou seja, o mundo fenomênico, com suas leis que as regem, acabando por formar uma práxis utilitária imediata, tornando-se um senso comum a ela correspondente, onde o homem tem condições de se orientar no mundo, com intimidade com as coisas, mas sem compreender estas coisas e a realidade.

Para que se possa compreender o objeto aqui estudado, cabe considerar que a educação, além de uma política educacional (política-ideológica), é uma política social (relações sociais) e se faz dentro de uma realidade do sistema capitalista (relações de produção).

Esta ascensão do abstrato ao concreto, não é uma passagem de um plano para outro, antes é um movimento para chegar à compreensão da coisa por completo, de forma concreta.

É a compressão do todo, mas sem a separação das partes, dos fenômenos, pois para se chegar ao todo, é preciso investigar estas partes. É uma nova estrutura, com uma organização que resulta da interação dinâmica entre as partes, criando uma unidade que entra em movimento recíproco em que as partes se elucidam mutuamente.

Para se obter uma visão da totalidade neste estudo é necessário considerar a contínua compreensão dialética na interação dos elementos determinantes e determinados, onde a educação profissional faz parte, para que se possa ter uma visão de conjunto da totalidade do objeto, a política de assistência ao estudante.

Trabalha-se também com a categoria política baseada nas considerações de Marilena Chauí, a partir de seu livro *Convite à Filosofia*. Entende-se por práticas políticas o modo de participação no poder, os conflitos e acordos na tomada de decisões e na definição das leis e de sua aplicação, no reconhecimento dos direitos e das obrigações dos membros da comunidade política e as decisões concernentes ao erário ou fundo público.

O termo política pode ter três significados: primeiro, o significado de governo, compreendido como direção e administração do poder público, sob a forma de Estado. Segundo, a atividade realizada por especialistas, ou seja, os administradores, profissionais, os políticos, que pertencem a um certo grupo de organização sociopolítica, neste caso, os partidos, que disputam o direito de governar, ocupando cargos e postos no Estado, e, o terceiro, que deriva do segundo significado e resulta em uma visão pejorativa do termo política, e é o mais utilizado para o senso comum. Fala-se da política como um mal necessário, onde há necessidade de tolerância e desconfiança.

Deve-se lembrar que esta visão generalizada de política como algo perverso, distante de nós (passa-se no governo ou no Estado), praticada pelos profissionais da política e que age contra nós, é contraditória, pois foram os homens que inventaram a política para que pudessem expressar suas diferenças e conflitos sem gerar guerras.

Outra situação que contribui para esta visão negativa da política é a de que os textos políticos estão descritos de forma incompreensível para a sociedade, exigindo sua interpretação por especialistas, sem que haja garantias de que esta interpretação seja feita corretamente, e não a favor de privilégios escondidos.

Considera-se então nesta pesquisa a categoria política, uma vez que refere-se a poder de grupos, que detêm ou desejam deter o poder, a partir da qual são elaboradas e executadas as políticas públicas, em nosso caso a política de assistência ao estudante. Nos textos dessas políticas (que aparecem como fenômenos) estão os resultados dos acordos entre estes grupos, muitas vezes incompreensíveis à sociedade. Para tanto, investiga-se a sua essência para desvelar o que se pretendia naquele momento da criação desta política pública.

Torna-se importante destacar o conceito de políticas públicas realizado por Eloisa de Mattos Höfling (2001), a partir do qual estas são entendidas como ações do Estado, ou seja, ações voltadas para setores específicos da sociedade. A autora ainda faz a conceituação de política social, que são implementadas por meio das políticas públicas como ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. E este estudo, que trata-se de uma pesquisa educacional, se insere no bojo de uma política pública de corte social, e sendo assim

de responsabilidade do Estado, mais especificamente, de um tipo particular de Estado, que visa a manutenção das relações sociais de determinada formação social, assumindo diferentes ações de acordo com as concepções do Estado hegemônico naquele momento.

Ainda, utiliza-se a categoria ciclo de políticas, que leva em conta que os textos nos quais as políticas educacionais foram escritas têm uma clara identificação com os contextos particulares nos quais eles foram elaborados, baseados nos estudos realizados por Jefferson Mainardes (2006, 2009), um dos intelectuais que difunde esta abordagem no Brasil.

A abordagem do ciclo de políticas consiste em um referencial analítico de grande utilidade para se desvelar os programas e políticas educacionais, e essa abordagem nos permite analisar de forma crítica a trajetória de programas e políticas educacionais partindo da sua formulação inicial até o momento da sua implementação no contexto da prática e seus efeitos.

O ciclo de políticas foi elaborado por Stephen Ball e por seus colaboradores na obra *Reforming education and changing schools* (1992), e um ciclo político envolve três contextos principais: o contexto da influência, que diz respeito ao lugar onde as políticas são iniciadas por meio dos discursos que são construídos e que atuam neste meio as redes sociais, dentro e em torno de partidos políticos, do governo e de partidos políticos; o contexto da produção de texto, que parte do conceito de que a política não é realizada e finalizada no seu momento legislativo, os textos devem ser interpretados com relação ao local específico e ao tempo de sua produção, pois são produtos de múltiplas influências e agendas, e nesse processo, apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas; e o contexto da prática, no qual a política está sujeita à interpretação e recriação e onde produz efeitos e consequências que podem representar mudanças significativas na política original.

Ball expandiu a categoria ciclo de políticas acrescentando outros dois contextos ao referencial original: o contexto dos resultados (efeitos) que se preocupa com as questões de justiça, igualdade e liberdade individual. A ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada. Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes, e o contexto da estratégia política que envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas

que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada.

Neste sentido, a categoria ciclo de políticas é relevante, pois cabe a ela investigar de que forma as atuais políticas de assistência ao educando foram elaboradas, iniciando os debates para a construção do Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado pelo FONAPRACE, e quais grupos influenciaram na construção deste Plano, além de fazer uma análise dos textos subsequentes, o Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e o Decreto nº 7.234/2010, e de que forma elas vêm sendo efetivadas no IFPR.

Várias são as necessidades dos estudantes dos Institutos Federais (IFs) com o intuito de darem continuidade aos seus estudos, necessidades estas que aparentemente têm sido atendidas por meio de políticas públicas formuladas e implementadas pelo Estado brasileiro. Investigar o sentido dessas políticas que socialmente estão postas e implementadas e que tanto têm a ver com a realidade e com a vida destes estudantes, as suas razões e de que maneira estão sendo executadas, justifica-se para que se possa compreender as intenções governamentais na criação dos IFs e, concomitantemente, nas políticas de atendimento aos estudantes, no intuito de incentivar os educadores em suas práticas educativas a terem uma consciência crítica e, como consequência, refletir nas suas práticas educacionais.

No seio das disputas pela hegemonia, as políticas educacionais tornam-se realidade por meio de políticas públicas, que, quando implementadas, deixam transparecer concepções filosóficas das políticas de governo que traz no seu bojo ocultas essências às suas intenções, que divergem na interpretação desta própria realidade enquanto ações governamentais.

Além de políticas de educação profissional técnica e tecnológica do Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC), a política de assistência ao estudante compreende também tratar-se de uma política de caráter social, definida em seus objetivos descritos no decreto, e que estão estabelecidos no documento Concepção e Diretrizes dos Institutos Federais.

A pesquisa das políticas de assistência ao estudante enquanto uma realidade educacional e social, justifica-se para que se possam ver os seus

contornos e as suas determinações e assim contribuir para o aperfeiçoamento de novas políticas.

De acordo com levantamento realizado no banco de teses da CAPES, com a expressão assistência estudantil e assistência ao estudante, foram encontrados 28 dissertações, sem 25 em nível de mestrado acadêmico e 02 em nível de mestrado profissional e 01 tese em nível de doutorado. Destes registros encontramos 05 tendo como locus de estudo os Institutos Federais, porém nenhum realizado com o IFPR. Ainda, dentre estes estudos, encontramos o estudo realizado por Luciana Martendal, na Universidade Federal de Santa Catarina, que analisou o Programa de Atendimento aos Estudantes em Situação de Vulnerabilidade Social (PAEVS), um dos programas que compõe a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC).

Uma vez que o objeto neste estudo tem sido pouco estudado no Brasil, a razão de um número pequeno de resultados no levantamento talvez tenha como causa o pouco tempo de criação dos IFs.

Este estudo tem como objetivo principal analisar os sentidos das políticas de assistência ao estudante nos Institutos Federais a partir de suas criações em 2008, em especial no IFPR no seio das contradições e das disputas na relação da educação e do trabalho.

Do ponto de vista específico visa caracterizar os debates políticos na formulação da política ao estudante no seu contexto histórico da educação profissional na década 2000; caracterizar os documentos que nortearam a política de apoio ao estudante no Brasil, bem como a criação dos IFs; e analisar os Programas de Assistência ao Estudante do IFPR.

Sendo assim, este texto está organizado da seguinte maneira:

Na primeira seção realiza-se uma conceituação da categoria ciclo de políticas com base nos documentos do precursor desta categoria e dos autores que no Brasil a divulgam. Também é realizado um estudo do contexto histórico do período, bem como as leis que amparam o ensino profissional e as influências dos organismos multilaterais. Faz-se uma análise dos sentidos das políticas de apoio ao estudante por meio da investigação das atas (relatórios) das reuniões do FONAPRACE e os discursos e as influências no seio dos embates políticos por grupos antagônicos na construção dessas políticas. Trata-se da disputa por uma educação profissional, de um lado pelas classes e frações da burguesia com a

perspectiva de uma educação subsumida aos interesses do capital em reproduzir a força de trabalho como mercadoria e, de outro lado, as classes trabalhadoras, defendendo projetos educativos para que seus filhos possam se tornar dirigentes, visando a emancipação e superação do domínio da classe burguesa.

Na segunda seção são analisados os documentos que são basilares na construção das políticas de apoio ao estudante a partir do ano de 2001, quando foi formulado o primeiro documento sistematizado de um Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNA), mas como eles não falam por si próprios, cabe contextualizar o que está implícito em seus textos, priorizando o Decreto nº 7.234, que atualmente regulamenta as Diretrizes para utilização da verba da assistência estudantil nos Institutos Federais. Nesta seção, tornou-se necessário o desdobramento de mais uma seção, a terceira, onde elucida-se a criação dos Institutos Federais, bem como as políticas de educação profissional que estão diretamente ligadas às políticas de assistência ao estudante até o momento.

Na quarta seção estuda-se como a política de assistência ao estudante do governo federal é interpretada e aplicada na prática aos estudantes do IFPR por meio da análise dos seus programas e de que forma concretiza contradições e como pode superar suas consequências por meio da politécnica e da pedagogia histórico-crítica.

Tendo em vista os expressos anteriores, considera-se que o presente projeto de pesquisa apresenta aderência ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação, no momento em que se propõe uma análise das políticas públicas educacionais de assistência ao estudante nos Institutos Federais, em especial no IFPR, política esta implantada aos estudantes da educação profissional técnica e tecnológica com suas contradições no âmbito da administração e da gestão de escolas dessa instituição.

2 CICLO DE POLÍTICAS: CONTEXTO DE INFLUÊNCIAS – 1993 A 2001

Conforme explicitado na introdução, esta primeira seção orienta-se pela categoria ciclo de políticas, que possibilita neste momento atentar para o contexto da formulação da política de assistência ao estudante, que se delimita entre o período de 1993 a 2001. Neste sentido, faz-se inicialmente uma abordagem da influência dos organismos mundiais e uma análise da conjuntura histórica da educação brasileira profissional com suas regulamentações no período do governo Fernando Henrique Cardoso (FCH) ao atual, momento em que houve um incremento nos investimentos na política de assistência ao estudante e, ao mesmo tempo, as contradições e disputas no seio do Estado e da sociedade civil. Faz-se também um levantamento histórico das políticas de assistência ao estudante dentro da categoria ciclo de políticas no seu Contexto de Influência até a formulação do primeiro documento organizado de uma política pública.

2.1 CICLO DE POLÍTICAS

Considere-se, para melhor formulação deste texto, que, de acordo com Mainardes (2006, p. 49), a categoria ciclo de políticas foi elaborada por Stephen J. Ball e Richard Bowe e consiste em um referencial analítico de grande utilidade para análise dos programas e políticas educacionais, como já dito neste texto. Essa categoria possibilita analisar de forma crítica a trajetória de programas e políticas educacionais, partindo da sua formulação inicial até o momento da sua implementação no contexto da prática e seus efeitos. No Brasil tem sido difundida por autores que aqui se estudam, como: Jefferson Mainardes, Eneida Oto Shiroma e Elizabeth Macedo. Procura-se nessa perspectiva compreender a política tendo a visão de “[...] superar a noção de política como o que concerne às práticas convencionais da política institucionalizada nos governos” (MACEDO; LOPES, 2011, p. 254), indo além da expressão fenomênica desta política e suas práticas convencionais.

Esta categoria “é uma maneira de pensar as políticas e saber como elas são feitas” (MAINARDES; MARCONDES, 2009, p. 305). Efetivamente, Stephen J. Ball propõe um ciclo contínuo composto por três contextos, onde as políticas são formuladas e recriadas, que estão inter-relacionados e que não têm uma dimensão temporal ou de forma sequencial e também não são fases lineares.

O primeiro contexto do ciclo de políticas é o Contexto de Influência. É nesta etapa onde “normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. Grupos de interesses disputam para influenciar a definição das finalidades da educação e do que significa ser educado” (MAINARDES, 2006, p. 51). Para complementar esta definição, Macedo e Lopes fazem sua contribuição enfatizando que é nesse contexto onde

[...] são estabelecidos os princípios básicos que orientam as políticas, em meio a lutas de poder nas quais os atores são desde partidos políticos, esferas de governo a grupos privados e agências multilaterais, como comunidades disciplinares e institucionais e sujeitos envolvidos na propagação de ideias oriundas de intercâmbios diversos. Como os interesses desses diferentes atores são muitas vezes conflitantes, trata-se de um contexto complexo de luta por hegemonia (MACEDO; LOPES, 2011, p. 257).

Mainardes (2006) relata que em trabalhos mais recentes de Ball ocorre uma análise mais complexa e detalhada a respeito das influências globais e internacionais no Contexto de Influência, e que se reproduzem de duas formas. A primeira se dá pelo fluxo de ideias por meio de redes políticas e sociais e são propagadas em três momentos: pela circulação internacional de ideias, pelo processo de empréstimos de políticas e pelos grupos e indivíduos que vendem suas soluções no mercado político e acadêmico por meio de periódicos, livros, conferências e performance de acadêmicos que viajam para vários lugares para expor suas ideias. A outra forma refere-se ao patrocínio e, de certa forma, à imposição de certas soluções ofertadas e recomendadas por agências multilaterais, conforme colocado acima por Macedo e Lopes. Estas agências são consideradas influentes no processo de criação de políticas educacionais, como o Banco Mundial, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴.

⁴ Esta visão da internacionalização das políticas educacionais é reforçada por Akkari (2011, p. 15): “O processo de internacionalização produz tensões nas políticas nacionais de Educação, tornando

O segundo contexto é o Contexto da Produção de Texto. Esse texto decorre do pressuposto de que a política não é realizada e finalizada no seu momento legislativo, que os textos devem ser interpretados com relação ao local específico e ao tempo de sua produção, pois são produtos de múltiplas influências e agendas, e nesse processo apenas algumas influências e agendas são reconhecidas como legítimas e apenas algumas vozes são ouvidas (MAINARDES, 2006).

Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 431) assinalam que:

Embora caracterizados por um tom prescritivo e recorrendo a argumento de autoridade, os textos da política dão margem a interpretações e reinterpretações e recorrendo a argumento de autoridade, gerando, como consequência, atribuição de significados e de sentidos diversos a um mesmo termo. Esses significados e sentidos apresentam-se, não raro, em competição com outros veiculados por outros textos e outros discursos.

Uma vez que os textos políticos são produzidos em decorrência de negociações entre grupos de interesses em sua fase de influência, com acordos entre as posições destes grupos que muitas vezes são contraditórias, terminam por suceder em um conjunto de textos que torna o controle difuso (MACEDO; LOPES, 2011).

Confirmando esta proposição, Shiroma, Campos e Garcia (2005) consideram que as disputas entre os grupos impregnam os textos com as condições e intenções políticas que marcaram sua produção, expressando interesses litigantes. Essas intenções políticas podem conter ambiguidades, contradições e omissões que fornecem oportunidades particulares que podem ser debatidas no momento de sua implementação.

Essa implementação se dá por meio do terceiro contexto, o Contexto da Prática. É nesse contexto “onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original” (MAINARDES, 2006, p. 53).

Em sua aplicação propriamente dita, ou seja, na ponta, a política é realizada pelos implementadores das políticas, aqueles profissionais que atuam diretamente nas escolas, que acabam por aplicá-las não somente através de uma leitura pura e

difícil a articulação entre as exigências nacionais (regionais ou locais) e os imperativos internacionais (globais)”.

simples. Estes profissionais acabam por internalizar a sua experiência, a sua história, ou uma palavra, por meio da sua práxis “[...] que revela o homem como ser criativo e autoprodutivo: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 56).

Na influência desta internalização, aplicada por meio das suas subjetividades, em muitos momentos esta ação de interpretar e aplicar os textos das políticas públicas pode por acabar gerando consequências, em que o resultado final da política pode ser transformado, resultando diferente da política original, pois de acordo com os autores acima citados,

A subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere. A riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 59).

Esta relação acaba por assumir que os “[...] professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas” (MAINARDES, 2006, p. 53).

Ball, segundo Mainardes (2006) em posterior estudo, expandiu o ciclo de políticas acrescentando outros dois contextos ao referencial original: o Contexto dos Resultados (efeitos) que se preocupa com as questões de justiça, igualdade e liberdade individual. A ideia de que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados, é considerada mais apropriada. Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes, e o Contexto da Estratégia Política que envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada.

Contudo, em uma entrevista realizada por Mainardes e Marcondes (2009, p. 306), Ball considerou que a respeito destes últimos dois contextos:

[...] não é útil separá-los e eles deveriam ser incluídos no contexto da prática e da influência, respectivamente [...] Em grande parte os resultados são uma extensão da prática [...] O contexto da ação política, na realidade, pertence ao contexto da influência [...].

Consideram-se os documentos produzidos entre 1993 e 2001 expressão da Política de Assistência ao Estudante como expressão desse ciclo de políticas na sua primeira fase, ou seja: como expresso anteriormente, os discursos políticos são construídos. Quando grupos de interesses disputam e influenciam os debates sobre a assistência ao estudante para influenciar as finalidades da educação e do que significa ser educado. Esta abordagem teórica possibilita compreender e explicar as políticas de Assistência ao Estudante em processo, o que se faz neste texto.

Em virtude da abordagem histórica e dialética do estudo, entende-se pertinente apresentar a conjuntura histórica no qual se deu a produção desse ciclo de políticas de Assistência ao Estudante e que se delimita à década de 1990, quando foi formulado o primeiro documento em 1993, pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis⁵ (FONAPRACE, 1987) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), até a versão final de um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior, em Recife, Pernambuco, em 04 de abril de 2001.

É o estudo deste contexto histórico que se realiza nesta seção e se delimita como contexto do ciclo de políticas em sua fase de formulação.

Passa-se, em seguida, à análise de conjuntura histórica, das influências dos organismos mundiais e as políticas que nortearam a educação profissional a partir da década de 1990, para melhor compreensão e desvelamento do objeto que se investiga.

2.2 ANÁLISE DA CONJUNTURA HISTÓRICA: A INFLUÊNCIA DOS ORGANISMOS MUNDIAIS

Nos anos finais do século XX e primeiros do XXI, contexto desta pesquisa, ocorreram mudanças em todo mundo, que contribuíram para uma maior

⁵ O **Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)**, criado por ocasião do III Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, realizado de 21 a 23 de outubro de 1987, na cidade de Manaus/AM, congrega os Pró-Reitores, Sub-Reitores, Decanos, Coordenadores ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2003).

globalização dos processos produtivos, houve um maior controle do capital perante o trabalho e, por consequência, influências nas demandas educacionais.

Proveniente da política feijão e arroz⁶ da década de 80, o Brasil herdou no início da década de 90 uma dívida externa de US\$ 87,85 bilhões (LANZARINI, 2008), e a saída encontrada foi recorrer a financiamentos de organismos mundiais para poder se adequar à modernização imposta pelo capitalismo nos tempos da crescente globalização da economia e do capital, e neste sentido deu como garantia o cumprimento de metas para que se ajustasse estruturalmente, visando à preparação para uma participação do mundo em transformação, entre as quais a reforma financeira, a liberalização do comércio, a reforma da previdência, a privatização das empresas estatais e a reforma trabalhista (NEVES; PRONKO, 2008).

Os cumprimentos destas metas foram definidos em uma reunião que passou a se denominar Consenso de Washington⁷.

A proposta da ideologia neoliberal⁸ foi preconizada e idealizada por Friedrich Hayek, que em 1947, na Suíça, congregava um grupo que compartilhava sua orientação ideológica, que fundou a Sociedade de *Mont Pèlerin*, uma espécie de franco maçonaria neoliberal, altamente organizada, cujo objetivo era preparar as

⁶ “Os anos de 1988 e 1989 foram caracterizados pela política do ‘feijão com arroz’ do ministro Maílson da Nóbrega, que se baseava no gradualismo ortodoxo, preconizando o corte de gastos e investimentos e adotando de taxas de juros reais positivas na ordem de 12%, em 1988, e de 34,5%, em 1989” (LANZARINI, 2008, p. 21).

⁷ Em novembro de 1989, os governos conservadores, diretores executivos e representantes das instituições financeiras internacionais, ministros da Fazenda, presidentes de bancos centrais e representantes dos governos das economias em desenvolvimento reuniram-se em Washington, a fim de procederem a uma avaliação da economia dos países tomadores de empréstimos, que apresentavam resultados insuficientes segundo lógica de acumulação de capitais. Durante a reunião, os integrantes afirmaram a necessidade de reformas estruturais, de aplicação de um plano de estabilização econômica, e ratificaram a proposta neoliberal como condição para conceder novos empréstimos aos países periféricos. Para expressar as convicções desses senhores do capital, John Williamson elaborou o modelo de reforma a ser aplicado pelos governos nacionais, devedores aos organismos financeiros e credores internacionais. Este documento ficou conhecido como Consenso de Washington que efetivamente imprimiu o modelo neoliberal de desenvolvimento econômico a ser implementado pelos governos nacionais nas décadas seguintes (SILVA, 2005, p. 256).

⁸ Para Anderson, a ideologia neoliberal “[...] nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar (ANDERSON, 1995, p. 9-10). De acordo com Fortuna, “a matriz de sustentação desse modelo é a Teoria Liberal que atribui ao Estado à função de garantidor da liberdade individual e da propriedade privada. Tem por base três concepções teóricas básicas: o jusnaturalismo, o constitucionalismo e a economia política clássica (FORTUNA, 2007, p. 254).

bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro (ANDERSON, 1995).

Ainda de acordo com Anderson (1995), o Chile, sob o governo de Pinochet, foi a experiência-piloto para o novo neoliberalismo para os países avançados do Ocidente. Na prática, a ideologia neoliberal teve seu início com o governo de Margareth Thatcher na Inglaterra em 1979, tendo sido posta em prática pelo governo de Reagan nos Estados Unidos da América em 1980. No Brasil, o Presidente Fernando Collor de Mello, quando assumiu a Presidência da República, em 1990, implementou políticas com compromisso assumido de acordo com os parâmetros do Consenso de Washington.

Segundo Ramos (2011, p. 28), os fundamentos que sustentaram o pacote das políticas neoliberais foram: “Redução do Estado ao mínimo, inexistência de proteção ao trabalho, abertura da economia e liberdade para o funcionamento do mercado”.

O governo Collor abriu o mercado interno aos produtos internacionais, e para fazer frente a esta concorrência alegava-se que “[...] o novo paradigma produtivo demandava requisitos diferenciados de educação geral e qualificação profissional dos trabalhadores” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 47). Cabia à educação colaborar para os setores produtivos competirem no mercado globalizado. Esta visão ampara-se na Teoria do Capital Humano⁹.

Neste sentido, a ideologia de um Estado sob forte influência de uma lógica neoliberal se afirmava em nosso país, onde o capital se desenvolvia para uma expansão mundial com o objetivo de se solidificar em todas as nações nos mais variados setores, e entre eles a educação¹⁰.

⁹ Esse entendido como o estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e níveis de saúde que potenciam força de trabalho das diferentes nações. Trata-se de uma noção que falseia o sentido real do capital, pois esse não se traduz numa “coisa”, mas é uma relação social e historicamente construída. Uma relação cujo fundamento é a exploração e expropriação, pela classe detentora privada dos meios e instrumentos de produção, dos que necessitam vender, para sobreviver, sua força de trabalho física e intelectual, a classe trabalhadora (FRIGOTTO, 2011, p. 22).

¹⁰ Para Mészáros (2008, p.80) “Quanto mais ‘avançada’ a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades – também na forma de ‘privatização’ promovida com suposto zelo ideológico pelo Estado – para a perpetuação da sociedade de mercadorias”.

Importantes documentos formulados por organizações internacionais¹¹, contribuíram para a formulação de discursos, ideias, políticas, compõem o ciclo de políticas de que se falou anteriormente. Consideram-se estes documentos: Carta de *Jomtien*, Conferência Mundial de Educação para Todos, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), 1990; *Transformación productiva* com equidade, Documento econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), 1990; *Educacion y conocimiento: eje de la transformación productiva* com equidade, CEPAL e UNESCO, 1992; Relatório Delors, UNESCO, 1993 a 1996; *Boletín Proyecto Principal de Educación em América Latina y el Caribe*, 1982 e *Prioridades y estratégias para la educación*, Banco Mundial, 1995. Estes documentos difundiram este ideário a todos os países da América Latina e Caribe, no que se refere tanto à educação quanto à economia e influenciaram na definição das políticas educacionais no Brasil e se implantaram como forma de garantia aos financiamentos e que, nas palavras de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 13), tinham o objetivo de "[...] ajustar a economia ao processo de desregulamentação, flexibilização e privatização".

A implementação deste ideário teve continuidade com o então Presidente Itamar Franco, que substituiu Collor após o impeachment deste, com a elaboração do Plano Decenal¹², em 1993, mas foi no governo de FHC que a reforma anunciada ganhou concretude (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

Em 1994 vence a eleição presidencial FHC, em um contexto no qual, de acordo com Cunha, essa conquista eleitoral em muito teve a ver com

¹¹ “O termo ‘organização internacional’ refere-se ao sistema das Nações Unidas, sendo a Unesco e a Unicef as agências especializadas em Educação. Entretanto, existem outros tipos de organizações internacionais que têm influência significativa no setor educacional, tais como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Ocde). Cada uma dessas organizações apresenta sua própria história e sua própria visão de Educação” (AKKARI, 2011, p. 29-30).

¹² “O Brasil participou, em março de 1990, da Conferência de Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia, convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial. Desta Conferência resultaram posições consensuais de luta pela satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças, jovens e adultos e o compromisso de elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, sobretudo de 9 (nove) países que apresentam baixa produtividade do sistema educacional (*). Integrando este Grupo, o Brasil através do Ministério da Educação e do Desporto elaborou o Plano Decenal de Educação para Todos, que está sendo objeto de discussão em todo o País” (MEC, 1993).

O apoio popular granjeado pela política de estabilização financeira do vice, então presidente Itamar Franco – o Plano Real –, incentivou seu ministro da fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a candidatar-se à Presidência da República, por uma frente partidária de centro-direita [...] (CUNHA, 2003, p. 38).

FHC se elegeu presidente já no primeiro turno com mais de 54% dos votos válidos, derrotando o então adversário mais forte, Luiz Inácio Lula da Silva, e assim implementou as diretrizes impostas pelas agências multilaterais.

Kuenzer (2001) sinaliza os pontos principais de como se realizou a adoção dos pressupostos colocados pelo Banco Mundial nas políticas educacionais no Brasil, destacando o recurso de reforço financeiro por meio das seguintes ações: a) reduzir o papel do Estado Brasileiro no financiamento de políticas públicas educacionais; b) buscar de forma intencional fontes de financiamento por meio das privatizações; c) reduzir os direitos dos cidadãos substituindo a concepção de universalidade pela equidade¹³; d) utilizar o conceito burguês de competência¹⁴, para assim justificar a seleção natural e a contenção do acesso; e e) atender aos pobres como uma forma de justiça social e assim tratar de forma igual os diferentes, aumentando e cristalizando as diferenças, por meio da lógica de utilizar o ensino como mercadoria, privilegiando os privilegiados e excluindo os excluídos, a fim de poder manter e fortalecer a hegemonia do capital.

Assim, se fala em formar para uma cidadania mundial, segundo o multiculturalismo. Trata-se de "pensar" a educação descentrada ético-politicamente do poder público nacional, isto é, sem objetivos e sem um direcionamento substantivo contraposto à mera formação para a adequação ao mercado ou a inovação nos marcos do capitalismo (SILVA, 2012, p.144).

Há de se levar em conta o que considerava-se formar para uma cidadania mundial para este governo, pois percebe-se uma educação direcionada para atender

¹³ “Nesse sentido a equidade tem se apresentado como princípio de justificação das políticas públicas voltadas para a formação da cidadania, seja no que se refere a gestão da educação regular e daquela que se dá via projetos que podem ou não envolver a escola, seja no que se refere aos recursos materiais mínimos que são considerados necessários para se ter uma vida cidadã e que caberia ao Estado proporcionar a indivíduos, famílias ou grupos específicos destituídos dos meios básicos de subsistência” (SILVA, 2012, p. 79).

¹⁴ De acordo com Saviani (2011, p. 437) a pedagogia das competências “apresentam-se como outra face da ‘pedagogia do aprender a aprender’, cujo objetivo é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhe permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas. Sua satisfação deixou de ser um compromisso coletivo, ficando sob a responsabilidade dos próprios sujeitos que, segundo a raiz etimológica dessas palavras, se encontram subjugados à “mão invisível do mercado”.

às diretrizes impostas pelo Banco Mundial. Neste contexto, nos anos 90, para atender estas diretrizes, ocorrem mudanças profundas na legislação educacional que regulamentam o Ensino Profissionalizante, que passamos a analisar.

2.3 O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL: POLÍTICA FHC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, ACENTUAÇÃO DA DUALIDADE

Até meados dos anos 90 no Brasil, o que se observa, segundo Santos (2007, p. 221), "é a intensificação dos debates em torno das mudanças de rumos que deveriam ser dadas à educação, e por extensão ao ensino do segundo grau¹⁵ e à educação profissional no Brasil". No seio dos debates havia a reivindicação dos educadores progressistas pela exclusividade do uso das verbas públicas para as escolas públicas, o que não foi conseguido de forma integral.

Efetivamente, as disputas durante todo o processo de elaboração da Constituição de 1988 e igualmente durante a tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de iniciativa dos educadores brasileiros foram intensas.

Com a promulgação da Constituição de 1988, obteve-se a garantia de "[...] uma concepção de Estado responsável pelo financiamento da educação em todos os níveis, o que aconteceu pela primeira vez na legislação brasileira" (KUENZER, 2001, p. 26).

As reformas educacionais realizadas pela equipe de governo de FHC no início de sua gestão, de acordo com Ramos (2011), foram embasadas pelas concepções de que em um governo neoliberal as funções econômicas do Estado não desaparecem, mas sim se ampliam de acordo com os interesses do mercado e sua plena liberdade.

Para atender às demandas das reformas, houve muitas intervenções na educação com profundas reformas políticas para todos os níveis e modalidades,

¹⁵ A Lei nº 5.692/71 alterou a denominação de ensino médio para ensino de 2º grau, instituindo a compulsoriedade do ensino profissionalizante no segundo grau ficando estruturado com 3 ou 4 anos, destinado a formação do adolescente e habilitação profissional. A LDB N° 9.394/96 alterou de ensino de 2º grau para ensino médio com a duração mínima de 3 anos, visando à preparação básica para o trabalho e a cidadania, além do prosseguimento de estudos (MARÇOLA, 2000, p.50).

incluindo a educação profissional, que é atendida atualmente pelos Institutos Federais. De acordo com Cunha (2000, p. 53):

Na segunda metade da década de 90 foi realizada no Brasil uma reforma educacional sem precedentes, que ainda está em processo. Com efeito, do ensino fundamental ao superior uma pletera de leis e decretos, promulgados desde 1995, acionou mudanças em aspectos tão variados quanto financiamento, gestão, acesso, avaliação, currículo e carreira docente. Dentre todas, a distinção compulsória entre o ensino médio e o ensino técnico é uma das mais polêmicas na estrutura da educação brasileira.

A educação tecnológica tornou-se, de acordo com essa inflexão, também uma mercadoria, do que decorrem mudanças demandadas à educação, no caso em pauta neste estudo, à educação profissional. Akari (2011, p. 110) discorre que “segundo a orientação neoliberal, o mercado livre é a solução para a deterioração da escola pública, e isso graças à concorrência e, com ela, a escolha da escola, a descentralização e a responsabilização dos atores educacionais pelos resultados”.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.13), com relação à educação profissional, as diretrizes políticas do Banco Mundial seriam:

[...] os estreitamentos de laços do ensino com o setor mundial deveriam ser revertidos para aquela população com menor expectativa social por meio de cursos produtivos, fomentando os vínculos entre setor público e privado como estratégia de base para a meta de qualidade e eficiência no treinamento profissional [...]

Shiroma, Moraes e Evangelista (2007, p. 62) citando o documento *Prioridades y estrategias para la Educación*, publicado em 1995, (documento este que foi a conclusão da Conferência Internacional de Educação para Todos)¹⁶ relata que “[...] a educação profissional dá melhores resultados quando conta com a participação direta do setor privado em sua administração, financiamento e direção”. Desta forma, os recursos advindos do Banco Mundial deveriam ser aplicados em

¹⁶ “Em 1990, realizou-se em Jomtien (Tailândia) a Conferência Mundial de Educação Para Todos, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), pelo UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial. Dela participaram governos, agências internacionais, ONGS, associações profissionais e personalidades destacadas no plano educacional em todo o mundo. Os 155 governos que subscreveram a declaração ali aprovada comprometeram-se a assegurar uma educação básica de qualidade a crianças, jovens e adultos” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007, p. 48).

cursos profissionalizantes básicos, cursos estes que requerem pouca escolaridade (RAMOS, 2011, p. 68).

As reformas realizadas durante o governo de FHC acabaram por acentuar o dualismo na educação profissional no Brasil, tema este que passaremos a estudar em seguida.

Palco de disputas pela manutenção da dualidade e sua superação, a educação profissional no Brasil ganhou centralidade no final do século XX e ao longo da primeira década do século XXI, afinal trata da formação de trabalhadores.

Neste cenário tiveram relevância as recomendações, declarações e financiamentos dos organismos mundiais, que, como partidos políticos, compõem o ciclo de políticas da educação, como se apresenta em seguida.

Em 1994, com a promulgação da Lei nº 8.948, de 08 de dezembro, o governo federal instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando de forma gradativa as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação.

Esta lei só foi aplicada no ano de 1996 sob a égide de uma Reforma da Educação Profissional e Tecnológica que repercutiu em um modelo de CEFET, denominados popularmente de 'cefetinhos' em face das prerrogativas e estruturas inferiores aos dos centros federais criados de 1978 a 1983 (CALDAS, 2012, p. 39).

A implementação desta lei foi realizada com decreto específico para cada instituição de acordo com critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação. Para o funcionamento de cada centro, levou-se em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros (MEC, 2009).

A expansão da oferta da educação profissional neste período somente ocorreu em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais, que foram responsáveis pela manutenção e gestão dos novos estabelecimentos de ensino (IFB, 2012, p. 331).

As iniciativas realizadas neste período delinearão a direção que assumiria a formação para o trabalho complexo nos anos do neoliberalismo de terceira via, que “[...] têm na reforma da aparelhagem estatal e na institucionalização de um Estado gerencial e parceiro seu ponto central” (NEVES; PRONKO, 2008, p. 54).

Todavia, para que se entenda o direcionamento político da Educação profissional, é necessário atentar para o emanado na LDB, o que se faz em seguida, mostrando o direcionamento da educação profissional, dentro dos ideais de modelo neoliberal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) nº 9.394 foi aprovada durante o governo do presidente FHC em 17 de dezembro de 1996, que segundo Pereira (2010, p. 110) “sob a batuta do ministro Paulo Renato, se mostraria fortemente interventora e favorecedora dos interesses empresariais”. Esta Lei atendeu ao ensino profissional de forma generalizada, fora dos níveis da educação básica e superior, assim se compreendendo que ela é colocada à parte da estrutura da educação brasileira, de forma que pode ser considerada como um ensino paralelo ou como apêndice. Pode-se explicitar a LDB em seu artigo Art. 36-A, “[...] atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996, p. 18), desta forma um dos seus objetivos foi de que o aluno egresso do ensino médio profissionalizante poderia fazer a opção da carreira técnico-profissional.

Na LDB, em seu Art. 4º, Capítulo III, ficou exarado que “a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (BRASIL, 1996, p. 20). Ora, de acordo com o artigo citado, se a educação profissional poderá ser articulada com o ensino regular, entende-se que deste mesmo ensino regular o ensino profissional não faz parte. “Cabe ressaltar que essa redação não é inocente e desinteressada. Ao contrário, objetivava consolidar a separação entre o ensino médio e a educação profissional [...]” (MOURA; RAMOS; GARCIA, 2007, p. 18), o que ficou determinado no Decreto nº 2.208 de 1997.

Quatro meses após a aprovação da LDB, o Decreto nº 2.208 de 1997 regulamentou os artigos da nova LDB, onde é tratada a educação profissional, o que fica explicitado em seu Art. 4º:

A educação profissional de nível básico é modalidade de educação não-formal e duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador conhecimentos que lhe permitam reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno, não estando sujeita à regulamentação curricular (BRASIL, 1997, p. 1).

Segundo Caldas (2012, p. 40), o decreto nº 2.208 "[...] em nossa opinião e de grande parte dos educadores brasileiros, representa um dos maiores atrasos impostos à Educação Profissional e profundo prejuízo à Rede de Instituições Federais". Desta forma, as escolas de educação profissional no Brasil, na prática, buscavam superar a formação específica e técnica junto à dinâmica do setor produtivo, separada da formação geral, por uma formação tecnológica e integral junto ao domínio do conhecimento científico e tecnológico, por parte do estudante (OLIVEIRA, 2013).

Com este decreto configura-se novamente a dualidade no ensino e rompe-se com a possibilidade da equivalência, pois, de acordo com seus dispositivos, "[...] o ensino técnico passa a ter apenas o caráter de complementar o ensino médio, tendo em vista que a certificação do aluno em qualquer habilitação só será possível mediante a conclusão da etapa final da educação básica" (SANTOS, 2007, p. 222). Nas críticas de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.12), o ensino profissional obteve uma profunda regressão com Decreto nº 2.208, pois assume "[...] o ideário pedagógico do capital ou do mercado - pedagogia das competências para a empregabilidade [...]".

Ainda com o Decreto nº 2.208, o Governo Federal criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), e segundo Caldas (2012, p. 41) este programa estabelecia que esta seria a única maneira de obter financiamento para investimentos que visavam à melhora das instituições da rede federal, onde na verdade, com a adesão ao programa, as instituições deveriam encerrar com o ensino médio integrado e também com a formação geral.

A prestação de assistência técnica e financeira, prevista no inciso III, do artigo 9º, teve por orientação as cláusulas do acordo de empréstimo realizado com o BID para o financiamento do Proep. Sem uma fonte regular de recursos para a manutenção do ensino médio, visto o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) não alcançar essa etapa da educação básica, os sistemas estaduais de ensino foram compelidos a aderir às diretrizes da reforma (MOURA; RAMOS; GARCIA, 2007, p. 20).

Com a Portaria nº 646 de 14 de maio de 1997, que regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº 2.208/97, em seu Art. 3º:

As instituições federais de educação tecnológica ficam autorizadas a manter ensino médio, com matrícula independente da educação profissional, oferecendo o máximo de 50% do total de vagas oferecidas para os cursos regulares em 1997, observando o disposto na Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1997).

Com esta regulamentação, em 1997, torna-se mais evidente a intenção de que o ensino profissional no governo FHC, de acordo com os ideais neoliberais, procurava maneiras de buscar financiamento para o ensino público com controle privado do que era ensinado aos estudantes. As ofertas de vagas das instituições federais em relação ao ensino médio deveriam ser para o ano de 1998, 50% das vagas oferecidas nos cursos técnicos de nível médio técnico ofertadas no ano de 1997, que reunia o ensino médio e o ensino profissional, o que na verdade representaria a diminuição da oferta de ensino médio no país.

A reforma educacional realizada no governo FHC no entendimento de Del Pino (2011, p. 78) “[...] se assenta em mecanismos autoritários, passíveis de serem substituídos apenas com a caneta do Presidente da República, pois os mecanismos legais que fundamentam a reforma não passam pela aprovação do Congresso Nacional”.

Os oito anos de governo do Presidente FHC, de acordo com Frigotto (2007, p. 1134), “aprofundaram o fosso de uma sociedade que se ergueu pela desigualdade e se alimenta dela” e que, no comentário de Silva (2012, p.262):

Ajustaram de modo conservador as instituições nacionais, ou seja, sem alterar os mecanismos geradores da desigualdade social e da concentração de rendas, bem como se resgatar a capacidade de resistência nacional perante as exigências ou subordinações à "globalização".

É nesta conjuntura histórica que acontecem os debates para a formulação das políticas públicas de assistência ao estudante, de acordo com o contexto de influência da categoria ciclo de políticas, debates estes que passamos agora a apresentar desde a formulação de sua primeira proposta, em junho de 1993.

2.4 OS DEBATES E CONFRONTOS SOBRE A ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO BRASIL

As políticas de assistência ao estudante implementadas em nosso país foram resultados de muitos esforços realizados pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE) das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Para lograr êxito nas conquistas das políticas de assistência ao estudante, foram necessários muitos debates e confrontos, tanto internamente no fórum, quanto junto ao governo federal.

Estes debates e confrontos a que nos referimos, que expressam influências e disputas que se analisam segundo a categoria ciclo de políticas, iniciam em 1993 durante o governo Itamar Franco e foram registrados em documentos como: atas, relatórios, jornais, revistas e livros dos encontros realizados. É com base nestes documentos que esta pesquisa é realizada, considerando que dão conta e aportam esta categoria de análise que é ciclo de políticas na sua primeira fase, onde há formulação de influências e de discursos. São analisados os seguintes documentos: 1) Proposta de Política de Apoio ao Estudante, 1993; 2) Política Social nas Pró-reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES – Princípios, 1995; 3) Reunião de trabalho do FONAPRACE, 1999; 4) Jornal do Fonaprace, edição de número 01 de novembro de 1999; 5) Jornal do Fonaprace, edição número 01, ano 02 de abril de 2000; 6) Assistência Estudantil, uma questão de investimento, 2000, 7) Jornal do Fonaprace, ano 2, número 3 de agosto de 2000; 8) Jornal do Fonaprace, edição número 04, ano 02, 4 de novembro de 2000; 9) relatório da reunião realizada em julho 2000, revista FONAPRACE- 20 anos de 2007 e 10) a revista 25 anos do FONAPRACE, em 2012.

A análise destes documentos e o processo de suas elaborações possibilitam dizer que o período estudado é um tempo de formulação de ideias e de discursos e narrativas para a formação de consenso de uma elaboração de uma política pública de assistência ao estudante.

Neste contexto do ciclo de política na sua primeira fase, no conjunto dos discursos elaborados nestes documentos é possível observar três grandes formulações: a democracia, a formação da cidadania e a concepção de uma política como um direito social, no lugar de uma política de assistencialismo.

Esses são os discursos dos Pró-Reitores participantes do FONAPRACE que se confrontavam com as teses do governo, de defesa e funcionamento somente da educação básica.

A atuação destes Pró-Reitores é uma ação que segue paralelo ao movimento docente. As duas grandes teses deste movimento são democracia e cidadania, e observa-se que o FONAPRACE vai nesse caminho, formulando as políticas de assistência ao estudante, enfrentando o governo com suas políticas com os ideais neoliberais. “A implementação de uma nova política educacional para a educação brasileira não acontece sem uma série de embates entre projetos distintos e antagônicos” (DEL PINO, 2011, p. 82).

Esta política formulada foi possível na década de oitenta, porque havia um espaço de debate, existia um desejo e um compromisso de ampliação da democracia e os Pró-reitores expressam isto, portanto não é um movimento estranho, advindo do nada, ele expressa o próprio processo histórico, uma vez que o movimento docente estava debatendo exatamente as práticas democráticas para a universidade.

Neste sentido, na análise dos documentos estudados, passamos a desenvolver estas três grandes formulações, as três grandes narrativas observadas: a democracia, a formação da cidadania e a concepção de uma política social no lugar de uma política de assistencialismo, pela qual iniciamos pela Democracia e Cidadania.

2.4.1 A gênese da criação de uma política de assistência ao estudante centrada no discurso da democratização do ensino e na formação da cidadania

Conforme dito anteriormente, uma das formulações observadas nos documentos elaborados pelo FONAPRACE diz respeito à democracia e cidadania.

A década de 80, “[...] se não foi tão fértil para o capital como as duas décadas anteriores, foi rica na atuação das manifestações e reivindicações de classe e dos movimentos sociais” (PEREIRA, 2012, p. 140). O movimento dos docentes inscrevia-se neste bojo em que o ideário neoliberal se instalava em nosso país com suas reformas educacionais, conflitando com interesses divergentes.

Cada vez com maior intensidade e mediante diferentes estratégias, os diversos atores do campo educacional, sobretudo os docentes sindicalizados, confrontaram com os governos através de uma permanente e cíclica luta para instalarem suas demandas e necessidades na agenda da política pública (GENTILI; SUÁREZ, 2004, p. 45).

De acordo com Pereira (2010, p. 169), estudando a Formação de Professores, a oposição e resistência à desoneração e ao controle do Estado na formação de professores em nível superior – a década de 1980, os termos democracia e cidadania se inseriam como os dois grandes motes do movimento dos docentes.

Isto fica mais evidente no primeiro documento analisado, a Proposta de Política de Apoio ao Estudante. Esta proposta originou-se quando foi realizada a primeira reunião de trabalho do FONAPRACE em junho de 1993, em Brasília, e está de acordo com o Plano Decenal de Educação, realizado no governo Itamar Franco, afirmando a categoria ciclo de políticas no Contexto da Influência. Não foi possível identificar em nenhum meio, quais os professores que estavam na coordenação do FONAPRACE neste período (1993 e 1994) da elaboração deste documento.

Este documento é resultado de diversos debates realizados desde novembro de 1985, quando do 1º Encontro Nacional de Pró-reitores de Assistência à Comunidade Universitária, que à época já tinha em seu relatório desta reunião o início da reivindicação, com sugestões junto ao governo federal da criação de uma política de apoio estudantil, dentro da realidade dos anos 80, conhecido como o período de redemocratização¹⁷:

O apoio ao estudante carente é dever do Estado expresso na Constituição Brasileira. Não obstante, assiste-se a um processo de recuo gradativo do Ministério da Educação no cumprimento desse seu dever, traduzido na minimização política e no empobrecimento orçamentário dos setores de promoção e apoio aos alunos nas instituições brasileiras de ensino superior. Esta posição, além de negar um direito à população estudantil, tem contribuído para uma elitização cada vez maior do ensino de 3º Grau no País. Tendo em vista o acima exposto e motivados pela transição política que a sociedade brasileira agora atravessa rumo às suas aspirações

¹⁷ “Podemos assumir a visão de que a década de 1980 foi uma dura travessia da ditadura à redemocratização em que se explicitou, com mais clareza, os embates entre as frações de classe da burguesia brasileira (industrial, agrária e financeira) e seus vínculos com a burguesia mundial e destas em confronto com a heterogênea classe trabalhadora e os movimentos sociais que se desenvolverem em seu interior. A questão democrática assume centralidade nos debates e nas lutas em todos os âmbitos da sociedade ao longo dessa década” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2006, p. 34).

democráticas, os Pró-reitores e demais autoridades incumbidas da administração dos assuntos estudantis, reunidos em Florianópolis, julgam oportuno e premente sugerir ao Governo Federal as linhas básicas da retomada de uma Política de Promoção e Apoio ao Estudante do 3º Grau (FONAPRACE, 1985, p. 16).

Percebe-se que o FONAPRACE já em sua primeira reunião expressa com o intuito de defender uma política de apoio ao estudante, vislumbrada em 1985 e que culminou após oito anos na formulação da proposta de 1993, a qual estamos analisando, ou seja, ocorreu durante o final da década de 80 e início da década de 90, acompanhando o movimento docente na defesa de uma escola pública de qualidade.

Na proposta do FONAPRACE, em sua justificativa, descreve-se uma preocupação com o atendimento aos estudantes oriundos de famílias de baixa renda, uma vez que havia a crescente democratização que o país vivia com o Sistema Escolar Brasileiro, que passava a intensificar o acesso às Universidades.

O processo crescente de democratização pelo qual vem passando o Sistema Escolar Brasileiro vem se fazendo sentir na Universidade Pública, que passa a incorporar cada vez mais os estudantes oriundos de baixa renda, assegurando-lhes o direito ao acesso ao ensino superior independente de sua origem social ou cultural (FONAPRACE, 1993, p. 1).

O documento cita que havia um compromisso das Universidades de expandirem as ofertas de vagas, preenchendo as que estavam em aberto e com aberturas de cursos noturnos.

Para fazer frente a esta demanda, as Universidades assumiram um compromisso com a sociedade brasileira, através do Estado, de expandir a oferta de vagas, preencher todas as vagas derivadas de evasão ou transferência e ampliar os cursos noturnos (FONAPRACE, 1993, p. 1).

Esta demanda é explicitada, segundo o referido documento,

[...] em decorrência por um lado, do processo acelerado de proletarização a que vem sendo submetida a população brasileira nestes anos de crise econômica e institucional, e por outro da democratização do acesso da classe trabalhadora ao Sistema Escolar como um todo, e à Universidade em particular (FONAPRACE, 1993, p. 2).

Fica evidente que a tal democratização da educação estava em consonância com as orientações dos organismos multilaterais, e em seus itens destaca-se a orientação de alocação de recursos para a educação básica e, desta forma,

Ao defender o princípio da priorização da educação básica, cujo foco é a educação escolar, busca-se construir mecanismos ideológicos, sobretudo em países como o Brasil que se quer garantiu a democratização do acesso à educação básica e a permanência nesse nível de ensino (DOURADO, 2002, p. 239-240).

Ainda de acordo com a proposta do FONAPRACE de 1993, as IFES apresentaram, por meio de seus Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis nesta primeira reunião do FONAPRACE, um diagnóstico com dados dos estudantes baseados nas matrículas em suas instituições, e de acordo com estes dados havia um aumento da demanda de procura por jovens oriundos do interior e de escolas públicas.

Do conjunto de alunos matriculados, de 30% a 50% dependendo de cada instituição, são oriundos de famílias com renda até 6 salários mínimos; em muitas IFES, por volta de 50% dos estudantes são egressos de escolas públicas, percentual que se eleva ao considerar-se os matriculados no ensino noturno, onde este percentual chega a 65% em algumas instituições. Do conjunto dos matriculados, de 8% a 10% são alunos que não se conseguem manter [...] (FONAPRACE, 1993, p. 1).

Cita o documento que de acordo com os dados e com os esforços das Universidades na ampliação de vagas para o acesso e permanência de alunos de baixa renda, não havia um apoio concreto pelo Estado na formulação de programas que visassem minimizar estas desigualdades sociais. De acordo com o documento não havia um “[...] compromisso efetivo do Estado com a democratização do ensino superior pressupõe a criação de condições concretas de permanência do aluno de baixa renda na Universidade [...]” (FONAPRACE, 1993, p. 2).

O Estado comprometia-se com a educação pública e gratuita somente para o ensino fundamental, sendo que, para os níveis posteriores, incentivava de acordo com a política neoliberal, para a privatização. Para Kuenzer (2011, p. 69) ocorre uma contradição no discurso da democratização do ensino, pois “[...] ao falso discurso da necessidade da extensão da oferta de educação básica e profissional de qualidade para todos, o Estado responde adequadamente com uma política educacional restritiva para os níveis posteriores ao ensino fundamental”.

Dentre esses esforços das Universidades, é citado na proposta que existia um compromisso de apoio assumido com o Estado por meio de um documento chamado: Carta de Manaus.

Nesta carta, explicita-se o compromisso das IFES para além de suas funções precípuas de ensino, pesquisa e extensão, aliando-se aos movimentos que buscam o enfrentamento dos grandes desafios nacionais, especificamente os da fome e da miséria. (FONAPRACE, 1993, p. 2).

Importante destacar que não localizamos este documento (Carta de Manaus) em nenhum dos meios disponíveis. Estes movimentos, aos quais a proposta faz referência, se reportam à Ação da Cidadania Contra a Miséria¹⁸ e ao Movimento pela Ética na Política¹⁹, que tinham o apoio das universidades para realizar os enfrentamentos no país que à época se faziam presentes no processo histórico da democratização brasileira.

Com poucos recursos para o enfrentamento da situação de acolhimento dos estudantes provenientes de baixa renda, “Historicamente as IFES têm procurado responder ao desafio da garantia da permanência através de programas de moradia, de restaurante universitário, de atenção à saúde, de apoio psicológico e de apoio financeiro através de bolsas” (FONAPRACE, 1993, p. 2).

Estas dificuldades eram provocadas pela

Progressiva corrosão dos orçamentos a par dos contingenciamentos de todas as naturezas (inclusive o causado pelo retardo da sanção do Orçamento Geral da União) tem feito que estes programas tenham desenvolvimento precário e descontínuo (FONAPRACE, 1993, p. 2).

Em seguida, a proposta reafirma ainda a diminuição dos orçamentos nas Universidades: “As dificuldades orçamentárias têm feito do programa de bolsas uma

¹⁸ A Ação da Cidadania Contra a Miséria, a Fome e Pela Vida é um movimento iniciado com o objetivo de sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para combater problemas emergenciais do País, entre eles a fome e o desemprego. Criado em junho de 1993, começou arrecadando alimentos para distribuí-los à população de baixa renda. O movimento ficou conhecido como Campanha Contra a Fome. Logo ganhou proporções e ampliou suas atividades, promovendo ações concretas de combate à miséria (CONTECSI, 2004).

¹⁹ Formado para pedir o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, o Movimento pela Ética na Política mobilizou toda a sociedade brasileira. Reuniu pessoas das mais diferentes áreas de atuação e de todas as correntes políticas comprometidas com o pensamento democrático e levou para as ruas milhares de estudantes, instantaneamente conhecidos como "caras-pintadas". Estes participavam das passeatas com os rostos pintados com as cores da bandeira brasileira e com o preto, sinônimo de protesto. O movimento foi o embrião da Ação da Cidadania, que surgiu em 1993 (CONTECSI, 2004).

ação de valor duvidoso em face de sua descontinuidade, valor deteriorado e quantitativo insuficiente” (FONAPRACE, 1993, p. 3).

Neste sentido, esta Proposta de Política de Apoio ao Estudante, elaborada em 1993, tinha como objetivo assegurar ao estudante a sua permanência e sucesso na Universidade por meio de bolsa de estudo, apoio pedagógico e apoio à saúde física e mental, tendo o estudante a contraproposta de inserção em atividades de ensino, pesquisa e extensão em suas áreas de formação ou em outras áreas científicas, culturais ou sociais, de forma a promover a formação do estudante enquanto cidadão.

Não fica claro na proposta como se daria o processo de distribuição das bolsas de estudos, horários e contrapartidas dos alunos, ou se somente a própria condição socioeconômica seria esta contrapartida e a meta a ser alcançada seria de 10% do total de alunos matriculados.

O discurso em defesa da formação para cidadania era claro para o FONAPRACE e era uma das pautas dos movimentos sociais do movimento docente.

O discurso referente à cidadania ganhou mais amplitude a partir dos estudos de Thomas Humphrey Marshall na década de 50 do século passado. Este sociólogo britânico liberal²⁰ assim fazia a sua definição:

A cidadania é um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o *status* são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes aos *status*. Não há nenhum princípio universal que determine o que estes direitos e obrigações serão, mas as sociedades nas quais a cidadania é uma instituição em desenvolvimento criam uma imagem de uma cidadania ideal em relação à qual o sucesso pode ser medido e em relação à qual a aspiração pode ser dirigida. A insistência em seguir o caminho assim determinado equivale a uma insistência por uma medida efetiva de igualdade, um enriquecimento da matéria-prima do *status* e um aumento no número daqueles a quem é conferido o *status* (MARSHALL, 1967, p. 76).

Este autor dividiu o conceito de cidadania em três partes ou elementos: o elemento civil, relacionado aos direitos necessários à liberdade individual; o elemento político, direito de participar do exercício do poder político e; o elemento

²⁰ “Em sua forma histórica original, o liberalismo nasce como um corpo de formulações teóricas que defendem um Estado constitucional, isto é, um Estado em que a autoridade central é exercida nas formas do direito e com garantias jurídicas preestabelecidas. Em outras palavras, o Estado tem como função principal e específica a instituição de um estado jurídico, no qual a liberdade de cada um possa coexistir com os outros segundo um conjunto de leis expressas num código ou numa constituição” (TEIXEIRA, 1996, p. 2).

social, que se refere o direito a um mínimo de bem-estar econômico, segurança e ter condições de desfrutar de padrões comuns que prevalecem na sociedade.

Para Marshall (1967), só desta forma, ou seja, com a união destes três elementos, e nesta sequência é que a cidadania poderia atingir a sua plenitude. Mas esta sequência, segundo a análise de Marshall, além de lógica é uma abordagem histórica.

No Brasil, de acordo com Carvalho (2008, p. 219-220), esta sequência aconteceu de forma invertida,

Aqui, primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos, de maneira também bizarra. A maior expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de representação política foram transformados em peça decorativa do regime. Finalmente, ainda hoje muitos direitos civis, a base da sequência de Marshall, continuam inacessíveis à maioria da população. A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo.

Esta definição da cidadania de Marshall, de acordo com os ideais liberais, com o neoliberalismo (ideário do sistema dominante na década da formulação Proposta de Política de Apoio ao Estudante em 1993 pelo FONAPRACE) ganha uma ressignificação:

[...] a proposição neoliberal é ainda mais restritiva do que a proposta liberal que advoga a “universalização da cidadania”. Como se sabe, a cidadania confere a todos liberdade e igualdade formais. Todos somos iguais diante do estado. No neoliberalismo, a igualdade é exercida no mercado (o Estado não deve interferir), conforme as habilidades e competências de cada um (LEHER, 2011, p. 161).

Fica demonstrado o embate entre o que solicitavam os Pró-reitores, ou seja, uma formação cidadã emancipatória contra as reformas educacionais implementadas pelo governo da época, com suas políticas neoliberais, que na prática pregava melhorias da educação, porém se desenvolvia com parâmetros diferentes dos seus discursos, com poucos recursos para atendimento da assistência ao estudante. Gohn (2011, p. 117) deixa claro este entendimento:

As reformas são processos políticos e também comunicacionais e culturais: para promoverem melhorias substantivas dependem de projetos emancipatórios e das culturas organizadas existentes. Tratá-las como instrumentos administrativos, fundadas em racionalidades econômicas para

reduzirem custos, é um grande equívoco e uma mistificação: não geram melhorias e muito menos cidadania, seus impactos para uma educação de qualidade são nulos, elas se resumem a um cabedal de dados e cifras estatísticas.

Nesta proposta de 1993, vislumbra-se a possibilidade em apoiar várias atividades de formação cidadã para os estudantes, pois entende-se que:

A educação formal, como se sabe, é um processo lento que envolve a formação do ser humano como um todo, em suas dimensões epistêmicas, éticas e estéticas, que não se ajusta ao ritmo acelerado e aligeirado do modelo pragmático/utilitarista da sociedade contemporânea (GOERGEN, 2013, p. 733).

Neste sentido torna-se louvável a preocupação do FONAPRACE em preparar os estudantes para um mundo complexo e determinado pelas políticas neoliberais implementadas em crescente continuidade desde o Governo Collor, onde, de acordo com Goergen (2013, 735), “o individualismo extremado e a exacerbada priorização do privado/econômico frente às outras dimensões do humano são suas características mais aparentes”.

Ao se analisar esta proposta de política de apoio ao estudante, realizada pelo FONAPRACE em 1993, fica evidente o momento que o país atravessava, com a implementação de políticas neoliberais, pautadas com o financiamento e diretrizes impostos pelos organismos mundiais, com um modelo de educação superior condicionado à diminuição do gasto público e concomitantemente aumento da participação da iniciativa privada e ao mesmo tempo enfatizando uma democratização do ensino.

Mas para podermos definir a Democracia, façamos o processo histórico. De acordo com Cremonese (2012, p.85):

A primeira experiência democrática surge mais precisamente da polis (cidade-Estado) de Atenas, no entanto as origens do termo já haviam sido concebidas a partir das profundas reformas sociais e políticas de Clístenes, no final do século 5º a.C.

Porém, enquanto na democracia grega, os próprios cidadãos (homens livres) é que tomavam as decisões, as democracias modernas surgem com a criação dos Estados nacionais e tomam uma formação diferente.

Com a efetivação das Constituições nacionais, os direitos dos indivíduos modernos passam a ser garantidos, consolidando dessa forma a democracia liberal, que tem como seu maior defensor, John Locke e, neste sentido afirmam-se os interesses da classe burguesa e concomitante o aumento da participação para o restante da população.

A participação, que tanto na democracia grega quanto na moderna, nunca esteve afastada, afinal faz parte deste processo democrático, formula diferentes interpretações. De um lado os que defendem a teoria institucionalista, onde cabia somente aos cidadãos, a cada período, referendar ou variar aqueles grupos que faziam parte das elites que fazem parte dos governos por meio do processo eleitoral. Ainda, esta teoria

refere-se à criação de mecanismos que assegurem o processo de institucionalização de políticas democráticas [...] e [...] refutam com veemência a teoria política clássica da democracia, porque a consideram perigosa na medida em que abre espaço para a participação popular na política (CREMONESE, 2012, p. 85).

Sendo assim, os institucionalistas (considerada uma teoria elitista, por defender os interesses da classe burguesa) defendem que a população não deve questionar suas ações e sim devem cumpri-las.

Do outro lado, com oposição a teoria institucionalistas, estão aqueles que defendem a teoria participativista, que ganhou grande substância na ciência política a partir de 1960, porém para Pateman “Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação. A compreensão da natureza do sistema político que ele descreve em O contrato social é vital para a teoria da democracia participativa” (PATEMAN, 1992, p. 35). Para esta autora inglesa, conhecida como uma crítica da democracia liberal, a participação,

no que diz respeito à maioria, constitui a participação na escolha daqueles que tomam as decisões. Por conseguinte, a função da participação nessa teoria é apenas de proteção; a proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados. É na realização desse objetivo que reside a justificação do método democrático (PATEMAN, 1992, p. 25).

Dentro do processo que o Brasil atravessa na década de 90, a democratização do ensino, remetendo a Pereira, o que isto significava? O que se

entendia por esta democracia? O que era necessário fazer? A própria autora explicita:

No geral, predominava a ideia de explicação harmoniosa das sociedades e da educação, da negação do conflito (aos mais críticos reservou-se a tradicional acusação de 'comunistas'). Muito verbo foi gasto e resistências foram vencidas até se chegar à conclusão baseada no entendimento de que, para ser democrático [...] tinha que contar com a participação de todos os envolvidos com a educação. Democracia significava participação (PEREIRA, 2010, p. 154).

Percebe-se, que a conceituação de democratização participativa bem condiz com a demonstrada no texto do plano decenal, plano implementado sobre as diretrizes neoliberais no Governo Itamar Franco,

A descentralização e a autonomia, no contexto da democratização da sociedade, levam a uma reorganização dos espaços de atuação e das atribuições das diferentes instâncias de governo e da sociedade organizada na educação com novos processos e instrumentos de participação, de parceria e de controle (MEC, 1993, p. 21).

Mas qual tipo de participação defendia o MEC? Afinal

[...] há que se perceber que a participação pode tanto se prestar para objetivos emancipatórios, de cidadania e de autonomia dos sujeitos, como para a manutenção de situações de centralização do poder decisório e do controle de muitos por poucos (MEDEIROS; LUCE, 2006, p. 03).

A democratização, não era uma atitude de cima para baixo, ou seja, iniciativa do governo federal, mas sim uma resposta à população que já solicitava sua realização, e o governo tratou de realiza-la dentro de suas diretrizes ideológicas. De acordo com Oliveira (2001, p.95):

Diante de grandes pressões populares pela democratização, sobretudo da educação básica, implicando a exigência de seu acesso, mas também na qualidade de seus serviços – fator indispensável à permanência dos alunos na escola e à conclusão de sua escolaridade -, o Estado procura atender de forma ambivalente a essa demanda. Por um lado, dispõe de medidas que procuram das respostas imediatas às manifestações sociais mais patentes e, por outro, tenta compatibilizar o atendimento das demandas com uma política de contenção dos gastos públicos se, contudo, abrir mão da direção do processo de mudanças.

Os gastos públicos são compreendidos no governo Itamar Franco, conforme citado anteriormente, como aqueles que deviam ser ajustados de acordo com a

ideologia neoliberal, vigente neste período, ou seja, “a tentativa por parte do Estado de capitanear o processo de mudanças na educação, que ocorre na década de 90, será fundada no discurso da técnica e na agilidade administrativa” (OLIVEIRA, 2001, p. 95). Aqui compreendem-se, também, os sentidos da expansão do ensino Universitário, onde o governo procurava administrar as vagas e aberturas dos cursos noturnos, com os conceitos de produtividade, eficácia, excelência e eficiência, que são termos importados na administração empresarial. A implicação para este gerencialismo aplicado ao sistema da educação torna-se uma necessidade do capitalismo em controlar e gerar um sistema que se adapte à continuidade e manutenção dos seus ideais,

dessa forma, pretendem os teóricos da Administração garantir a eficiência da prática administrativa e criar provas de que a administração é capaz de propor as formas de condução do próprio desenvolvimento do capitalismo e da sociedade, como se ela fosse determinante de todo esse processo (FELIX, 1985, p. 67).

Nesta demanda, nota-se uma contradição neste documento quando este cita um aumento de jovens matriculados no ensino superior. Se no próprio texto confirma que ocorre um processo de aceleração de proletarização da população brasileira, como pode haver uma democratização do acesso da classe trabalhadora ao Sistema Escolar? No ano de 1993, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), havia 873 instituições de Ensino Superior no Brasil, sendo 652 privadas e somente 211 públicas, e dentro destas 57 eram Federais. Ainda com dados de Sguissardi (2005, p. 213), os recursos destinados às Instituições Federais de Ensino (IFES) em 1993 correspondia a 0,73% do Produto Interno Bruto (PIB)²¹. Comparado com o ano de 1989, último ano do governo Sarney, que era de 0,97%, houve um decréscimo de 0,27% neste período, ficando evidente a diminuição de aplicação de recursos nas Universidades, condizente com as diretrizes neoliberais.

A proposta de 1993, com poucas críticas de reinvidicação, demonstrava o caminho que tomava o FONAPRACE, na orientação de informações e sugestões ao

²¹ O Produto Interno Bruto (PIB) é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia e tem como principal objetivo mensurar a atividade econômica de uma determinada região. Quando uma determinada região apresenta declínio de dois trimestres consecutivos no valor do PIB, significa que sua economia encontra-se em recessão técnica (ADVFN BRASIL, 2014).

Ministério da Educação (MEC) para que esta política tivesse uma melhor efetivação dentro das IFES.

Demonstra-se que havia uma união dos Pró-reitores, pois não se percebem divergências na concepção das solicitações, porém evidencia-se uma discussão em torno de uma luta pelo apoio a uma ideologia de uma escola pública com condições de atender os alunos com qualidade, com formação para a cidadania, pelos direitos e desigualdades sociais. Mas a proposta não continha nenhuma sinalização de reivindicação da oficialização daquela em se transformar em política de Estado que assegurassem ao estudante “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, conforme o previsto no Art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

2.4.2 A concepção de uma política como um direito social, no lugar de uma política de assistencialismo

De acordo com o contexto de Influência, dentro do ciclo de políticas percebem-se os sentidos dos documentos. No primeiro documento analisado, ou seja, a proposta para uma política de apoio ao estudante, de 1993, as preocupações eram referentes à expansão das Universidades com a democratização do ensino, a formação para a cidadania e conseqüentemente uma grande parcela de alunos oriundos de famílias de baixa renda e a manutenção destes com programas que minimizassem estas desigualdades sociais.

Nos anos que se seguem, com as reuniões do FONAPRACE e a formulação de documentos na luta por uma política pública de assistência ao estudante, a partir de 1995, com a análise dos documentos, já se fala em perceber as políticas de apoio ao estudante não como assistencialismo, e sim como um direito social e, mais ainda, um amadurecimento com a busca de dados que pudessem confrontar com o governo federal em reivindicações de recursos específicos para a implementação destas políticas. Porém a tensão destes confrontos acontecia em discursos contraditórios, de um lado o FONAPRACE, que defendia mais recursos para as políticas de assistência ao estudante e reconhecia a importância destas políticas como um direito social, e de outro um governo que acentuou o ideal neoliberal, “Com

FHC, o que acontece é um deslocamento muito claro no âmbito do aparelho decisório do Estado brasileiro, das influências e do sentido de classe” (PEREIRA, 2010, p. 192). Essa tensão ocorre, de acordo com Arroyo (2011, p. 276), “[...] entre uma educação amarrada ao mercado e conseqüentemente pobre, estreita, e a possibilidade de um projeto educativo vinculado ao avanço da consciência do direito”.

Cabe lembrar o governo FHC, com ideais neoliberais, onde “é preconizada a política de desenvolvimento econômico em detrimento da garantia dos direitos sociais” (FORTUNA, 2007, p. 234), e este o caminho que tomava os Pró-reitores contra uma

[...] política social forjada no ideário burguês como uma medida de controle social, torna-se uma forma paliativa de atender algumas demandas dos trabalhadores organizados em movimentos por melhores condições de sobrevivência e, portanto, não caminha na construção de uma nova ordem societária, isto é, não se coloca no âmbito da superação da ordem burguesa, entretanto, garante minimamente as condições de sobrevivência da população pauperizada (FORTUNA, 2007, p. 235).

Esta evidência de uma política pública da assistência estudantil como direito social torna-se claro na elaboração dos documentos do FONAPRACE. Passados três anos, o FONAPRACE, tendo na gestão, como coordenadora nacional, Iara Barreto, da Universidade de Goiás, traz a lume o Documento formulado em 1995: *Política Social nas Pró-reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES – Princípios*, cuja análise, atendendo à categoria ciclo de políticas, possibilita dizer que os Pró-reitores intensificam e reestruturam suas considerações, pois percebe-se um discurso mais acirrado com relação ao anterior, de 1993. Parte-se para uma postura mais crítica à conjuntura do primeiro ano vivenciada em nosso país, primeiro ano de governo do então Presidente eleito FHC, diante da ideologia imposta, e suas conseqüências na educação.

Neste documento, faz-se uma análise da atual conjuntura, ficando dividida em seis itens. No primeiro, a sua *introdução*, é realizada uma sinalização de como se pautava a coordenação do FONAPRACE, perante ao atual quadro conjuntural político e social do Brasil, “Nessa direção percebe-se a necessidade do resgate da Política Social como instrumento de uma política educativa que não ignore o contexto social do país e o indivíduo que dele se origina como aluno ou servidor da instituição” (FONAPRACE, 1995, p. 1).

Conjuntura esta que é destacada no segundo item, no qual se faz uma análise da política neoliberal, baseada no estudo de Perry Anderson, já destacado neste estudo. Continua o documento com sua terceira parte: *Relação Universidade e Política Social*, com uma crítica ao Estado brasileiro com sua falta de investimentos aos programas sociais,

O desenvolvimento da Política de Assistência Social é visto como desnecessário numa instituição de ensino, uma vez que este ainda tem traços paternalistas e assistencialistas. É como se a Universidade se negasse a ver os avanços dessa política e sua qualificação como direito e como instrumento de democratização da educação (FONAPRACE, 1995, p.4).

Esta falta de investimentos em programas sociais do governo federal, estava de acordo com as reformas do governo de FHC com a ofensiva do Estado nas ações neoliberais privatistas para o capital monopolista. De acordo com Paulo Netto e Braz (2012, p. 239):

A partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais

Apostando numa concepção, é o tema do quarto item do documento, no qual, de maneira firme e clara, a coordenação do FONAPRACE se posiciona e faz sua defesa de uma política social em nosso país concomitante à política de assistência ao estudante da IFES.

Entender a assistência como direito de cidadania implica ser, de fato, assumida pelo Estado com uma abrangência/dimensão de investimentos que a constitua como uma política social pública e uma área significativa do serviço público. Torná-lo espaço de ampliação pressupõe lutas e confrontos. (FONAPRACE, 1995, p. 4).

Nota-se a preocupação da coordenação do FONAPRACE com as sinalizações dos rumos que a política nacional apresentava e seus reflexos com a diminuição dos investimentos das Instituições de Ensino Superior (IES) e, portanto, nas políticas de assistência aos estudantes, conforme já citado, com o investimento direcionado à educação básica e ao superior direcionado à privatização e em seu

último item: Dotação Orçamentária, e assim recorre a ANDIFES²² a sua mediação ao Governo Federal:

A partir da Análise desse quadro, que caracteriza a ausência de uma política de educação coerente e que permita o desenvolvimento do papel social da universidade, é que o FONAPRACE solicita à ANDIFES o empenho junto ao Ministério da Educação no sentido de reverter este quadro, formalizando a alocação de recursos em rubricas específicas deixando, desta forma, de penalizar as universidades (FONAPRACE, 1995, p. 6).

A partir do documento Princípios, o discurso dá ênfase à preocupação com os rumos que as universidades estavam tomando na conjuntura do governo FHC e seus compromissos com órgãos mundiais pautados em uma política neoliberal em crescente desenvolvimento mundial e evidencia a luta pelos direitos sociais, que de acordo Goergen (2013) fazem parte da cultura humana, contrapondo interesses privados e sociais.

Historicamente, este objetivo nunca se realizou plenamente. Ao contrário, ao longo dos tempos, configurou-se uma sociedade dividida entre fortes e fracos, dominadores e dominados, ricos e pobres, incluídos e excluídos. Partindo da premissa de que, em princípio, e apesar das diferenças genéticas e socioeconômicas, somos todos iguais como seres humanos, conclui-se que os socialmente desfavorecidos necessitam, em termos de educação, de amparo num duplo sentido. Primeiro, mediante uma educação escolar democrática, visando um novo modelo de cidadania participativa e tendo por objetivo a construção de uma nova sociedade mais digna e justa. Segundo, pela garantia de oferta e acesso à educação de qualidade para todos sob a responsabilidade do Estado (GOERGEN, 2013, p. 730).

Deste documento fica evidenciado que no governo FHC:

[...] a garantia dos direitos sociais não deixaria de ser uma forma de tutela aos pobres, mas momentaneamente necessária, desde que se reduzisse a um mínimo de benefícios atrelados a contrapartida e a um “rígido” gerenciamento dos “gastos” sociais, cujo melhor resultado seria o de propiciar aos “pobres” a oportunidade de não depender mais de tais benefícios (SILVA, 2012, p. 191).

²² A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, criada em 23 de maio de 1989, é a representante oficial das universidades federais na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.

Diante destes pressupostos, nos anos seguintes houve uma preocupação do FONAPRACE em realizar pesquisas que demonstrassem a atual realidade do perfil dos estudantes das IFES brasileiras.

A I Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras realizada no segundo semestre letivo de 1996, contou com a participação de 44 instituições, o equivalente a 84,62% das 52 IFES. Dentre outros dados relevantes, demonstrou que 44,29% dos estudantes encontravam-se nas categorias C, D e E, apresentando demanda potencial por assistência estudantil (FONAPRACE, 2012, p. 20).

Segundo a Revista comemorativa²³ dos 25 anos do FONAPRACE (2012), esta pesquisa foi contra o divulgado pelas notícias da mídia que apontavam que o público que frequentava as Universidades era pertencente a uma classe social que poderiam pagar seus estudos. A partir deste fato várias ações começaram a ser tomadas, tanto na divulgação na mídia quanto junto à ANDIFES. Neste período a verba para a assistência ao estudante advinda do governo federal era muito pouca, condizente com o estado mínimo do ideal neoliberal, onde “[...] minimalização do Estado e a degradação da educação a produto comercializável segundo as leis do mercado [...]” (GOERGEN, 2013, p. 738) e era complementada com os próprios recursos das instituições, “As universidades, de modo geral, realizavam a assistência estudantil, com recursos próprios oriundos das então chamadas taxas acadêmicas pagas pelos estudantes (matrículas e outras), portanto, insuficientes” (FONAPRACE, 2012, p. 47).

Após quatro anos, O FONAPRACE, que se encontrava com nova gestão, Carlos José de Lima, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, realizou mais um encontro, na cidade de Natal, RN, em junho de 1999, da qual surgiu o documento: Reunião de trabalho do FONAPRACE, o qual se analisa. Nesta reunião foi realizada uma apresentação de todas as instituições presentes com relatos da prática da assistência ao estudante, com os seguintes temas: “Público-alvo da assistência, estrutura e funcionamento dos serviços, maiores serviços prestados, formas de verificação do perfil socioeconômico dos usuários, acompanhamento dos estudantes dos programas, dentre outros” (FONAPRACE, 1999, p. 1).

²³ “Em comemoração aos 25 anos do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), foi lançada a revista História, memórias e múltiplos olhares, que traz um apanhado das ações desenvolvidas em prol da assistência estudantil nas Universidades Federais. A revista foi publicada com o apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior” (ANDIFES, 2012)

Com estes relatos, evidencia-se uma não padronização nas ações realizadas pelas instituições com relação à assistência ao estudante.

A estrutura e funcionamento desses serviços apresentam-se muito heterogênea. Detectamos a prestação de serviços esporádicos, descontínuos e circunstanciais ao mesmo tempo em que ocorrem ações definidas em programas estruturados sob a gestão das Pró-Reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis, no caso das IES, e das Coordenadorias de Assistência Estudantil (IES/CEFETS) (FONAPRACE, 1999, p. 1).

Neste documento reforça-se a ideia de uma assistência ao estudante enquanto política pública e não como assistencialismo, bem como reforça-se perante a sociedade a atual situação do universo dos estudantes que frequentavam as Universidades, que de acordo com a pesquisa realizada em 1996 apontava como maioria provenientes de classes menos abastadas da sociedade e assim era necessário repassar as informações corretas, “Ressaltamos a importância de serem criadas as condições necessárias para a divulgação da assistência enquanto POLÍTICA PÚBLICA, tanto no âmbito da comunidade acadêmica, quanto na sociedade” (FONAPRACE, 1999, p. 1).

A cada novo documento criado, fruto das reuniões dos Pró-Reitores, o FONAPRACE reforça a ideia da criação de uma Política Pública visando garantir os direitos sociais tão mitigados durante esta ofensiva neoliberal.

Ainda no documento, em relação ao item ACOMPANHAMENTO DOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS, fica evidenciada uma tendência de que aqueles estudantes que são beneficiados com os programas deveriam dar contrapartida somente com os critérios acadêmicos, ficando quase unânime esta percepção, porém com respeito à utilização dos restaurantes universitários, duas universidades da região nordeste (provavelmente pelas suas características socio-regionais) se posicionaram para que a contrapartida fosse somente a conclusão e êxito dos estudantes em suas formações para que desta forma pudessem competir em igualdade com aqueles que não necessitassem desta demanda. Esta interpretação dos Pró-Reitores vai contra o “[...] princípio da reciprocidade da justiça liberal, que define a ideia da equidade, ninguém deve receber sem dar nada em troca” (SILVA, 2012, p. 185).

Inicia-se uma organização em uniformizar as ações dentro das instituições. Baseados no item PROBLEMAS LEVANTADOS NA DISCUSSÃO TEMÁTICA, foram

realizadas as PROPOSTAS/DIRETRIZES nas quais destacam-se as ações no sentido de formulação de uma política de assistência construída de forma coletiva, e assim reivindicar financiamento específico; encarar a assistência como investimento e não como custo e como instrumento que consolide a permanência do estudante na universidade; e

Lutar pela ampliação dos programas de assistência estudantil mantendo uma postura de incansável oposição ao que está posto: a restrição dos programas de assistências estudantil através da criterização do acesso em função dos poucos recursos (FONAPRACE, 1999, p. 3).

Passados quatro anos após a produção do último documento estudado, observa-se uma crescente luta pelo reconhecimento da assistência ao estudante como direito social, ficando evidenciado que o FONAPRACE se mantinha unido com sua postura de cobrança junto ao governo federal por maior atenção a esta política, porém agora com dados comprobatórios provenientes das pesquisas realizadas pelas IFES. É interessante destacar que o investimento nas IFES pelo governo federal, como citado antes, em 1989 era de 0,97% do PIB, em 1993 era de 0,73% e em 1999 chegou a 0,69% (SGUISSARDI, 2005, p. 213), ajustada com a política neoliberal do então presidente FHC.

2.4.3 A ação política para a construção de uma Política Pública de Assistência ao Estudante

Com base nos pressupostos até aqui apresentados, fica evidenciado que esta luta por uma política de assistência torna-se primordial no entendimento do FONAPRACE, porém era preciso uma ofensiva mais forte no intuito de concretizá-la como política de Estado.

A partir de julho de 1999, o FONAPRACE contava com nova coordenação. Tomou posse o Professor José Leonel da Luz Antunez, da Universidade Federal de Pelotas, RS, e o que se observa é que as articulações em torno da construção da política pública de apoio ao estudante, conforme até aqui demonstrado, tomam uma dimensão maior com uma ofensiva mais intensa no intuito de concretizá-la como

política de Estado e estão de acordo com a categoria do ciclo de políticas, no seu contexto de influência.

O que se segue nesta coordenação são ações que passaram a ser divulgadas em jornal próprio. Na edição de número 01 de novembro de 1999, reforça-se a preocupação na formulação de um Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNA). Na coluna *Prestando Contas, informes da Coordenação Nacional*, em seu item 4, “Em relação ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNA), entende o Professor Rodolfo que o Plano devia ser mais enxuto e conter dados numéricos globais e não por instituições” (FONAPRACE, 1999, p. 2).

Neste período, elaborava-se o Plano Nacional de Educação (PNE), e de acordo com o Jornal do Fonaprace a assistência estudantil não estava contemplada. Ainda na seção *Prestando Contas* em seu item 6,

Na oportunidade fizemos uma leitura no Plano Nacional de Educação (PNE), em tramitação na Câmara Federal, onde não encontramos nenhuma referência de apoio ao estudante quanto a permanência na Universidade e sim de acesso. Face a esta constatação enviamos documento ao Deputado Federal Nelson Marchezan relator do Plano Nacional de Educação conforme ofício nº 051/99 (leia na seção cartas), que foi entregue ao Parlamentar pelo Professor Sangói da UFSM no dia 24/09/99 na cidade de São Sepé/RS) (FONAPRACE, 1999, p. 2).

De acordo com esta carta acima mencionada, entregue ao relator do PNE, foi solicitada a inclusão da assistência ao estudante neste Plano.

Conhecedores da sensibilidade de V. Ex.^a para o tema em tela, solicitamos especial atenção no sentido de que o Plano Nacional de Educação contemple em suas metas, elementos que assegurem condições para a inserção dos estudantes de menor poder econômico nas atividades fins das Instituições e os meios (alimentação, moradia, transporte, saúde e atividades de convivência) que garantam a permanência desses alunos nas suas graduações. (FONAPRACE, 1999, p. 4).

Conforme descrito na Revista comemorativa dos 25 anos do FONAPRACE, no início de 2000, uma comissão do Fórum realizou visitas a vários parlamentares em Brasília, momento em que receberam a informação de que a assistência estudantil seria contemplada no PNE (FONAPRACE, 2012, p. 25). A Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, foi publicada no Diário Oficial da União na data de 10 de janeiro de 2001, com a seguinte redação no item 4.4 - Financiamento e Gestão da Educação

Superior: “34. Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001, p. 34). Esta redação não foi exatamente o que esperava a coordenação do FONAPRACE, “em que pese não concordar com a redação proposta, sentiu-se parcialmente contemplado ao incluir a AE no PNE” (NASCIMENTO; ANTUNEZ, 2012, p. 20).

Na edição número 01, ano 02, de abril de 2000 do Jornal do FONAPRACE, faz-se um relato da reunião de trabalho que ocorreu novembro de 1999, já havia a sinalização para uma “Elaboração de Documento que foi encaminhado ao FORPLAD²⁴ solicitando que na nova matriz para a distribuição de recursos orçamentários possa ser levada em consideração uma variável que contemple a assistência estudantil” (FONAPRACE, 1999, p. 2). Na redação do PNE, com a frase: *estimular a adoção, pelas instituições públicas*, ficou evidenciado que o governo federal, neste sentido, apoiava as IFES para que continuassem a prever com seu próprio orçamento as ações de assistência ao estudante. Em entrevista por meio da internet junto ao coordenador deste período, Professor José Leonel da Luz Antunez, sobre a redação a redação do PNE, que não agradou a coordenação do FONAPRACE da época, o mesmo relatou, “estimular...esse era o problema...quem estimula não banca” (ANTUNEZ, 2014)²⁵. Com esta redação, o governo não se obrigava a providenciar recursos próprios para a política de assistência ao estudante, e se descompromissavam de criar uma matriz específica suficiente para atender à demanda das instituições, atitude esta que manteve a postura dos rumos do governo FHC.

Ainda de acordo com esta edição do Jornal do FONAPRACE, a coordenação nacional esteve em audiência com a Secretaria de Ensino Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC) e desta reunião ficou definida “uma agenda de trabalho conjunta na elaboração de um Plano Nacional de Assistência” (FONAPRACE, 2000, p. 2).

²⁴ O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD) tem caráter permanente e reúne os pró-reitores de planejamento, de administração e ocupantes de cargos equivalentes destas instituições. O Forplad tem como objetivos principais: a) estudar e propor soluções para os problemas relacionados com as áreas de planejamento e administração das IFES. (ANDIFES, 2014).

²⁵ ANTUNEZ, J. L. L. **A gestão do FONAPRACE nos anos 1999 e 2000**. [20 mar. 2014]. Entrevistador: Izaias Costa Filho, 2014. Entrevista on-line concedida à distância (bate-papo).

Na esteira do movimento realizado pelo FONAPRACE, ainda na gestão do Professor José Leonel da Luz Antunez em defesa de uma política pública de assistência ao estudante, foi formulado em agosto de 2000 o documento: *Assistência Estudantil, uma questão de investimento*, cujo intuito era fortalecer e sensibilizar as autoridades do governo federal com relação à assistência ao estudante.

Em seus objetivos destacam-se: garantir aos estudantes das IFES públicas a igualdade de oportunidades, proporcionando condições básicas para garantir sua permanência e pleno desempenho acadêmico, desta forma prevenindo a evasão quando decorrentes de dificuldades socioeconômicas (FONAPRACE, 2000, p. 1). O documento faz uma defesa a respeito do desenvolvimento de ações de assistência ao estudante,

Não se trata de ajuda paternalista, ao contrário, verifica-se que as Universidades que mantêm programas de assistência e realizam o acompanhamento do desempenho acadêmico destes estudantes constatam que seu rendimento escolar médio é igual, estatisticamente, ao dos alunos provenientes de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Isto comprova que é compensador investir na melhoria das condições e na qualidade de vida dos estudantes carentes enquanto universitários (FONAPRACE, 2000, p. 1).

Com dados do INEP, fica demonstrado que somente 37% dos estudantes universitários brasileiros estão nas IES públicas, sendo que a maioria é absorvida por instituições privadas e defendem ações que minimizem estas desigualdades sociais vivenciadas na conjuntura que se encontrava o Brasil no segundo semestre de 2000.

Entende-se que a busca da redução das desigualdades sociais faz parte do processo de democratização da Universidade e da própria sociedade brasileira, e isto não pode se efetivar somente através do acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessário a criação de mecanismos que garantam a permanência dos alunos que ingressam na Universidade, reduzindo assim, os efeitos das desigualdades apresentadas pelo conjunto de estudantes comprovadamente desfavorecidos e que apresentam dificuldades concretas para prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (FONAPRACE, 2000, p. 2).

O conteúdo do documento *Assistência Estudantil, uma questão de investimento*, considera que a assistência estudantil se trata de investimento, pois segundo os pressupostos apresentados são de que aquelas instituições que

investem nesta política têm atingido o objetivo de minimizar as desigualdades sofridas pelos estudantes provenientes de camadas mais desfavorecidas socioeconomicamente. Desta forma o FONAPRACE faz uma série de metas que pretende alcançar: a inclusão de uma matriz orçamentária do MEC para cada instituição para atendimento das IFES; ampliação dos ambientes destinados à AE; estabelecer a vinculação entre as ações de acesso e permanência dos estudantes e consolidar um Plano Nacional de Assistência de acordo com as necessidades levantadas por pesquisa nacional junto as IES (FONAPRACE, 2000, p. 4).

Com as informações do Jornal do FONAPRACE, ano 2, número 3, de agosto de 2000, o documento Plano Nacional de Assistência foi levado em mãos ao poder executivo do governo federal.

Em audiência no Palácio do Planalto, o FONAPRACE entregou o documento Assistência Estudantil: Uma Questão de Investimento ao Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel, o qual demonstrou muito interesse sobre o tema. O MEC já acusou ter recebido o documento da Vice-Presidência (FONAPRACE, 2000, p. 1).

Este jornal relata ainda que diversas ações políticas foram realizadas como visitas ao Presidente da Comissão da Educação, Senador Freitas Neto; à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e ao então Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato de Souza. A partir de todas estas ações, junto com as reuniões dos Grupos do FONAPRACE, se mostrava a direção que tomava no intuito de fortalecer o ideário de uma assistência ao estudante fortalecida para que se consolidasse como política pública de Estado. Dizia assim matéria no Jornal do FONAPRACE, “A participação de todas as Instituições é que dará o suporte fundamental para que o FONAPRACE tenha o combustível suficiente para representar a assistência estudantil na busca constante da Justiça Social” (FONAPRACE, 2000, p. 3).

Destaca-se que neste período os investimentos nas Universidades continuavam a diminuir, de 0,69% do PIB em 1999 para 0,65% em 2000 (SGUISSARDI, 2005, p. 213). Neste sentido era a luta do FONAPRACE pela busca de recursos próprios para as políticas de assistência ao estudante dentro do movimento dos docentes em defesa de uma escola pública, gratuita e de qualidade para o filho do trabalhador brasileiro.

Sob nova coordenação a partir do segundo semestre de 2000, agora sob o comando de Thérèse Hofmann Gatti, da Universidade de Brasília, o FONAPRACE

traz como proposta, de acordo com a edição número 04, ano 02 de seu jornal, com data de 4 de novembro de 2000, várias ações com o intuito de fortalecer a política de assistência ao estudantes, como atendimento à saúde (psicológica, dependência química, odontológica, médica, gestação precoce, sociológica e doenças infecciosas), cultura, lazer, esportes (Jogos Universitários, festivais, orquestras, teatros), bolsa monitoria, estágio, viagem, cursos de informática, idiomas, tutorias, qualidade de vida e meio ambiente, ações que o FONAPRACE chamava de Assistência ideal possível.

Na era da informática, com a intenção de dar continuidade as suas atividades, previam a profissionalização das suas ações, entre elas: homepage atualizada (FONAPRACE, 2000, p. 2). Neste quesito, de atualização de sítio eletrônico, parece que ainda não foi resolvido. Muitos documentos que poderiam contribuir para uma maior divulgação e história das atividades do FONAPRACE até os dias atuais não se encontram na sua página²⁶.

No relatório da reunião realizada em julho 2000²⁷ com a presença do Sr. Rubens de Oliveira Martins, que à época era Assessor do Departamento de Política do Ensino Superior da Secretaria de Educação Superior (MEC), destacamos duas propostas realizadas pelo FONAPRACE:

Proposta de programa de bolsas com recursos da SESU/MEC para os alunos de baixa renda identificados pelo perfil sócio-econômico (sic) com contrapartida de prestação de serviços para a IES. Ficou a ser definido o valor e quantidade de bolsas depois do resultado do mapeamento. [...] Discutir a inclusão na matriz orçamentária de recursos para a área de assistência (FONAPRACE, 2000, p. 1).

Identifica-se neste momento que se prevê uma contrapartida pelos estudantes que seriam atendidos com bolsas e também a possibilidade da inclusão na matriz orçamentária do governo federal para atendimento das ações da assistência estudantil nas IFES.

²⁶ Na página eletrônica do FONAPRACE nos itens Reunião de trabalho do FONAPRACE - 08 a 12 de 1999 e Relatório Geral das reuniões realizadas pela Coordenação Nacional do FONAPRACE, seria interessante constar atualizadas estes documentos, porém se encontra sem nenhum arquivo para consulta. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/doc_produzidos.html> Acesso em: 01/08/2014.

²⁷ Disponível na página virtual do FONAPRACE. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/reu_sesu.htm>. Acesso em: 01/08/ 2014.

Com base nos levantamentos realizados com os mapeamentos da assistência praticada nas IES²⁸, e a partir dos esforços da equipe do Fórum, com união das coordenações regionais e dos grupos, o FONAPRACE

No intuito de avançar e efetivar as questões relacionadas à AE resolve elaborar uma minuta de um Plano Nacional de Assistência Estudantil. Assim preparou o referido Plano a partir dos dados da pesquisa do perfil publicada em 1997 e nas dificuldades enfrentadas pelos estudantes nas Ifes observadas pelos setores responsáveis pela AE nas Instituições (NASCIMENTO; ANTUNEZ, 2012, p. 20).

Baseado nos pressupostos até aqui apresentados, percebe-se a evolução histórica que a assistência estudantil tomou dentro de uma disputa por uma educação pública dentro de uma luta de classes, de um lado um governo com uma ideologia baseada nos ideias neoliberais com diminuição do investimento com recursos do Estado para as instituições públicas de ensino, e do outro o FONAPRACE, que representava as IES e reivindicava uma política de assistência estudantil, não como um gasto, mas sim como investimento que neste sentido poderia colocar em igualdade àqueles aqueles estudantes provenientes de camadas mais desfavoráveis socioeconomicamente, por meio de dados da pesquisa do perfil publicada em 1997, que comprovavam as dificuldade que os estudantes enfrentavam e que com apoio de ações de assistência ao estudante teriam mais acesso e permanência em seus estudos.

De acordo com a revista 25 anos do FONAPRACE, no final de 2000 foi realizada uma reunião com a SESU com o intuito de garantir para o ano seguinte uma verba específica, e que estes recursos não onerassem os orçamentos das IES e “Apesar da relevante atuação política do FONAPRACE e dos dados apresentados à SESU/MEC, ainda assim, as IFES não conseguiram liberação de verbas por parte do Governo FHC para atender às demandas da Assistência Estudantil” (FONAPRACE, 2012, p. 28).

Fica claro que com o amadurecimento das reuniões do FONAPRACE, dentro do seu processo histórico desde 1985, na sua primeira reunião, aqui se entrelaçam e se direcionam as metanarrativas observadas nos documentos até aqui

²⁸ Mapeamento com documento padrão disponível no sítio eletrônico do FONAPRACE, com informações das IES de todas regiões do Brasil. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprince/documentos/mapeamento.html>>. Acesso em: 01/07/2014.

analisados: a democratização, a formação para cidadania, direito social e a luta por uma política pública de assistência ao estudante.

Estes esforços do FONAPRACE vão contra as reformas implementadas no período das décadas de 80 e 90 e “A luta em torno da educação pública tem se constituído em um elemento fundamental de resistência à implantação das políticas sociais neoliberais na educação brasileira” (DEL PINO, 2011, p. 83).

Neste sentido, no seio do processo histórico e inserido na categoria ciclo de políticas em seu Contexto de Influência, percebe-se que neste período estudado, compreendido entre 1993 a 2001, o Brasil estava inserido em uma conjuntura com o ideário neoliberal. Desta forma, conforme analisado nesta seção, sofreu influências de agências multilaterais como o Banco Mundial, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os debates em torno da construção de uma política de apoio aos estudantes se deram com os Pró-reitores (junto ao movimento docente por uma universidade pública de qualidade) e o governo federal, sendo que dentro do FONAPRACE havia uma consistência de opiniões, como se vê nas atas e relatórios de seus encontros, com o mesmo diálogo em direção de uma efetivação como política de Estado.

O Plano Nacional de Assistência ao Estudante, resultado destas reuniões e estudos, tornou-se um documento organizado e que, em 4 de abril de 2001, a coordenação do FONAPRACE encaminhou à ANDIFES, o qual se intitulou: Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior. “O Plano estabeleceu diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos, e demonstrou aos órgãos governamentais a necessidade de destinação de recursos financeiros para a assistência estudantil” (FONAPRACE, 2012, p. 25).

Dedica-se a próxima seção ao estudo deste documento que compõe com a Categoria Ciclo de Políticas dentro do Contexto da Produção do Texto.

3 A POLÍTICA DE APOIO AO ESTUDANTE NO PERÍODO DE 2001 A 2007: DO DISCURSO PARA O TEXTO SOB O MANTO DA INCLUSÃO SOCIAL

Os governos dos dois primeiros presidentes da República brasileira eleitos após a ditadura de militar de 1964-1985, Fernando Collor de Melo (1990-1992) e F (1995-1998; 1999-2002), fizeram ajustes do Estado ao Consenso de Washington, às políticas neoliberais. Tratou-se, dessa maneira, de colaborar com a reestruturação produtiva do capital, em curso já em outros países, como meio de superar a crise de acumulação que se manifestava desde o final da década de 1970.

Se de um lado, por parte de estudiosos críticos, essa crise é entendida como própria do modo de existência capitalista, uma crise estrutural, como diz Antunes (2012), por outro, responsabilizava a classe trabalhadora e os sindicatos, suas demandas e conquistas sociais, pelos gastos e impasses do próprio Estado.

Uma reengenharia foi realizada no âmbito dos aparelhos do Estado, e das empresas estatais, também na educação escolar, nomeadamente a profissional e o ensino superior. Paulo Netto e Braz situam as reformas implantadas pelo então presidente FHC:

[...] pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos 80 do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s) (sic) destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 239).

Com a vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2002, que trazia uma campanha voltada à recuperação dos direitos sociais tendo o plano de governo sobre o título *Um Brasil para Todos, Crescimento, Emprego e Inclusão Social*, iniciava-se um mandato prometendo estas garantias como forma de combater os seus antecessores.

É neste contexto, caracterizado por possibilidades de redução e ou ampliação de direitos sociais, que se explica, nesta dissertação, a elaboração sistemática de documentos, manifestação de uma política em construção, fruto dos debates no seio do FONAPRACE e deste com o Governo Federal, analisados na seção anterior.

Trate-se agora de, com o auxílio da categoria ciclo de políticas, expor e analisar os seguintes documentos: a) a Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduações das Instituições Públicas de Ensino Superior de abril de 2001; b) o Plano Nacional de Assistência Estudantil de 2007; c) a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES; d) o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES; e) a minuta de Decreto que dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PNAES-EPCT e dá outras providências.

Entende-se que o estudo destes documentos possibilita compreender o escopo da política de assistência ao estudante e desta forma compreender quais os sentidos desta política que avançou dentro do processo histórico junto ao movimento dos docentes.

3.1 ELEMENTOS DA PROPOSTA DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE: ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES E RECURSOS FINANCEIROS

Conforme relatado na seção anterior, o FONAPRACE após muitos debates e confrontos, das lutas crescentes desde a década de 80, quando foi criado, elaborou um Plano Nacional de Assistência Estudantil, baseado nas pesquisas realizadas nos anos de 1996 e 1997. Para isso foi composta uma comissão com representantes das regionais do FONAPRACE, que levou em conta os dados das pesquisas e diferentes situações das realidades das instituições. Estes indicadores contribuíram para a reivindicação junto ao governo federal de uma política de assistência que garantisse o acesso e a permanência de estudantes em seus estudos nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Esse documento, que foi encaminhado à ANDIFES, trata-se do primeiro que iremos abordar nesta seção, é o início do Contexto da Produção de Texto, conforme a categoria ciclo de políticas que orienta este estudo. Considera-se que o referido Plano foi de grande valia, pois tornou-se o “documento base para todas as ações

relativas ao tema, inclusive com elaboração de Propostas de Recursos Orçamentários para as IFES investirem em programas para Assistência Estudantil” (FONAPRACE, 2012, p. 25).

Desde logo o FONAPRACE atribui à política de assistência ao estudante consubstanciada na Proposta do Plano a ser implementado através de programas e projetos as diretrizes sociais de reduzir as desigualdades.

Em seu texto o Plano proposto pelo FONAPRACE explicita o escopo das políticas na sua apresentação:

Nesse sentido, a proposta de Plano procura listar diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de assistência estudantil que possam reduzir as desigualdades socioeconômicas e culturais entre os graduandos das IES; contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes das insuficiências de condições financeiras (FONAPRACE, 2001, p. 2).

A comissão deixou expresso no documento o escopo dos projetos e programas segundo a natureza do trabalho universitário, e, portanto, há a denotação de que nesta proposta de plano havia uma visão ampliada dos programas, pois

Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos como instrumentos de acesso e permanência dos estudantes nas instituições públicas, tendo como pressupostos ações articuladas com o ensino, a pesquisa e extensão (FONAPRACE, 2001. p. 2).

A inclusão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se inscreveu nas lutas dos movimentos dos professores no período da redemocratização e de acordo com Maciel e Mazzilli,

A ANDES²⁹, juntamente com outras entidades sociais que integravam o Fórum da Educação na Constituinte (1987), formulou a ideia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como possibilidade de uma universidade gratuita, autônoma, democrática e socialmente relevante (MACIEL; MAZZILLI, 2010, p. 3).

Esta luta dos professores teve êxito com a inclusão desta indissociabilidade sendo prevista no Artigo 207 da constituição de 1988, “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e

²⁹ Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988, p. 139).

Com o ideário do neoliberalismo, sistema vigente à época, foram várias as tentativas de não efetuar este cumprimento da constituição. A Lei de Diretrizes e Bases Nº 9394/96 não sustentou esta proposta, pois em seu artigo 45, em relação ao ensino superior, leciona que “ [...] será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização (BRASIL, 1996, p. 20).

Maciel e Mazzilli (2010) assim fundamentam as tentativas do governo FHC em não sustentar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão à época,

O decreto nº 2.207/97, substituído em seguida pelo decreto nº 2.306/97, estabeleceu, oficialmente, a tipologia das instituições de ensino superior, regulamentando o disposto no artigo 45 da LDB, criando a figura dos polêmicos Centros Universitários e abrindo um leque de opções para a organização das IES, possibilitando o oferecimento de cursos superiores apenas através do ensino, sem a inclusão da pesquisa e da extensão como funções que, associadas ao ensino, cumpririam o dispositivo constitucional. (MACIEL; MAZZILLI, 2010, p. 3).

É importante lembrar que a não sustentação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não interessava aos setores que representavam a educação privada, para eles era necessária a formação rápida em curtos espaços de tempo, demanda esta para atender o mercado de trabalho.

Para Severino (2007, p. 21), a relevância desta indissociabilidade:

Atribui-se à conclusão que ensino, pesquisa e extensão são intimamente ligados e se relacionam reciprocamente, de forma que cada uma dessas funções só se torna legítima pela vinculação direta com as outras. A pesquisa é fundamental, através dela é que geramos conhecimento. Construir o objeto que se necessita conhecer é processo condicionante para que se possa exercer a função de ensino. A extensão é mediadora sistematizada do retorno dos benefícios do conhecimento à sociedade. A extensão tem que ser intrínseca ao exercício pedagógico, trata-se de uma exigência do processo formativo. Deve expressar a gênese da reconstrução social. Dessa forma o conhecimento se coloca a serviço das três dimensões intermediárias de nossa existência, fazendo assim com que se cumpra o papel da Universidade (SEVERINO, 2007, p. 21).

Esta visão do FONAPRACE, que realizava a proposta entre o ensino, a pesquisa e a extensão, era um avanço contra a hegemonia que lutava contra este ideário, conforme citado acima.

Neste documento fica claro também que há uma preocupação do Fórum em não cristalizar as ações, deixando a cargo das instituições a aplicação dos programas, “optou-se por não detalhar as ações a serem desenvolvidas, respeitando-se, assim, a dinâmica de cada universidade no atendimento das demandas sociais” (FONAPRACE, 2001. p. 2).

Fruto das reuniões desde a década de 80, “o texto após elaborado foi aprovado na plenária do dia 05 de abril de 2001, em reunião de trabalho na Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE” (FONAPRACE, 2001. p. 2).

3.1.1 Garantia de permanência dos estudantes nas IES, recursos financeiros

O documento Plano Nacional de Assistência Estudantil, realizado pelo FONAPRACE, após a sua apresentação, realizada conforme descrito acima e onde encontra-se o seu escopo, parte para a sua introdução, que é pautada sobre uma retrospectiva de todos os documentos até aqui estudados, bem como os documentos que servem como base legal, para uma reivindicação de uma política pública de apoio ao estudante. Começamos pelo parágrafo onde se faz uma alusão ao que ocorria no ano de 1993, o documento elaborado pelo FONAPRACE, o qual foi o primeiro analisado neste estudo, a *Proposta de Política de Apoio ao Estudante*.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (FONAPRACE, 2001, p. 3).

Este parágrafo condiz com o momento da democratização realizada pelo governo Itamar Franco, dando ênfase também às desigualdades sociais e com isso solicitavam-se mecanismos para manutenção dos estudantes em seus estudos.

O parágrafo seguinte remete-se aos poucos recursos para manutenção dos programas de assistências ao estudante, também citado no documento de 1993 e de 1995 no documento *Princípios*.

A ausência de recursos para a manutenção de políticas que busquem criar condições objetivas de permanência desse segmento da população na universidade faz que esses estudantes, muitas vezes, desistam de seus cursos, ou mesmo, retardem sua conclusão. Para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições (FONAPRACE, 2001, p. 3).

Seguindo os documentos, o texto nos remete ao que diz a Carta Magna, e a LDB de 1996.

A Constituição Federal de 1988 consagra a educação como dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada em 20/12/96, contém dispositivos que amparam a assistência estudantil, entre os quais se destaca: "Art. 3º - O ensino deverá ser ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (FONAPRACE, 2001, p. 3).

Tomando como base legal a Carta Magna e a LDB, partem para o PNE, estudado na edição de número 01 de novembro de 1999 do Jornal do FONAPRACE:

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 10 de janeiro de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do Fonaprace determina 'a adoção de programas de assistência estudantil tais como, bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico' (FONAPRACE, 2001, p. 3).

Já foi citado que foi por meio do FONAPRACE, através de articulações políticas, que a frase acima foi incluída na LDB, demonstrando a luta do Fórum pela assistência ao estudante.

Nos parágrafos seguintes do documento Plano Nacional de Assistência Estudantil, elaborado pelo FONAPRACE em 2001, conforme visto no início deste subitem, ocorre uma explanação mais direta sobre a visão ampliada pretendida pelo Fórum, a articulação destes programas com o tripé: Ensino, pesquisa e extensão:

Assim, a Política Social de Assistência nas IES públicas, como parte do processo educativo, deverá articular-se ao ensino, à pesquisa e à extensão. Permeiar essas três dimensões do fazer acadêmico significa viabilizar o caráter transformador da relação Universidade e Sociedade. Inserir-na na práxis acadêmica e entendê-la como direito social é romper com a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do Estado (FONAPRACE, 2001, p. 3).

Neste sentido, a política reivindicada parte para outra fundamentação, que também há tempos vem sendo também evidenciado a partir do documento *Princípios*, de 1995, para que a assistência ao estudante não seja entendida como assistencialismo e com a articulação com o Ensino, Pesquisa e Extensão, vincula-se a um sentido maior, uma práxis acadêmica do estudante.

O documento parte para a sua justificativa relatando a luta do FONAPRACE, que desde 1984 vem se preocupando com a situação da assistência estudantil, desde a criação do Fórum, passando por várias reuniões, culminando nos resultados da Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IES públicas.

Nessa direção, traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IES públicas foi objeto de duas pesquisas nacionais, promovidas pelo Fonaprace, realizadas entre 1994 e 1996. A pesquisa realizada no segundo semestre letivo de 1996, com a participação de 92,36% das IES públicas brasileiras, permitiu delinear aspectos da realidade desses estudantes, até então, desconhecidos (FONAPRACE, 2001, p. 5).

Desta pesquisa, realizada com 92,36% das IES públicas brasileiras, com 327.000 estudantes entrevistados, é realizada a demonstração dos seus dados, que de acordo com o documento, com critérios da Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado (ABIPEME)³⁰:

- a) 14% são provenientes de famílias das categorias E + D;
- b) 30% pertencem à categoria C;
- c) 43% pertencem à categoria B;
- d) Somente 13% são provenientes de famílias de maior poder aquisitivo e elevado status socioeconômico, categoria A.

Cita ainda o documento no qual os dados obtidos são semelhantes aos das pesquisas realizadas com a população brasileira;

As condições socioeconômicas dos alunos de graduação das IES públicas refletem uma realidade semelhante àquela a que é submetida a população

³⁰ O critério Abipeme sucede a um outro preconizado pela Associação Brasileira de Anunciantes - o critério ABA - e foi desenvolvido pela Associação Brasileira de Institutos de Pesquisa de Mercado com as mesmas finalidades do anterior, ou seja, dividir a população em categorias segundo padrões ou potenciais de consumo. Como o anterior, esse critério cria uma escala ou classificação socioeconômica por intermédio da atribuição de pesos a um conjunto de itens de conforto doméstico, além do nível de escolaridade do chefe de família. (UFRN, 2014)

brasileira. Com base nas constatações feitas em 1996 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (FONAPRACE, 2001, p. 5).

Em relação ao desempenho dos estudantes, é verificado que:

Em condições desniveladas, o desempenho dos alunos é desigual. Os alunos das categorias E + D não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas e, menos ainda, para as despesas típicas do universitário. Para o desempenho do seu papel social, o estudante precisa de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação, participação em eventos acadêmicos e culturais. Soma-se a essas desvantagens o baixo capital cultural representado pelo nível de escolaridade do chefe da família (FONAPRACE, 2001, p. 6).

Estes resultados somavam-se a outro documento chamado: Diplomação, Retenção e Evasão em cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas (MEC, 1996), cujo apontava que 40% dos estudantes ingressos nas universidades, abandonavam seus estudos antes de concluí-lo, associado a um percentual de 8 a 13% que permaneciam em retenção por mais tempo do que o previsto. Neste sentido “O Fonaprace aponta as dificuldades socioeconômicas de parcela do segmento estudantil, estimada em 14%, como uma das causas externas de evasão e retenção” (FONAPRACE, 2001, p. 6).

O documento cita outro estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, que comparou o desempenho acadêmicos dos estudantes,

Foi constatado que os bolsistas dos programas de assistência não apresentaram diferença no desempenho acadêmico, quando comparados aos demais, apesar das diferenças socioeconômicas entre os dois grupos. Além disso, o estudo revelou que os estudantes apoiados pela instituição concluíram seus cursos em menor tempo, apresentaram menor percentual de abandono, de reopção e de trancamento de matrícula (FONAPRACE, 2001, p. 6).

Estes dados servem de suporte para justificar uma política de financiamento que dê condições para a permanência dos estudantes nas Instituições de Ensino Superior. Ainda, aponta outros estudos semelhantes realizados por outras instituições: Universidade Federal de Santa Maria, Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio Grande e Universidade Federal de Pelotas, que demonstraram que “os alunos de baixa renda, que fazem parte de algum programa de apoio destas universidades, tiveram seu rendimento acadêmico superior aos demais alunos” (FONAPRACE, 2001, p. 6).

Dando sequência à análise da Proposta do FONAPRACE para um Plano Nacional de Assistência, são realizados os indicadores sociais da pesquisa citada acima, dos quais passamos a apresentar os principais resultados:

Ordem	Fator	Resultados
a	Moradia/Migração	<ul style="list-style-type: none"> • 34,79% dos estudantes se deslocam de seu contexto familiar ao ingressarem na universidade; • 12,34% não residem com os pais, nem em casas mantidas pelas famílias, pertencendo às categorias E, D e C; • 2,40% são os estudantes destas categorias que são atendidos pelas moradias universitárias e são na maioria das categorias E, D e C;
b	Alimentação	<ul style="list-style-type: none"> • 19% dos entrevistados citam que o Restaurante Universitário (RU), constitui importante instrumento de satisfação de uma necessidade básica, educativa e de convivência universitária, sendo que destes, 97,97% pertencem a das categorias E, D e C;
c	Manutenção e Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> • 51,77% dos estudantes que exercem atividades não acadêmicas remuneradas pertencem às categorias E, D e C; • 16,83% é a inserção dos estudantes em atividades acadêmicas remuneradas.
d	Meios de Transportes	<ul style="list-style-type: none"> • 60,60% utiliza transporte coletivo para se deslocar para a universidade.
e	Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Os estudantes das categorias de maior vulnerabilidade social são os que mais frequentam os serviços públicos de saúde: E= 79,1%; D=63,7%; C=36,4%.
f	Acesso à Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> • 79,9% utilizam as bibliotecas para consulta acadêmica; • 11,25% buscam as bibliotecas para lazer e cultura.
g	Acesso à Cultura e ao Lazer	<ul style="list-style-type: none"> • 55,13% têm como única fonte de informação o telejornal; • Dentro do período de 01 ano, 15% não leem nenhum livro e 46,77% leem menos de 06 livros.
h	Domínio de Línguas e Conhecimento Básico de Informática	<ul style="list-style-type: none"> • 44,47% dos estudantes têm fraco ou nenhum conhecimento da língua inglesa; • Dos alunos que possuem computador, 7,35% não têm domínio, enquanto, entre aqueles que não possuem, esse percentual se eleva para 34,57%.
i	Movimentos Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • 42% não participam de nenhum movimento social; • 24,6% participam, preferencialmente, dos movimentos religiosos; • 15,02% participam de movimentos comunitários; • 11,4% participam de movimentos estudantis; • 19,90% participam de atividades artístico-culturais; • 7,97% participam de atividades político-partidárias.

QUADRO 1 - DADOS DA 1ª PESQUISA REALIZADA PELO FONAPRACE EM 2001
 FONTE: FONAPRACE, 2001

Baseado nestes dados da pesquisa, a proposta do plano faz a sua conclusão:

Pelos indicadores sociais apontados, conclui-se que a capacidade instalada de atendimento das IES públicas à demanda social é insuficiente para responder à realidade apresentada. Os números apontam para a necessidade de ampliação qualitativa e quantitativa desses programas, para atendimento dos estudantes que deles necessitam e estão excluídos. É importante verificar que os programas com o maior percentual de utilização estão relacionados à manutenção básica do aluno, como moradia, alimentação e bolsas (FONAPRACE, 2001, p. 9).

Percebe-se uma cobrança mais fundamentada, agora, pois, com os indicativos da pesquisa realizada. Ainda,

Nos programas sociais que garantem uma efetiva inserção social, os percentuais de participação são baixos, em função da oferta insuficiente. Essa constatação indica a necessidade do desenvolvimento de programas que contemplem uma abordagem integral da assistência e do estudante usuário, não ficando restritos à manutenção e sobrevivência do aluno na instituição (FONAPRACE, 2001, p. 9).

Conforme palavras do Coordenador do Fórum nos anos de 1999 e 2000, Antunez, por meio de entrevista pela internet,

Olha só... a AE ocupava grande parte das Plataformas eleitorais das reitorias certo, porém ninguém fazia investimento, só prometiam, é isso? O que falei para a galera é já tínhamos pesquisas e a experiência com AE e éramos nós que teríamos de fornecer subsídios ao governo e aos reitores (ANTUNEZ, 2014).

Neste sentido a proposta do FONAPRACE torna-se mais enriquecida e com sustentabilidade para reivindicar uma política pública do governo federal.

O documento parte para seu objetivo geral, que era:

Definição de verbas específicas destinadas à manutenção da assistência ao estudante, na matriz orçamentária anual do MEC para cada IFE. Em relação às Estaduais e Municipais as dotações orçamentárias ficarão a cargo dos seus respectivos financiadores (FONAPRACE, 2001, p. 10).

Fica claro que a luta era agora por verbas destinadas para os programas de assistência estudantil, dentro da matriz orçamentária do Ministério da Educação, assim garantindo um possível atendimento daqueles estudantes que necessitam

manter-se em seus estudos, e com orçamento dentro da matriz é possível realizar um planejamento para estes atendimentos.

Em seus onze objetivos específicos na proposta do FONAPRACE, são explicitados os pontos principais de todo o documento:

- garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES públicas, na perspectiva do direito social assegurado pela Carta Magna;
- proporcionar aos estudantes, condições básicas para a sua permanência na instituição;
- assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- contribuir para aumentar a eficiência e a eficácia do sistema universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão;
- redimensionar as ações desenvolvidas pelas instituições, também com base nos dados apontados pela Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural;
- desenvolver e consolidar programas e projetos, nas IES públicas, relacionados ao atendimento às necessidades apontadas pela pesquisa sobre o perfil do estudante, a partir das áreas estratégicas e linhas temáticas definidas;
- adequar os programas e projetos articulados e integrados ao ensino, à pesquisa e à extensão;
- consolidar a expansão de um sistema de informações sobre a assistência ao estudante nas IES públicas, por meio da implantação de um banco de dados nacional;
- definir um sistema de avaliação dos programas e projetos de assistência estudantil por meio da adoção de indicadores quantitativos e qualitativos para análise das relações entre assistência e evasão, assistência e rendimento acadêmico;
- estabelecer, por meio das IES públicas, a adequação dos estatutos à nova LDB e uma estrutura organizacional, em nível de Pró-Reitoria, com as finalidades específicas de definir e gerenciar os programas e projetos de assistência estudantil;
- desenvolver parcerias com a representação estudantil, a área acadêmica e a sociedade civil, para implantação de projetos (FONAPRACE, 2001, p. 10).

Estavam postas todas as reivindicações após muitos debates e confrontos, chega-se aos itens acima relacionados agora com dados que davam ao FONAPRACE possibilidades, com a proposta, de atingir a seguinte *Meta*:

Garantir a destinação de recursos financeiros específicos, a partir do ano de 2002, para os programas de permanência nas IES de todos os alunos provenientes das categorias D e E que correspondem atualmente a 14% dos alunos regularmente matriculados (FONAPRACE, 2001, p. 10).

Percebe-se claramente a partir destas linhas que a proposta fica mais robusta em relação aos números, bem como a divisão de áreas e linhas temáticas, que são apresentadas no item *Áreas Estratégicas*:

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos envolvidos
Manutenção	Moradia Alimentação Saúde Transporte Creche Portadores de Necessidades Especiais	Assuntos estudantis Ensino Pesquisa Extensão Órgãos públicos e entidades com fins sociais
Desempenho Acadêmico	Bolsas Estágios remunerados Ensino de Línguas Acesso à informática Fomento à participação político-acadêmica Acompanhamento psicopedagógico	
Cultura, Lazer e Esporte	Acesso à informação Acesso a manifestações artísticas, culturais e esportivas	
Assuntos da Juventude	Orientação profissional, sobre mercado de trabalho, Prevenção a fatores de risco	

QUADRO 2 - ÁREA E LINHAS TEMÁTICAS, PROPOSTA DO FONAPRACE EM 2001
FONTE: FONAPRACE, 2001

Conforme já citado, esta proposta torna-se mais organizada, além da pesquisa que dá embasamento para toda reivindicação, agora soma-se aos dados numéricos e áreas temáticas, envolvendo todas as necessidades verificadas após este estudo, podendo inclusive ousar e partir para uma reivindicação em termos de numerários financeiros, que são explicitados no item Recursos Orçamentários:

TABELA 1 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, PROPOSTA DO FONAPRACE EM 2001

Parâmetros	Valores 1996	Valores 2000
Número de alunos regularmente matriculados na graduação nas Ifes	327 mil alunos	466.396 ¹ alunos
Percentual de categorias D + E (14%) ²	45.780 alunos	65.295 alunos
Valor de investimento anual por aluno	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
Total	R\$ 82.404.000,00	R\$ 117.531.000,00

Notas:

1. Os dados foram cedidos pela Andifes. Não dispomos dos números da UFRJ.

2. Dados obtidos pela Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Ifes Brasileiras.

Fonte: FONAPRACE, 2001

Torna-se necessário salientar que, de acordo com o texto, o percentual de 14% está relacionado com o percentual de estudantes identificados na pesquisa e o

valor estimado do investimento tem como base o valor-referência de um salário mínimo da época³¹ dividido por dez meses do ano.

Enfim, após muito trabalho o FONAPRACE consegue definir um numerário real para os investimentos em políticas públicas de assistência aos estudantes e “Em contrapartida ao investimento, os alunos participantes do programa serão envolvidos em projetos que se articulem com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, ficando, assim, evidenciado o compromisso com o retorno social” (FONAPRACE, 2001, p. 12).

Percebe-se mais uma vez a preocupação do Fórum em fortalecer o ideal de investimento e não assistencialismo, tendo como contrapartida o retorno social, para tanto é proposto em seu item Acompanhamento que as Instituições deveriam realizar avaliações dos programas e projetos a serem implantados.

No bojo das análises dos dados coletados, observa-se a necessidade de adequar a oferta de serviços em qualidade e quantidade, com relação à demanda. Associa-se a esse contexto, a necessidade de estabelecer uma metodologia de acompanhamento e avaliação da assistência praticada e qualificar as ações desenvolvidas para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante usuário dos serviços (FONAPRACE, 2001, p. 13).

Estas avaliações institucionais deveriam contemplar a relação oferta/demanda; o desempenho acadêmico do estudante assistido e um mecanismo de avaliação continuada da assistência social.

Ainda, seriam obrigações das Instituições:

- a) estabelecer indicadores para pontuar a oferta dos serviços em relação ao atendimento à demanda;
- b) avaliar a melhoria do desempenho acadêmico do aluno usuário da assistência, estabelecendo uma rede de informações entre Pró-Reitorias, departamentos de administração acadêmica e colegiados de cursos;
- c) identificar a dinâmica do uso de serviços de complementação da vida acadêmica pelos estudantes usuários dos programas e projetos (bibliotecas, videotecas, eventos culturais e apresentação de projetos de pesquisa e extensão) (FONAPRACE, 2001, p. 13).

Porém, o próprio Fórum não tinha uma metodologia definida para realizar esta avaliação e previa no seu documento uma ajuda externa, “para colaborar na definição de uma metodologia que atenda às necessidades e exigências propostas,

³¹ De acordo com a página eletrônica da Buscajus (2014), o salário mínimo em abril de 2000 era de R\$ 151,00. Disponível em: <<http://www.buscajus.com.br>>. Acesso em: 11/07/2014.

o Fórum buscará consultoria especializada em metodologia de avaliação (FONAPRACE, 2001, p. 13).

Esta proposta, de acordo com a categoria do Ciclo de Políticas, no Contexto da Produção de Texto, consegue sistematizar um documento com consistência, em uma conjuntura histórica caracterizada por demandas de expansão de políticas sociais consubstanciadas e garantidas como de Estado. Esta luta do FONAPRACE pode ser compreendida como inserida nas lutas do movimento docente que assim reivindicavam uma democratização da educação com uma formação cidadã, e garantia dos direitos sociais para que aqueles estudantes provenientes de situações econômicas desfavoráveis pudessem ser contemplados em nível de igualdade em um país que até então demonstrou ser dual com relação à educação.

É possível, agora, apontar em termos de síntese que o documento Proposta do Plano de Assistência ao Estudante explicitou princípios importantes:

- a) Assistência como uma política social no sentido da ampliação dos direitos das populações de baixa renda;
- b) Uma política de financiamento que garantisse a permanência dos estudantes nas IES;
- c) Uma permanência que tivesse a garantia de formação no imbricamento entre ensino, pesquisa e extensão levada a cabo segundo a autonomia de cada IES;
- d) Ser uma Política do Estado brasileiro;
- e) Manifestação da luta do movimento dos educadores brasileiros.

Sem dúvida esta é uma formulação que avançava ao que estava posto até então.

3.2 A CANDIDATURA DE LULA E SUA PROPOSTA DE PLANO DE GOVERNO: UMA SINALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Após o último documento sistematizado, a *Proposta do Fonaprace para um Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduações das Instituições Públicas de Ensino Superior de abril de 2001*, e com as alterações no metabolismo

social vivenciado em nosso país devido à eleição do Presidente Lula, o FONAPRACE continuou sua luta no intuito de efetivar uma política de atendimento ao estudante como política de Estado.

Diferente da sua primeira candidatura a presidente em 1989, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), que nasceu sob os movimentos sociais advindos da década de 70 com a bandeira do socialismo, na década de 90 enfrentava a sua dualidade na realidade de afrontar o ideário do neoliberalismo e ao mesmo tempo se aliava e alargava suas alianças com setores do centro e da direita para que transformasse um partido com condições de obter êxito na campanha de 2002.

Porém é necessário lembrar nas palavras de Antunes que “[...] o Brasil é um País dotado de um conservadorismo enorme, que sempre procurou impedir que a classe trabalhadora pudesse se converter em real força política alternativa” (ANTUNES, 2012, p. 145).

Após sua quarta tentativa para chegar à presidência do Brasil, em 2003 assume o presidente Lula sob cenário caracterizado de terror especulativo. “O risco Brasil³² foi a 2400 pontos base, descolou da pontuação dos outros emergentes” (BELUZZO, 2013, p. 104). Havia uma interrogação sobre os rumos econômicos, sociais e políticos do país, com o mercado e seus interessados projetando cenários apavorantes, levando em conta um discurso e ideologia de um governo democrático e popular que atingia o poder.

De acordo com Antunes (2013, p. 208):

Ao contrário da potência das lutas sociais do trabalho dos anos 1980, o cenário era de completa mutação e a eleição de Lula em 2002 acabou sendo uma vitória política tardia. Nem o PT, nem o Brasil, eram os mesmos. O País (sic) havia se desertificado pelas medidas neoliberais da era FHC, e o PT já não era mais um partido de classe, oscilando entre a resistência ao neoliberalismo e a aceitação da política da moderação e da adequação à ordem. E que cada vez mais se aproximava de uma política de alianças muito ampla, com vários setores de centro e mesmo de direita, configurando-se em um partido defensor de um programa cada vez mais policlassista

Em sua proposta de governo que se denominou: Um Brasil para Todos, Crescimento, Emprego e Inclusão Social, o PT já demonstrava a sua iniciativa no

³² “O risco-Brasil é um conceito que busca expressar de forma objetiva o risco de crédito a que investidores estrangeiros estão submetidos quando investem no País. No mercado, os indicadores diários mais utilizados para essa finalidade são o EMBI+Br e o *Credit Default Swap* (CDS) do Brasil” (BANCO CENTRAL, 2014, p.2).

tema da democratização, tema este aqui já estudado na formulação das políticas de assistência ao estudante durante o governo antecessor, pois na introdução da sua proposta assim se posicionava:

A implantação de um modelo de desenvolvimento alternativo, que tem o social por eixo, só poderá ter êxito se acompanhada da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, assim como de um novo equilíbrio entre União, estados e municípios. [...] Só um novo contrato social que favoreça o nascimento de uma cultura política de defesa das liberdades civis, dos direitos humanos e da construção de um País (sic) mais justo econômica e socialmente permitirá aprofundar a democratização da sociedade, combatendo o autoritarismo, a desigualdade e o clientelismo (PT, 2002, p. 2).

Muito do que foi diagnosticado e percebido pelo FONAPRACE, de acordo com os documentos neste estudo já analisados, estava inserido no programa de Lula em 2002. Neste sentido, percebe-se que as lutas do FONAPRACE na defesa de uma política ao estudante, caso Lula saísse vitorioso nas urnas, poderia ser contemplada no seu governo, ou poderia haver uma abertura de discussão para este atendimento.

No que se refere objetivamente ao atendimento dos estudantes, propunha dentro do item *A Política de Garantia de Renda Mínima* a “[...] adoção de bolsas de estudo para jovens entre 16 e 25 anos, provenientes de famílias de baixa renda, para que completem o ensino médio ou superior, com contrapartida de realização de serviços comunitários” (PT, 2002, p. 42-43).

Outro item que deve ser anotado com relação ao Programa do Governo Lula e que também era uma das reivindicações dos movimentos dos Docentes e também identificado nas propostas do FONAPRACE é a promoção da cidadania. No item: *A Política de Educação*, assim iniciava: “A educação é antes de tudo um instrumento de promoção da cidadania e, sobretudo nos dias de hoje, instrumento fundamental para o desenvolvimento e a inserção competitiva de qualquer nação no mundo” (PT, 2002, p. 44). Ainda no mesmo item, consta a crítica aos poucos recursos de investimento e a privatização da educação superior, também reivindicações do Fórum:

As características da atual política educacional são a descentralização executiva, o controle centralizado e a privatização do atendimento, principalmente no nível superior, e a insuficiência global de recursos. [...] Quanto ao avanço da privatização do sistema, ela não se dá pela venda das universidades e escolas públicas, mas pelo acelerado aumento proporcional

da rede privada, a cada dia com maior peso no sistema, principalmente na educação infantil e na superior (PT, 2002, p. 45).

Com relação a este investimento na educação, prometia um maior atendimento financeiro na proposta em todos níveis educacionais “[...] da creche à pós-graduação, têm de ser verdadeiras prioridades e contar com recursos progressivamente maiores” (PT, 2002, p. 44).

Com referência ao ensino médio, o que será visto mais tarde e com mais especificação a partir da Lei 11.892 de 2008, na criação dos Institutos Federais e sua contemplação em relação à assistência estudantil por meio do Decreto nº 7.234 de 2010, assim se propunha a proposta de governo do candidato Lula:

No caso do ensino médio, formularemos uma política que inclua os jovens trabalhadores. Para tanto, o Fundef deve ser ampliado para todo o ensino básico e contar com recursos suplementares do governo federal, revertendo-se o atual processo de municipalização predatória da escola pública (PT, 2002, p. 46).

Reforçando os dados apresentados neste estudo nas pesquisas realizadas pelo FONAPRACE no ensino superior, a proposta de Lula apresentava:

Os dados do Censo da Educação Superior de 2000 mostram que os jovens das camadas mais pobres praticamente não têm acesso à educação superior pública: apenas 7,7% dos jovens entre 18 e 22 anos frequentam cursos universitários. Cerca de 70% deles estudam em estabelecimentos privados. Quando conseguem chegar ao ensino superior, o custo é tão alto que apenas os que têm bons empregos ou apoio econômico da família conseguem pagar a faculdade. Por isso, há elevada inadimplência e evasão, até porque o sistema de crédito educativo, que poderia ser uma alternativa, é insuficiente e inadequado. São tarefas inadiáveis a ampliação significativa das vagas nas universidades públicas e a reformulação do sistema de crédito educativo vigente (PT, 2002, p. 46).

Desta forma, a proposta do candidato Lula em 2002 vinha ao encontro das perspectivas encontradas nos documentos realizados pelo FONAPRACE e suas reivindicações, e o que vinha em questão era até que ponto estas reivindicações seriam atendidas por um governo que “pela primeira vez na história do Brasil, uma candidatura operária tornou-se vitoriosa, depois de três campanhas presidenciais derrotadas” (ANTUNES, 2012, p. 145).

À época, Chaui (2013, p. 126) assim relatou o novo governo do então Presidente eleito Lula:

o novo campo da política no Brasil: os direitos civis, econômicos e sociais são prioritários e comandam as ações técnico-econômicas, pois a democracia é a única forma política em cujo núcleo está a ideia de direitos, tanto de sua criação pela sociedade, como de sua garantia e conservação pelo Estado.

E foi nesta conjuntura que Lula e o PT venceram as eleições presidenciais em 2002 com 61,3% dos votos válidos no segundo turno, porém ficava claro que este governo “ia ser um governo em disputa, com muitas contradições e com muitos desafios para romper com a lógica de quinhentos anos de dominação da classe dominante sobre a classe trabalhadora” (HENRIQUE, 2013, p. 304).

O FONAPRACE continuava atento com seus embates na cobrança de um plano de assistência ao estudante dentro de um governo que se instalava com uma proposta social-democrata e ficava na expectativa da efetivação deste plano como política de estado, conforme sinalizava a Proposta do PT.

3.2.1 Estratégias do Fonaprace para a consecução da Política de Assistência ao Estudante: articulação entre as IES Federais e Estaduais e reuniões com o MEC

Com estratégias de articulação e luta na defesa da Política, muitas ações foram realizadas pelo FONAPRACE dentro desta conjuntura, as quais passamos a analisar até a formulação do Plano Nacional de Assistência Estudantil em 2007, que orientou as ações do governo federal para a ampliação desta política.

No contexto da Produção do Texto de acordo com a categoria Ciclo de Políticas, em abril de 2002, foi realizada a I Reunião FONAPRACE de 2002, na cidade de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, que tinha à época como Coordenador Nacional o Professor Kleber Salgado Bandeira, da Universidade Federal da Paraíba.

Neste encontro, o Professor Kleber se posicionou sobre a Emenda Parlamentar de Assistência Estudantil no valor de R\$ 5.000.000,00 (Cinco milhões de reais), que tinha como destino a ANDIFES com sua matriz orçamentária para distribuição entre as Universidades Federais Públicas, o que foi contestado pelos representantes das Universidades Estaduais, pois no PNE de 2000 constava que os

programas de assistências estudantil deveriam contemplar as instituições públicas e, neste sentido, as Instituições estaduais ficavam de fora da cobertura financeira para atendimento aos estudantes.

Com vistas a esclarecer alguns detalhes da discussão, o Prof. Kleber informou que o Plano Nacional de Assistência Estudantil encaminhado ao MEC, ao Congresso e a outras autoridades, só continha dados da pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES; logo, segundo o Coordenador, era necessário que as Universidades Públicas Estaduais efetuassem, urgentemente, suas pesquisas, o que ficou acertado (FONAPRACE, 2002, p. 3).

Para melhor encaminhamento da situação, após reunião com os representantes das universidades estaduais, ficou definido que seria elaborada uma pesquisa destas universidades para a realização de vários projetos e que “Será usada a mesma metodologia da pesquisa referente ao perfil socioeconômico dos estudantes de graduação das Universidades Públicas Federais” (FONAPRACE, 2002, p. 5).

Foi sugerido que o FONAPRACE “deveria trabalhar mais profissionalmente, e que fosse realizada uma nova pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes de graduação, já que a de 1997 estaria com seus dados vencidos” (FONAPRACE, 2002, p. 6).

O Brasil estava sob o novo governo do então presidente Lula. Então, em maio de 2003, foi realizada uma Reunião de Trabalho do FONAPRACE em Brasília, nas dependências da Universidade de Brasília. Nessa reunião estava presente o Professor Dr. Carlos Alberto Antunes dos Santos, à época Secretário da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC, o que demonstra que já havia uma aproximação com o governo do novo presidente. Em sua fala, o Professor Antunes fez uma defesa da expansão do ensino para a sociedade e colocou números da realidade atual:

Têm-se hoje 3 milhões e 200 mil estudantes nas universidades, o que representa 12,3% da população, e do total, apenas 1 milhão e 100 mil nas públicas. Se temos um contingente que representa 12%, é necessário ter como meta chegar pelo menos a 30% da população (FONAPRACE, 2003, p. 13-14).

Porém, à época, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003), a população brasileira era de 173.966.052,00 habitantes, sendo que

12,3% teria o resultado de 2.139.782,440 estudantes nas universidades sendo a conta realizada pelo Professor Antunes um pouco divergente da citada por ele. O professor Antunes destacou as propostas do Governo Lula, conforme previstas no seu Plano de governo, e em relação ao aspecto financeiro não era possível realizar mais investimento, uma vez que o planejamento para 2003 havia sido realizado no ano anterior, ou seja, no governo FHC. Para tanto declarou que “para o orçamento, torna-se mais difícil porque já foi definido. Porém no próximo orçamento a assistência será bastante contemplada” (FONAPRACE, 2003, p. 14).

Um momento que se deve destacar é a reunião realizada na SESU/MEC com o convite realizado pelo Professor Valdomiro Grenski e pelo FONAPRACE em 2003, onde compareceu um grupo liderado pelo então presidente do FONAPRACE, Professor Kleber Salgado Bandeira, durante os dias da reunião de trabalho. O Professor Valdomiro considerava que

[...] realmente deve ter um Conselho ou uma Comissão Nacional para participar do Programa de Assistência Estudantil – PAE. E solicita que o FONAPRACE apresente 05 (cinco) representantes para fazer parte da Comissão, intencionando formalizá-la para facilitar os deslocamentos (FONAPRACE, 2003, p. 26).

Ainda nesta reunião o Professor Valdomiro comentou que havia uma verba disponível proveniente do Banco Mundial para um evento sobre a assistência estudantil e sugeriu que a utilizassem para tal. O Professor Kleber sugeriu que esta verba fosse utilizada para realizar uma nova pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes para embasar o governo federal em futuros investimentos. Conforme como já se havia demonstrado em relação à aproximação do novo governo Lula com o FONAPRACE, o Professor Valente, membro da SESU/MEC, também presente na reunião, “mostrou-se bastante receptivo às questões de assistência estudantil, argumentando que hoje se trata de outro governo” (FONAPRACE, 2003, p. 26).

Como encaminhamento desta reunião de trabalho realizada em maio de 2003, ficou definido que deveria ser formada a comissão para o SESU/MEC, conforme estabelecido na reunião neste órgão e da “necessidade através do fórum de definir políticas específicas, como também que sejam fortalecidas as regionais para fornecer subsídios para a Coordenação Nacional, uma vez que esse é o governo da assistência estudantil, assim se espera” (FONAPRACE, 2004, p. 26).

Observa-se que na análise destes dois documentos, havia uma motivação do Fórum com a expectativa que suas reivindicações pudessem ser atendidas no governo Lula que se iniciava.

3.3 A SEGUNDA PESQUISA DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES – 2003 A 2004

A estratégia de demanda e convencimento do MEC implicou a atualização dos dados dos estudantes, e desta forma foi realizada a Segunda Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES),

o FONAPRACE identificou a necessidade de atualizar os dados sobre o perfil dos estudantes de graduação das IFES na perspectiva de também atualizar o Plano Nacional de Assistência. Contribui assim para a superação aos desafios colocados pela realidade das IFES, com a escassez de recursos e por consequência a parca oferta de programas de assistência e apoio acadêmico (ANDIFES, 2004, p. 2).

Conforme já sinalizado da possibilidade desta pesquisa ser financiada por meio de verba do Banco Mundial em reunião realizada na SESU/MEC com o Professor Valdomiro, citado no subitem anterior,

Depois de aprovado em plenárias pelo FONAPRACE e ANDIFES, o projeto foi encaminhado ao Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior (DEPEM) da Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério Educação (MEC), que viabilizou os recursos necessários por meio de parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (ANDIFES, 2004, p. 2).

Esta pesquisa foi realizada durante os períodos de novembro de 2003 a março de 2004 com a participação de 47 (88,6%) das 53 IFES existentes no Brasil, com a amostra de 38.340 estudantes do universo de 483.768, e passa-se agora a compilar dados que se situam relevantes para esta pesquisa.

(continua)

Ordem	Fator	Resultados
a	Classificação socioeconômica, utilizando escala de consumo Abipeme	<ul style="list-style-type: none"> • 12,61% dos alunos pertencem à classe A • 43,11% à classe B • 30,54% à classe C • 10,50% à classe D • 3,25% à classe E
b	Sexo e idade dos alunos	<ul style="list-style-type: none"> • 51,44% mulheres com média de 22,99 anos • 48,56% homens com média de 23,28 anos
c	Quanto ao estado civil	<ul style="list-style-type: none"> • 12,14% são casados • 3,21% vivem com um companheiro(a)
c	Filhos de acordo com o estado civil	<ul style="list-style-type: none"> • 12,17% têm filhos sendo: • 68,40% dos casados • 35,96% dos que têm companheiro • 3,20% dos que vivem sós
e	Local de nascimento	<ul style="list-style-type: none"> • 52,18% são da mesma cidade em que se situa a IFES; • 24,70% são do mesmo Estado • 23,12% são de outro Estado;
f	Moradia anterior ao ingresso na IFES	<ul style="list-style-type: none"> • 65,21% são da mesma cidade em que se situa a IFES; • 20,74% são do mesmo Estado; • 14,05% de outro estado.
G	Chefe da família de acordo com a estrutura de moradia	<ul style="list-style-type: none"> • 64,52% dos estudantes moram com pais ou parentes próximos • 12,11% com o cônjuge • 23,37% fora de estrutura familiar • 70,47% referem o pai como chefe de família • 20,60% a mãe
h	Grau de Instrução dos pais	<ul style="list-style-type: none"> • 32,16% dos pais e 26,9% das mães têm nível universitário completo • 20,29% dos pais e 25,43% das mães têm segundo grau • 33,99% dos pais e 32,82% das mães têm curso primário ou menos.
i	Tipo de escola de segundo grau	<ul style="list-style-type: none"> • 45,0% dos alunos frequentaram escola pública • 55,0% dos alunos frequentaram escola
j	Curso pré-vestibular por tipo de escola em que fez o segundo grau	<ul style="list-style-type: none"> • 54% que frequentaram escola pública fizeram curso pré-vestibular • 58% que frequentaram escola particular fizeram curso pré-vestibular
K	Trabalho remunerado de acordo com a classificação ABIPEME	<ul style="list-style-type: none"> • 42,04% têm trabalho remunerado • 30,21% na classe A • 37,87% na B • 48,92%, em média, nas demais classes.

(continuação)

Ordem	Fator	Resultados
L	Atividade acadêmica remunerada de acordo com classificação ABIPEME	<ul style="list-style-type: none"> • 55.657 (15,42%) participam de alguma atividade acadêmica remunerada • Categoria A (15,73%) • Categoria B (16,13%) • Categoria C (14,59%) • Categoria D (14,95%) • Categoria E (13,97%) • Principais atividades encontradas são estágio remunerado (6,70%) • Pesquisa (6,03%)
m	Programa de Assistência ao Estudante segundo classificação ABIPEME	<ul style="list-style-type: none"> • 32.241 alunos (10,10% do total) contando com algum tipo de auxílio, sendo: • 3,92% dos alunos de classe A • 6,61% de classe B • 12,69% de classe C • 19,92% de classe D • 24,34% de classe E
n	Motivos da opção pela IFES que está cursando	<ul style="list-style-type: none"> • 83,69% por ser ensino gratuito • 59,03% pelo critério qualidade
o	Motivos da opção pelo curso	<ul style="list-style-type: none"> • Auto referência de aptidão pessoal (67,41%) • Fator realização pessoal (65,09%)
p	Principal fonte de informações	<ul style="list-style-type: none"> • 55, 13% telejornalismo • 26,12% jornal escrito • 12,71% revistas • 3,80% jornal falado
q	Participação em atividades extraclasse	<ul style="list-style-type: none"> • 24,67% movimento religioso • 19,90% atividades artísticas/culturais • 15,02% movimentos comunitários • 41,79% nenhuma atividade
r	Atividades mais comuns em horas de folga	<ul style="list-style-type: none"> • 82,94% televisão • 58,47% frequência a ambientes para dança e ou barzinhos • 40,43% cinema
s	Frequência e motivo de utilização das bibliotecas acadêmicas.	<ul style="list-style-type: none"> • 20% dos alunos raramente o fazem • 69% como subsídio ao curso • 11% para o lazer e cultura
t	Domínio e posse de Computador	<ul style="list-style-type: none"> • 36,60% dos possuem microcomputador • 22,80% dos alunos tem experiência na sua utilização • 52,59% alguma noção • 24,60% não domina seu uso

(conclusão)

Ordem	Fator	Resultados
U	Fluência em línguas estrangeiras	<ul style="list-style-type: none"> • 23% bom domínio da língua inglesa • 32% conhecimento regular da língua inglesa • 2% bom domínio da língua francesa • 5% conhecimento regular da língua francesa • 6% bom domínio da língua espanhola
v	Tipo de informações que despertam maior interesse	<ul style="list-style-type: none"> • 54% Cultura e lazer • 42% Informações locais • 40% Política • 37% Notícias internacionais • 33% Esportes • 32% Econômicas • 26% Informática

QUADRO 3 - DADOS DA 2ª PESQUISA REALIZADA PELO FONAPRACE EM 2003 E 2004
 FONTE: FONAPRACE, 2004

Em comparação com a pesquisa anterior (1997), referendou-se os dados reafirmando a necessidade de uma política de assistência ao estudante, conforme cita a Revista comemorativa dos 25 anos do FONAPRACE,

Embora o índice de estudantes que se encontravam em piores condições de renda familiar não tenha se alterado, da pesquisa de 1997 para esta, houve um incremento real de 10% para 13% no total daqueles assistidos pelos programas ora existentes, indicando o esforço, ainda que tímido, das IFES em ampliar esse atendimento (FONAPRACE, 2012, p. 29).

Ainda de acordo com a FONAPRACE (2012, p. 29):

Segundo o professor Kleber Salgado Bandeira (UFPB), a publicação da segunda Pesquisa do Perfil Socioeconômico, em 2004, veio consolidar os resultados da primeira, com a perspectiva de novos desafios decorrentes do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), implementado pelo Governo Lula.

Esta pesquisa delineou, assim como a realizada em 1997, as ações do FONAPRACE na contínua busca de recursos e condições junto ao governo federal na implementação e efetivação de uma política de Estado para a assistência ao Estudante.

3.4 APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA: IMPASSES E AVANÇOS

Compondo o conjunto documental do ciclo da política, de acordo com o Contexto da Produção do Texto, analisa-se em seguida o Relatório da 1ª Reunião de Trabalho do FONAPRACE que ocorreu em Goiânia, Goiás, no período de 13 a 16 de abril de 2004, ainda sob a coordenação do Professor Kleber Salgado Bandeira, da Universidade Federal da Paraíba, que expressa o aperfeiçoamento da política de apoio ao estudante.

Ao final desta reunião foi realizada a Carta de Goiânia que de acordo com Professor Kleber Salgado:

A Carta de Goiânia, documento final da reunião, confirma a preocupação das IFES para compor o processo de inclusão social nas nossas instituições e a necessidade premente de reforçar os programas assistenciais diante da política governamental de cotas nas universidades públicas (FONAPRACE, 2004, p. 3).

De acordo com a carta, além da cobrança da expansão da educação superior pública e a ampliação das vagas com a garantia da permanência dos estudantes na Universidade, tinha como princípio a “Criação de dotação orçamentária anual específica para a política de assistência estudantil, aumentando o volume de recursos já existentes nas universidades públicas” (FONAPRACE, 2004, p. 5).

Apontava a Carta de Goiânia os eixos que deveriam constituir a política de apoio ao estudante para que se pudessem cumprir os princípios acima descritos:

- a) Construção, reforma e manutenção de moradias universitárias com qualidade de vida;
- b) Possibilitar a melhoria e ampliação dos serviços de alimentação aos universitários – Restaurantes Universitários;
- c) Garantia de bolsa permanência (alimentação, transporte, material didático e moradia) que atenda às necessidades mínimas dos estudantes universitários de baixa renda.
- d) Fomento ao esporte e a cultura (Parcerias: Ministério do Esporte e da Cultura);
- e) Incentivo ao esporte universitário e projetos culturais;
- f) Adoção de uma agenda cultural intimamente ligada às idiossincrasias locais;
- g) Apoio psicossocial e saúde;
- h) Promoção de assistência à saúde integral para aos estudantes;
- i) Apoio acadêmico;
- j) Sala de Informática com acesso à internet;

- k) Cursos de línguas estrangeiras e informática;
- l) Material Didático (FONAPRACE, 2004, p. 5).

Esta carta de Goiânia traz algumas citações já proferidas no documento elaborado pelo FONAPRACE, já aqui estudado, em agosto de 2000: *Assistência Estudantil, uma questão de investimento*, porém com o mesmo teor: cobrança junto ao governo federal de dotação orçamentária para a assistência ao estudante.

Este documento faz um paralelo ao governo Lula, que encontrava-se no 2º ano de mandato e que defendia a inclusão social, uma vez que o próprio plano de governo tinha como título: *Um Brasil para Todos, Crescimento, Emprego e Inclusão Social*, aqui já analisado nesta seção.

Num momento em que o governo se preocupa com a inclusão social na universidade há que se levar em conta a permanência dos alunos de baixa renda matriculados nas instituições públicas. O princípio da inclusão social vem encontrar na universidade pública seu fortalecimento na educação, concebida como elemento transformador da sociedade e, portanto, do indivíduo (FONAPRACE, 2004, p. 5).

Citavam ainda o papel do Estado no cumprimento da inclusão social no sentido de diminuir a evasão dos estudantes nas universidades públicas, que, à época, com dados da SESU, tinha um custo anual de R\$ 486.000.000,00 (Quatrocentos e oitenta e seis milhões de reais).

Reitera a Carta de Goiânia a parceria entre instituições no sentido da defesa da política de apoio ao estudante, “portanto ratificamos toda a discussão feita no evento mencionado contou com a sensibilidade e disposição para a definição entre a SESU, o FONAPRACE e a ANDIFES” (FONAPRACE, 2004, p. 7).

Fica claro o avanço que acontecia no movimento dirigido pelo FONAPRACE, pois percebe-se nos eixos acima citados cobranças no intuito de fornecer aos estudantes uma formação integral com propostas mais objetivas, que mais tarde serão observadas e que estarão presentes nos documentos que institucionalizaram a política de assistência ao estudante, como política de Estado.

No movimento da luta do FONAPRACE pela implementação e efetivação como política de assistência ao estudante como política pública, o Fórum se reuniu em sua 40ª reunião no período de 18 a 20 de outubro de 2006 na cidade de Rio Branco no Acre. Passa-se a analisar o relatório desta reunião.

Em sua apresentação, o vice-coordenador do FONAPRACE em exercício, Professor Kleber Salgado Bandeira, reafirma o propósito de que

[...] os Programas e Projetos de Assistência Estudantil devam ser desenvolvidos na perspectiva de serem instrumentos de acesso e permanência dos estudantes nas Instituições Públicas e de contemplarem ações em articulação com ensino, pesquisa e a extensão. Atualmente, temos que acrescentar mais um vetor nos Programas, Projetos e Planos de Assistência Estudantil, frente às Políticas de Inclusão Social e Ações Afirmativas do Ministério de Educação (FONAPRACE, 2006, p. 1).

Percebe o discurso do Professor Kleber o sentido da preocupação da articulação das ações da assistência estudantil com o tripé ensino, pesquisa e extensão, já externado nesta seção no estudo do primeiro documento, bem como o reforço da bandeira da inclusão social.

Observando os embates que ocorrem dentro do FONAPRACE, chama a atenção o discurso do Dr. André Lazaro, Secretário De Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), que proferiu palestra no dia 19/10/2006, com o tema Política de Permanência na Universidade Pública.

[...] que teve como eixo principal, o desenvolvimento de uma política de parcerias com o setor privado e principalmente com as Prefeituras Municipais, em sistema de bolsas, deixando a menor responsabilidade para o Ministério da Educação. Vários colegas fizeram o uso da palavra, criticando esta posição, já que a responsabilidade do ensino superior era do Ministério da Educação, deixando as prefeituras e os estados com o ensino fundamental (FONAPRACE, 2006, p. 4).

Torna-se estranha esta atitude do representante do MEC, uma vez que este discurso se assemelha mais a uma ideologia neoliberal do que propriamente social democrata defendida no governo Lula, e, sendo assim, abre brechas para uma desconfiança que em vez de uma superação, mostra-se uma continuidade nas ideologias do governo.

Na plenária do dia 20/10/2006 a Dr.^a Fernanda Santos Pinheiro, da Universidade Federal do Maranhão, representando uma comissão,

Apresentou proposta para a criação do Programa Nacional de Bolsas Permanência para os Estudantes de Graduação das IFES. A criação de um Programa Nacional de Bolsa Permanência constitui-se em uma necessidade premente para uma política de inclusão social nas universidades públicas, indo ao encontro do que vem sendo proposto pelo atual governo. Portanto fundamentado nas experiências com projetos de bolsas que são realizados a nível individualizado nas IFES, conforme

levantamento feito, é que se alerta para a necessidade de uma política que possa definir e sustentar modalidades de bolsas de apoio estudantil e sua natureza, possibilitando a compreensão e operacionalização, em prol do estudante de baixa renda. Após discussão, a proposta deverá ser encaminhada à ANDIFES (FONAPRACE, 2006, p. 4).

Esta proposta foi enviada a ANDIFES, que posteriormente enviou ao MEC, e que se analisa em seguida.

Em sua última pauta da reunião de trabalho houve a transmissão de cargo com a posse da nova coordenação do FONAPRACE, que passa para professora Corina Martins Espíndola, da Universidade Federal de Santa Catarina.

O FONAPRACE, em 2006, último ano de gestão do primeiro mandato do então Presidente Lula, elaborou o documento *Programa Nacional de Bolsas Permanência para os Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras*. Este documento foi entregue ao presidente da ANDIFES à época, Sr. Oswaldo Baptista Duarte Filho, que por meio de ofício, enviou ao então Ministro de Estado de Educação, Fernando Haddad, no dia 13 de março de 2006. Teve como motivação este documento, fato relatado no ofício,

O conselho Pleno da Andifes, em sua 80ª Reunião Extraordinária, foi informado de que o Ministério da Educação destinou bolsas de permanência para alunos de IES privadas participantes do PROUNI, aprovou por unanimidade a seguinte deliberação: [...] Requerer a Vossa Excelência a concessão de Bolsas de Permanência para todos os alunos das IFES que se enquadrem em critérios de inclusão equivalentes aos bolsistas do PROUNI (ANDIFES, 2006, p. 1).

Em sua apresentação, o documento reafirma a política de expansão do ensino superior pelo governo Lula,

Na medida em que o país, no atual governo, afirma querer desenvolver uma política de ampliação do acesso ao ensino superior para os jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, mais especificamente, para os jovens de baixa renda, é de fundamental importância a criação de uma política de apoio estudantil visando, não só ingresso, mas, e principalmente, a permanência desses jovens nas IFES (FONAPRACE, 2006, p. 1).

Reforça ainda na apresentação que “a criação de um Programa Nacional de Bolsa Permanência constitui-se em uma necessidade premente para uma política de inclusão social nas Universidades Públicas, indo ao encontro do que vem sendo proposto pelo governo” (FONAPRACE, 2006, p. 1).

O documento descreve assim a definição do que seria a Bolsa Permanência: “[...] consiste em uma ajuda financeira a ser repassada ao estudante com o objetivo de atender às necessidades básicas do aluno de baixa renda, para que ele possa permanecer na Universidade e concluir seu curso no tempo previsto” (FONAPRACE, 2006, p. 4).

Estas necessidades seriam as já citadas nas propostas de planos tendo como “[...] princípio a educação como um direito fundamental, visando a promover a inclusão social através do acesso e da permanência do estudante nas IFES” (FONAPRACE, 2006, p. 4).

Em sua justificativa apresenta dados das pesquisas realizadas pelo FONAPRACE nos anos de 1997 e 2004³³ sobre o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação nas IFES que “[...] tem demonstrado que aqueles indivíduos oriundos de escolas públicas têm dificuldade de se manter arcas com as despesas mínimas necessárias aos cursos de graduação” (FONAPRACE, 2006, p. 5). Colocava também o momento em que passa o país, com a política do governo Lula para a expansão do ensino Universitário com

[...] a sinalização do atual governo de aumentar para 70.000 as vagas no ensino superior e a existência de uma demanda reprimida de jovens e adultos, na faixa etária de 18 a 28 anos, que concluíram o ensino médio e que não galgaram uma aprovação para o ingresso nas universidades públicas em decorrência de o número de vagas nestas Instituições de Ensino ser ínfimo, aliado ao índice altíssimo de concorrentes por vaga (FONAPRACE, 2006, p. 5).

Estes dados são reforçados com a afirmação de que as universidades públicas à época tinham a “[...] a capacidade de atender cerca de 35% do total dos 3.200.000 estudantes universitários, estando 65% desse total de matriculados nas universidades particulares” (FONAPRACE, 2006, p. 7).

Sob o discurso da inclusão social, finaliza o item justificativa citando que considera-se que um programa Nacional de Bolsas Permanência vem ao encontro de uma política de inclusão social que visa a diminuir as desigualdades sociais do país” (FONAPRACE, 2006, p. 7).

³³ Ressalta-se de como foram importantes as pesquisas e como já citado, as suas utilizações como meio de cobrança para a implementação e efetivação de uma política pública ao estudante pelo governo federal, já sinalizada pela coordenação do FONAPRACE no final da década dos anos 90.

Tinha como seu objetivo principal “propiciar ao estudante de baixa renda as condições necessárias para que possa responder em condições sociais mais igualitárias às demandas de uma formação universitária no nível da graduação” (FONAPRACE, 2006, p. 8).

Em sua estratégia de desenvolvimento, havia a proposta de 03 tipos de bolsas: tipo A, no valor de R\$ 300,00 que seriam destinados aos estudantes de baixa renda e que residiam em outra cidade onde ele realizava seu curso e também que este estudante não poderia ser contemplado com a residência universitária ou alimentação. O tipo B, no valor de R\$ 225,00 seria para aqueles que diferem do A, no sentido de que este residiria na mesma cidade a qual estuda. O tipo C, no valor de R\$ 150,00 difere dos tipos anteriores no aspecto que este atenderia aquele aluno que é beneficiado com a residência mais a alimentação por meio dos restaurantes universitários e também com a isenção de taxas de matrículas, requerimentos e outros. Todos os estudantes que seriam beneficiados com a bolsa permanência teriam seu acompanhamento acadêmico acompanhado, pois este seria o critério após 12 meses para a sua renovação. A contrapartida seria que aquele estudante beneficiado deveria “[...] desenvolver uma atividade acadêmica na Instituição ou na comunidade, ligada à área do seu curso, devendo ter um professor orientador para cada 20 bolsistas, que perceberá o valor correspondente ao valor integral da Bolsa” (FONAPRACE, 2006, p. 9).

O Programa tinha como metas o combate à evasão, retenção, vagas ociosas e políticas de inclusão social nas universidades e se apoiariam em dados de pesquisas para identificar e estavam causando estas situações, e o que seriam desenvolvidos durante a aplicação deste programa, realizando um paralelo de quanto seriam os gastos para resolver estes problemas.

Os avanços a partir da Carta de Goiânia, que neste momento se preocupava com o processo de inclusão no ensino superior com o governo Lula, a cobrança de uma dotação orçamentária anual específica para a política de apoio ao estudante, uma proposta de formação integral e apresentação de um Programa Nacional de Bolsas Permanência³⁴ para os estudantes de graduação das IFES, mostram o

³⁴ O Programa de Bolsa permanência foi instituído para desenvolvimento da pesquisa e extensão por meio da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009 e regulamentado pelo Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010 e atualmente é regido com esta denominação, por meio da Portaria Nº 389, de 09 de maio de 2013 destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e

aperfeiçoamento do embasamento para um avanço no sentido de efetivar como política de estado em favor dos estudantes brasileiros. Utilizou-se a estratégia de se realizar mais uma pesquisa para poder ter subsídios por meio de documentos, suficientes para a cobrança de recursos para a política de assistência ao estudante. Estes avanços se dão no governo Lula, que procurou proporcionar, entre outras ações, a formação integral do ser humano por meio da conciliação do ensino médio ao ensino profissional. Estas ações no primeiro mandato do governo Lula, passamos a analisar.

3.5 POLÍTICA LULA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: EM BUSCA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL

Paralelo ao movimento do FONAPRACE no objetivo da busca de efetivação de uma política de Estado para a assistência ao estudante, outras demandas se colocavam ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, nomeadamente para a educação profissional, uma vez que o objeto de estudo desta pesquisa especificamente refere-se aos Institutos Federais, que foram criados no fim do ano de 2008.

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), no início do governo do Presidente Lula, tratava-se de reconstruir como política pública a educação profissional e tecnológica e assim corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior.

Com o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004 resgatou-se a possibilidade do ensino médio integrado, ou seja, implicava na volta do ensino médio integrado ao ensino profissional. Cada instituição poderia adotar qualquer uma das três formas que estavam previstas no decreto: integrada, concomitante ou subsequente. Este resgate da integração no ensino médio é uma forma de minimizar o ensino dual existente na sociedade brasileira que,

[...] visando a uma formação integral do ser humano, é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção

ao ensino médio politécnico³⁵ e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 45).

Com a Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, é lançada a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, onde o Governo Federal constrói 64 novas unidades de ensino (BRASIL, 2009). O objetivo principal desta expansão era o de implantar escolas federais para a formação profissional, de preferência em locais onde não havia estas instituições, nas periferias das metrópoles e também locais interioranos, longe das capitais com cursos que pudessem estar sintonizados com os arranjos produtivos locais.

Outro processo marcou esta época no Paraná. A partir de 1998, a atual diretoria do CEFET-PR criou um projeto ousado: baseado nas leis complementares à LDB, decidiu partir para a transformação daquela Instituição para uma Universidade. Após 7 anos de muito trabalho na tentativa de se obter sucesso nesta alteração, com o aval do Governo Federal, no dia 07 de outubro de 2005, sob a direção do então gestor Éden Januário Neto, criou-se a primeira Universidade especializada do Brasil, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

Segundo Boito (2012), neste período houve um incremento nos gastos com políticas sociais dirigidas aos trabalhadores pauperizados e desorganizados em virtude das políticas neoliberais, o que distingue o governo Lula que utilizou a assistência social como uma dádiva presencial e que tornou-se um governo baseado em um novo tipo de populismo.

Neste primeiro mandato do Presidente Lula, “a educação cumpriu importante papel na promoção de políticas sociais dirigidas aos mais vulneráveis [...]” (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 258).

No ano de 2007 ocorreu o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que veio sob o tema “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” e teve como meta a criação de mais 150 unidades, para chegar ao ano de 2010 com um total de 354 unidades, com todas as regiões do país tendo escolas técnicas com cursos de qualificação, de

³⁵ “A ideia (sic) de politecnia envolve a articulação entre trabalho intelectual e trabalho manual, implicando uma formação que, a partir do próprio trabalho social, desenvolva a compreensão das bases da organização do trabalho na nossa sociedade e que, portanto, nos permite compreender o seu funcionamento” (SAVIANI, 2003, p. 142).

ensino técnico, superior e de pós-graduação, mantendo a mesma ideia de que os cursos oferecidos deviam estar sintonizados com os arranjos produtivos locais.

Em 2008 é promulgada a Lei nº 11.741, de 16 de julho, que se constitui como uma legislação complementar à LDB e é explicitada em seu *caput*:

Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2008).

Complementando a LDB, esta Lei expressa a concepção que a educação profissional faz parte da Educação Básica e, por conseguinte, participa das políticas educacionais mostrando a compreensão de que a educação profissional técnica de nível médio é uma das possibilidades de desenvolvimento do ensino médio, e não uma modalidade educacional (PACHECO, 2012).

Com a integração da educação básica com a educação profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) este decreto “avança significativamente por se constituir como política de inclusão educacional, visando à elevação de escolaridade da população e uma formação de qualidade, mediada pelo trabalho, a ser assumida pelos sistemas e pelas instituições de ensino” (RAMOS, 2011, p. 106-107).

Ainda de acordo com Pacheco (2012, p. 29-30), o artigo 39 desta Lei traz a possibilidade da educação profissional e tecnológica ser organizada com uma metodologia por meio de eixos tecnológicos e assim permitir a construção de itinerários (eixos) formativos³⁶.

Uma crítica realizada por Moura, Ramos e Garcia (2007, p. 7) à Lei nº 11.741, está baseada no artigo 40, que cita que a educação profissional tecnológica (EPT) seria desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, pois a expressão em articulação com dá a

³⁶ Os eixos consideram para a organização dos cursos as matrizes de tecnologias simbólicas, físicas e organizacionais associadas ao desenvolvimento de determinado produto, bem, processo ou serviço. O itinerário formativo é aqui compreendido como a definição do roteiro de estudos em um plano de formação continuada, ou seja, a descrição de percursos formativos que o estudante poderá cursar no interior de processos regulares de ensino, possibilitando sua qualificação para fins de exercício profissional e/ou prosseguimento de estudos. Os itinerários devem ser organizados de forma intencional e sistemática, estruturando ofertas educacionais que possibilitem ao estudante uma trajetória de formação coesa e contínua. (PACHECO, 2012, p. 30).

entender que a oferta da EPT não faz parte do ensino regular, entrando em contradição o próprio decreto.

Como se havia transformado o CEFET/PR em UTFPR, o governo Lula não continuou com este projeto para todos os outros CEFETS existentes no Brasil, causando um descontentamento naqueles que ansiavam por esta transformação. Azevedo, Shiroma e Coan (2012, p.33) citam que para esta situação,

A saída encontrada pelo governo Lula para resolver o problema foi a edição de mais uma norma legal de gabinete, o Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007, que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Ifet, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Ainda de acordo com os autores Azevedo, Shiroma e Coan (2012, p. 33), o Decreto nº 6.095 estabelecia um orçamento que previa para as autarquias que faziam parte da Rede Federal de Educação Tecnológica, a continuidade de ofertar cursos técnicos de nível médio, ou seja, os mesmos objetivos previstos para os CEFETS, o que não foi aceito pelo Conselho Nacional dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CONCEFET).

Diferente do plano de governo do primeiro mandato que tinha o título *Um Brasil para Todos Crescimento, Emprego e Inclusão Social*, o plano de governo para o segundo mandato teve como bandeira o desenvolvimento, já estampado no seu título Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade. Assim descrevia como seria este desenvolvimento,

Um desenvolvimento de longa duração, com redução das desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e à nossa diversidade cultural, emprego e bem-estar social, controle da inflação, ênfase na educação, democracia e garantia dos Direitos Humanos, presença soberana no mundo e forte integração continental (PT, 2006, p. 5).

O programa descreve que atenderá aos jovens com políticas que minimizem as desigualdades sociais conforme descrito no item *Combate à exclusão social, à pobreza e à desigualdade*, “O Governo Lula, reconhecendo os jovens como sujeitos de direitos, garantirá a continuidade de políticas que lhes têm permitido o acesso ao ensino de qualidade em todos os níveis, à cultura, ao esporte, ao lazer e a empregos dignos” (PT, 2006, p. 9). Esta meta vai ao encontro do estabelecido na Portaria Normativa nº 39, na sua descrição, considerando que a política de assistência

estudantil é uma estratégia no combate às desigualdades sociais bem como a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino.

A educação é tratada no seu plano como meta prioritária, “Trata-se, portanto, de conceber a educação como questão nacional de primeira grandeza e torná-la prioridade do Estado e da sociedade” (PT, 2006, p. 12).

O Governo Lula mostrou-se um governo preocupado com o crescimento econômico, pois conseguiu conservar a estabilização econômica do plano real, mas também com a redução das desigualdades, pois obteve avanços com medidas direcionadas a atender a população menos favorecida economicamente, mostrando um novo campo de política no Brasil.

Com a implementação do Decreto nº. 5.154 de 23 de julho de 2004, houve um rompimento da dualidade do ensino médio, que antes por meio de leis, era separado do ensino profissional, pois este se situava na disputa hegemônica da educação para atendimento do mercado de trabalho, tornando-se uma tentativa de rescisão do ideário neoliberal do governo antecessor.

Diferente do que havia passado na eleição anterior, onde o risco-brasil chegou a 2.400 pontos base, o índice em dezembro de 2006 chegava a 192 pontos base (INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GAS E BIOCOMBUSTÍVEIS, 2014).

Lula foi reeleito para o mandato de 2007 a 2010, no segundo turno, com 60% dos votos válidos, contra 39% do seu adversário Geraldo Alckmin (PSDB), candidato de uma coligação de direita.

3.6 CONSENTIMENTO E RESISTÊNCIAS: POLÍTICAS DE CONCILIAÇÃO

As ações do governo Lula na área educacional são atinentes de uma política educacional à busca da igualdade negada ao povo brasileiro. Porém esta política educacional rompeu com todas as premissas implantadas pelo Banco mundial do seu antecessor?

Faz-se necessário recordar que ao final da campanha em 2002, houve um acordo entre os candidatos à presidência da República com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID)³⁷. Para justificar tal atitude, o então Presidente Lula materializou um documento que ficou conhecido como Carta ao Povo Brasileiro, “[...] onde deixava clara a sua adesão ao documento, evidenciando sua política de subordinação ao FMI e aos setores financeiros internacionais” (ANTUNES, 2012, p. 145). Nesta carta Lula justificava que as mudanças pretendidas pela sociedade e requeridas pela esquerda brasileira não seriam realizadas de imediato:

O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade (LULA, 2002, p. 2).

Nesse sentido demonstrava que para alcançar os objetivos preconizados no seu plano de governo seria necessária uma transição e, para acalmar o setor econômico da época, declarou na carta que “Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país” (LULA, 2002, p. 2).

Tal atitude decepcionou os setores da esquerda brasileira, porém para a direção do PT esta atitude “[...] era considerada inevitável para que a vitória política e eleitoral fosse obtida em 2002” (ANTUNES, 2012, p. 145).

Dois grandes projetos relacionados à área da educação são de grande relevância no primeiro governo Lula visando à democratização do ensino superior. O primeiro trata-se do Programa Universidade para Todos (PROUNI), que efetivou-se por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Este programa assim era descrito no artigo 1º:

Fica instituído, sob a gestão do Ministério da Educação, o Programa Universidade para Todos - PROUNI, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento)

³⁷ Brasília, 19 (Agência Brasil - ABr) - O presidente Fernando Henrique Cardoso reuniu-se hoje, no Palácio do Planalto, com os quatro candidatos à Presidência da República mais bem colocados nas pesquisas: Luis Inácio Lula da Silva (PT/PL), Ciro Gomes (Frente Trabalhista), José Serra (PSDB/PMDB) e Anthony Garotinho (PSB). Nos encontros, Fernando Henrique apresentou aos candidatos os números da economia e fez um relato do acordo firmado pela equipe econômica com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (AGÊNCIA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2002).

ou de 25% (vinte e cinco por cento) para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005, p. 1).

Tratava-se um programa direcionado para uma população específica, aqueles que saem do ensino médio sem condições de frequentar uma faculdade particular, e para ter direito à bolsa integral é necessário comprovar a renda bruta da família, por pessoa, de até 1,5 salário mínimo, e para meia bolsa a renda deve ser de até 3 salários mínimos por pessoa.

Ainda são possíveis beneficiados: os estudantes portadores de deficiência, nos termos da lei, e os professores da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda acima descrita. Para Gentili e Oliveira,

O Prouni foi uma iniciativa do governo Lula que, embora muito criticada por alguns setores, contribuiu para democratizar e dinamizar o acesso a um conglomerado de instituições que tinham se beneficiado da generosidade privatizadora e desregulamentadora do governo FHC (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 257).

Com dados fornecidos pela página virtual do MEC, até o ano de 2014 foram ofertadas 2.227.038 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil e trinta e oito) bolsas do PROUNI (MEC, 2015).

Porém destaca-se que há críticas neste programa, e aqui recorre-se a Carvalho (2006), que questiona a efetividade do PROUNI. De acordo com a autora, o Programa deveria não somente promover uma política de acesso, mas também de permanência e êxito por meio da política de assistência ao estudante, o que não é possível, pois somente as instituições públicas as oferecem. A autora ainda percebe um Programa com uma concepção de assistencialismo, nos moldes das recomendações do Banco Mundial, o qual oferece benefícios e não direitos, ou seja, seria uma continuidade do ideário neoliberal? Para a solução e avanço deste programa a mesma autora posiciona-se em outro estudo,

Torna-se necessário dar condições de permanência à população estudantil, sobretudo, aquela proveniente das camadas sociais mais pobres. Os instrumentos para viabilizar essa empreitada são: a assistência estudantil ao segmento federal e a concessão de bolsas de estudos e de crédito educativo aos alunos matriculados em instituições particulares (CARVALHO, 2014, p. 235).

Outro programa relacionado à democratização do ensino superior foi a criação do Programa de Apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Este programa foi efetivado por meio do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e que no seu artigo primeiro assim o descreveu:

Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (MEC, 2007, p, 1).

Este programa visava atender uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) aprovado pelo Governo Lula em abril de 2007 e que objetivava a melhoria da educação em nosso país, em todos os seus níveis, dentro de um prazo de quinze anos no item Educação Superior.

Suas iniciativas contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas orientadas a diminuir as desigualdades sociais e educacionais no país (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 257).

Com este aumento de vagas, no âmbito do REUNI foram previstas ações relacionadas a assistência ao estudante.

A ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições sócio-econômicas (sic) desfavoráveis. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação (MEC, 2007, p, 6).

Prevista no item 5 do artigo 2º do Decreto, “ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (MEC, 2007, p, 7), e, nesse sentido, o que se viu durante o governo Lula foi a expectativa de um atendimento da construção das políticas de assistência ao estudante, que se tornou efetiva por meio deste Decreto e posteriormente com a Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES), e neste

contexto de disputas e consentimentos o FONAPRACE movia-se na conquista da Política de Assistência ao Estudante.

3.7 A PROPOSTA DO FONAPRACE PARA ATUALIZAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS

Em julho de 2007, foi atualizado pelo FONAPRACE o Plano nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais, que foi levada à ANDIFES e no mês de dezembro no primeiro ano do segundo mandato de Lula houve um grande marco: por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, se instituiu o Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES), articulado com o Reuni como uma política de ação afirmativa³⁸. Em seguida são analisados estes dois documentos.

Com a necessidade de atualizar as informações das políticas ao estudante, o documento Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais elaborado em 2001, e já estudado aqui no início desta seção, foi reformulado. Em 2007 o FONAPRACE apresentou o documento na LXIIIª reunião ordinária do Conselho Pleno da Andifes, convocada em 15 de junho de 2007 e realizada nos dias 1, 2 e 3 de julho de 2007, em Belém, na Universidade Federal do Pará. De acordo com a Ata desta reunião, a coordenadora do FONAPRACE à época, Professora Corina Martins Espíndola, da Universidade Federal de Santa Catarina, “apresenta a proposta previamente enviada aos dirigentes para posterior votação e aponta justificativas para uma política nacional de assistência estudantil, em análise desde a criação do FONAPRACE, em 1987” (ANDIFES, 2007, p. 1). A Professora Corina em sua apresentação fez um relato sobre os dados das

³⁸ Recebe o nome de ações afirmativas o conjunto medidas especiais e temporárias, tomadas pelo Estado e/ou pela iniciativa privada com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo oportunidades e tratamento similar, e ainda a compensação pelas perdas resultantes de discriminação e marginalização, derivadas de causas raciais, étnicas, religiosas, de gênero e outras. Em outras palavras, as ações afirmativas são políticas de correção de desigualdades e de efetivação de direitos. É uma tentativa de garantir a todos os segmentos excluídos, uma participação e usufruto dos bens, riquezas e oportunidades, o direito à cidadania, cultura, educação, trabalho digno e participação das políticas públicas de caráter social. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/acoes-afirmativas/>>. Acesso em: 11/08/2014.

pesquisas socioeconômicas realizadas em 1997 e 2003 pelo FONAPRACE, justificando a necessidade de uma política de assistência ao estudante e,

explica que os objetivos do plano são a garantia de acesso, permanência e conclusão de curso aos estudantes das IFES visando a inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento e melhoria na qualidade de vida, e a garantia de recursos específicos destinados à assistência estudantil que a meta é assegurar a destinação de no mínimo 10% da matriz orçamentária destinada pelo MEC a partir de 2008 (ANDIFES, 2007, p. 1).

Após a apresentação,

O Conselho Pleno da Andifes aprovou o Plano Nacional de Assistência Estudantil e a criação de um fundo para esta finalidade. Este será equivalente a 10% orçamento anual de OCC³⁹ das IFES, a partir de 2008. Para o segundo semestre deste ano, foi aprovado que a composição do fundo será equivalente a 5% do orçamento anual de OCC das IFES. Estes recursos serão adicionados aos aplicados atualmente e que são insuficientes para assistência estudantil. O documento será entregue ao ministro Fernando Haddad e aos parlamentares (ANDIFES, 2007, p. 1).

Este documento passa aqui a ser analisado. Em sua apresentação, é relatado que a atualização deste constitui meta prioritária para o FONAPRACE em busca da implementação e efetivação de uma política de assistência ao estudante como política de Estado. Ainda, de acordo com a política de expansão das IFES implementada pelo governo Lula, bem como a defesa da inclusão social, reforçam a necessidade de uma maior atenção para esta política para atender a esta crescente demanda.

Percebe-se que neste documento torna-se mais claro que o FONAPRACE defende o que vinha se delineando na construção histórica dos documentos como princípios basilares na defesa desta política de assistência ao estudante: “ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida” (FONAPRACE, 2007, p. 3). Recorda-se o que já foi estudado na proposta de 2001 que esta visão ampliada trata-se da articulação das ações da assistência ao estudante com ensino, a pesquisa e extensão.

³⁹ Matriz de Orçamento de Custeio e Capital (OCC) para as Universidade Federais.

Nos três itens introdução, justificativa e diagnóstico, ocorre uma repetição das citações realizadas no documento formulado em 2001, como algumas inclusões como a citação do Decreto nº 6.096 de 2007 e alguns parágrafos que são deslocados entre esses dois itens e enfatizam como já realizado no primeiro documento, os dados da pesquisa de 2003.

Há a inclusão do item Princípios que regem o plano:

- I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- II) gratuidade do ensino;
- III) igualdade de condições para o acesso, permanência e conclusão de curso nas IFES.
- IV) formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- V) garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII) orientação humanística e preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) defesa em favor da justiça social e eliminação de todas as formas de preconceitos;
- IX) pluralismo de idéias (sic) e reconhecimento da liberdade como valor ético central (FONAPRACE, 2007, p. 15).

Há aqui neste item uma redundância do que será colocado como objetivos gerais e específicos.

Nos objetivos gerais, diferente do documento de 2001, há a inclusão dos princípios basilares já citados no início do estudo deste documento. Enquanto no objetivo geral no documento de 2001 havia o objetivo de garantir um orçamento para as IFES estaduais e estaduais, neste de 2007, restringe-se somente a “garantir recursos extra orçamentários destinados à Assistência Estudantil a matriz orçamentária anual do MEC destinados as IFES” (FONAPRACE, 2007, p. 16).

Nos específicos há a inclusão de mais três novos objetivos:

- a) promover o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino;
- b) promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico;
- c) realização de pesquisa a cada 4 anos para atualização do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES (FONAPRACE, 2007, p. 17).

Nas metas, enquanto no documento de 2001 esperava-se garantir a destinação de recursos financeiros específicos para o ano de 2002, em 2007 tinha como meta a própria implantação do Plano para o ano 2007, bem como especificava qual era o valor desta destinação:

No mínimo 10% na matriz orçamentária anual do MEC como recurso extra orçamentário destinado as IFES para os programas de permanência destinados aos estudantes provenientes das categorias C, D e E que correspondem atualmente a 43% dos estudantes regularmente matriculados (FONAPRACE, 2007, p. 17).

Em relação às áreas estratégicas, ocorrem poucas modificações. A área Manutenção é substituída por Permanência e dentro dela na linha temática onde se falava em Portadores de Necessidades Básicas, agora fala-se Condições Básicas para atender os portadores de necessidades especiais. Na área Desempenho acadêmico, substitui-se a linha temática acesso à informática por inclusão digital. Na área Cultura, Lazer e Esporte une-se as linhas temáticas de acesso à informação com a difusão das manifestações artísticas e culturais e separa-se o esporte que ganha uma linha temática exclusiva: Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer. Na área Assuntos da Juventude, incluem-se as linhas: Meio ambiente; política, ética e cidadania; saúde, sexualidade e dependência química. Em relação aos órgãos envolvidos, onde se lia Órgãos públicos e entidades com fins sociais agora se lê parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.

TABELA 2 - COMPARATIVO DA PROPOSTA DO PLANO NACIONAL DE ESTUDANTE DE 2001 COM A DE 2007

Dados	2001	2007
Item	Recursos Orçamentários	Investimentos
Estudantes matriculados na graduação	466.396	469.378
Categoria social	D e E (62.295)	C, D e E (188.267)
Investimentos por aluno	R\$ 1.800,00	R\$ 2.400,00

Fonte: FONAPRACE (2001, 2007)

No documento de 2001 havia o *item Recursos Orçamentários* e agora no de 2007 substitui-se por *Investimentos*. Em comparação com os dados de 2001, observa-se que os números de estudantes matriculados na graduação em 2000 com os de 2007 aumentam somente em cerca de 3000, enquanto em 2001 incluíam-se

estudantes provenientes das categorias D e E, agora acrescenta-se a categoria C, saindo de 62.295 para 188.267 estudantes. O valor do investimento por aluno sai de R\$ 1.800,00 para R\$ 2.400,00, tendo como previsão para o ano de 2004 o valor total de investimento de R\$ 451.840.800,00 (quatrocentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e quarenta mil e oitocentos reais).

No Plano de 2007, inclui o item *Necessidade de Pessoal*, onde pela primeira vez se defende a necessidade de uma equipe multidisciplinar para a construção e execução dos programas de assistência estudantil: “Neste sentido faz-se premente a autorização de vagas para realização de concursos públicos de servidores técnicos-administrativos, a exemplo de assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, dentre outros, atendendo às especificidades de cada região e instituição” (FONAPRACE, 2007, p. 20).

Por fim, no item *Acompanhamento* repete-se o já descrito no documento de 2001.

Conforme já citado, este Plano foi enviado ao então Ministro da Educação, Fernando Haddad, que realizou sua implementação por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES), documento que passamos em seguida a analisar.

3.8 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE (PNAES): EFETIVAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA APÓS MAIS DE 20 ANOS DE LUTA PELO FONAPRACE

Desde o primeiro encontro dos Pró-reitores, realizado em Florianópolis em novembro de 1985 até 12 de dezembro de 2007, se passaram 22 anos com a luta do FONAPRACE com seus debates e os confrontos junto ao governo Federal para que uma política pública de assistência ao estudante fosse implementada.

No primeiro ano do seu segundo mandato, o governo Lula, por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES).

A Portaria nº 39 ficou enxuta, com apenas 7 artigos descritos em 2 laudas, e em seu início o Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad assim colocou a justificativa da Portaria:

no uso de suas atribuições, considerando a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como sua importância para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior público federal (MEC, 2007, p. 1).

Assim já se vê que o texto descreve o que foi debatido nos documentos do FONAPRACE com seus princípios: combate às desigualdades sociais, ampliação e a democratização para ampliação das condições de acesso e permanência, temas exaustivamente utilizados na construção dos planos.

Em seu artigo 1º se definiu qual órgão do MEC ficaria responsável pelo Programa: “Fica instituído, no âmbito da Secretaria de Educação Superior - SESu, do Ministério da Educação, o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, na forma desta Portaria” (MEC, 2007, p. 1).

Pode-se considerar uma decisão acertada, pois se tratava neste momento de alunos das graduações das IFES que são detalhados no artigo 2º,

O PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil vinculadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, e destina-se aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (MEC, 2007, p. 1).

Nota-se aqui a visão ampliada das ações da política de assistência ao estudante já detectada na proposta do Plano em 2001 com articulação com o ensino, pesquisa e extensão e no parágrafo único ainda deste artigo, das 19 linhas temáticas da proposta do FONAPRACE de 2007, o MEC definiu em 10 áreas onde as iniciativas das ações são compreendidas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico.

O artigo 3º a Portaria nº 39 deixa claro em relação às diferenças regionais e culturais do Brasil, “as ações de assistência estudantil serão executadas pelas IFES considerando suas especificidades, as áreas estratégicas e as modalidades que atendam às necessidades identificadas junto ao seu corpo discente” (MEC, 2007, p. 1). Esta dificuldade de padronizar as ações da política está de acordo com o já

detectado na reunião de trabalho do FONAPRACE da região nordeste em junho de 1999 sobre os problemas levantamos na discussão temática, “Impossibilidade de uniformizar critérios de acesso aos RU’S em nível de cada região, dadas as multideterminações de cada realidade. No parágrafo primeiro deste mesmo artigo,

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (MEC, 2007, p. 2).

Este parágrafo faz um resumo de todos os princípios defendidos historicamente pelo FONAPRACE desde o primeiro documento aqui estudado na 1ª. Reunião de trabalho do fórum, em junho de 1993.

No parágrafo segundo, o governo respeita a autonomia das Universidades estabelecida na Constituição Brasileira⁴⁰: “Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições de educação superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma do *caput*” (MEC, 2007, p. 2).

No artigo quarto, há uma restrição com relação às modalidades de ensino,

As ações do PNAES atenderão a estudantes matriculados em cursos presenciais de graduação, prioritariamente, selecionados por critérios sócio-econômicos (sic), sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições de educação superior em ato próprio (MEC, 2007, p. 2).

Por meio deste artigo ficam de fora os alunos de pós-graduação, pois para estes já havia previsão de bolsas por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e os alunos dos cursos a distância. Define-se prioritariamente, pois subentende-se que podem haver ações que atendam estudantes provenientes de todas as classes sociais, sem prejuízo aos que mais necessitam da política e para isso assim definiu em parágrafo único que “As IFES deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES com vistas a cumprimento do parágrafo 1º do art. 3º” (MEC, 2007, p. 2).

⁴⁰ “Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

O FONAPRACE com suas lutas e estratégias alcançava uma conquista de grande relevância, apesar de que a própria portaria pode-se considerar a conquista, encontra-se no artigo 5º, onde

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observando os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira (MEC, 2007, p. 2).

Sendo assim, transforma-se em realidade a grande luta do FONAPRACE na garantia de recursos para a política de assistência ao estudante, prevista na Lei Orçamentária Anual, ou seja, a instituição já podia fazer o seu planejamento com a certeza de que haveria recursos para executar as ações.

Este programa teve a previsão de se realizar conforme descrito no artigo 6º “O PNAES será implementado a partir de 2008” (MEC, 2007, p. 2) tendo validade conforme o último artigo, nº. 7 “Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação” (MEC, 2007, p. 2).

No ano de 2007 tiveram início várias políticas educacionais, com ações implementadas pelo governo Lula, o PROUNI, o REUNI e o PNAES, indo ao encontro com o previsto no programa de reeleição do candidato Lula em 2007, que teve como lema “Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade” (PT, 2006, p. 1). O PNAES torna-se uma política pública tendo o FONAPRACE como maior protagonista nesta luta em defesa dos princípios republicanos com garantias aos estudantes de baixa renda no Brasil. No entanto, há de se observar que conforme as diretrizes destas políticas públicas foram implementadas, fica a crítica sobre estas políticas paliativas que não alteram a estrutura do sistema capitalista, pois, de acordo com Fortuna, estas ações minimizam “superficialmente as precárias condições dos sujeitos sociais, visando à manutenção da ordem capitalista” (FORTUNA, 2007, p. 235).

4 OS INSTITUTOS FEDERAIS E SUAS CONJUNTURAS

Com base na categoria ciclo de políticas, dentro do movimento das criações das políticas públicas, faz-se necessário a divisão desta seção para que seja possível analisar outros processos macros e micros políticos que nos revelam durante este estudo, como o que nos apresenta, a criação dos Institutos Federais e com isto os desdobramentos até construção de uma Minuta de Decreto do PNAES-EPCT, onde entra em cena o CONIF, elaborando uma legislação específica para os Institutos Federais.

4.1 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Em contexto histórico caracterizado por disputas pela Educação Profissional que a categoria ciclo de política nos permite analisar, o então Presidente Lula criou uma nova de Instituição de Educação Profissional e Tecnológica. Por meio da Lei No 11.892, nascem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Estruturado a partir dos já existentes Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e Vinculadas às Universidades Federais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

(continua)

Nº	Denominação	Origem
01	Instituto Federal do Acre	Escola Técnica Federal do Acre
02	Instituto Federal de Alagoas	Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e da Escola Agrotécnica Federal de Satuba
03	Instituto Federal do Amapá	Escola Técnica Federal do Amapá
04	Instituto Federal do Amazonas	Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas Federais de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira
05	Instituto Federal da Bahia	Fusão entre o Centro de Educação Tecnológica da Bahia e a ETFBA
06	Instituto Federal Baiano	Escolas Agrotécnicas Federais de Catu, de Guanambi (Antonio José Teixeira), de Santa Inês e de Senhor do Bonfim
07	Instituto Federal de Brasília	Escola Técnica Federal de Brasília
08	Instituto Federal do Ceará	Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará

(continuação)

Nº	Denominação	Origem
09	Instituto Federal do Espírito Santo	Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa
10	Instituto Federal de Goiás	Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
11	Instituto Federal Goiano	Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres
12	Instituto Federal do Maranhão	Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão, da Escola Agrotécnica Federal de Codó, Escola Agrotécnica Federal de São Luís e Escola Agrotécnica Federal de São Raimundo das Mangabeiras.
13	Instituto Federal de Minas Gerais	Centro Federal de Educação Tecnológica de Ouro Preto, Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí, e da Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista
14	Instituto Federal do Norte de Minas	Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária e da Escola Agrotécnica Federal de Salinas
15	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba, da Escola Agrotécnica Federal de Barbacena e do Colégio Técnico Universitário da UFJF
16	Instituto Federal do Sul de Minas	Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes, Escola Agrotécnica Federal de Machado e Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho
17	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	Centro Federal de Educação Tecnológica de Uberaba e da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia
18	Instituto Federal de Mato Grosso	Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres
19	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Escola Técnica Federal do Mato Grosso do Sul e da Escola Agrotécnica Federal de Nova Andradina
20	Instituto Federal do Pará	Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará e das Escolas Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá
21	Instituto Federal da Paraíba	Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa
22	Instituto Federal de Pernambuco	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
23	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina
24	Instituto Federal do Piauí	Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
25	Instituto Federal do Paraná	Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
26	Instituto Federal do Rio de Janeiro	Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis, seguida da integração do Colégio Agrícola Nilo Peçanha, até então vinculado à Universidade Federal Fluminense
27	Instituto Federal Fluminense	Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos e do Colégio Técnico Agrícola Ildelfonso Bastos Borges
28	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
29	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, a Escola Agrotécnica Federal de Sertão e a Escola Técnica Federal de Canoas
30	Instituto Federal Farroupilha	Centro Federal Tecnológico de São Vicente do Sul, Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e Unidade Descentralizada de Santo Augusto
31	Instituto Federal Sul-rio-grandense	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas

(conclusão)

Nº	Denominação	Origem
32	Instituto Federal de Rondônia	Escola Técnica Federal de Rondônia e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste
33	Instituto Federal de Roraima	Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima
34	Instituto Federal de Santa Catarina	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
35	Instituto Federal Catarinense	Escolas Agrotécnicas de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio, mais os colégios agrícolas de Araquari e Camboriú, que eram vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina
36	Instituto Federal de São Paulo	Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
37	Instituto Federal de Sergipe	Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe e da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.
38	Instituto Federal do Tocantins	Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins

QUADRO 4 - OS INSTITUTOS FEDERAIS CRIADOS E SUAS ORIGENS
 FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DOS INSTITUTOS FEDERAIS

A Lei nº 11.892, em seu Artigo 6º, dispõe que os Institutos Federais têm por finalidades e características: "ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional" (BRASIL, 1998, p. 2).

Para sua efetivação, amplia-se o ciclo dessas políticas com a criação de 38 Institutos Federais, com 354 *campi*, espalhados em todo território nacional, formados por meio da transformação de 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 unidades descentralizadas de ensino (Uneds), 39 escolas Agrotécnicas, 07 Escolas Técnicas Federais e mais 08 escolas vinculadas a universidades, promovendo a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, com uma formação de qualidade, com professores pós-graduados e envolvidos com pesquisas e atividades de extensão.

Interessante destacar que dois CEFETS, o de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, não concordaram com a transformação e não aderiram aos Institutos Federais e permanecem atualmente com a mesma denominação, porém fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vislumbram-se possibilidades para uma nova configuração na Educação Profissional, pois, de acordo com a lei, cada instituição deve ofertar 50% (cinquenta por cento) das suas vagas destinadas ao Ensino Médio integrado ao Técnico, que procura minimizar os efeitos da dualidade do ensino profissional. A Lei estabelece

ainda que 20% (vinte por cento) das vagas sejam destinadas para os cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica com vistas à formação de professores para a educação básica, com ênfase nas áreas de ciências, matemática e educação profissional, contribuindo para superação das limitações da formação de professores para essas áreas do conhecimento. Por dedução, compreende-se que os outros 30% (trinta por cento) das vagas foram destinadas para os cursos de formação inicial e continuada (FIC), e também cursos de graduações, especializações, mestrados e doutorados profissionais, promovendo a verticalização do ensino, pois o estudante, ao entrar em um curso do Instituto, pode vislumbrar sequência dos seus estudos.

O texto a seguir, publicado pelo MEC/SETEC, sintetiza bem qual era o pensamento na criação dos Institutos Federais:

A proposta de educação nos Institutos Federais deve ser pensada segundo as exigências do mundo atual, colocadas na perspectiva da modernidade que não prescindem do conhecimento reflexivo, vem no conjunto de ações que concorrem para alterar a realidade brasileira. Para tanto, o Estado não se nega aos investimentos, esforço também que representa assumir a concepção da educação como bem público. Em outra perspectiva, traduz-se no esforço de instrumentalizar seus sujeitos para lidar com um conhecimento voltado para a construção da autonomia do país (BRASIL, 2010, p. 38).

De acordo com o documento *Concepções e Diretrizes dos Institutos Federais*⁴¹ (MEC, 2010), a educação para o trabalho torna-se um instrumento potencializador do ser humano de forma integral, desenvolvendo sua capacidade de gerar conhecimentos com uma prática vivida na realidade na perspectiva voltada para a sua emancipação. Porém para Azevedo, Shiroma e Coan (2012, p. 34), isto evidencia uma contradição, pois

mediante uma práxis educativa vigente, a construção de uma excludência crescente relativa a uma grande maioria de pessoas da sociedade, as quais continuarão sendo utilizadas para viabilizar todo esse desenvolvimento, mas a elas não será oportunizada a participação de igual maneira aos seus benefícios.

Segundo Silva, a criação dos Institutos Federais, trata-se de “um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica [...] que geram e

⁴¹ Documento elaborado pela SETEC em 2010, que define os fundamentos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro” (SILVA et al., 2009, p. 8).

Mas esta visão não é unânime, para Azevedo, Shiroma e Coan (2012, p.34), a criação dos IFs

além de reafirmarem a dualidade educacional elaboraram uma multiplicidade de possibilidades de ações educacionais que não possibilitam verificar qual é o real propósito dos Institutos que, na nova institucionalidade, de forma gradativa, são induzidos a fazer de tudo um pouco, reduzindo, por conseguinte, a oferta da formação para a qual já tinham uma competência instalada, o reconhecido ensino técnico de nível médio.

Mesmo diante de contradições e talvez com falta de uma identidade da qual seja reconhecida a sua fundação, o fato é que os Institutos Federais foram criados com uma nova perspectiva de uma Escola Técnica, e que com suas políticas deverão encontrar sua identidade, inserida no contexto da educação brasileira para atender às demandas colocadas diante da nova configuração do mundo do trabalho no Brasil.

4.2 FIM DO GOVERNO LULA E O LEGADO DE SEU GOVERNO PARA A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

O governo Lula chegou ao fim com grande popularidade, de acordo com as notícias na mídia no dia 29 de dezembro de 2010, de acordo com uma pesquisa realizada pela CNT/Sensus, a qual apontou que, nos seus últimos dias de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva bateu recorde de popularidade, atingindo 87% (BBC, 2010).

Mas qual seria a explicação para este enorme apoio popular de seu governo? Recorre-se a Antunes para esta resposta: “a grande popularidade que o governo Lula encontrou em 2008 decorre, então, do fato de seu programa social ter tido uma amplitude que nunca havia sido atingida pelos governos conservadores oriundos das classes dominantes” (ANTUNES, 2012, p. 147).

Porém, para Fagnani (2011, p. 12-13):

O maior legado de Lula não é só o Bolsa Família. O principal mérito de seu governo foi montar uma estratégia macroeconômica articulada com o desenvolvimento social e ancorada no crescimento, na geração de emprego e renda, na valorização do salário mínimo, no aumento do gasto social, no incentivo às políticas universais.

Para Pansardi (2013, p. 180), este mérito alcançado por Lula foi decorrente de

[...] uma aliança reformista que aliasse elementos de progresso social com a conservação de estruturas político-econômicas retrógradas, que, além disso, promovesse a aliança de classes burguesas com trabalhadoras em um projeto nacional de desenvolvimento na periferia capitalista.

Antunes (2012, p.146-147) é mais específico na crítica do alcance destes méritos e explica com maior profundidade:

o governo Lula articulou as duas pontas da barbárie brasileira: sua política econômica remunerou como nenhuma outra as diversas frações burguesas e, no extremo oposto da pirâmide social, onde encontramos os setores mais desorganizados e empobrecidos da população brasileira, que dependem das doações dos Estados para sobreviver, ofereceu uma política assistencial, sem tocar sequer minimamente em nenhum dos dois pilares estruturantes da tragédia brasileira.

Com esta definição de Antunes, percebe-se que o governo Lula não se diferencia do seu antecessor FHC, que ficou hegemonicamente caracterizado como um governo neoliberal, o governo Lula tem várias denominações. Para Boito Junior (2012) trata-se de um governo com uma política neodesenvolvimentista, pois para o autor:

[...] é um programa de política econômica e social que busca o crescimento econômico do capitalismo brasileiro com alguma transferência de renda, embora o faça sem romper com os limites dados pelo modelo econômico neoliberal ainda vigente no país (BOITO JUNIOR, 2012, p. 03).

Para Sader (2013, p. 138), pode ser caracterizado como:

pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal – de Collor, Itamar e FHC – e pelos elementos que têm em comum com outros governos da região, como os Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador.

Para Gentili e Oliveira (2013, p. 254), o governo Lula foi um governo democrático-popular, pelo fato de ter revertido significativamente o processo de desinvestimento que tinha caracterizado o governo anterior. Antunes cita que o governo Lula

[...] poderia ter efetivamente iniciado o desmonte do neoliberalismo no Brasil – acabou tornando-se dele, inicialmente prisioneiro e, depois, lépido agente, ainda que sob a forma do social-liberalismo, incapaz de principiar a desestruturação dos pilares da dominação burguesa no Brasil (ANTUNES, 2013, p. 211).

Para o mesmo autor o governo Lula foi de clara continuidade ao neoliberalismo, “sua política econômica por exemplo, foi de claro benefício aos capitais financeiros, reiterando a dependência aos ditames do FMI” (ANTUNES, 2012, p. 145).

Como se pode ver, não há unanimidade nos juízos sobre o governo Lula. E neste contexto, atravessado por contradições, disputas, entre as quais se colocou a sucessão presidencial por dentro do Partido dos Trabalhadores, Lula, gozando de grande prestígio e popularidade, conseguiu transportar este seu legado político para a sua sucessora, garantindo a permanência do PT por mais quatro anos à frente da Presidência da República.

E foi nesta conjuntura que no último ano de seu governo o presidente Lula promoveu a Política de Assistência Estudantil à Política de Estado, instituindo-a por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, decreto este que de acordo com a categoria ciclo de política no seu Contexto de Produção do Texto, e que passa-se a analisar.

4.3 A GARANTIA DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE COMO POLÍTICA DO ESTADO BRASILEIRO E SEU ESCOPO QUE O CICLO DE POLÍTICA POSSIBILITA DETECTAR

Finalmente após 29 anos de luta pelo FONAPRACE junto ao governo federal, a política de assistência ao estudante se torna efetivada como política de

Estado por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Percebemos que em relação ao último documento estudado, a Portaria No 39, este Decreto tem uma diferença primordial para este objeto de estudo: a inclusão dos Institutos Federais como participantes. Desta forma, como descrito em seu artigo primeiro, há uma ampliação deste programa: “Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010, p. 1).

Em seu artigo 2º, dentro dos seus objetivos, há continuidades de concepção detectadas e relatadas nos documentos do FONAPRACE aqui estudados:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010, p. 1).

Analisando o seu artigo 3º, “O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010, p. 1), é possível perceber o já relatado no documento anteriormente estudado, a visão ampliada da política de assistência ao estudante e sua articulação com o tripé ensino, pesquisa e extensão, visão esta que ganhou relevância dos documentos do FONAPRACE no fim do século XX e início do XXI, também está prevista na Lei de criação dos Institutos, cujo artigo 7º, nos seus objetivos, diz, “realizar pesquisas aplicadas e desenvolver atividades de extensão” (BRASIL, 2010, p.4).

No parágrafo primeiro do artigo 3º, quando nas descrições das ações que deverão ser desenvolvidas pelo PNAES, em comparação com a Portaria nº 39 de 2007, observam-se duas diferenças. Primeiro a substituição da *ação assistência à saúde*, por *atenção*, provavelmente para não conflitar com o entendimento que os Institutos deveriam realizar o atendimento daqueles serviços já oferecidos pelas esferas de governo com seus sistemas públicos de saúde e também que poderia haver o entendimento de que, para cumprimento deste item, os institutos deveriam

ser contemplados com vagas de profissionais específicos para este atendimento. A segunda diferença foi a inclusão do item “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação” (BRASIL, 2010, p. 1). No ano de 2010, houve a adesão das Instituições de ensino na oferta de vagas para ações afirmativas de ordem étnicas, ou seja, voltadas para pretos, pardos, índios e remanescentes de quilombos, a estudantes provenientes de escolas públicas e portadoras de necessidades especiais. De acordo com Paixão, Monçores e Rossetto (2012, p. 1):

Em 2010, de um total de 341.453 novos alunos das universidades públicas, 41.346 (12,1%) preencheram vagas reservadas a algum tipo de ação afirmativa [...] Nos Institutos Federais e Cefets, 14 das 36 instituições federais aderiram à política de cotas de acesso (41,2%).

Recorremos aqui a Oliveira (2012, p.1), na defesa da compreensão do atendimento a esta parcela da população:

Graves problemas relativos à garantia da justiça social persistem tanto no que concerne à desigual distribuição de renda quanto no que se refere à garantia dos direitos sociais e efetivo exercício da cidadania para o conjunto da sociedade brasileira. A luta pelo direito ao reconhecimento que invoca novas concepções de justiça tem significado uma revolução nos costumes, nas tradições em favor de uma concepção mais abrangente e apresenta-se contra qualquer tipo de discriminação, seja ela étnico-racial, de gênero, sexual, das pessoas com necessidades especiais, de idade, de classe, cultural, entre tantas outras.

Com a efervescência dos movimentos sociais, percebe-se aqui o entendimento pelo governo federal dentro de sua política de garantia aos direitos sociais, o atendimento desta inclusão dentro do Decreto nº 7.234/2010.

No parágrafo segundo do artigo 3º, fica claro que, dentro das suas autonomias e diversidades regionais, a responsabilidade das instituições quanto à seleção dos estudantes que poderão ser contemplados com as ações das políticas ao estudante: “Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados” (BRASIL, 2010, p. 1). Porém ocorre novamente a contradição do entendimento aos quais estudantes devem ser contemplados de acordo com o nível do seu curso.

Conforme já citado anteriormente, o artigo 4º do Decreto nº 7.234/2010 cita quais são as instituições que podem ser atendidas com o PNAES:

As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010, p. 1).

No parágrafo único deste artigo, há reforço dos objetivos já citados no artigo 2º,

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010, p. 1).

No artigo 5º fica estabelecido quem são os estudantes que serão contemplados com o PNAES, “Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010, p. 2). Diferente do documento anterior, que citava que seriam atendidos estudantes selecionados por critérios socioeconômicos, o Decreto especifica exatamente quais são estes critérios. Com o entendimento de uma escola com ideais republicanos, o PNAES atende aos estudantes provenientes daquelas camadas excluídas por muito tempo das oportunidades do ensino Oliveira (2012, p. 1) nos ajuda neste entendimento:

Os sistemas escolares modernos organizaram-se no âmbito do Estado sob o ideal de igualdade de oportunidades. Este é o princípio da escola republicana moderna. No Brasil, por séculos, convivemos com a organização precária de um sistema educacional fragmentado, seletivo e dualista, que em geral oferece para os pobres uma escola pobre; portanto não chegamos à escola republicana.

Com o intuito de não engessar as ações do PNAES e dar liberdade de acordo com as autonomias das Instituições, o Decreto estabelece no parágrafo único do artigo 5º “Além dos requisitos previstos no *caput*, as instituições federais de ensino superior deverão fixar: I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no *caput* do art. 2º; e II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES” (BRASIL, 2010, p. 2). Enfatiza-se que

mesmo com a liberdade de executar as ações, elas devem cumprir os objetivos estabelecidos.

Para que o governo federal possa acompanhar o andamento das atividades, prevê no artigo 6º que “As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação” (BRASIL, 2010, p. 2).

No artigo 7º, ocorre a garantia dos investimentos, tanto objetivada pelo FONAPRACE, para a execução do PNAES, “Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º” (BRASIL, 2010, p. 2).

Em seu artigo 8º, é estabelecido que os critérios para os recebimentos pelas instituições seriam determinados pela quantidade de estudantes,

As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente (BRASIL, 2010, p. 2).

Conforme o artigo 9º coloca, “Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação” (MEC, 2010. p. 20), ou seja, em 19 de julho de 2010.

Esta elevação de uma política à condição de política de Estado ocorre com uma clara contradição na elaboração deste documento quando na inclusão dos Institutos Federais. Atualmente este decreto, que regulamenta as ações realizadas pelos Institutos Federais, exceto no artigo 9º, todos os outros citam que esta política é destinada para as às instituições federais de ensino superior.

Apesar de que os Institutos, de acordo com a Lei de sua criação, também ofertam cursos superiores, pois seu artigo 7º dispõe que, dentro dos objetivos “ministrar em nível de educação superior” (BRASIL, 2010, p. 4), novamente seria necessário reiterar que nesta redação poderia ser incluído os cursos de nível médio.

Tem-se a impressão de que o documento já estava pronto e, no momento final da sua redação, os Institutos Federais foram incluídos, pois conforme já relatado anteriormente, em nenhum dos itens anteriores, os cursos do nível médio foram inclusos. No texto onde se diz *abrangendo os Institutos Federais*, se havia

realmente o entendimento que de desde o início estes deveriam ser contemplados, por que não redigir *por instituições federais de ensino médio e superior?*

O avanço com a institucionalização deste decreto se mostra por meio de um ponto principal: o tema inclusão social, que na Portaria Normativa nº 39 se mostrava ausente. Objeto recorrente e proposto pelo governo Lula, desde o tema de seu plano de governo *Um Brasil para Todos, Crescimento, Emprego e Inclusão Social*, dentro da política de apoio ao estudante, torna-se efetivado, demonstrando a preocupação com as políticas sociais que têm continuidade no governo posterior.

4.4 ACENTUAÇÃO DAS DISPUTAS E OS DILEMAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

No dia 31 de outubro de 2010 elege-se a primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff, que assume o poder dando continuidade às políticas do seu antecessor, ou seja, a preservação da valorização do mercado interno e das políticas sociais.

Conforme previsto no seu programa de governo, que tinha como título *A Grande Transformação, a política de assistência estudantil, pela primeira vez, é contemplada no item A dimensão estratégica da juventude para um novo desenvolvimento*, com a seguinte redação: “b) promover uma reforma político-pedagógica no ensino médio, fortalecer as políticas de permanência nas instituições de ensino e de assistência estudantil” (PT, 2010, p. 7).

Para enfatizar um dos pilares do governo de Dilma, em continuidade ao governo de Lula no que diz respeito ao investimento social, é necessário recorrer a Pochmann (2013, p. 147), em 2013, o gasto realizado com o social foi aproximadamente em 23% do Produto Interno Bruto (PIB) que, comparado ao ano de 1985, época do governo do Presidente José Sarney, era de 13,3%, ou seja, quase duas vezes mais.

No governo Dilma ocorre a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica iniciada no governo anterior, com o objetivo de atingir a construção de mais 208 Câmpus vinculados aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, no período 2011-2014.

No ano de 2011 é lançado o Programa Nacional de Educação Profissional e Emprego (PRONATEC), por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro. Com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, este programa envolve um conjunto de iniciativas que deveriam ser realizadas pelo Governo Federal, fazendo parte da expansão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, iniciativas listadas a seguir: a) Programa Brasil Profissionalizado: Oferta de educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio em parcerias com as redes estaduais; b) Rede e-TecBrasil: Oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, por meio da modalidade a distância; c) Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem: Aplicação dos recursos no Sistema S; d) FIES Técnico e Empresa: Financiamento de cursos técnicos e FICs ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos Sistemas S; e) Bolsa Formação: Voltado a estudantes de ensino médio das redes estaduais e também para os trabalhadores, com prioridade para os reincidentes do seguro-desemprego, beneficiários de transferência de renda e pessoas com deficiência.

Com referência ao PRONATEC, atenta-se observar que se os discursos realizados no início do governo do então presidente Lula com críticas ao governo anterior, como bem ressalva Tavares (2012, p.17), "O lançamento do PRONATEC, por exemplo, tende a reforçar a opção pelas parcerias público-privadas, aproximando-se do viés neoliberal das políticas destinadas à educação na década de 1990". Desta forma, este discurso do Presidente Lula torna-se uma contradição com o proposto em sua proposta de governo.

Outros programas são implementados dando reforço à III fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, como: o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), que visa atender aquela população excluída do processo de educação, o Programa *Rede Certific*, que visa o reconhecimento dos saberes adquiridos dos trabalhadores e Programa Mulheres Mil, o qual oferece cursos de educação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade. De acordo com o relatório de gestão do MEC por meio da SETEC/MEC,

Todas essas ações, somadas a muitas outras, traduzem o compromisso com o acesso e com a permanência de estudantes e jovens e adultos no ensino profissional, primando pela formação integral e integrada, pautada no trabalho como princípio educativo, formando para a inserção soberana no mundo do trabalho [...] (MEC, 2012, p. 10).

Segundo o MEC (BRASIL, 2013), a expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica está em continuidade. "Atualmente, são 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país. Com outras 208 novas escolas previstas para serem entregues até o final de 2014 serão 562 unidades que, em pleno funcionamento, gerarão 600 mil vagas".

TABELA 3 - INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL

No.	UF	Câmpus Preexistentes	Criadas (2003/2010)	Previstos (2011/2012)	Previstos (2013/2014)	Quantidade
1	AC	0	1	3	1	5
2	AL	4	0	7	4	15
3	AM	4	0	6	4	14
4	AP	0	0	2	2	4
5	BA	9	11	2	9	31
6	CE	5	17	1	6	29
7	DF	0	2	7	1	10
8	ES	6	11	1	2	20
9	GO	6	7	4	5	22
10	MA	4	10	4	8	26
11	MG	22	19	8	6	55
12	MS	0	1	6	3	10
13	MT	3	7	1	3	14
14	PA	7	6	1	5	19
15	PB	6	3	3	6	18
16	PE	8	6	1	9	24
17	PI	5	9	3	3	20
18	PR	8	13	3	7	31
19	RJ	8	18	1	7	34
20	RN	5	12	1	3	21
21	RO	1	4	1	1	7
22	RR	1	1	1	1	4
23	RS	12	12	9	7	40
24	SC	8	16	7	3	34
25	SE	3	0	3	4	10
26	SP	3	18	8	8	37
27	TO	2	0	4	2	8
Total		140	204	98	120	562

NOTA: PAINEL SOBRE O MAPA DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2014)

Houve um incremento na construção das Instituições a partir do Governo Lula, ficando evidente que esta política tornou-se uma das principais do Partido dos Trabalhadores, como se pode verificar nos gráficos abaixo:

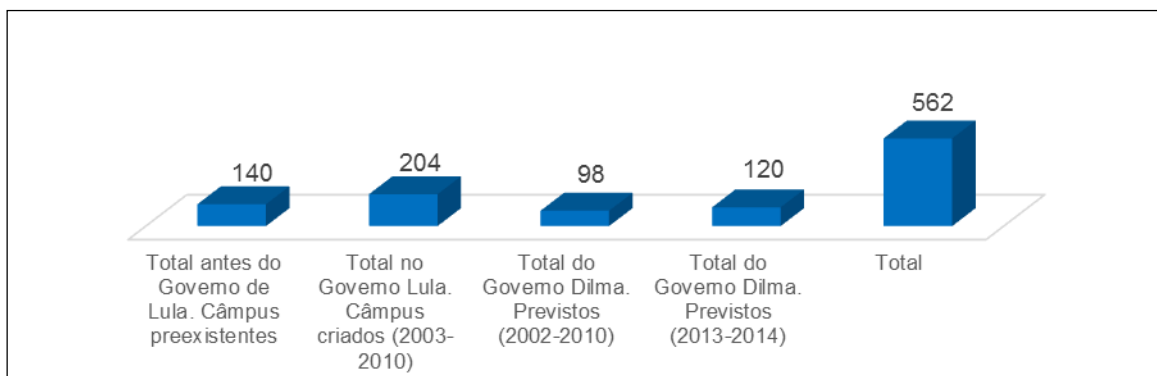


GRÁFICO 1 - INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL POR PERÍODO

NOTA: PAINEL SOBRE A QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2014)

De acordo com os gráficos 1 e 2, percebe-se o avanço na criação de instituições pertencentes a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica após o Governo Lula, tendo como previsão para o final 2014 a quantidade de 04 vezes mais antes de sua posse como Presidente da República.

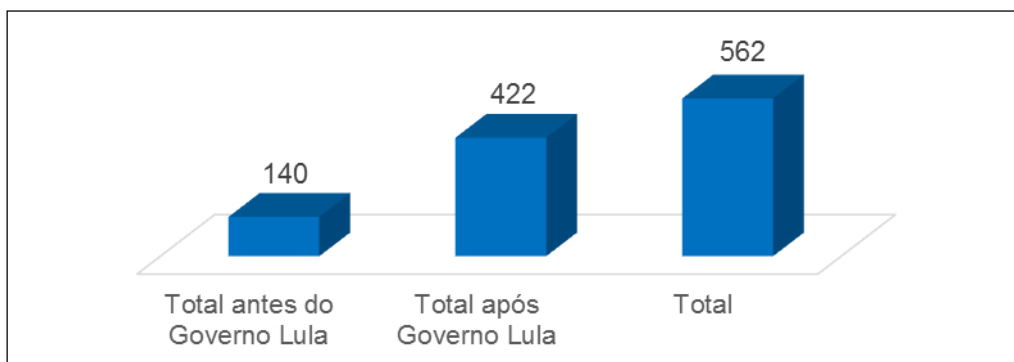


GRÁFICO 2 - INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL ANTES A APÓS GOVERNO LULA

NOTA: PAINEL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SOBRE A QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA ANTES APÓS O GOVERNO LULA

FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2014)

De acordo com dados do final de 2014 pela SETEC/MEC, a previsão de 562 *campi* foi ultrapassada, chegando aos seguintes números, que fazem parte da composição para a Matriz Orçamentária de 2015:

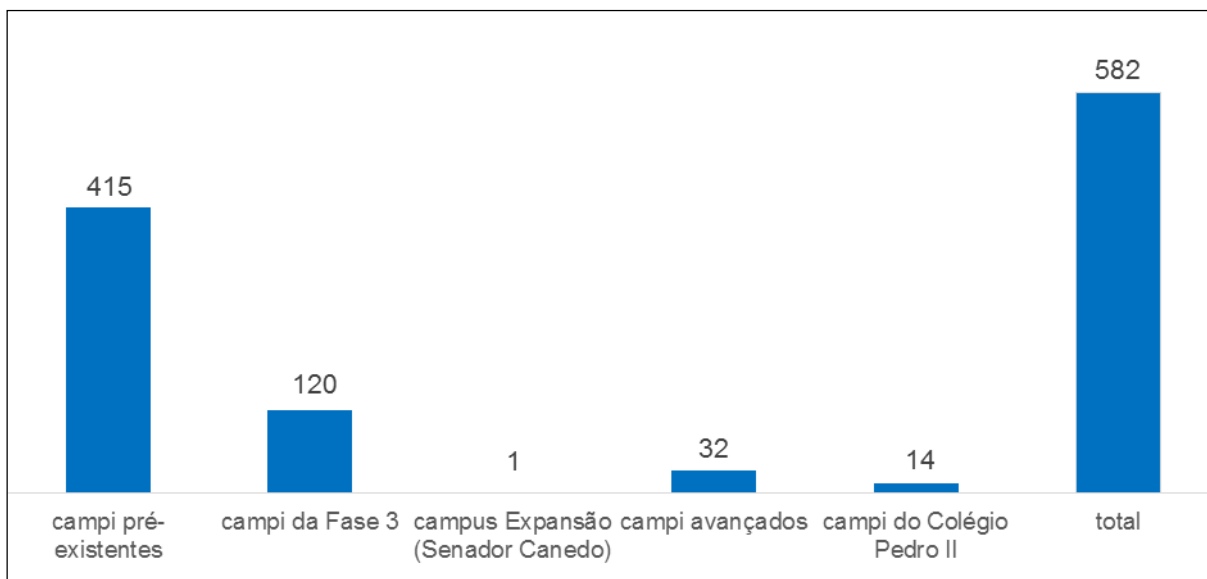


GRÁFICO 3 - NÚMERO DE CAMPI PREVISTOS NA MATRIZ ORÇAMENTÁRIA PARA 2015
 FONTE: SETEC/MEC (2014)

Nas palavras de Barbosa (2013, p.72):

[...] diante de um quadro internacional desfavorável, desde 2011 as ações do governo Dilma têm procurado construir uma estrutura produtiva mais eficiente e competitiva e, ao mesmo tempo, continuar ampliando as oportunidades de ascensão social para a maioria da população brasileira.

Um ponto a ressaltar é o recente modelo escolhido pelo governo para explorar o maior campo de petróleo já descoberto no país, o Campo de Libra, na camada do pré-sal. De acordo com a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013 (ainda não regulamentada), 75% dos royalties do petróleo deverão ser investidos em educação. Segundo palavras da presidente Dilma:

O Brasil está realizando uma alquimia, uma prodigiosa alquimia ao transformar recursos naturais não renováveis em investimento naquele que é o principal ativo de qualquer povo, a educação. Garantir formação educacional adequada da creche à pós-graduação é esse o principal legado do nosso modelo de exploração do petróleo, o modelo de partilha. (ROUSSEFF, 2013).

Este era o pensamento em 2013, ano em que a Lei foi promulgada.

Mas isso é incerto. Pela Lei 12.858, de 2013, a educação deveria receber recursos dos *royalties* do pré-sal da União e do Fundo Social, também abastecido pelos *royalties*. Mas em 2014, a educação só recebeu dinheiro

do Fundo Social. Ação impetrada pelo governo do Rio contra a mudança nas regras da distribuição dos royalties foi acolhida pelo Supremo Tribunal Federal e impede a distribuição do dinheiro até que seja examinada pelo plenário. A queda do preço do petróleo e os problemas da Petrobras também ameaçam essa fonte de recursos (VALOR ECONÔMICO, 2015).

Este investimento deveria ser realizado de acordo com os critérios estabelecidos no Plano Nacional de Educação, sancionado no Governo Dilma, o qual passamos a explorar.

4.5 O PNE 2014 E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Em 2014 a Presidente Dilma sancionou o Plano Nacional de Educação por meio da Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 que teve como relator o então deputado paranaense Ângelo Vanhoni.

O MEC assim define, no documento *Planejando a Próxima Década, Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação*, o espírito deste PNE:

Elaborar um plano de educação no Brasil, hoje, implica assumir compromissos com o esforço contínuo de eliminação de desigualdades que são históricas no País. Portanto, as metas são orientadas para enfrentar as barreiras para o acesso e a permanência; as desigualdades educacionais em cada território com foco nas especificidades de sua população; a formação para o trabalho, identificando as potencialidades das dinâmicas locais; e o exercício da cidadania. A elaboração de um plano de educação não pode prescindir de incorporar os princípios do respeito aos direitos humanos, à sustentabilidade socioambiental, à valorização da diversidade e da inclusão e à valorização dos profissionais que atuam na educação de milhares de pessoas todos os dias (MEC, 2014, p. 9).

Dentro das suas 20 metas, é preciso se ater às de números 10 e 11, que dizem respeito ao ensino profissional, e a meta 20, que destina o total de investimento para a educação.

“Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional” (BRASIL, 2014, p. 5).

Esta integração com a educação profissional se dá por meio do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), implementado durante o

governo de Dilma na III fase de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Com esta meta o plano pretende não só “a superação de um problema crucial na educação brasileira, qual seja sanar a dívida histórica que o País tem com um número grande de pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa, como também impedir que este tipo de exclusão continue se repetindo ao longo do tempo” (MEC, 2014, p. 37).

Com dados fornecidos da apresentação do relator do plano no congresso nacional (VANHONI, 2014), estes são os dados atuais e os que se pretende alcançar nesta meta do PNE: Atualmente o Brasil possui 52.000 (cinquenta e dois mil) matriculados no PROEJA, tendo um gasto anual de R\$ 156.000,000 (cento e cinquenta e seis milhões de reais), significando 0,003% do nosso PIB. Esta meta pretende matricular 1.000.000,00 (um milhão) de jovens e adultos nesta modalidade, que gerará um custo de R\$ 4.400.000,00 (quatro bilhões e quatrocentos milhões de reais) representando 0,1% no nosso PIB.

“Meta 11: triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público” (BRASIL, 2014, p. 5).

A justificativa para esta meta é a de que, em nosso país a educação profissional sempre esteve marcada com as classes menos favorecidas, sendo direcionadas para o ensino profissional, enquanto as classes mais abastadas são encaminhadas para uma educação propedêutica.

Assim, ao se pensar no objetivo da Meta 11 do PNE, há de se levar em conta a superação dessa dualidade. Deve-se considerar ainda que a construção de uma proposta para atendimento educacional dos trabalhadores precisa ser orientada por uma educação de qualidade, não podendo ser voltada para uma educação em que a formação geral está descolada da educação profissional (MEC, 2014, p. 39).

Com dados fornecidos pelo relator do PNE, Deputado Vanhoni, hoje temos 1,1 milhão de estudantes matriculados na educação profissional técnica de nível médio, sendo 437 mil matrículas em escolas públicas, com um gasto atual de R\$ 2,2 bilhões significando 0,05% do nosso PIB.

O objetivo desta meta é de alcançar 3,4 milhões estudantes matriculados, sendo 1,58 milhões públicas com um gasto de R\$ 7,6 bilhões que aumentará para 0,16% do PIB.

Os números totais de investimentos para o PNE estão previstos na Meta 20:

[...] ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014, p. 7).

De acordo com dados da apresentação do relator, o Brasil investe atualmente aproximadamente 5,3% do seu PIB e tem como objetivo neste plano alcançar 7% do PIB em investimento na educação até o quinto ano de sua implementação, e 10% do PIB até o final do plano.

São metas audaciosas e relevantes para a educação brasileira, porém creditar para o futuro uma solução da qual não se tem realidade concreta pode ser muito temerário, conforme reafirmam Ciavatta e Ramos (2012, p. 13-14):

Cada época possui suas manifestações culturais próprias, emanadas da forma como se vive e se organiza a sociedade. Da mesma forma, produzem-se os discursos, suas justificativas e seus termos próprios para expressar o poder e suas determinações. Não sem contradições, mas sob o espírito inovador do capitalismo, geram-se novas sociabilidades adaptadas aos interesses dos grupos no poder.

Os processos históricos mostram que mesmo que os recursos financeiros estejam destinados a certas políticas públicas por meio de Leis, o que move políticas educacionais são as tensões, as disputas das classes dominantes possuidoras dos aparelhos ideológicos do Estado, que se alteram nos períodos eleitorais de acordo com as composições de interesses para exercer o poder. Cabe destacar a necessidade de estudos posteriores para analisar os desdobramentos do cumprimento desta Lei.

Durante o governo Dilma, os investimentos na política de assistência ao estudante tiveram grande relevância, os quais passamos a descrever.

4.6 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO GOVERNO DILMA: ACENTUAÇÃO NOS INVESTIMENTOS NA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TÉCNICA E TECNOLÓGICA

Os investimentos realizados no governo Dilma com relação à política de assistência ao estudante tiveram grande evolução quantitativamente na distribuição de recursos financeiros.

Segundo dados do portal Siga Brasil⁴², os valores na tabela abaixo se referem aos recursos financeiro de 2010 à 2015, para toda a Rede Federal de Educação Técnica e Tecnológica, que contemplam 38 Institutos Federais, o Colégio Dom Pedro II e os CEFETs Rio de Janeiro e Minas Gerais.

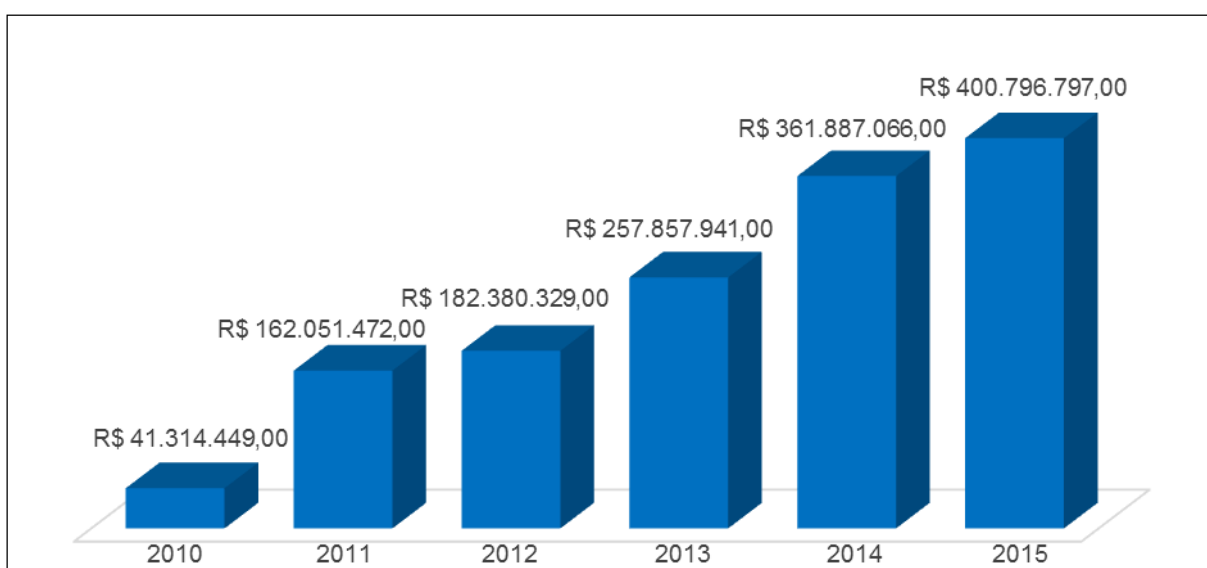


GRÁFICO 4 - RECURSOS FINANCEIROS PARA A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS
INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL POR PERÍODO
FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO PORTAL DE ORÇAMENTO DO SENADO FEDERAL

⁴² O SIGA Brasil é um sistema de informações sobre orçamento público, que permite acesso amplo e facilitado ao SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos, por meio de uma única ferramenta de consulta. Use os links à direita para acessar o sistema mediante acesso livre ou especialista (BRASIL, 2014). Disponível em:
<<http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil>>. Acesso em: 29/09/ 2014.

Estes valores são distribuídos de acordo com a MATRIZ CONIF⁴³ e observa-se que a partir de 2010, ano que foi instituído o Decreto nº 7.234, o valor disponibilizado para 2015 foi de 10 vezes mais⁴⁴.

No intuito de regulamentar uma legislação própria para os Institutos Federais, o CONIF propôs para o Ministério da Educação uma minuta de Decreto específica para os Institutos Federais, documento que passamos a analisar dentro do Contexto do Texto na categoria ciclo de políticas.

4.7 MINUTA DE DECRETO DO PNAES-EPCT: MUDAM OS ATORES, ENTRA EM CENA O CONIF ELABORANDO UMA LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA PARA OS INSTITUTOS FEDERAIS

Esta minuta é resultado de reuniões⁴⁵ sucessivas que aconteceram no âmbito dos Institutos Federais, impulsionado pelo CONIF. A categoria ciclo de políticas também contribui para analisar como novamente se volta para o debate a proposição de uma política e a sua legislação, dentro das micropolíticas, portanto é

⁴³ A MATRIZ CONIF é a proposta orçamentária para a Rede formulada pela Coordenação de Orçamento do O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e de Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD) que é unidade subordinada ao Conif.

⁴⁴ Dados calculados para Assistência Estudantil: - Assistência Estudantil Presencial: Total Geral = (Total 2013.2 + Total 2014.1) / 2, Onde: Total Geral = Média das Matrículas presenciais do campus dos períodos analisados; Total 2013.2 = Soma das Matrículas presenciais do segundo semestre de 2013; Total 2014.1 = Soma das Matrículas presenciais do primeiro semestre de 2014; IDH Ponderado = IDH do município * Total Geral Fator de Potencialização do IDH = (IDH do município – IDH ponderado médio) * (IDH maior / IDH menor) Onde: IDH Ponderado Médio = Média dos IDH ponderados dos municípios Recurso a ser disponibilizado por Aluno = Valor Médio por Aluno – (Fator de potencialização do IDH * Valor Médio por Aluno) Onde: Valor Médio por Aluno = Recurso total da Assistência Presencial / Total Geral de Matrículas da Rede Recurso a ser disponibilizado por campus = Recurso a ser disponibilizado por aluno * Total Geral do campus. - Assistência Estudantil RIP: Recurso a ser disponibilizado por campus = (Quantidade Média de Alunos RIP / Total de Alunos da Rede) * Total de recurso disponibilizado para RIP. - Assistência Estudantil EaD: Recurso a ser disponibilizado por campus = (Quantidade Média de Alunos EaD / Total de Alunos da Rede) * Total de Recurso disponibilizado para EaD (CONIF, 2014, p. 16).

⁴⁵ Em 2010 na cidade de Fortaleza/CE ocorreu o Seminário Nacional “Construção de Princípios e Diretrizes”, organizado pelo Fórum de Dirigentes de Ensino (FDE) que é um órgão de natureza consultiva e assessoramento do CONIF; Em 2011 o 1º Encontro Regional de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil, realizado na cidade de Sapucaia do Sul/RS organizado pelo IFSul-riograndense; ainda em 2011 o II Encontro Regional de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil realizado na cidade de São José/SC organizado pelo Instituto Federal de Santa Catarina; em 2012 o III Encontro Regional de Setores Sistêmicos de Assistência Estudantil realizado em Curitiba/PR organizado pelo Instituto Federal do Paraná; em 2013 Seminário Nacional de Gestores de Assistência Estudantil, mais as reuniões do FDE e apresentações nas reuniões do CONIF (CAVALHEIRO, 2013).

uma categoria que está sempre sendo revista. E aqui não vamos nos aprofundar, porque neste momento a finalidade é explicitar como se chega a política de apoio a assistência ao estudante, que atualmente é regida pelo Decreto nº 7.234/2010 e trata de explicitar como se chega à política. Está apenas se apontando que é possível nesta conjuntura, neste processo, vir a trabalhar com esta categoria de forma micro e que trabalha-se no macro desta política, e a categoria ciclo de políticas também poderia auxiliar no estudo analítico este ciclo que compõe o grande ciclo.

Neste sentido, entende-se que se faz-se necessário analisar somente a minuta de Decreto elaborada pelo CONIF que, percebendo que a atual legislação que regulamenta as ações da assistência ao estudante nos Institutos Federais, o Decreto nº 7.234/2010, conforme análise já realizada neste estudo, de certa forma ignora os próprios Institutos Federais e seus cursos que por força de lei têm que ofertar 50% dos seus no nível médio. O CONIF, após debates internos, realizou esta minuta de Decreto específica para os Institutos Federais, conforme matéria vinculada na página eletrônica do CONIF,

Após intensos debates, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF) finalizou proposta de Decreto que deverá nortear a Política Nacional de Assistência Estudantil da Rede Federal (PNAES – EPCT). A minuta de texto foi apresentada ao ministro da Educação, Henrique Paim, nesta sexta-feira, 9/5, por meio de Ofício (CONIF, 2014).

Ainda de acordo com esta matéria, a Política Nacional de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PNAES-EPCT) foi entregue ao ministro da Educação, e

De acordo com o presidente do Conif, Luiz Augusto Caldas Pereira, o teor da proposta também foi apresentado ao secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Aléssio Trindade de Barros. “Além de enviarmos o ofício ao ministro, reiteramos ao secretário a necessidade de uma resposta célere a este pedido tão importante para a ampliação da política de inclusão”, afirmou (CONIF, 2014).

Esta proposta é detalhada em 3 laudas, com 11 artigos a mais do que o decreto vigente, que possui 2 laudas e 9 artigos.

De acordo com o artigo 1º desta proposta:

A PNAES-EPCT, executada no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos estudantes da Rede EPCT e apoio à sua formação acadêmica, na perspectiva de uma educação para emancipação e autonomia do ser humano (CONIF, 2014, p.1).

Mostra este artigo uma nova interpretação da formação até aqui não identificada nos documentos do FONAPRACE, *A perspectiva de uma educação para emancipação e autonomia do ser humano*. Esta redação vai ao encontro do documento Concepção e Diretrizes, documento este que mostrou para o país a concepção de uma nova escola que estava se formando, como o próprio documento traz em seu título *um novo modelo em educação profissional e tecnológica*. Na sua apresentação traz a seguinte redação:

A educação para o trabalho nessa perspectiva entende-se como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. Na extensão desse preceito, trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente (MEC, 2010, p. 35).

No parágrafo primeiro do artigo 1º do PNAES-EPCT, trata de especificar o público-alvo desta proposta, “o público-alvo do presente Decreto é o estudante regularmente matriculado em qualquer dos cursos ministrados pela Instituição, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social” (CONIF, 2014, p. 1). No parágrafo segundo, continua a mesma percepção do significado desta política, “as ações de Assistência Estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de retenção e evasão” (CONIF, 2014, p. 1), texto mantido na íntegra do Decreto vigente, nº 7.234/2010.

São incluídos nesta proposta os princípios do PNAES-EPCT detalhados no artigo 2º:

- I - a prioridade do atendimento às necessidades socioeconômicas e pedagógicas do estudante, visando a sua formação integral, sua permanência e êxito;
- II - a universalização da assistência ao estudante;
- III - o respeito à dignidade do estudante, a sua autonomia, ao direito a benefícios e serviços de qualidade e a permanência e convivência escolar e comunitária;
- IV - a equidade na atenção ao estudante, visando à redução das desigualdades sociais;

- V - a igualdade de direitos de acesso aos benefícios da Assistência Estudantil;
- VI - a participação dos estudantes nos assuntos relativos à Assistência Estudantil (CONIF, 2014, p. 1).

Estes princípios estão baseados também no documento Concepção e Diretrizes, e esta base não é sem propósito, afinal o presidente do CONIF em 2014, Professor Luiz Augusto Caldas Pereira, Reitor do Instituto Federal Fluminense, foi um dos colaboradores na construção do documento acima citado na concepção dos Institutos Federais.

No artigo 3º são dispostos os objetivos da proposta:

- I - implementar as condições de permanência e êxito, no percurso formativo dos estudantes, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais;
- II - consolidar o apoio à formação acadêmica integral;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão;
- IV- promover a inclusão social pela educação, articulada com as demais políticas setoriais (CONIF, 2014, p. 1).

A lei de criação dos Institutos Federais prevê a oferta desde cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores a cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, esta redação de *implementar condições de permanência e êxito, no percurso formativo*, visa incentivar o estudante a continuar seus estudos quem sabe na própria instituição, que tem um viés na sua concepção de formação integral, com a promoção da inclusão social. A articulação com as demais políticas setoriais vem dizer que a PNAES-EPCT não pode ficar restrita às ações engessadas, e sim horizontalizar suas concepções com as demais políticas implementadas pelo governo federal.

O artigo 4º traz algumas diferenças na redação do Decreto nº 7.234 quanto a qual estudante tem direito a ser contemplado com a Política, “Serão atendidos no âmbito da PNAES-EPCT, prioritariamente, estudantes com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, conforme dotação orçamentária (CONIF, 2014, p. 2). É retirada do texto do Decreto a frase *oriundos da rede pública de educação básica*. Com o intuito de universalizar as ações é incluída a palavra prioritariamente, pois para algumas ações, conforme dotação orçamentária, qualquer estudante, independentemente de sua classe socioeconômica, poderá ser atendido com a política. Um exemplo a ser utilizado aqui poderia ser uma ação como a esportiva. Na participação dos alunos no evento dos Jogos Esportivos dos Institutos Federais

(JIFs), entre os alunos que são contemplados com o auxílio para transporte para representar a instituição, não é levada em conta a sua condição socioeconômica. O parágrafo primeiro e seus dois itens do artigo 4º são os mesmos do Decreto em vigência. No parágrafo segundo há uma novidade. Com o texto, “É vedada a exigência de contrapartida laboral para os auxílios cujo critério de seleção seja a vulnerabilidade social, conforme o *caput* do Art. 4º, garantida a equidade no processo de formação dos estudantes” (CONIF, 2014, p. 2), fica proibida uma prática que ainda torna-se vigente como a atual política empregada no Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Disponibilizada em sua página dos editais de assistência ao estudante, no “Programa Bolsa de Trabalho”, o estudante atua no próprio Campus Mossoró, em horário inverso ao que estuda, durante 3h/dia, recebendo uma bolsa-auxílio e uma refeição (almoço e/ou jantar)” (IFRN, 2014). Esta contrapartida estabelecida na proposta é amparada por jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme publicação no Diário Oficial da União (DOU):

Assunto: BOLSA DE ESTUDO. DOU de 25.03.2011, S. 1, p. 144. Ementa: recomendação ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) para que se abstenha de conceder bolsa de estudos para alunos atuarem em atividades administrativas da entidade, com o fito de suprir mão de obra (DOU, 2011).

Para suprir esta discordância é previsto no parágrafo 3º que “a manutenção do benefício está condicionada à frequência do estudante às atividades acadêmico-pedagógicas (CONIF, 2014, p. 2).

Para que o MEC possa acompanhar as ações do PNAES-EPCT, assim como no decreto vigente, é previsto no artigo 5º que todas “as Instituições da Rede federal de educação profissional, científica e tecnológica prestarão todas as informações referentes à implementação da PNAES-EPCT solicitadas pelo Ministério da Educação (CONIF, 2014, p. 2).

Novamente, conforme em todos documentos a partir do século XX, a articulação das ações com o tripé ensino, pesquisa e extensão continua, agora no artigo 6º, “A PNAES-EPCT deverá ser implementada de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão” (CONIF, 2014, p. 2), e no parágrafo primeiro são previstas as áreas de atuação

As linhas de ações da Assistência Estudantil da PNAES-EPCT deverão ser fomentadas nas áreas:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- IV - atenção à saúde biopsicossocial;
- V - inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - desporto e lazer;
- VIII - apoio aos estudantes-pais;
- IX - apoio didático-pedagógico (para atividades de ensino, pesquisa e extensão);
- X - atendimento aos estudantes com necessidades de educação especial (CONIF, 2014, p. 2).

As alterações em relação ao Decreto nº 7.234/2010 são nos itens atenção à saúde, que agora ganha a complementação biopsicossocial, aqui para haver uma maior interação com o trabalho da equipe multidisciplinar; apoio aos estudantes-pais, onde por exemplo poderia haver uma linha de apoio a pagamento para creche. O apoio pedagógico ganha o reforço nas atividades de articulação com o ensino, pesquisa e extensão e o último item ganha nova configuração, agora com atendimento aos estudantes com necessidades de educação especial, termo mais genérico, porém sem discriminar.

No parágrafo segundo deste artigo fica estabelecido que “as ações contempladas nº §1º deste Artigo poderão ser executadas por meio de repasse financeiro direto aos estudantes, mediante critérios e prioridades estabelecidos nos programas da Instituição” (CONIF, 2014, p. 2). Esta atitude tem sido recomendada, pois há um entendimento de que é mais simples, rápido e não demanda muito tempo na espera de construção de espaços físicos, como por exemplo, construção de restaurantes, ficando mais fácil o benefício ser concedido por meio de depósitos em conta bancária. No parágrafo 3º, quanto à seleção dos estudantes, assim como no decreto, “Caberá às Instituições definir os critérios e a metodologia de seleção, acompanhamento e avaliação dos estudantes a serem assistidos pela PNAES-EPCT” (CONIF, 2014, p. 2).

É incluído o item referente à gestão da assistência no artigo 7º,

A gestão da Assistência Estudantil deverá considerar os seguintes procedimentos:

- I - elaboração de regulamentação, acompanhamento e avaliação da PNAES-EPCT no âmbito das Instituições da Rede Federal de EPCT,

garantida a representação dos estudantes neste processo (CONIF, 2014, p. 3).

Toda a instituição tem por obrigação regulamentar a política de assistência ao estudante no âmbito interno, bem como criar mecanismos de acompanhamento e avaliação das suas ações e, como novidade neste artigo, os estudantes têm participação para serem ouvidos, afinal para eles a política foi criada, uma atitude democrática prevendo a participação.

No item II é colocado também outra novidade, a participação da equipe multidisciplinar,

II - composição de Equipe Multiprofissional básica, formada por pedagogos ou técnicos em assuntos educacionais, assistentes sociais e psicólogos, em cada campus da Rede EPCT, para operacionalização da Assistência Estudantil, admitidas, sempre que necessárias, a participação e inclusão de outros profissionais (CONIF, 2014, p. 3).

Requisição há tempos defendida pelo FONAPRACE, pois são estes os profissionais que labutam no cotidiano, e quando se fala em composição é realizada uma cobrança junto ao governo federal na distribuição de vagas para concursos para estes profissionais, pois hoje ainda são várias as instituições que não possuem profissionais específicos destas áreas.

Uma atitude que já estava em andamento, porém também sem regulamentação, fica exposta no item III:

III - estabelecimento de articulação com atores sociais, em especial com a Rede pública de saúde, para encaminhamento dos estudantes que demandarem atendimento especializado, bem como de parcerias com instituições para projetos que atendam a tais demandas (CONIF, 2014, p. 3).

Faz-se necessária esta articulação das instituições com atores sociais, com a demanda sendo levantada pela equipe multidisciplinar que pode detectar situações que não poderiam ser resolvidas pela instituição e também ações no sentido de prevenção e orientação a muitas outras situações no sentido de encaminhar aos estudantes uma vida mais saudável.

No item IV é citada a articulação interna da instituição, “IV – articulação com as demais políticas institucionais, buscando unicidade nas questões relativas aos estudantes” (CONIF, 2014, p. 3). Em muitas instituições, devido a sua autonomia, as

políticas de ensino, pesquisa e extensão, como o é caso do Instituto Federal do Paraná, estão separadas por Pró-reitorias, desta forma esta articulação torna-se fundamental para que se possa desenvolver as atividades estabelecidas nesta proposta.

No artigo 8º é demonstrada a possibilidade da visibilidade e fortalecimento da gestão das políticas internas das instituições quanto a sua colocação no organograma, “Para dar condições de planejamento, implementação, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação da PNAES-EPCT, deverá ser viabilizada estrutura de gestão sistêmica da Assistência Estudantil (CONIF, 2014, p.3). Na seção seguinte, faremos mais detalhadamente uma análise de como, dentro do Contexto da prática, estão alocadas as gestões das políticas de assistência ao estudante dentro dos Institutos Federais. No âmbito do governo federal é solicitado que aloque em setor específico, detalhado no parágrafo primeiro deste artigo, “No âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica vinculada à Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (CONIF, 2014, p. 3), e no âmbito da Rede Federal a criação de um comitê formado por representantes das instituições. Também é colocada a participação dos estudantes, no parágrafo segundo

No âmbito da Rede Federal de EPCT, a constituição do Comitê de Governança da PNAES-EPCT, composta pelos representantes dos Fóruns correlatos, representação estudantil e assessorada pelos Comitês Regionais, estabelecida com regulamentação própria (CONIF, 2014, p. 3).

Esta solicitação faz parte da demanda de várias instituições que percebem a necessidade de orientação quanto à execução das ações das políticas pelo governo federal e a troca de experiências dentro deste comitê.

Os artigos 8º e 9º tratam dos recursos, sendo que no 8º “Os recursos para a PNAES-EPCT serão repassados às Instituições da Rede EPCT que deverão implementar as ações de Assistência Estudantil, na forma do Artigo 5º” (CONIF, 2014, p. 3). No artigo 9º é possível verificar que “as despesas da PNAES-EPCT serão custeadas por dotações orçamentárias consignadas pelo Ministério da Educação às Instituições da Rede Federal, por meio da Matriz CONIF, de acordo com a quantidade de beneficiários existentes” (CONIF, 2014, p. 3). É no âmbito do CONIF que é realizada a proposta de parâmetros para construção da matriz

orçamentária que deverão atender a toda demanda das instituições. Os recursos financeiros são repassados sendo feito o cálculo conforme citado no subitem 4.7.

Em seu último parágrafo, no artigo 10º, é colocada a publicação desta proposta: “Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se lhe as disposições em contrário” (CONIF, 2014, p. 3).

O CONIF assume a função de ator principal e continua a luta iniciada pelo FONAPRACE na década de 80 do século XX, agora na construção de uma regulamentação específica para os Institutos Federais para a política de Assistência ao Estudante.

É nesta conjuntura que a história da política de assistência ao estudante, que iniciou com as lutas e embates do FONAPRACE junto ao governo federal desde o governo de FHC, passando por Lula e findando no governo de Dilma com o CONIF assumindo esta missão, revela que está no seio das disputas pela hegemonia da educação brasileira.

A política de apoio ao estudante no seu Contexto de Produção de texto tornou-se uma vitória do FONAPRACE junto ao movimento dos docentes desde o seu Contexto da Influência, onde, por meio do FONAPRACE, as lutas iniciaram, passando pelo Contexto da Produção do Texto, a partir do qual se criaram a Portaria Normativa e o Decreto, efetivando-se como política de Estado. Percebe-se nos documentos até aqui analisados que os Pró-reitores, através das várias reuniões realizadas, tiveram suas vozes respeitadas, pois lidavam diariamente com a realidade dos estudantes nas instituições e, desta forma, puderam contribuir na produção dos textos desta política. A luta do FONAPRACE e depois do CONIF sempre tiveram um consenso nesta produção e por meio de intervenções políticas e embasadas por pesquisas conseguiram, no governo Lula, implementar suas propostas. Os documentos efetivados como política de Estado, de acordo com o ciclo de políticas, apresentam em algumas vezes contradições e ambiguidades, dando margem para várias interpretações de aplicação na prática nas instituições federais de ensino.

A criação dos Institutos Federais traz à tona dilemas sobre a atuação destas instituições no ensino profissional. Dentro desta conjuntura até aqui apresentada torna-se necessário investigar na consecução deste estudo quais os sentidos da política de assistência ao estudante do IFPR dentro da categoria ciclo de políticas

em seu Contexto da Prática, ou seja, como ela é interpretada e colocada em prática pelos Reitores, gestores, professores e técnicos administrativos dentro do IFPR.

5 A POLÍTICA DE APOIO AO ESTUDANTE NO IFPR: CONSTRUÇÃO E INTERPRETAÇÕES NO CONTEXTO DA PRÁTICA

Esta seção será constituída de acordo com a categoria ciclo de políticas no Contexto da Prática, com o IFPR aplicando e regulamentando suas políticas de assistência ao estudante. É neste momento que a política está sujeita à interpretação e recriação daqueles que estão diretamente ligados aqueles que são o objetivo fim da política, o estudante, e esta política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças significativas na política original.

Tanto os gestores dos Institutos Federais (IFs) como aqueles servidores que não estão na gestão acabam por aplicar as políticas não somente através de uma simples leitura, mas estes acabam por internalizar por meio da sua práxis e na aplicação desta política suas interpretações podem gerar consequências, onde o resultado final pode ser transformado, diferente da ideia que a concebeu.

É com estes pressupostos que aqui analisa-se a política de assistência ao estudante no IFPR, iniciando por explicar dentro da totalidade dos Institutos, como a gestão desta política é percebida, em qual setor sistêmico está localizada. Passamos para a conjuntura histórica de criação do IFPR e, posteriormente, aos seguintes documentos: A Resolução nº 011/2009 que implementou a política de apoio ao estudante no IFPR; O programa de apoio à participação em eventos estudantis; O Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS) e o programa de Auxílio Complementar ao Estudante (PACE). O IFPR implementou ainda o programa estudante-atleta e o programa de monitoria, porém este estudo se atém aos três primeiros, por se tratarem de programas de maior relevância e aporte financeiro. Em seguida estuda-se a educação politécnica e a possibilidade de ser implementada nos IFPR por meio da pedagogia histórico-crítica.

5.1 A GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NOS INSTITUTOS FEDERAIS: DIFERENÇAS DE ALOCAÇÃO

Os Institutos Federais foram criados por meio da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, e no artigo 1º, parágrafo único desta Lei, assim define a suas características: “As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do caput possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar” (BRASIL, 2008, p. 1).

Ainda dentro na mesma Lei, “Art. 11. Os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores” (BRASIL, 2008, p. 1).

Neste sentido, os 38 Institutos Federais criados por esta Lei, dentro desta autonomia, têm uma ampla diversificação da alocação da gestão da assistência ao estudante no interior de suas estruturas administrativas. Foi realizada, aqui, uma pesquisa durante o 1º semestre de 2014, com consultas por meio das páginas na internet dos Institutos e também por meio de telefonemas, chegando-se aos seguintes resultados:

Nº	Institutos Federais	Alocação da gestão da assistência ao estudante
1	INSTITUTO FEDERAL DO ACRE	Pró-reitoria de Assistência Estudantil - PROAE
2	INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	Pró-Reitoria de Ensino
3	INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ	Pró-Reitoria de Ensino
4	INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS	Pró-Reitoria de Ensino
5	INSTITUTO FEDERAL BAIANO	Pró-Reitoria de Ensino
6	INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA	Pró-Reitoria de Ensino
9	INSTITUTO DO ESPÍRITO SANTO	Pró-Reitoria de Ensino
10	INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS	Pró-Reitoria de Extensão
11	INSTITUTO FEDERAL GOIANO	Pró-Reitoria de Ensino
12	INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO	Pró-Reitoria de Ensino
13	INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO	Pró-Reitoria de Extensão
14	INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL	Pró-Reitoria de Extensão e Relações Institucionais
15	INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS	Pró-Reitoria de Extensão
16	INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS	Pró-Reitoria de Extensão
17	INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS	Pró-Reitoria de Extensão
18	INSTITUTO FEDERAL SUL DE MINAS	Pró-Reitoria de Ensino
19	INSTITUTO FEDERAL TRIÂNGULO MINEIRO	Pró-Reitoria de Extensão
20	INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ	Pró-Reitoria de Ensino
21	INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA	Pró-Reitoria de Ensino
22	INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ	Pró-Reitoria de Ensino
23	INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO	Gabinete da Reitoria
24	INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO	Pró-Reitoria de Ensino
25	INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ	Pró-Reitoria de Extensão
26	INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Pró-Reitoria de Extensão
27	INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE	Pró-Reitoria de Extensão
28	INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	Gabinete da Reitoria
29	INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE	Pró-Reitoria de Ensino
30	INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA	Pró-Reitoria de Ensino
31	INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Pró-Reitoria de Ensino
32	INSTITUTO FEDERAL DO RONDÔNIA	Pró-Reitoria de Ensino
33	INSTITUTO FEDERAL DO RORAIMA	Pró-Reitoria de Ensino
34	INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE	Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e social
35	INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA	Pró-Reitoria de Ensino
36	INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO	Pró-Reitoria de Ensino
37	INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE	Gabinete da Reitoria
38	INSTITUTO FEDERAL DE TOCANTINS	Pró-Reitoria de Extensão

QUADRO 5 - ALOCAÇÃO DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NOS IFS
 FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DOS INSTITUTOS FEDERAIS

O gráfico abaixo demonstra como a gestão sistêmica da assistência ao estudante está distribuída nos IFs em suas Pró-reitorias:

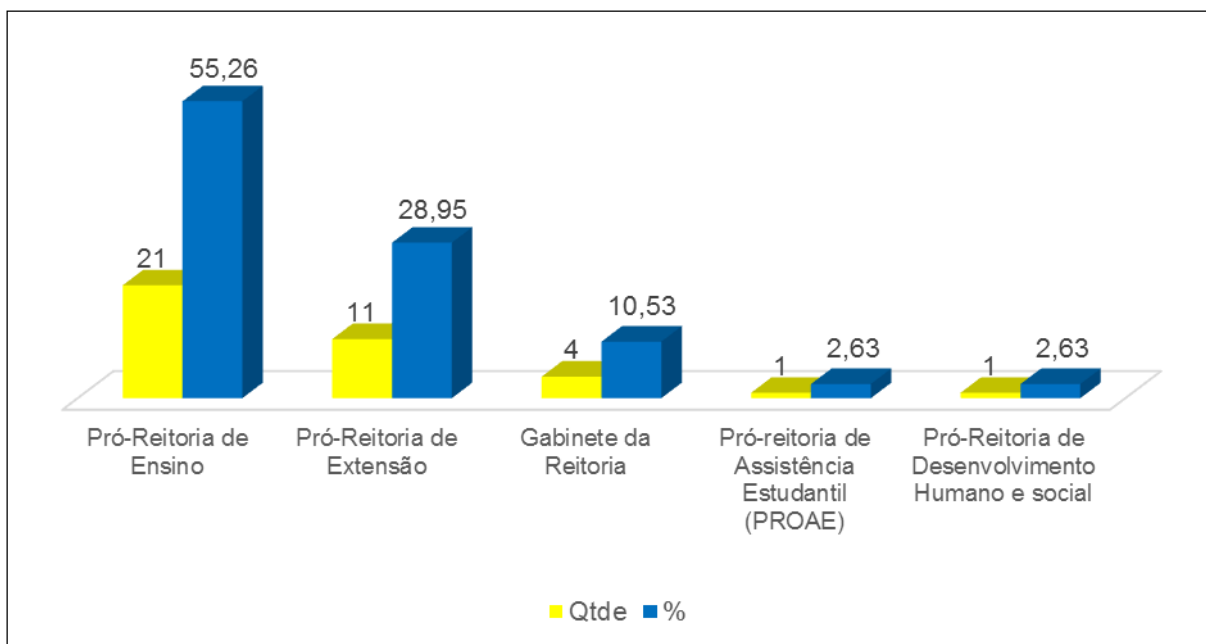


GRÁFICO 5 - ALOCAÇÃO DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NOS IFS
 FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Percebe-se uma predominância desta alocação nas Pró-Reitorias de Ensino (21), tendo a sua quantidade quase 100% a mais do que a Pró-Reitoria de Extensão (11). Chama a atenção a criação de uma Pró-Reitoria exclusiva para a Gestão, o Instituto Federal do Acre, atitude que poderia se chamar incomum, haja vista a sua quantidade.

Estas divergências estão dentro da visão de como cada Instituição, e seus dirigentes, organizam suas ações de acordo com o previsto no Decreto nº 7.234/2010, que atualmente regulamenta as políticas de assistência estudantil.⁴⁶

No Instituto Federal do Paraná, lócus deste estudo, de acordo com seu organograma (IFPR, 2014) a gestão da Assistência Estudantil está alocada na

⁴⁶ Neste momento fica registrada esta alocação da gestão da política ao estudante, porém muito haveria de se perguntar. Uma vez que a autonomia tem seus pressupostos e sugere uma lei própria, cabe investigar, com o qual o conceito de autonomia que está aqui organizando esta distribuição destas políticas nas instituições. Possivelmente uma perspectiva de disciplinamento de verbas, disciplinamento de pessoas, num organograma e numa racionalidade burocrática. Há de se analisar com qual conceito filosófico e a compreensão de autonomia na própria política de assistência ao estudante está se trabalhando. Uma vez que os Institutos Federais são lócus de formação de pessoas para produzir conhecimentos, ciência e cultura e divulgá-la, cabe indagar com qual conceito de relação de Institutos Federais e sociedade está se pensando? A questão deve estar interrogada neste sentido, onde a política de assistência ao estudante deve estar casada com o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das instituições e com a legislação maior. Se a legislação é ambígua provoca esta situação, de modo que quando os gestores ao fazerem estas opções de alocação, interpretam a legislação e tomam decisões, conforme o ciclo de políticas na sua produção do texto que nos revelam estas interrogações.

Coordenação de Assistência Estudantil na Diretoria de Assistência Estudantil e Atividades Especiais na Pró-Reitoria de Ensino.

A sua política e suas ações, por meio de documentos, são analisadas a seguir.

5.2 O INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ

Diferentemente da maioria dos Institutos Federais, o processo histórico que culminou com a criação do Instituto Federal do Paraná (IFPR) iniciou-se junto ao desenvolvimento da cidade de Curitiba.

O governo brasileiro no início do Século XIX adotou uma política de incentivo à vinda de imigrantes europeus e, de acordo com a política imigratória da época, estes deveriam ser da raça branca, trabalhadores, com a preferência de serem agricultores e da religião católica, e dentro deste perfil o que mais se assemelhava era o povo Alemão. Com a vinda dos imigrantes alemães para o sul do Brasil e com a falta de apoio do governo brasileiro na criação de escolas para seus filhos, estes se uniram com uma organização comunitária própria. "Uma das primeiras iniciativas tomadas pelos grupos foi a construção de uma igreja e de uma escola [...]" (VECHIA, 2008, p. 2) e, em Curitiba, no ano de 1869, a Colônia alemã dá início à Escola Alemã com o objetivo de atender a estes filhos dos alemães aqui instalados na cidade.

Com a 1ª Guerra Mundial, devido as suas consequências, as relações entre os descendentes dos alemães e os brasileiros ficaram muito difíceis, acabando com uma rejeição da população brasileira a esta população, e no período de 1937 a 1945, durante o governo do então Presidente Getúlio Vargas, iniciou-se uma campanha de Nacionalização das escolas estrangeiras pelo Governo Brasileiro. A Escola alemã encerrou suas atividades por força desta campanha. De acordo com Vechia (2008, p. 13), a Escola mantinha um único professor brasileiro, Fernando Moreira, que, segundo relatos, batalhava em prol da nacionalização do ensino, sem sucesso. O Exército decidiu nacionalizar esta escola e fez uma intervenção na festa de encerramento do ano letivo. Em 1914 a Escola alemã passou a ser chamada Colégio Progresso e o então Professor Moreira foi o seu primeiro diretor,

contribuindo desde esta época para o fortalecimento de uma instituição com caráter público.

Em 1936 é criado o Curso Comercial, que funcionava nas dependências da já extinta Escola Alemã. Este curso é considerado o ponto de partida da história do IFPR. Dois anos depois, o Colégio Progresso passa a se intitular Sociedade Colégio Progresso. O Curso Comercial, que funcionava no período noturno do Colégio Progresso, passa a denominar-se Academia de Comércio Progresso (IFPR, 2013).

A então Academia de Comércio Progresso foi adquirida pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná em 1941, e em 1942 passa a funcionar sob denominação Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade Federal do Paraná.

Anos mais tarde, o Conselho Universitário decidiu integrá-la à Universidade Federal do Paraná, sendo que a partir de 22 de janeiro de 1975 passa a ser denominada Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná. De acordo com a reorganização administrativa, em 1990 mais uma vez acaba alterando sua denominação para Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ETUFPR), e em 1997 é elevada à categoria de Setor.

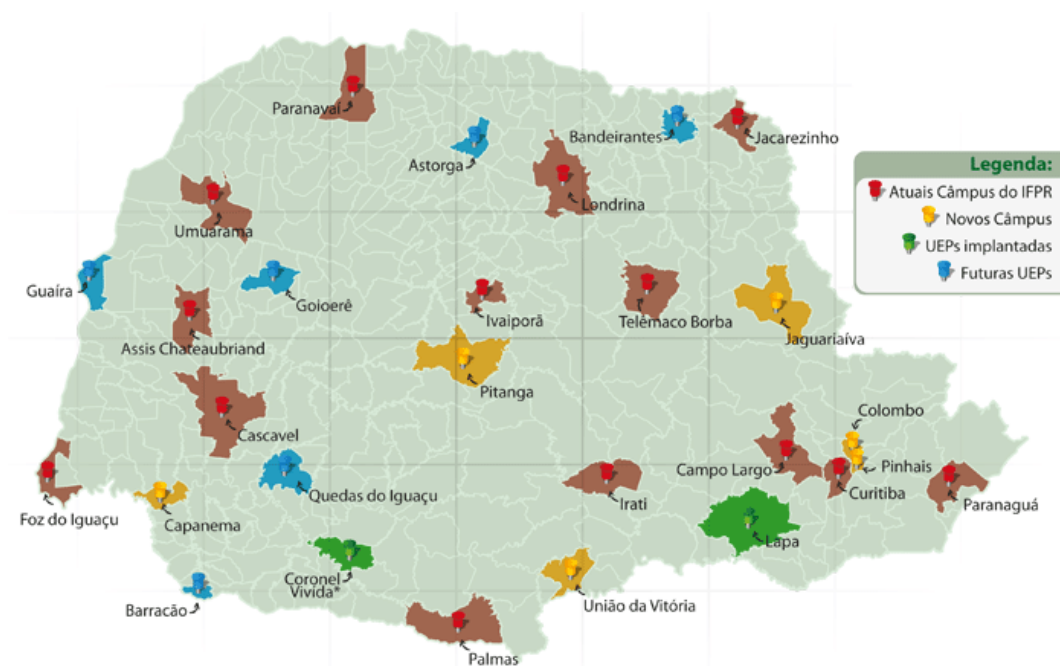
Com os indícios da criação dos Institutos Federais, parte da equipe docente e administrativa do setor começou a trabalhar na organização desta nova instituição, e em 19 de março de 2008, o Conselho Universitário da UFPR autoriza a implantação do IFPR a partir da estrutura da Escola Técnica, com o parecer do Conselheiro Mauro Lacerda Santos Filho, assim se manifestando: "Reconhecer e albergar o preito do ilustre diretor da ETUFPR, dando-se a anuência para que o mesmo possa inscrever a participação daquela unidade no Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica [...]" (UFPR, 2008). De acordo com este documento, a ETUFPR é autorizada a desvincular-se da UFPR para aderir, sediar e implantar o Instituto Federal.

Com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o presidente Lula cria os 38 Institutos Federais de Educação Tecnológica, dentre eles o IFPR, que diferente dos 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETS), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNEDS), 39 Escolas Agrotécnicas e mais 08 escolas vinculadas a universidades e 06 Escolas Técnica Federais, inicia suas atividades sob a direção do antigo Diretor da ETUFPR, o Professor Alípio Leal Neto, que passa a Reitor, com 03 *campi*, Curitiba, Paranaguá e Foz do Iguaçu.

Após um ano da sua criação, o IFPR passa por mudanças na sua administração. O então Reitor, Professor Alípio Leal Neto, recebe convite do então eleito Governador do Estado do Paraná, Carlos Alberto Richa, para assumir a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI-PR). Aceitando o convite, o Professor Alípio Leal Neto renuncia ao cargo de Reitor e no início do ano de 2011 assume em seu lugar, como Reitor substituto, o Professor Luiz Gonzaga Alves de Araújo, então Diretor-Geral do Câmpus Curitiba, que tem sob a sua responsabilidade promover a eleição de um novo reitor.

Candidato vencedor, o Professor Irineu Mario Colombo, à época Diretor-Geral do Câmpus Foz do Iguaçu, tomou posse em junho de 2011 para o período compreendido de 2011 a 2015 (DOU, 2011).

Atualmente, o IFPR está em funcionamento com dois *campi*, Assis Chateaubriand, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Jaguariaíva, Irati, Ivaiporã, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranaíba, Pinhais, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama e União da Vitória e cinco *campi* avançados em Astorga, Goioerê, Quedas do Iguaçu, Coronel Vivida e Barracão, e três futuros *campi* avançados em Bandeirantes, Guaíra e Lapa, e ainda a modalidade do Ensino a Distância (EAD).



LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI DO IFPR
 FONTE: IFPR, 2015

Segundo o Portal de Informações do IFPR–INFO(2014)⁴⁷, com dados de novembro de 2014, a instituição conta com 8.960 estudantes presenciais nos Cursos Técnicos e Superiores.

Com relação aos estudantes na modalidade Ensino a Distância (EAD), com dados de novembro de 2014 do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) do MEC, atualmente estão em funcionamento 11 cursos técnicos e 02 Pós-graduações que somam 13.668 estudantes.

De acordo com o Edital IFPR nº. 05/2014 (IFPR, 2014), que trata do processo seletivo para entrada dos estudantes para o ano de 2015, foram ofertadas 3408 vagas em 89 cursos técnicos presenciais. Ainda de acordo com Edital IFPR nº. 06/2014 (IFPR, 2014), que trata do Processo Seletivo IFPR 2015 para ingresso nos cursos superiores, estão sendo ofertadas 1179 vagas em 33 cursos.

Com relação à gestão de pessoas, de acordo com o Sistema de Estatísticas e Apoio à Decisão do IFPR – GESTÃOINFO (IFPR, 2014), a instituição apresenta em seu quadro de servidores 1374 servidores, sendo 760 docentes e 614 técnicos administrativos, distribuídos nos *campi* em todo o Estado do Paraná.

O edital de concurso público para técnico administrativo da educação – nº 007/2014 (IFPR, 2014) teve 8103 inscrições para 123 vagas e ainda de acordo com o Edital de concurso público para professor do ensino básico, técnico e tecnológico - Nº 008/2014 (IFPR, 2014) teve inscritos 9611 candidatos para 234 vagas para todo o Estado do Paraná em seus *campi*. Ambos concursos tiveram início no dia 02 de novembro de 2014.

Com base nos dados da auditoria, disponível na página eletrônica do IFPR (2014)⁴⁸, realizada entre os meses de fevereiro de 2013 a maio de 2014 pela Controladoria Regional da União no Estado do Paraná, foram selecionados alguns pontos de relevância para o presente estudo, conforme tabelas abaixo:

⁴⁷ Disponível em:<<http://info.ifpr.edu.br/>>. Acesso em: 01/11/2014.

⁴⁸ Disponível em:< <http://reitoria.ifpr.edu.br/documentos-institucionais/processo-de-contas-anual/>>. Acesso em: 01/11/2014.

TABELA 4 - ANÁLISE COMPARATIVA COM DEMAIS IFETS

Item	IFPR	Outros Institutos
Procura pelos cursos (candidatos por vaga)	3,57	média de 6,29
Sucesso escolar - índice de concluintes/total matriculados	34%	14% da média
Sucesso escolar - índice de retenção do fluxo escolar	25%	37% da média
Relação de alunos/docentes	18,9	23,81 da média

FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO IFPR (2014)

TABELA 5 - ÍNDICE DE OCUPAÇÃO DAS VAGAS

Mínimas	99,61%
Médias	73%
Máximas	57,61%

FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO IFPR (2014)

TABELA 6 - DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DO DOCENTE

Atividades de aula	11,18 horas
Pesquisa e/ou extensão	10 horas
Apoio e manutenção de ensino	12 horas

FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO IFPR (2014)

Outro ponto a destacar é o encontrado no Edital IFPR nº. 05/2014 (IFPR, 2014), onde as reservas das vagas para o ano de 2015 estão de acordo com as diretrizes para a implantação dos Institutos Federais, e nas palavras de Silva et al (2009, p. 7) "o foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social [...]", para tanto, de acordo com o edital citado, 60% (sessenta por cento) das vagas são referentes à cota de inclusão social, 15% (quinze por cento) são referentes à cota de inclusão racial e 5% (cinco por cento) são destinadas à cota para indígenas, totalizando 80% (oitenta por cento), tornando-se um dos maiores índices de inclusão do país.

Ainda em relação à inclusão social, através do Decreto nº 7.234, de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil, o governo federal adequou a inclusão dos Institutos Federais, que têm os seguintes objetivos:

Art. 2º. São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão;

e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

No âmbito do Instituto Federal do Paraná estão sendo realizadas várias ações no sentido de aplicar estes investimentos para que se possa dar aos estudantes a condição de acesso, permanência e êxito em seus estudos, ações estas viabilizadas por meio dos programas da Política de Assistência ao Estudante do IFPR, os quais passam a ser analisados dentro da categoria ciclo de políticas em seu contexto da prática.

5.2.1 O investimento na política de assistência estudantil no IFPR pelo Governo Federal

Conforme descrito na seção anterior, a política de assistência ao estudante teve grande investimento durante os anos de 2010 a 2014. Para o IFPR foram os seguintes recursos estabelecidos desde 2011 até 2015 de acordo com o gráfico abaixo dentro da ação 2994⁴⁹.

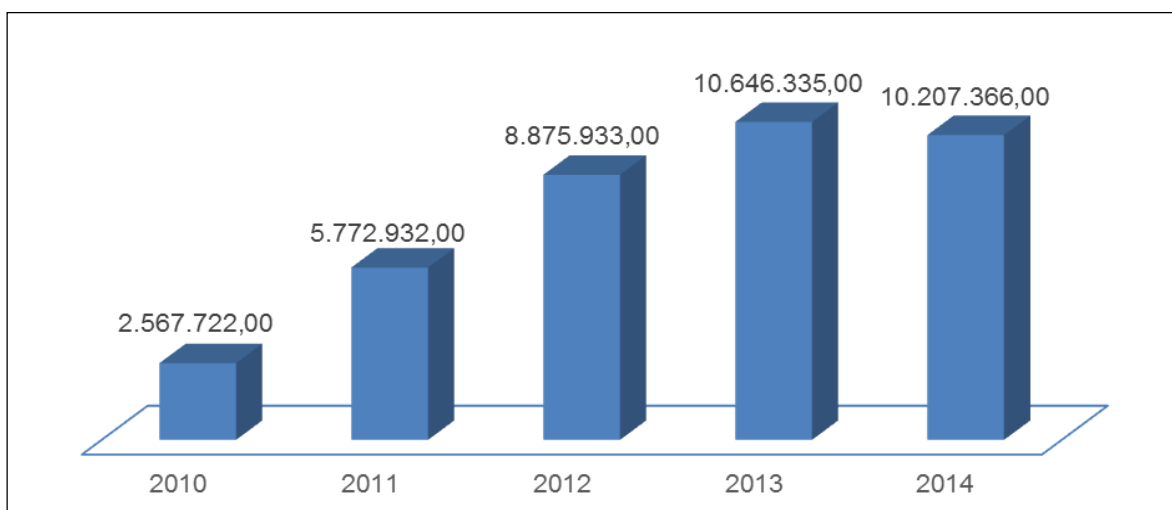


GRÁFICO 6 - INVESTIMENTO DA ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO IFPR
FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO SIGA BRASIL (2014)

⁴⁹ Ação 2994 – Rubrica da Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão do Governo Federal. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/ploa2014/Volumell_PLOA2014.pdf>. Acesso em: 02/11/2014.

Os investimentos foram realizados a partir de 2011, após a homologação do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Do início deste investimento, em 2011, a 2014, o valor destinado à política de apoio ao estudante aumentou em quase 5 vezes pelo atual governo, apesar de que o orçamento previsto para o ano de 2014 foi realizado pelo seu antecessor⁵⁰.

5.3 A RESOLUÇÃO Nº 011/2009: INÍCIO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO IFPR

A política de assistência ao estudante foi estabelecida no ano de 2009 por meio da Resolução nº 011/2009 – CONSELHO SUPERIOR, que aprovou a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná.

Para o ano de 2010, de acordo com informação do Pró-reitor de Planejamento à época, Professor Carlos Alberto de Ávila (2014), o IFPR destinou para o ano de 2010 o valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) do seu próprio orçamento, o que levou o IFPR à elaboração de uma política específica para justificar tal despesa, no caso a Resolução nº 011/2009.

Esta resolução pauta-se principalmente nos princípios de garantia de acesso, permanência e conclusão do curso e o princípio da Educação Integral, discursos estes repetidos várias vezes no decorrer desta resolução em seus capítulos. No Capítulo I, em seu artigo 1º, tem-se a colocação de que estes princípios deveriam estar “em estreita articulação com os setores produtivos locais

⁵⁰ A metodologia aplicada para o cálculo de valores para a assistência estudantil foi assim calculada: Assistência aos estudantes dos cursos presenciais e a distância, assim como os alunos em regime de internato pleno (RIP). O valor da assistência estudantil passou desde a Matriz 2014 a considerar um valor referência por aluno a ser assistido (foi usado modelo aproximado/referência das Universidades). Em 2014 foi realizado um acordo CONIF e SETEC para dobrar o valor atualizado de 2013, sendo 50% do aumento em 2014 e 50% em 2015. Mas, em função dos ajustes e limites orçamentários da SETEC, o valor referência aluno para 2015 foi calculado atualizando o valor de 2014 através do IPCA e aplicando o fator de correção de ajuste SETEC. O valor final encontrado para assistência estudantil foi dividido proporcionalmente entre as categorias presencial, EaD e RIP. Os alunos presenciais foram considerados com peso 1 e os alunos EaD com peso 0,25. Então, o valor da assistência de 2015 ficou: - Valor 2015 Assistência Presencial = Valor Referência 2015 * Quantitativo de Alunos Presenciais em 2014; - Valor 2015 Assistência EaD = Valor Referência 2015 * (Quantitativo de Alunos EaD em 2014 / 4); - Valor 2015 Assistência RIP = Valor da Assistência RIP de 2014 * 6,40% (IPCA) * Fator de Correção de Ajuste SETEC (CONIF, 2014, p. 7-8).

econômicos e sociais” (IFPR, 2009, p. 1). Esta articulação não aparecia na Portaria Normativa nº 39, documento vigente à época. Ainda neste artigo dizia que a política tinha como “premissa a respeitabilidade, a diversidade social, étnica, racial e inclusiva na perspectiva de uma sociedade democrática e cidadã (IFPR, 2009, p. 2). Percebe-se a preocupação com os temas: inclusão social e racial, o discurso da democratização do ensino e a formação da cidadania, tema já estudado nos primeiros documentos estudados na seção 1 deste estudo.

Nesta resolução, em seus objetivos, há a inclusão de ações que não estavam estabelecidas nos documentos elaborados pelo FONAPRACE, como descrito no item VI “desenvolver, articuladamente, mecanismos de aproximação profissional para os estudantes, tais como: estágios, intercâmbios, primeiro emprego e outros” (IFPR, 2009, p. 3).

Apesar de citar várias vezes que as ações deveriam contemplar aqueles estudantes menos favorecidos socioeconomicamente, em seu capítulo III, no artigo 4º, é possível verificar que são beneficiários “os estudantes regularmente matriculados nos cursos do IFPR, em todos os níveis educacionais” (IFPR, 2009, p. 3). Contraditoriamente, não estabelece critérios de quem seriam estes estudantes menos favorecidos socioeconomicamente, somente que, conforme o parágrafo único deste artigo, “os benefícios dessa política poderão atender de forma universal ou focal conforme a demanda os estudantes do IFPR” (IFPR, 2009, p. 3). Ou seja, poderiam ser atendidos todos os estudantes do IFPR sem distinção, apesar de que na Portaria Normativa Nº 39 também não havia esta determinação.

Chama a atenção também o artigo 9º, “os diversos programas ou projetos poderão ocorrer em parcerias com as diversas unidades do IFPR, ou ainda com instituições externas (públicas e/ou privadas), em consonância com as Diretrizes estabelecidas” (IFPR, 2009, p. 5). Duas questões chamam a atenção: a primeira é que os programas e projetos “poderão ocorrer com as diversas unidades do IFPR”, significando que as atividades ocorreriam de acordo com a demanda apontada nos *campi*, e a segunda questão é a que combinou-se dentro desta resolução outras atividades junto às ações da política ao estudante e suas relações com o mundo de trabalho, como: estágios, intercâmbios, primeiro emprego, que assim justificam o estabelecido no artigo acima citado.

Por não ter uma política de Estado ainda não estabelecida, e por ainda estarem os Institutos em processo de criação e, desta forma, não estarem claras as

definições desta política, esta resolução acaba por abranger várias atividades relacionadas aos estudantes, e não estabelece critérios de quais tipos de gastos poderiam ser realizados, tampouco critérios para se atender realmente aqueles estudantes em condições socioeconomicamente desfavoráveis. Acredita-se que estas definições apareceriam nos programas que seriam criados para atender a esta resolução.

Esta resolução teve modificações por meio da Resolução nº 53/2011, que alterou os seguintes artigos:

Artigo	Resolução nº 011/2009	Resolução nº 53/2011
7º	Serão consideradas as seguintes modalidades de atendimento estudantil: I Modalidade Manutenção; II Modalidade Alimentação; III Modalidade Moradia; IV Modalidade Transporte e, V Modalidade Creche.	Serão consideradas as seguintes modalidades de atendimento estudantil: I- moradia estudantil; II- alimentação; III- transporte; IV- atenção digital; VI- cultura; VII- esporte; VII- apoio aos estudantes-pais; IX- apoio pedagógico; X- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.
8º	A responsabilidade no âmbito institucional do desenvolvimento da Política de Apoio Estudantil abrange as seguintes instâncias: I- Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação – Bolsa monitoria, Bolsa Iniciação Científica Junior e Bolsa de Iniciação Científica e outras; II- Pró-Reitoria de Interação com a Sociedade – Bolsa Extensão, Empresa Junior e outras; III- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assuntos Estudantis – Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social e demais Ações; IV- Diretoria de Inclusão Social e Meio Ambiente – Bolsa Atleta, Bolsa Inclusão Digital e outras.	A responsabilidade institucional de desenvolvimento da Política de Apoio Estudantil será da Pró-Reitoria de Ensino, no âmbito de suas competências.
Artigo	Resolução nº 011/2009	Resolução nº 53/2011
12º	Caberá ao Conselho Superior a regulamentação dos programas e projetos previstos nesta resolução.	Os programas e projetos criados pela Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais e pelos Campus para as modalidades descritas no art. 7º serão regulamentados e implantados por meio de Instruções Internas de Procedimentos da Pró-Reitoria de Ensino.

QUADRO 6 - ALTERAÇÕES NA RESOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DO IFPR

FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO IFPR (2014)

As alterações demonstradas no quadro acima, tornaram-se necessárias devido à aprovação da Resolução Nº 13 de 01 de setembro de 2011, que aprovou a Mudança e Consolida o Estatuto do IFPR e alterou a estrutura organizacional do IFPR e, desta forma, foi criada a Diretoria de Relações Estudantis que então foi alocada dentro da Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação (PROENS), bem como para atender o Decreto nº 7.234/2010, que passou a regulamentar a política de apoio ao estudante no âmbito do Governo Federal.

5.4 O PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS ESTUDANTIS: O PRIMEIRO PROGRAMA CRIADO NO IFPR

Em atendimento ao artigo 12º da Resolução Nº 011/2009, onde era citado que a regulamentação dos programas e projetos caberia ao Conselho Superior (CONSUP) do IFPR, ou seja, que cada programa deveria ser precedido de uma Resolução específica, a primeira aconteceu em 28 de julho de 2010, quando foi criada a Resolução nº 65/2010, que aprovou a criação do Programa de apoio a eventos estudantis, que também atendia ao disposto na Resolução Nº 011/2009, que são ações com objetivo de atender ao princípio de acesso, permanência e conclusão do curso, e ainda os princípios da formação integral.

Deve-se ressaltar que esta Resolução foi implementada 09 dias após a criação do Decreto nº 7.234/2010, decreto este que atualmente estabelece as diretrizes da política de assistência estudantil, já analisada nas seções anteriores deste estudo.

Esta Resolução tinha como definição:

Art. 2º O Programa de Eventos Estudantis consiste em oportunizar aos estudantes enriquecimento em sua formação profissional e humanística, através de apoio financeiro ou logístico aos estudantes regularmente matriculados no IFPR para participarem de eventos locais, estaduais, nacionais e internacionais de natureza acadêmica, científica, cultural e esportivas (IFPR, 2010, p. 2).

Percebe-se a preocupação com a formação integral, que teve a sua primeira proposta no documento *A proposta do FONAPRACE para atualização do Plano*

Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais, no ano de 2007, aqui estudado. Neste documento assim previa sua implementação: “promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios: cultural, esportivo, artístico, político, científico e tecnológico” (FONAPRACE, 2007, p. 17). Também esta proposta vai ao encontro ao estabelecido no documento *Concepção e Diretrizes*, quando da criação dos Institutos Federais.

É evidente a atuação do governo federal no sentido da expansão da oferta pública e da melhoria do padrão de qualidade da educação brasileira, em especial da educação profissional e tecnológica em todo o território nacional, articulando-a com ações de desenvolvimento territorial sustentável e orientando-a para a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados (MEC, 2010, p. 3)

Conforme descrito no parágrafo segundo do Art. 4º, “As especificidades do programa serão regidas pelo edital” (IFPR, 2010, p. 2). Os editais para execução dos programas são publicados anualmente e em seguida passamos a analisá-los e também suas alterações.

5.4.1 O edital que lançou o programa de eventos

Este programa, mesmo não tendo na sua redação a data da entrada em vigor, presume-se que foi lançado no mês de setembro de 2010 por meio do EDITAL nº 015/2010, pois em seu item 4. *Inscrição das Propostas*, era delimitada a data de 20 de setembro de 2010 como limite para inscrição das propostas.

Tinha como objetivo,

O presente Edital destina-se a contribuir com a realização de eventos estudantis, através de apoio financeiro, que seja promovido pelos *Campi*, gestores e/ou programas institucionais e que vise à participação didático-científica (congressos, simpósios, seminários, conferências, férias, grupos de estudos e/ou similares), atividades artísticas (festivais de música, oficinas teatrais, visitas a museus e similares) e ainda atividades esportivas (tais como: competições e treinamentos) dos estudantes (IFPR, 2010, p. 1).

Desta forma os *campi* do IFPR teriam a disponibilidade de R\$ 1.000,00 a R\$ 4.000,00 para a execução dos seus eventos, e de acordo com o edital havia a

disponibilidade de R\$ 34.000,00 para todo o edital. Observa-se que os critérios específicos para a execução destes numerários davam-se por meio do item a) Itens financiáveis que previam a despesa de Diárias e Passagens (33.90.14 – 33.90.33 – 33.90.36); Serviços de terceiros de Pessoa Física ou Pessoa Jurídica (33.90.36 – 33.90.39) e Material de consumo (33.90.30), porém o que chama a atenção era a despesa de Diárias e Passagens, que era descrito à época “[...] passagens nacionais para palestrantes; diárias para servidores públicos e diárias para colaboradores eventuais; diárias para custear alimentação dos estudantes participantes do evento” (IFPR, 2010, p. 1). Despesa não possível de ser realizada atualmente, uma vez que os beneficiados devem ser os estudantes, porém foi justificada esta despesa por meio do Relatório de Gestão de 2010:

As ações 2994 (Assistência ao Educando da Educação Profissional), 6301 (Acervo Bibliográfico para Instituições) e 6364 (veículos e Transporte Escolar para EPT), não foram executadas com recursos da LOA 2010, devido à alteração da fonte orçamentária de 0112 para 0250, realizada pela SOF, no momento da confecção do PLOA 2010, estas ações foram executadas por meio de descentralizações da SETEC/MEC (transferências). Com a inclusão do Instituto Federal do Paraná na LOA 2010, as execuções das ações apresentaram um quadro totalmente novo para a instituição, uma vez que não tínhamos histórico anterior para podermos usar como parâmetros, no montante o desenvolvimento das mesmas no exercício foi considerado como satisfatório (IFPR, 2011, p. 16).

Não encontramos os dados dos resultados do edital 05/2010 nos arquivos da DAES, tampouco na página eletrônica do IFPR e no relatório de gestão, de quantos eventos foram realizados e quantos foram os alunos beneficiados.

5.4.2 Aperfeiçoamento do programa de eventos

Em 21 de setembro de 2011, este programa teve o que pode ser considerado o seu aperfeiçoamento, passando a ter a denominação de AUXÍLIO PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ACADÊMICOS, CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E ESPORTIVOS - EDITAL N°. 071/2011 e teve como objetivo,

exclusivamente a apoiar a participação de discentes em eventos acadêmicos, científicos, tecnológicos e esportivos (Jogos Internos do Instituto Federal do Paraná, Jogos da Região Sul Brasileira dos Institutos

Federais e Jogos Brasileiros dos Institutos Federais), de abrangência nacional e regional, que venham a ocorrer de outubro de 2011 a fevereiro de 2012 (IFPR, 2011, p. 1).

Estes objetivos ofereciam a possibilidade aos estudantes do IFPR da participação em eventos em todo o país e tinham como possibilidade de auxílio para os itens: auxílio inscrição, e auxílio despesa (transporte, hospedagem e alimentação). Este auxílio para participação nos eventos esportivos supriria a possibilidade de execução dos Jogos Internos do IFPR, uma vez que não havia previsão orçamentária para sua realização. Para este edital o valor dos auxílios passa a ser depositado diretamente na conta do estudante, o que permitiria ao este estudante, durante os Jogos Internos do IFPR, custear suas despesas de alimentação.

5.4.3 Alteração no programa de eventos, uma nova reestruturação

Para o ano de 2012, novamente o programa passou por reestruturação, que por meio do Edital nº 008/2012, passou a ter a denominação de PROGRAMA DE APOIO A PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DIDÁTICO-CIENTÍFICOS E POLÍTICO-ACADÊMICOS. É retirada a participação em eventos esportivos, que passa a ter um programa específico e abre a possibilidade dos estudantes a participação em eventos políticos-acadêmicos e assim descrevia seu objetivo:

O presente Edital destina-se a apoiar a participação de estudantes em eventos didático-científicos (congressos, simpósios, seminários, feiras, grupos de estudos) e político-acadêmicos (conferências, representação estudantil; encontro de estudantes; encontro de grêmios, centros acadêmicos, diretórios acadêmicos, associações e federações estaduais e nacionais e ligas estudantis), que venham a ocorrer de 15 de abril a 31 de dezembro de 2012 (IFPR, 2012, p. 1).

Outra novidade é que para este edital seria destinado aos estudantes “[...] que desejam apresentar trabalhos inscritos e aprovados em eventos didático-científicos ou como delegados em eventos político-acadêmicos, no interesse da administração do IFPR” (IFPR, 2012, p. 3). Neste sentido, percebe-se o incentivo ao mundo da pesquisa, bem como a possibilidade de envolvimento dos estudantes com

ações políticas acadêmicas e a implantação dos grêmios estudantis nos *campi* do IFPR.

5.4.4 O programa específico para eventos esportivos

No segundo semestre de 2012, conforme citado no subitem anterior, o programa para a participação em eventos esportivos foi separado e por meio do Edital nº 56/2012 - PROENS/IFPR foi realizado o APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS DESPORTIVOS E OLIMPÍADAS DE CONHECIMENTO. Este programa tinha como objetivo “[...]apoiar a participação de estudantes (atletas e paratletas) em Eventos Desportivos e em Olimpíadas de Conhecimento, ou seja gincanas ou concursos[...]” (IFPR, 2012, p. 1). Teriam o fim específico de apoiar por meio de repasse financeiro estudantes para os auxílio-inscrição, auxílio-despesa e auxílio-transporte que poderiam participar competições esportivas oficiais, promovidas por Federações ou Confederações e tinha como critério para o estudante atletas/paratletas que eles deviam apresentar “[...] resultados comprovados por índices obtidos nos últimos 3 meses, em competições oficiais promovidas por Ligas, Prefeituras, Governo do Estado, Federações ou Confederações” (IFPR, 2012, p. 3). Para as olimpíadas de conhecimento os estudantes poderiam requerer o auxílio “[...] quando selecionados ou indicados pelo professor, com a anuência da Direção do Campus, desde que no interesse da instituição” (IFPR, 2012, p. 3).

5.4.5 O programa de eventos com ênfase na formação integral

No movimento do processo de ajustes de acordo com seu amadurecimento, a política ao estudante dentro do IFPR no programa de eventos tem mais uma alteração no ano de 2013. É lançado o Edital 012/2013 - PROENS /IFPR - APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS. Este edital, de acordo com o subitem 1.1 do seu item 1 – Objeto,

destina-se a apoiar a participação de estudantes do IFPR regularmente matriculados em eventos escolares e acadêmicos, de natureza científica, cultural, política e esportiva, no território nacional, previstos na Resolução do IFPR nº 065/2010, que atendam aos princípios da educação integral (formação geral, profissional e tecnológica), nos diferentes níveis de ensino (IFPR, 2013, p. 1).

Novamente é incluído o incentivo à participação em eventos esportivos e a afirmação como atividades que fazem parte da formação integral ao estudante é reafirmada também no subitem 1.1.2,

Entende-se por eventos de participação do estudante em atividades escolares ou acadêmicas aqueles discriminados abaixo:

- a) Encontros;
- b) Jornadas;
- c) Fóruns;
- d) Simpósios;
- e) Olimpíadas do Conhecimento;
- f) Jogos Escolares;
- g) Congressos; ou
- h) Demais atividades correlatas com a finalidade de participação e inclusão do estudante para a sua formação integral (IFPR, 2013, p. 1-2).

Percebe-se um amadurecimento deste programa, e neste momento, muito provavelmente pela experiência do ano anterior, os programas de eventos foram lançados no segundo semestre e estão aglutinados em um só, melhor organizados.

Os tipos de auxílios mantêm-se os mesmos do ano anterior, com auxílio-inscrição, transporte e despesa, e um item chama a atenção, a possibilidade do estudante participar em eventos como ouvinte, porém este ficava limitado a eventos promovidos pelo IFPR, ou seja, mesmo sem apresentar trabalhos, os estudantes poderiam participar dos eventos realizados em todos os *campi* do IFPR e desta forma poderiam custear suas despesas com transporte, alimentação e hospedagem.

5.4.6 Ampliação do programa, novos horizontes

Para o ano de 2014, o programa de eventos do IFPR foi lançado por meio do Edital nº 005/2014 - PROENS/IFPR, repetindo o do ano anterior, porém incluindo a palavra *estudantis* ao final, ficando assim redigido: APOIO À PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS ESTUDANTIS.

Foi mantida a mesma estrutura do ano anterior, porém com uma abrangência maior de participação em termos de territorialidade, agora internacional, conforme a descrição do seu objeto no subitem 2.1:

O presente Edital destina-se apoiar a participação de estudantes do IFPR matriculados nos cursos regulares em eventos escolares e acadêmicos, de natureza científica, cultural, política e esportiva, no território nacional e/ou do Mercosul, previstos na Resolução do IFPR nº 065/2010, que atendam aos princípios da educação integral (formação geral, profissional e tecnológica), nos diferentes níveis de modalidade de ensino. (IFPR, 2014, p. 1).

Esta possibilidade, porém, está restrita àqueles na condição de apresentadores de trabalho.

Ocorre também um acréscimo da gama de oportunidades em eventos que mais uma vez são ampliados em relação ao ano anterior, onde havia: *Demais atividades correlatas com a finalidade de participação e inclusão do estudante para a sua formação integral, agora é discriminado: Seminários, Mesas redondas, Feiras, Workshop e Eventos esportivos.*

Pode-se sintetizar que o programa de apoio a eventos estudantis do IFPR passou por algumas fases dentro do período de 2010 a 2014, e iniciou no primeiro ano com um edital que dava aos *campi* a possibilidade de realizar um evento, porém sem ainda diretrizes de aplicações de recursos para este programa, o que ocorreu a partir do ano de 2011. Foram realizadas algumas tentativas de separar a possibilidade de participação em eventos diversos, onde chegou-se, em 2012, a fazer editais distintos, separando os esportivos de acordo com a demanda apresentada à época. Em 2013 percebe-se que chegou-se a um amadurecimento do programa, ficando mais abrangente e com uma definição do que seria exatamente o programa para atender à demanda dos estudantes do IFPR, sendo que no ano de 2014 foi incluída a possibilidade dos estudantes em participar de eventos internacionais (Mercosul).

De acordo com dados enviados por meio de e-mail pessoal pela gestora Evelise Dias Antunes (ANTUNES, 2014) da Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais da Pró-Reitoria de Ensino do IFPR e mostrado no gráfico abaixo, foram os seguintes números de estudantes atendidos por meio do programa de apoio a eventos estudantis do IFPR entre os anos de 2010 a 2014:

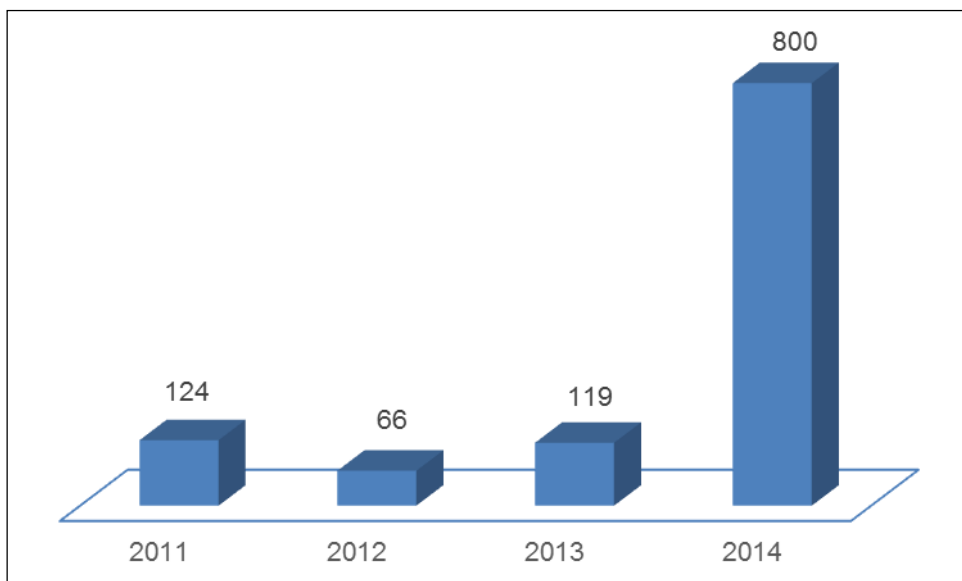


GRÁFICO 7 - NÚMERO DE ESTUDANTES ATENDIDOS COM O PROGRAMA DE APOIO A EVENTOS ESTUDANTIS NO IFPR
 FONTE: ANTUNES, 2014

Para o ano de 2014 houve uma crescente evolução pelo fato da política de apoio ao estudante do IFPR incentivar os estudantes no SE²PIN⁵¹, que neste ano aconteceu no Câmpus Foz do Iguaçu.

Como trata-se de uma instituição relativamente nova, com seus quase 06 anos de existência, o programa de apoio a eventos estudantis dentro do IFPR acompanha as demandas que vão sendo criadas com seus editais sendo elaborados ano a ano.

5.5 O PROGRAMA DE BOLSAS ACADÊMICAS DE INCLUSÃO SOCIAL (PBIS): O PRIMEIRO PROGRAMA DE BOLSAS AOS ESTUDANTES DO IFPR

Conforme já citado no PACE, para atendimento ao artigo 12º da Resolução Nº 011/2009, era necessária a regulamentação do PBIS por meio do Conselho

⁵¹ O Seminário de Extensão, Ensino, Pesquisa e Inovação (SE²PIN) do IFPR constitui-se em um evento anual organizado pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) e apoiado pela Pró-Reitoria de Ensino (PROENS), com o objetivo de promover o encontro de pesquisadores e extensionistas de toda a instituição, possibilitando e estimulando a divulgação de seus trabalhos e a troca de experiências (IFPR, 2014).

Superior do IFPR, e em 28 de julho de 2010 foi aprovada por meio da Resolução Nº 64/10 o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS), que assim definia o programa,

O Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social consiste em oportunizar aos estudantes enriquecimento em sua formação profissional e humanística, além de contribuir com sua permanência no curso. Parágrafo único- Poderão participar estudantes regularmente matriculados no IFPR nos cursos presenciais (IFPR, 2010, p. 2).

Reitera-se no Art. 7º que os beneficiados para este programa seriam os estudantes “[...] regularmente matriculados nos cursos presenciais do IFPR, que comprovadamente demonstrarem fragilidade socioeconômica” (IFPR, 2010, p. 2).

Ainda, fica disposto nesta Resolução em seu Art. 10º, que:

O estudante poderá participar do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social através de diversas atividades vinculadas ao ensino, pesquisa, extensão ou ainda àquelas atividades administrativo-pedagógicas, tais como: coordenações de curso, bibliotecas, laboratórios, unidades administrativas (tanto nos *Campi* como nas Pró-Reitorias, Gabinete do Reitor e Assessorias da Reitoria) entre outros. Parágrafo único: Em qualquer um dos projetos/propostas ou atividades em que o estudante for selecionado será obrigatória a orientação direta de um responsável docente ou técnico-administrativo (IFPR, 2010, p. 3).

O PBIS efetivamente iniciou suas atividades no ano seguinte por meio do Edital 028/2011.

5.5.1 O início do PBIS, um entendimento divergente da política de bolsas

O primeiro programa de bolsas implementado no IFPR foi o Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS), lançado por meio do Edital 028/2011, que mesmo não tendo em seu texto a data de publicação, presume-se que foi lançado no mês de março de 2011, haja vista que a inscrição dos estudantes aconteceu no período de 14 a 31 de março.

Em seu item I – DOS OBJETIVOS DO EDITAL, o mesmo previa:

selecionar estudantes dos cursos técnicos de nível médio, presenciais e a distância, e cursos de graduação, interessados em participarem de atividades educativas e que, preferencialmente, estejam em situação de

vulnerabilidade socioeconômica, para desenvolverem atividades acadêmicas e, ao mesmo tempo, promover sua permanência e sucesso em sua vida escolar (IFPR, 2011, p. 1).

Percebe-se que, de acordo com a citação anterior, este edital contraria o disposto na Resolução nº 64/10, e no Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, decreto este que regulamenta a política de apoio ao estudante no âmbito do Ministério da Educação. Em seu Art. 3º dispõe que:

O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010, p. 1).

Desta forma, as atividades deveriam ser implementadas em estudantes de cursos presenciais, e o PBIS permitiu a participação de alunos na modalidade a distância. Tal justificativa se dava ao fato de que o cálculo de investimento referentes à política de apoio ao estudante pelo Governo Federal, por meio da rubrica 2994, se dá pela quantidade de estudantes matriculados, presenciais e a distância.

O sentido do PBIS era a participação, tanto do estudante, que se inscrevia como postulador a receber a bolsa acadêmica e que para isso seriam atendidos preferencialmente aqueles que estivessem em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quanto os servidores do IFPR, professores e técnicos administrativos, que nos *campi* apresentariam projetos onde os estudantes atuariam em contrapartida.

O PBIS previa cinco modalidades:

(continua)

Ordem	Destinação	Objeto	Critério	Contrapartida
a) Aprendizagem Colaborativa	I - Para alunos de cursos de Educação a Distância (EAD)	Remuneração financeira para sua permanência no curso	O estudante deve comprovar fragilidade socioeconômica através da apresentação de documentos e da realização da inscrição, desde que a renda per capita seja inferior a um salário mínimo.	O estudante selecionado deverá comparecer ao Polo pelo menos 4h por semana para acompanhamento e frequência.
	II - Para alunos - de Cursos Presenciais	Remuneração financeira para sua permanência no curso	Além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho do estudante no curso e serão priorizados aqueles que apresentem dificuldades ou impossibilidade de participar de projetos acadêmicos.	O estudante selecionado deverá apresentar desempenho acadêmico satisfatório com relação a frequência e notas escolares.
b) Aprendizagem por projetos:	Aos alunos, dos cursos regulares presenciais	Remuneração financeira como incentivo à participação em propostas acadêmicas que contribuam com a sua formação em projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como aqueles que de alguma maneira possam incrementar o sucesso acadêmico do estudante.	Vulnerabilidade socioeconômica	Os estudantes selecionados oferecerão como contrapartida a dedicação de 12 (doze) horas no programa
c) Arte e Cultura	Não consta	Bolsas para participação em projetos dedicados as temáticas de Arte e Cultura	Não consta	O estudante selecionado receberá uma bolsa para dedicar 12 (doze) horas semanais de atividades no projeto
d) Agroecologia	Estudantes de agroecologia	Bolsas para atuação em projetos multidisciplinares voltados à agricultura familiar	Não consta	No mínimo 12 horas de atividades no projeto, sendo sua frequência no programa supervisionada e deferida pelo orientador

(conclusão)

Ordem	Destinação	Objeto	Critério	Contrapartida
e) Esporte e Lazer	Não consta	Bolsas para participarem de projetos relacionados a esporte e lazer	Comprovar que já atuaram em atividades esportivas seja em competições organizadas por prefeituras municipais, governos estaduais, federais, federações ou confederações	O estudante selecionado deverá dedicar ao programa 12 (doze) horas de atividades semanais
f) Rede Comunitária:	Não consta	Bolsas	Bolsas em propostas acadêmicas que deveriam demonstrar como a inserção comunitária irá contribuir no desempenho acadêmico dos estudantes e relacionar sua importância como um componente curricular articulado à responsabilidade social	Dedicar 12 (doze) horas semanais de atividades ao projeto

QUADRO 7 - MODALIDADES DO PBIS EM SEU 1º EDITAL.
 FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO IFPR (2014)

Ficam alguns questionamentos a respeito das modalidades oferecidas aos estudantes:

A aprendizagem colaborativa para estudantes do EAD diz que os bolsistas deveriam dar a contrapartida de 4 horas por semana para acompanhamento e frequência, porém não consta qual atividade deveria desenvolver.

Neste período já estava em vigor o Decreto nº 7.234 (PNAES), que em seu artigo 5º diz: “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010, p. 2). O edital do PBIS, ainda nesta aprendizagem colaborativa para estudantes do EAD, relata que para receber a bolsa o estudante deveria comprovar vulnerabilidade socioeconômica e que a renda per capita da família deveria ser inferior a 01 salário mínimo, contrariando mais uma vez o Decreto nº 7.234.

Ainda na aprendizagem colaborativa, nas bolsas para alunos presenciais, é possível verificar que esta modalidade priorizará aqueles estudantes que apresentem dificuldades ou impossibilidade de participar de projetos acadêmicos, porém não diz como isso seria aferido. Ainda nesta modalidade, o estudante deveria apresentar desempenho satisfatório com relação à frequência e notas escolares,

porém também não diz o que seria este desempenho satisfatório, qual seria a linha de corte que estaria dentro do esperado.

Na modalidade aprendizagem por projetos percebe-se o incentivo ao tripé ensino, pesquisa e extensão, estando de acordo com a Resolução nº 64/10, o Decreto nº 7.234 e com as sugestões do FONAPRACE, desde o final do século XX e início do século XXI nas suas propostas.

Nas modalidades de Arte e Cultura, Esporte e Lazer e Rede Comunitária, por não apresentarem se haveria prioridade para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, subentende-se que tratam-se de atividades universais, ou seja, independe da condição socioeconômica do estudante e assim seria possível desenvolver áreas que são do interesse da gestão. E aqui também se encaixa a modalidade de Agroecologia, e, pelo que se compreende, deveria atender alguma demanda da Instituição à época.

O PBIS, em seu primeiro edital, inicia uma nova fase, apesar de algumas contradições, procura atender as diversas situações de estudantes e demandas do IFPR à época. Conforme já explicitado na síntese do programa estudado anteriormente, os Institutos são novos e novos são seus entendimentos, e isto gera, de acordo com o ciclo de política em seu contexto da prática, interpretações que muitas vezes não condizem com as ideias do surgimento da política de apoio ao estudante, bem como ao contexto da prática do texto, que muitas vezes tem redações que dão interpretações ambíguas, como por exemplo a possibilidade de atender aos alunos do EAD.

Com a vinda de profissionais para formar as equipes multidisciplinares nos *campi*, os programas tendem a se aperfeiçoar, como aconteceu no IFPR que, para o ano de 2012, modificou o PBIS, gerando uma nova interpretação.

5.5.2 A nova interpretação do PBIS: o programa unifica a contrapartida em projetos de ensino, pesquisa e extensão

No início de 2012, o PBIS dá início a uma nova interpretação: a unificação da contrapartida em projetos de ensino, pesquisa e extensão. Tal implementação se dá por meio do Edital nº 001/2012 - PROENS/IFPR de 26 de janeiro de 2012. Para

este novo edital, ao contrário do anterior, só daria atendimento aos estudantes matriculados em cursos presenciais e a distância interessados em participar de projetos acadêmicas para recebimento de bolsas. Assim descrevia o edital no que consistia o programa:

O PBIS consiste em oportunizar aos alunos, com vulnerabilidade socioeconômica, por meio de remuneração financeira o incentivo à participação em propostas acadêmicas que contribuam com a sua formação escolar. Para participação dos estudantes no referido programa será considerado, além da avaliação socioeconômica, o risco de abandono, reprovação ou dificuldades de desempenho durante o curso. Neste sentido, também é objetivo deste Edital promover a participação de servidores docentes e técnicos administrativos do IFPR na apresentação e desenvolvimento de propostas acadêmicas diversificadas, nos termos da Resolução nº.064/2010 do CONSUP (IFPR, 2012, p. 1).

Para poder receber tal remuneração, o estudante deveria se inscrever no edital, apresentando os documentos necessários, onde enfatiza-se que teriam preferência aqueles que estivessem em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Ao mesmo tempo, servidores do IFPR poderiam inscrever projetos e que teriam preferência aqueles “[...] de caráter multidisciplinar que contemplem a maior variedade de cursos, bem como aqueles que tem por finalidade fazer a integração entre a comunidade interna e externa ao Câmpus” (IFPR, 2012, p. 4).

Após a análise dos documentos pela equipe de assistentes sociais do IFPR, bem como análise das propostas de projetos enviados pelos servidores, o próprio Câmpus deveria alocar o estudante no projeto que julgar mais adequado.

Diferente da edição anterior, não havia a especificidade das áreas nas quais deveriam ser realizados os projetos, e o PBIS passa a ter a obrigação de que para poder receber a bolsa o estudante dependia da apresentação de projetos pelos servidores, e reafirma a questão da contrapartida pelo estudante, dedicando 12 horas de atividades semanais comprovadas através de frequência mensal e não mais (como no edital anterior) desempenho satisfatório com frequência e nota escolar. Disso resultaria que poderia haver mais estudantes selecionados do que projetos, bem como poderia haver projetos com muitos bolsistas e outros com poucos, o que poderia limitar a participação dos estudantes, haja vista a não obrigatoriedade do servidor apresentar projetos.

5.5.3 O PBIS com o foco em projetos de ensino-aprendizagem

Com o intuito de não conflitar com os outros projetos desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do próprio IFPR, o PBIS desenvolvido no ano de 2013 e implementado por meio do EDITAL Nº001/2013 - PROENS/IFPR, no dia 14 de janeiro, alterou a denominação da área dos projetos, passando para *projetos escolares/acadêmicos de ensino-aprendizagem*, que deveriam “[...] atender a, no mínimo, 1 (um) eixo técnico ou tecnológico do Catálogo Nacional de Cursos e/ou 1 (uma) grande área do conhecimento” (IFPR, 2013, p. 4). Este entendimento fica divergente do estabelecida na Resolução nº 64/10, bem como ao Decreto nº 7.234, porém, de acordo com a LISTA DE RESULTADOS Nº 001/2013 – PROENS/DAES/CAES, que divulgou as propostas aprovadas do Edital nº 001/2013, fica evidente que não foram indeferidas propostas que na prática atenderiam a pesquisa e a extensão, ocorrendo de fato o conflito com a outra Pró-Reitoria. Ainda com relação à apresentação das propostas, é que o proponente, ou seja, o servidor do IFPR, “deverá possuir currículo atualizado no ano de 2013 na Plataforma *Lattes* do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)” (IFPR, 2013, p. 4).

Este edital manteve o direcionamento para estudantes nos cursos presenciais do IFPR, matriculado em cursos nos níveis de Ensino Médio e Técnico ou Ensino Superior (Tecnólogo, Licenciatura ou Bacharelado). Neste edital, o PBIS priorizaria aqueles estudantes oriundos da Rede Pública de Educação Básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, conforme prevê o Decreto nº 7.234. Suas contrapartidas agora passam a ser duas, “ter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária do período letivo, durante a participação no Programa” (IFPR, 2013, p. 2) e “ter disponibilidade de 12 horas semanais para desenvolver atividades no projeto acadêmico/escolar de ensino-aprendizagem em que for direcionado” (IFPR, 2013, p. 2).

Uma novidade é que as quantidades de vagas para bolsista por *campi* estavam preestabelecidas no próprio edital, limitando ao número de 110 estudantes que poderiam ser contemplados em 01 (um) Câmpus. A maneira para o cálculo para este atendimento foi assim descrita:

O cálculo para a definição do número máximo de estudantes a serem selecionados foi realizado pela PROENS/DAES, considerando-se o número total de estudantes matriculados (SISTEC, 2013), os ingressantes em 2013 (Edital IFPR nº.06/2012) e o Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDH (PNUD, 2003) (IFPR, 2013, p. 3).

Esta condição acabou por gerar algumas situações não previstas. Tomamos por exemplo o caso do Câmpus Palmas, que, de acordo com o Edital nº 001/2013, teria direito a 110 bolsistas. Tiveram 191 estudantes inscritos, sendo 46 deferidos e somente 22 propostas apresentadas, sendo 17 deferidas. Desta forma, para atender ao edital, ou seja, 110 vagas para estudantes, e como cada proposta poderia atender até 03 estudantes, seriam necessárias 37 propostas. Como os servidores não têm a obrigatoriedade de realizar a apresentação das propostas, coube à PROENS realizar os ajustes necessários, direcionando as bolsas que não foram utilizadas no Câmpus Palmas para outros *campi* que tiveram mais propostas inscritas do que estudantes, conforme previsto no Edital nº 001/2013,

Compete autonomia a PROENS/DAES, a partir dos indicadores que dispõe e da política de Assistência Estudantil da Pró-Reitoria de Ensino do IFPR, realizar os ajustes de bolsas por Campus, que atendam a vulnerabilidade socioeconômica de estudantes, se assim julgar necessário (IFPR, 2013, p. 3).

Entretanto fica o questionamento se este entendimento de disponibilizar vagas fechadas para cada Campus atende realmente a demanda dos estudantes dos *campi* do IFPR.

Aparece pela primeira vez no PBIS o estabelecimento que a avaliação socioeconômica dos estudantes será realizada “[...] exclusivamente por Assistentes Sociais lotados na Reitoria ou nos Campus que possuam esses profissionais, visto que são os únicos habilitados a realizar esta avaliação para concessão de benefícios de acordo com a Lei nº 8.662/93” (IFPR, 2013, p. 2).

Esta edição do PBIS tem em seu subitem 7.10 do item 7. DAS PROPOSTAS, o entendimento contrário à Resolução nº 64/10 sobre a apresentação das propostas em atividades administrativas a serem apresentadas pelos servidores. De acordo com este Edital, “Por recomendação da Advocacia-Geral da União, é vedada a apresentação de propostas em que os estudantes atuem em atividades administrativas da Instituição, com o fito de suprir mão de obra” (IFPR, 2013, p. 5).

Esta discussão já foi realizada no subitem 4.2 quando se estudou a Minuta de Decreto do PNAES-EPCT.

Percebe-se, a partir deste edital, a obrigatoriedade dos estudantes bolsistas a realizarem uma avaliação sobre o programa, de acordo com item 18. DA AVALIAÇÃO, subitem 18.1, “Os estudantes participantes do Programa devem responder à avaliação, no final do ano letivo, sobre a efetividade do mesmo para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão de curso” (IFPR, 2013, p. 9). Com esta avaliação têm-se o entendimento de que as opiniões dos estudantes poderiam ser consideradas na elaboração dos próximos editais.

5.5.4 A manutenção do PBIS: o modelo reafirmado

Para o ano de 2014, com a mesma percepção do programa estudado anteriormente, percebe-se que o IFPR chegou a um modelo de edital mais adequado às suas necessidades. O Edital nº 003/2014 - PROENS/IFPR, reafirma o modelo de edital apresentado no ano anterior, alterando somente a quantidade de vagas por estudante por *campi*. Foi incluído também para o cálculo desta quantidade mais alguns índices, ficando assim estabelecida a descrição do cálculo realizado:

O cálculo para a definição do número máximo de estudantes a serem selecionados foi realizado pela PROENS/DAES, considerando-se o número total de estudantes matriculados (SISTEC, 2013), possíveis concluintes em dezembro de 2013 (PROPLAN, 2013), ingressantes em 2014 (Edital IFPR nº.10/2013), número de docentes (PROGEPE, 2013), a Relação aluno/professor – RAP e o Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDH (PNUD, 2013) (IFPR, 2014, p. 3).

Nota-se que foi incluído o número de docentes do IFPR e a relação aluno/professor, e neste sentido o entendimento de realizar o número fechado de vagas por *campi* permanece fazendo a tentativa de readequar esta quantidade.

Este programa tem uma grande relevância para o IFPR, pois trata-se da oferta de uma grande quantidade de vagas para os estudantes. De acordo com dados enviados por e-mail pessoal pela gestora Evelise Dias Antunes, da Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais da Pró-Reitoria de Ensino do IFPR, e

demonstrado abaixo, esta foi a quantidade de bolsas atendidas aos estudantes no período de 2010 a 2014.

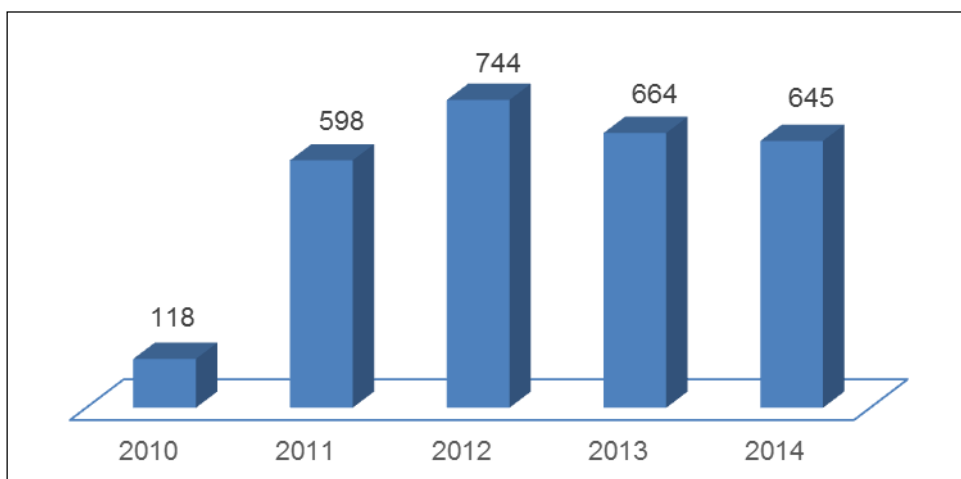


GRÁFICO 8 - NÚMERO DE ESTUDANTES ATENDIDOS COM O PBIS NO IFPR
FONTE: ANTUNES, 2014

Observa-se um decréscimo a partir do ano de 2013 de bolsas do PBIS a serem ofertadas, pelo fato do IFPR apresentar outros tipos como o Programa de Apoio Complementar ao Estudante, o Programa Bolsa Atleta e o Programa de Monitoria, e como não é possível o acúmulo de bolsas, mas sim o acúmulo de bolsas e auxílios, estas foram divididas entre os programas. Por exemplo, é possível acumular uma bolsa do PBIS e também auxílios de transporte, alimentação e moradia, porém não é possível acumular uma bolsa do PBIS com outro tipo de bolsa do IFPR (Iniciação Científica, Extensão, Inovação e Monitoria).

O PBIS teve grandes alterações e critérios diferentes desde a sua implementação em 2010 por meio da Resolução nº 64/10 e nº 53/11 e editais até o do ano de 2014.

Neste edital, mantém-se a obrigatoriedade, iniciada no ano anterior, do estudante bolsista de realizar uma avaliação sobre o programa.

Outra percepção nos documentos analisados é que deve haver um entendimento dos programas oferecidos pela política de apoio ao estudante com as bolsas de pesquisa, extensão e inovação oferecidas pela Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação, para que juntas possam desenvolver esta política dentro do IFPR.

O atrelamento das bolsas com contrapartida dos estudantes é um tema que inicia neste momento com o PBIS já debatido nas reuniões do FONAPRACE e que torna discutível a sua aplicabilidade. Existe a compreensão de que a própria condição socioeconômica e a frequência nas aulas, bem como as notas escolares, devem ser a contrapartida de possibilidade de receber as bolsas e que, desta forma, compreende-se que vivemos em uma sociedade de classes. Existe o entendimento de que a contrapartida é um ideário neoliberal. Para Silva (2012, p.185):

Conforme certa interpretação do princípio da reciprocidade da justiça liberal, que define a ideia de equidade, ninguém deve receber sem dar nada em troca. Disso resulta que algo deve ser exigido dos miseráveis que recebem algum tipo de mínimo, o que FHC (2006) também chamou de contrapartida

Há um entendimento do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil do CONIF, que se reuniu nos dias 11 e 12 de junho de 2013 em Goiânia – GO, de proibir a exigência de contrapartida laboral para os auxílios cujo critério de seleção seja a vulnerabilidade social. Em todos os editais estudados do PBIS, este critério está estabelecido. Neste sentido, torna-se necessário retomar esta discussão para se analisar a contrapartida destas bolsas, além da condição socioeconômica, frequência nas aulas e notas escolares.

5.6 O PROGRAMA COMPLEMENTAR DE APOIO AO ESTUDANTE (PACE)

Assim como o programa analisado anteriormente, o PBIS, e atendendo ao artigo 12º da Resolução nº 011/2009, em janeiro de 2012 foi criado o Programa Complementar de Apoio ao Estudante (PACE), por meio da Instrução Interna de Procedimentos nº 020 de 27 de fevereiro. Em seu artigo 2º, descrevia seu objetivo:

O PACE consiste em oportunizar apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da oferta de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte, de modo a contribuir para sua permanência, melhoria no desempenho acadêmico e conclusão de curso (IFPR, 2012, p. 1).

Com o mesmo critério principal aplicado ao PBIS, o de vulnerabilidade socioeconômica, este programa definiu quais seriam os estudantes que poderiam ser atendidos:

Serão beneficiários deste programa os estudantes regulares matriculados nos cursos do IFPR, em todos os níveis e modalidades de ensino, que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que não tenham concluído nenhum Curso Superior (Graduação) (IFPR, 2012, p. 1).

O PACE teve seu início efetivado por meio do Edital nº 009/2012 - PROENS/IFPR, o qual passamos a analisar.

5.6.1 O PACE, o início do programa

Em 03 de março de 2012, foi efetivado o Programa de Apoio Complementar ao Estudante (PACE), por meio do Edital nº 009/2012, que tinha como objetivo descrito no item 2 deste edital,

O PACE consiste em oferecer apoio aos estudantes regularmente matriculados em situação de vulnerabilidade socioeconômica, propiciando recurso financeiro mensal, por meio da oferta de auxílio-moradia, auxílio-alimentação e auxílio-transporte, contribuindo para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão de curso (IFPR, 2012, p.1).

Para que os estudantes tivessem o direito de receber os auxílios, eles deveriam comprovar a condição de vulnerabilidade socioeconômica por meio de documentos, ter frequência igual ou superior a 75% no curso matriculado e não ter concluído outro curso superior. Especificamente para cada auxílio, seriam estas as condições:

Auxílio	Especificidade
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Concedido prioritariamente aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que necessitem permanecer no Câmpus em período integral, bem como aos estudantes trabalhadores que realizem cursos noturnos, para que possam ter acesso a uma alimentação nesse período.
AUXÍLIO-TRANSPORTE	Concedido ao estudante que resida a uma distância maior que 3 (três) Km do Câmpus e necessite deslocar-se prioritariamente de transporte escolar registrado ou coletivo (pago) até o Câmpus. Aqueles estudantes que recebem auxílio-transporte por iniciativa dos órgãos municipais, não poderiam receber, ou receberiam somente 50% do valor.
AUXÍLIO-MORADIA	Concedido para complementação de despesas de moradia/aluguel ao estudante socioeconomicamente vulnerável, oriundo de outras localidades, que necessite residir temporariamente no município sede do Câmpus, para ter ampliadas suas condições de acesso, permanência e êxito no processo educativo. Entende-se por aluno oriundo de outras localidades aqueles que dependem financeiramente de família que reside a uma distância maior que 50 Km (cinquenta quilômetros) do município-sede do Campus, e/ou de estudantes que necessitem mudar temporariamente para realizar seus estudos.

QUADRO 8 - ESPECIFICIDADES DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 1º EDITAL
FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO IFPR (2012)

Os valores a beneficiar os estudantes, bem como a vigência e quantidade eram assim definidos no edital de 2012:

AUXÍLIOS	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	VIGÊNCIA	VALOR DO AUXÍLIO	
AUXÍLIO-MORADIA	114	Abril de 2012 a fevereiro de 2013	R\$200,00 (Duzentos Reais)	
AUXÍLIO-TRANSPORTE	452	Abril a dezembro de 2012	Municipal	R\$ 100,00 (Cem Reais)
			Municipal meio auxílio	R\$ 50,00 (Cinquenta Reais)
			Intermunicipal	R\$ 150,00 (Cento e cinquenta Reais)
			Intermunicipal meio auxílio	R\$ 75,00 (Setenta e cinco Reais)
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	1000	Abril a dezembro de 2012	R\$ 100,00 (Cem Reais)	

QUADRO 9 - VALORES, VIGÊNCIA E QUANTIDADE DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 1º EDITAL

FONTE: IFPR, 2012, p. 4

Todavia não fica descrito como se chegou aos dados apresentados no quadro acima, levando-se em conta que tratava-se do primeiro edital, percebe-se uma tentativa de se estimar numerários a serem experimentados e, de acordo com a demanda, reajustados para os próximos editais.

É primordial citar o observado no item 13. DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA, subitem 13.1. Com objetivo de avaliar recepção do programa, torna-se obrigatório o estudante realizar a avaliação do programa: “os estudantes contemplados com o programa preencherão avaliação parcial e final sobre a efetividade do(s) auxílio(s) para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão de curso” (IFPR, 2012, p. 6). Pela primeira oportunidade em todos os programas de bolsas dentro da política de assistência ao estudante, é ofertada ao estudante do IFPR a possibilidade de participar com sua opinião na melhoria desta política.

Este programa nascia com o objetivo de complementar as necessidades dos estudantes, pois os alunos beneficiados poderiam acumular a bolsa do PBIS ou outro programa de bolsas do IFPR, e a quantidade de auxílios seria disponibilizada dependendo da situação de vulnerabilidade socioeconômica do estudante inscrito, sendo que as avaliações socioeconômicas eram realizadas pelas Assistentes Sociais do quadro do IFPR.

Com o objetivo de atender os estudantes ingressantes no IFPR no 2º semestre de 2012, foi lançada uma chamada complementar em 04 de setembro de 2012.

5.6.2 A mudança do PACE

Para o ano de 2013 o PACE manteve a sua mesma estrutura, com os mesmos requisitos e especificidades do ano anterior. Percebe-se como novidades, as descrições referentes aos valores e números de beneficiários, ficando assim definidos no Edital nº 002/2013:

AUXÍLIOS	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	VALOR DO AUXÍLIO
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	940 (Novecentos e quarenta)	R\$ 100,00 (cem reais)
AUXÍLIO-TRANSPORTE (Municipal)	670 (Setecentos e setenta)	R\$ 100,00 (cem reais)
AUXÍLIO-TRANSPORTE (Intermunicipal)	270 (Duzentos e setenta)	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
AUXÍLIO-MORADIA	120 (Cento e vinte)	Até R\$ 200,00 (duzentos reais)

QUADRO 10 - VALORES E NÚMEROS DE BENEFICIÁRIOS DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 2º FONTE: IFPR, 2013, p. 3

Desta forma, seriam ofertados aos estudantes, as quantidades estabelecidas no quadro acima e estas quantidades foram sendo reformuladas em relação ao ano anterior de acordo com a demanda apresentada.

AUXÍLIOS	VIGÊNCIA
AUXÍLIO-TRANSPORTE	Março de 2013 a dezembro de 2013
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	Março de 2013 a dezembro de 2013
AUXÍLIO-MORADIA	Março de 2013 a fevereiro de 2014

QUADRO 11 - VIGÊNCIA DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 2º EDITAL FONTE: IFPR, 2013, p. 4

Estes auxílios apresentados iniciam-se a partir do mês de março, pois depende da aprovação da Lei Orçamentária pelo Congresso Nacional, que ocorre tradicionalmente entre os meses de fevereiro a abril de cada ano.

Percebe-se um reajuste nos dados apresentados em 2012 e neste edital há a divulgação do valor total a ser investido neste programa, “[...] R\$ 2.225.000,00 (dois milhões, duzentos e vinte e cinco mil reais), em um total de 2.000 (dois mil) auxílios aos estudantes do IFPR” (IFPR, 2013, p. 3). Também há uma modificação no que se refere ao auxílio-transporte, deixando de existir o meio auxílio.

Outra novidade neste edital, da mesma forma como foi realizada no edital 2013 do PBIS, é que é definida a quantidade de estudantes a serem beneficiados para o ano de 2013:

TABELA 7 - QUANTIDADE DE AUXÍLIOS DO PACE POR CÂMPUS EM SEU 2º EDITAL

Câmpus	Número máximo de estudantes a serem selecionados
Assis Chateaubriand	70
Campo Largo	90
Cascavel	15
Curitiba	250
Foz do Iguaçu	150
Irati	85
Ivaiporã	115
Jacarezinho	170
Londrina	185
Palmas	250
Paranaguá	185
Paranavaí	120
Telêmaco Borba	150
Umuarama	165

FONTE: IFPR, 2013, p. 4-5

A mudança do programa se dá no item 8, subitem 8.6.1 e 8.6.2, onde é realizada a descrição de como foram realizados os cálculos para se chegar aos valores acima demonstrados.

8.6.1. O cálculo para a definição do número máximo de estudantes a serem selecionados foi realizado pela PROENS/DAES, considerando-se o número total de estudantes matriculados (SISTEC, 2013), os ingressantes em 2013 (Edital IFPR No.06/2012) e o Índice de Desenvolvimento Humano do Município – IDH (PNUD, 2003). 8.6.2. O teto máximo de ajuste do número de bolsas concedidas no Programa a um Campus, para o exercício do ano de 2013, limita-se a 250 (duzentos e cinquenta) (IFPR, 2013, p. 5).

Esta descrição do cálculo para a definição do número de estudantes por *campi* é o mesmo realizado no Edital 2013 do PBIS. Com o objetivo de atender os estudantes que ingressarem no segundo semestre de 2013, foi lançado o Edital nº 017/2013 e desta forma foram ofertadas mais 200 vagas/auxílios.

Mantém-se neste edital a obrigatoriedade da avaliação a ser realizada pelos estudantes beneficiados de acordo com o item 13. DA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA, subitem 13.1, “Os estudantes contemplados com o programa preencherão avaliação parcial e final sobre a efetividade do(s) auxílio(s) para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão de curso” (IFPR,

2012, p. 6). Percebe-se um avanço neste programa, agora com critérios mais definidos da oferta dos auxílios para os estudantes.

5.6.3 O novo edital do PACE

Para o ano de 2014, o Edital nº 002, diferente do ano anterior, não define os valores a serem investidos neste programa, somente assim justificando este investimento no item 2. DOS RECURSOS FINANCEIROS, subitem 2.1:

O recurso financeiro destinado à execução do presente Edital se dará conforme disponibilidade orçamentária da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS) por meio da DAES para o exercício do ano de 2014 oriundos da Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica (IFPR, 2014, p. 1).

Outra observação a ser realizada é a inclusão de um requisito para o estudante. No item 5. DOS REQUISITOS, subitem 5.1.5, onde o estudante que se inscreveu no programa deveria “preferencialmente não estar cursando apenas Estágio, Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Atividade Complementar” (IFPR, 2014, p. 2), porém não cita a razão desta inclusão. Este requisito provavelmente deve-se ao fato que muitos estudantes já concluíram o estudo de suas disciplinas e ainda não teriam apresentados o término dos componentes citados acima.

Os valores e o número de auxílios a serem disponibilizados para o ano de 2014 são reajustados conforme já citado na análise no primeiro edital, ficando assim distribuídos:

TABELA 8 - VALORES E NÚMERO DE AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 3º EDITAL

AUXÍLIOS	VALOR DO AUXÍLIO	Número de auxílios a serem disponibilizados
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)	1600
AUXÍLIO-TRANSPORTE (Municipal)	R\$ 100,00 (cem reais)	800
AUXÍLIO-TRANSPORTE (Intermunicipal)	R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)	700
AUXÍLIO-MORADIA	Até R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais)	110

FONTE: IFPR, 2014, p. 3.

Diferente do programa do ano de 2013, não é definida a quantidade de benefícios a serem ofertados para o ano de 2014. Conforme observado nos editais dos anos anteriores, os estudantes beneficiados são obrigados a realizar uma avaliação sobre a efetividade do programa para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão de curso.

AUXÍLIOS	VIGÊNCIA
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	fevereiro de 2014 a novembro de 2014
AUXÍLIO-TRANSPORTE	fevereiro de 2014 a novembro de 2014
AUXÍLIO-MORADIA	fevereiro de 2014 a janeiro de 2015

QUADRO 12 - VIGÊNCIA DOS AUXÍLIOS DO PACE EM SEU 3º EDITAL

FONTE: IFPR, 2014, p. 3

De acordo com dados do IFPR (2014), o PACE dentro dos seus 03 editais beneficiou a seguinte quantidade de estudantes:

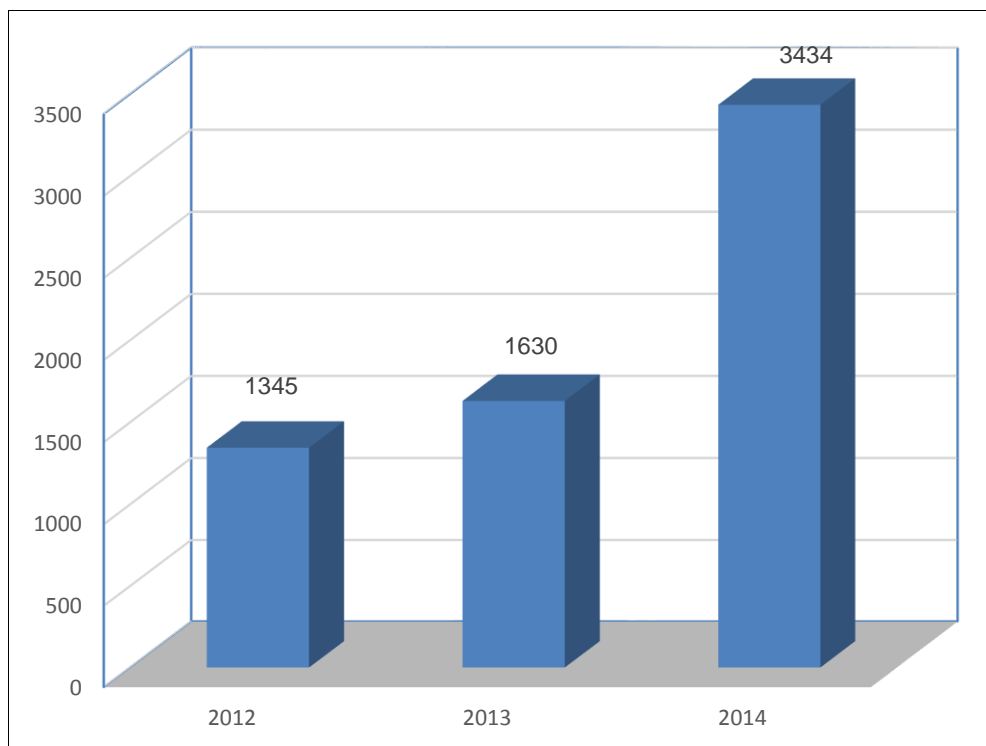


GRÁFICO 9 - NÚMERO DE ESTUDANTES BENEFICIADOS DE ACORDO COM OS EDITAIS DO PACE NO IFPR

FONTE: IFPR, 2014

Percebe-se que houve mudanças no decorrer destes três anos de funcionamento do PACE, com os valores, vigências e números de beneficiários sendo alterados conforme a demanda dos *campi* do IFPR, conforme quadro comparativo abaixo:

Tipo de auxílio	2012	2013	2014
auxílio-moradia	abr/2012 a fev/2013	mar/2013 a fev/2014	fev/2014 a jan/2015
auxílio-transporte	abr a dez/2012	mar a dez/2013	fev a nov de 2014
auxílio-alimentação	abr a dez/2012	mar a dez/2013	fev a nov de 2014

QUADRO 13 - VIGÊNCIA DOS AUXÍLIOS DE ACORDO COM OS EDITAIS DO PACE NO IFPR

FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO IFPR (2014)

Conforme já citado anteriormente, os auxílios iniciam nos meses de março a abril conforme a aprovação do Orçamento pelo Congresso Federal, mas para o auxílio-moradia fica estabelecido até o mês de fevereiro do próximo ano, para que o estudante não seja prejudicado no recebimento destes auxílios nos meses de férias de fim e início de ano.

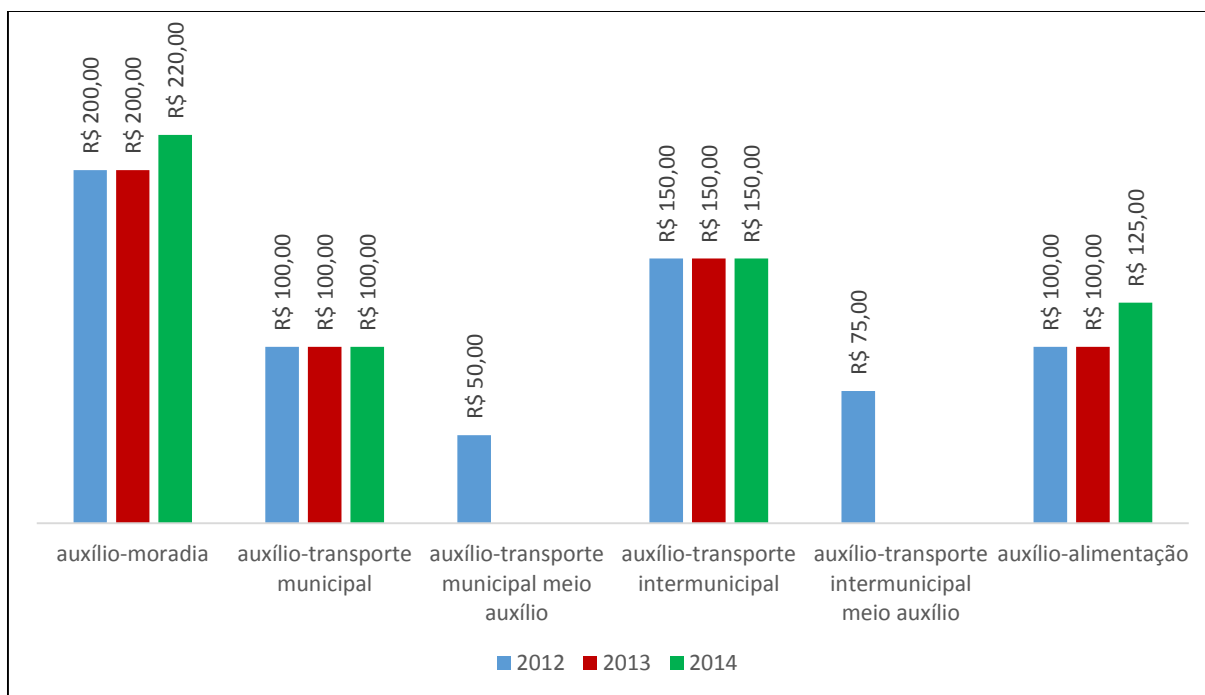


GRÁFICO 10 - VALORES DOS AUXÍLIOS DE ACORDO COM OS EDITAIS DO PACE NO IFPR
 FONTE: ADAPTADO PELO AUTOR DO IFPR (2014)

Conforme já citado, os números se alteram de acordo com cada edital, onde presume-se que as alterações dependem diretamente da demanda dos estudantes em cada ano, com o número de ingressos e egressos e também de acordo com os editais dos processos seletivos e seus percentuais de cotas.

5.7 A PARTICIPAÇÃO DOS ESTUDANTES E SERVIDORES NA CONSTRUÇÃO DOS DOCUMENTOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE NO IFPR

O Instituto Federal, criado por meio da lei acima citada, implementou suas ações voltadas ao estudante no início de 2010 por meio da Resolução nº 011/2009, que aprovou a Política de Apoio Estudantil do IFPR.

Entre o período aqui estudado, ou seja, de 2009 a 2014, período de efetivo funcionamento do IFPR, passamos a analisar de que maneira houve a participação dos servidores e estudantes na construção da política de assistência ao estudante.

5.7.1 A participação dos gestores e servidores do IFPR

A DAES participou por meio da sua equipe em três encontros realizados na região Sul-Brasileira para discutir questões referentes à política de assistência ao estudante.

Evento	Período	Local	Realização
I ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL II ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	04 e 05 de agosto de 2011	Sapucaia do Sul/RS	IFSUL
SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	21, 22 e 23 de novembro de 2011	São José/SC	IFSC
III ENCONTRO DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL	10 e 11 de dezembro de 2012	Curitiba/PR	IFPR

QUADRO 14 - CRONOLOGIA DOS ENCONTROS DE SETORES SISTÊMICOS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA REGIÃO SUL-BRASILEIRA

FONTE: CAVALHEIRO, 2013, p. 63

Nestes encontros houve a possibilidade dos gestores da política de assistência ao estudante do IFPR participarem, trocarem experiências e atualizarem-se das ações realizadas em cada Instituto da região Sul-Brasileira.

A partir do ano de 2011, a PROENS realizou encontros para discutir a organização do trabalho pedagógico no IFPR.

Período	Local
25 e 26/07/2011	Telêmaco Borba
05 e 06/10/2011	Foz do Iguaçu
29 e 30/11/2011	Umuarama
28, 29/02/2012 e 01/03/2012	Londrina
08,09 e 10/05/2012	Paranavaí
29 a 31/10/2012	Jacarezinho
07,08 e 09/04/2014	Cascavel
24 e 25 de setembro de 2014	Irati

QUADRO 15 - ENCONTRO SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO IFPR

FONTE: ELABORADO PELO AUTOR

Nestes encontros foram disponibilizados espaços para que as ações da PROENS fossem demonstradas e discutidas com os participantes, que eram representados pelos Diretores-Gerais, de Ensino, Administração e Planejamento ou outros indicados pela Direção-Geral. A política de assistência ao estudante esteve como pauta em todos os encontros por meio da DAES. Desta forma percebe-se que houve uma participação dos gestores dos *campi* na discussão, o que não ficou claro na leitura dos documentos criados pela PROENS é se estas discussões foram levadas em conta na elaboração dos editais, uma vez que não foi encontrado na página eletrônica do IFPR, a publicação das atas destas reuniões.

5.7.2 A participação dos estudantes do IFPR

A possibilidade da participação dos estudantes durante o período estudado foi realizada em alguns momentos. De forma obrigatória prevista nos editais, a partir do ano de 2012 no PACE e 2013 no PBIS, o estudante beneficiado deve responder à avaliação, no final do ano letivo, sobre a efetividade para sua permanência, melhoria do desempenho acadêmico e conclusão de curso. Porém não se encontrou publicado nas páginas oficiais do IFPR o resultado destas avaliações, tampouco se elas foram levadas em consideração na criação dos editais posteriores, uma vez que estas avaliações se dão ao final de cada ano letivo. Estas avaliações ficam restritas somente aos estudantes, sendo que para os Docentes orientadores dos projetos no PBIS cabe apresentar relatórios das atividades desenvolvidas.

De acordo com o organograma de estruturação dos *campi* (IFPR, 2014), cada qual conta com um chefe da Secção Pedagógica e Assuntos Estudantis, o qual serve de elo entre os estudantes e professores junto à PROENS/DAES para dirimir as dúvidas e dificuldades.

Outro canal de comunicação entre os alunos e docentes com a gestão se dá por meio da ouvidoria interna do IFPR, onde mensagens são enviadas e retornadas por meio do gestor da área com esclarecimentos as suas questões.

5.8 FORMAÇÃO POLITÉCNICA, PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA: DESAFIOS À EDUCAÇÃO NO IFPR

Pode se dizer que, no Brasil, historicamente, a educação profissional tem raiz nas múltiplas mediações históricas que concretizam este processo educativo que caracterizou-se, predominantemente, por visões assistencialistas, a formação técnica para o mercado de trabalho. Todavia, se propõe a uma educação politécnica. No atual contexto de reestruturação dos níveis de acumulação do capital, a disputa pela formação da classe trabalhadora é acirrada e, desta forma, o ensino profissional é impulsionado pela divisão social do trabalho. O capital impõe-lhe, politicamente, os contornos que lhe favorecem à formação da mão de obra que lhe interessa. De outro lado, forças ligadas a projetos de superação das relações produção da vida vêm a lume propor e defender uma educação politécnica, emancipatória⁵², o que se desenha com as contribuições da pedagogia histórico-crítica.

Em Saviani (2011, p. 422):

A fundamentação teórica da pedagogia histórico-crítica nos aspectos filosóficos, históricos, econômicos e político-sociais propõe-se explicitamente a seguir as trilhas abertas pelas agudas investigações desenvolvidas por Marx sobre as condições históricas de produção da existência humana que resultaram na forma da sociedade atual dominada pelo capital

Duarte esclarece como proceder e como a educação pode contribuir para superar as consequências que este metabolismo causa, em especial a alienação, pois trata-se de “[...] um processo de incorporação e superação das forças humanas desenvolvidas nessa sociedade, o que inclui os conhecimentos, ou seja, a apropriação da ciência, da arte e da filosofia como parte das forças essenciais humanas” (DUARTE, 2014, p. 42).

⁵² [...] amplamente debatida na década de 1980, é a que pode responder a este horizonte de formação humana. Trata-se de desenvolver os fundamentos das diferentes ciências que facultem aos jovens a capacidade analítica tanto dos processos técnicos que engendram o sistema produtivo quanto das relações sociais que regulam a quem e a quantos se destina à riqueza produzida (FRIGOTTO, 2005, p. 74).

Dentro desta totalidade em que se inscreve a educação em nossa sociedade de cunho capitalista, em tela a educação profissional, esta tem em suas mãos a possibilidade de mediar e atuar como política transformadora desta sociedade.

Trata-se de perceber que atualmente não é possível compreender uma possibilidade de transformação sem a apropriação de fundamentos nas quais estão incluídas a percepção do mundo com uma formação que inclua a visão da integração da concepção da formação humana e social. Esta concepção pode fazer das práticas educativas, na qual os estudantes, professores e os técnicos, ou seja, a comunidade dos Institutos Federais, com práticas diárias, vivências que podem ser percebidas como integrantes na construção de estágios mais avançados, solidários e responsáveis de uma educação profissional.

A criação dos Institutos Federais se inscreve nesse contexto de disputas em que a educação profissional tem atendido, predominantemente, à formação de técnicos para o imediato mercado de trabalho ou a formação propedêutica, com uma concepção onde “em nenhuma das perspectivas anteriores, os projetos do ensino médio e profissional estiveram centrados nos sujeitos. Sua função formativa esteve sempre, historicamente, subsumida ao caráter economicista da educação, que se tornou hegemônica na sociedade” (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 31).

Neste interim, os Institutos Federais se apresentam com possibilidades de se fazerem escolas que superem este dualismo, e encontra muitos defensores com a defesa da construção de um ensino profissional voltado para a

politecnia como uma utopia sempre em construção, como uma concepção que compreende o trabalhador como sujeito de realizações, de conhecimentos e de cultura, capaz de transformar a realidade dada em realidade para si (RAMOS, 2011, p. 114).

Com as condições dadas e como visto anteriormente, com o desenvolvimento de investimento e a expansões dos Institutos Federais em todo o país (38), com um corpo de docentes na sua maioria com mestrado e doutorado

[...] essas instituições estariam em condições de realizar esse projeto no nível médio como nunca antes na história, podendo constituí-lo como base para a formação em nível superior comprometida com um outro projeto de nação que não o da dependência” (RAMOS, 2011, p. 114).

Diante destas disputas em que o ensino médio profissional está colocado em nossa realidade conjuntural na qual procura-se inserir o jovem no mundo do trabalho, este nível de ensino “tem uma função estratégica central dentro da construção de uma nação no seu âmbito cultural, social, político e econômico e é condição para uma relação soberana e, portanto, não subalterna e colonizada com a demais nações” (FRIGOTTO, 2005, p. 72-73). Conforme já citado neste estudo, os Institutos Federais devem oferecer no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para o ensino médio, de acordo com a sua Lei de criação, e desta forma torna-se atualmente o maior formador deste nível de ensino, abrindo uma possibilidade de atuação para que se compreenda que

o que persegue não é somente atender a essa necessidade, mas mudar as condições em que ela se constitui, é também uma obrigação ética e política garantir que o ensino médio se desenvolva sobre uma base unitária para todos. Portanto, o ensino médio integrado ao ensino técnico, sob uma base unitária de formação geral, é uma condição necessária para fazer a “travessia” para uma nova realidade (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005, p. 43).

Neste íterim é possível se pensar uma formação humana para os estudantes dos Institutos Federais que compreenda a integração de todas as extensões da vida, ou seja, um processo formativo que dê uma unidade entre o trabalho, a ciência e a cultura. Trata-se de uma formação que proporcione aos estudantes,

a compreensão do processo histórico de produção científica, tecnológica e cultural dos grupos sociais considerada como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente, para a transformação das condições naturais da vida e para a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. Ao mesmo tempo, é pela apreensão dos conteúdos históricos do trabalho, determinados pelo modo de produção no qual este se realiza, que se pode compreender as relações sociais e, no interior dessas, as condições de exploração do trabalho humano, assim como de sua relação com o modo de ser da educação (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 32).

No embate já exposto, os Institutos Federais têm em suas mãos a possibilidade de proporcionar aos seus estudantes, no caso do Instituto Federal do Paraná, o qual, de acordo com o processo seletivo de 2014 para ingresso em 2015, ofereceu um sistema de cotas de 80% de inclusão, uma formação que ofereça uma visão além da expressão fenomênica de compreender a realidade à qual estão

submetidos ante uma formação, em que a apropriação do conhecimento historicamente produzido ganhe significado ético e político na construção de um modo de existência que supere a alienação de homens por outros homens.

Ao ter-se o entendimento de que a educação pode ser uma mediação na transformação da sociedade atual superando as práticas hegemônicas, conforme já sinalizado por Saviani (2011), Duarte (2014), Frigotto, Ciavatta e Ramos (2011) no início deste subitem, é possível dizer que a educação profissional politécnica vislumbra a possibilidade de uma visão crítica, que leva em conta o papel ativo dos Institutos Federais na formação de seus estudantes, realizando uma integração com outros setores da sociedade à luz dos determinantes históricos e sociais deste mundo hodierno.

Esta concepção de educação profissional pode contar com a pedagogia histórico-crítica, desenvolvida a partir dos anos 80 por Demerval Saviani e hoje por tantos educadores que se juntam para constituir e implantar uma pedagogia possível nos Institutos Federais que propicie esta formação politécnica.

De acordo com Saviani (2007), na década de 80 se constituem pedagogias⁵³ em busca de alternativas que fossem contra a pedagogia oficial, ou seja, contra hegemônicas, que atendessem os interesses da classe dominada.

A pedagogia histórico-crítica, conforme Saviani (2014), fundamenta-se em uma teoria que entende a prática educativa como uma atitude que pode mediar a transformação no interior da prática social. Pois, conforme já citado neste subitem, pela vivência em um metabolismo que tem o capital como dominante, esta mediação dá condições do estudante do IFPR conhecer de que forma está estruturada a formação social na qual se insere. É importante lembrar que esta teoria só existe porque há na sociedade a luta de classes que se expressa também nas lutas pela educação profissional de ensino médio imposta pelo Estado por meio seu poder dominante. Sendo assim

uma de suas características fundamentais é que ela se posiciona claramente a favor dos interesses dos trabalhadores, isto é, da classe fundamental dominada na sociedade capitalista. Daí seu caráter de pedagogia contra-hegemônica inserindo-se na luta pela transformação da sociedade atual (SAVIANI, 2014. p. 12).

⁵³ Pedagogias da educação popular, Pedagogias da prática, Pedagogia crítico-social dos conteúdos e Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2012).

Os Institutos Federais foram estabelecidos com a possibilidade

na superação da representação existente (de subordinação quase absoluta ao poder econômico) e estabelecer sintonia com outras esferas do poder público e da sociedade, na construção de um projeto mais amplo para a educação pública, com singularidades que lhe são bastante próprias, passando a atuar como uma rede social de educação profissional e tecnológica (MEC, 2009, p. 21).

Pode-se observar que, nos Institutos Federais, a pedagogia histórico-crítica encontra ambiente favorável para desenvolver sua teoria, mas pode encontrar pela frente obstáculos, pois cada docente incorporado carrega consigo sua práxis educativa e, conforme já sinalizado na categoria ciclo de políticas em seu contexto da prática, pode refletir nestas práticas diárias de ensino.

Em uma formação social como a brasileira,

[...] os professores podem integrar-se, ainda que não intencionalmente, na luta de classes da burguesia desempenhando o papel de contornar acidentes da estrutura, de impedir que as contradições estruturais venham à tona, de segurar a marcha da história, de consolidar o status quo, quando podem desempenhar o papel inverso de, a partir dos elementos de conjuntura, explicitar as contradições da estrutura, acelerar a marcha da história, integrando-se na luta de classes do proletariado e contribuindo, assim, para a transformação estrutura da sociedade (SAVIANI, 2014. p. 12).

Mas como podem os docentes contribuir para superar as contradições do capitalismo e suas consequências, em especial a alienação no seio da educação profissional nos Institutos Federais, já colocada por Duarte no início deste subitem? O próprio autor responde que para isso “[...] é necessária a apropriação do conhecimento produzido ao longo da história da humanidade. É necessária portanto, uma educação escolar que socialize as ciências, as artes e a filosofia” (DUARTE, 2014, p. 43).

Para tanto, encontram-se na educação politécnica por meio da pedagogia histórico-crítica subsídios para que estes conhecimentos possam ser trabalhados e apropriados pelos estudantes do IFPR, abrindo possibilidades de superação dos seus graus de alienação.

É indispensável lembrar que, ainda de acordo com Duarte (2014, p.43):

mesmo contra nossa vontade, não existem esferas da vida humana ou tipos de atividades que, nesta sociedade, estejam isentas de reprodução da alienação. Não existem indivíduos não alienados. Nós podemos, quando

muito, falar de graus maiores ou menores de alienação. E ainda assim devemos reconhecer que esses graus maiores ou menores de alienação podem ocorrer de maneira heterogênea na vida de um indivíduo, em determinadas esferas da sua atividade, da sua objetivação pode se mostrar menos alienado. Será portanto, uma afirmação sempre relativa, porque nós vivemos numa sociedade alienada e somos produtos dessa sociedade

Como pode-se ver, é necessário que as políticas de assistência ao estudante propiciem estas condições de realizar a apropriação de conhecimentos, científicos, artísticos e filosóficos e, desta forma, disponibilizar a possibilidade da diminuição destes graus de alienação, caso contrário estas políticas acabam sinalizando políticas compensatórias de alívio da pobreza, próprias de governos que se orientam por ideário neoliberal. Considere-se lembrar que os Institutos gozam de sua autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar e, sendo assim, podem desenvolver estas políticas como meio educativo que possibilite uma transformação social.

Estes apontamentos que se fazem ao término do estudo sobre as políticas de assistência ao estudante impõem trabalhos futuros que requerem visões críticas da educação profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo da construção de uma política de assistência ao estudante se iniciou em uma conjuntura histórica situada na década de 90 e contou com uma participação democrática dos Pró-Reitores que fizeram parte do FONAPRACE na elaboração de documentos que mais tarde se tornaram bases para os textos legislativos sobre o tema. Esta luta dos pró-reitores deu-se junto ao movimento docente na defesa de uma escola pública de qualidade.

A política de assistência ao estudante foi formalmente expressa no governo Lula por meio da Portaria nº 39 de 2007 e pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O contexto histórico então caracterizava-se pela expansão dos direitos sociais e recuo das políticas neoliberais que vinham do governo anterior.

A conjuntura, então, era favorável ao debate das políticas educacionais sobre o ensino médio, a educação profissional e a educação politécnica, mas não sem embates e tensões. Neste sentido algumas ações do Estado foram realizadas no intuito de superar o dualismo da educação profissional: o Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, onde resgatou-se a possibilidade do ensino médio integrado, ou seja, implicava na volta do ensino médio integrado ao ensino profissional; a Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005, que previu a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e a Lei nº. 11.892 de 20 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, com uma proposta de uma escola inclusiva visando uma transformação social. Os investimentos realizados quantitativamente não deixam dúvida quanto à assunção do Estado na responsabilidade do ensino profissional após efetivação dos Institutos Federais. Os investimentos na criação de uma rede profissional de ensino sinalizavam trazer para o âmbito público a formação prioritariamente assumida pelo setor privado. Os Institutos Federais foram criados sob o forte discurso da formação da cidadania, conforme descrito no documento Concepções e Diretrizes, elaborado pelo MEC, onde nesta escola a educação para o trabalho tinha o objetivo de tornar-se um instrumento potencializador do ser humano, enquanto integralidade, desenvolvendo sua capacidade de gerar conhecimentos com uma prática vivida na realidade na perspectiva voltada para a sua emancipação.

Este estudo, Políticas de assistência ao estudante: formulação e implementação no Instituto Federal do Paraná (2008-2014), orientou-se pelo método da economia política na perspectiva marxista e as contribuições dos estudos do Ciclo de Políticas, baseado nos estudos de Mainardes, um dos intelectuais que tem difundido esta teoria no Brasil.

Ao final deste estudo é possível apontar os seguintes sentidos para as políticas formuladas e implementadas no IFPR.

A formulação das políticas de assistência ao estudante inicia no ano de 2009 por meio da Resolução nº 011/2009, que aprovou a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná.

Contou com a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar prevista na sua Lei de criação e dessa forma podem desenvolver políticas públicas educacionais como meio educativo de transformação social.

Sua implantação se faz através de programas como o programa de participação em eventos, o programa de bolsas de inclusão social e o programa complementar de apoio ao estudante, que foram estudados nesta pesquisa atendendo ao recomendado para as pesquisas documentais.

A política de assistência ao estudante no IFPR tem sido implementada contando com o entendimento da interpretação de seus gestores, docentes e estudantes. Com a disponibilização de recursos financeiros, a efetivação desta política se dá com a autonomia do IFPR, pois não havia e não há na própria estrutura organizacional do MEC um setor específico para orientar as instituições de como realizar as ações da política de assistência ao estudante para atendimento do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que normatiza o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Deve-se lembrar que a interpretação dos textos vai ao encontro do estudado no ciclo de política em seu contexto. Nesta perspectiva, os documentos podem possibilitar interpretações dúbias para atender diversas forças envolvidas na sua construção. As políticas em nível nacional são discutidas dentro do CONIF, onde existe um Grupo de Trabalho para tal finalidade.

O IFPR, diga-se, ainda é muito jovem na sua caminhada, tendo pouco mais de 06 anos de criação e pode ainda avançar na construção de suas políticas, tendo como pressuposto maior participação da sua comunidade educativa, nomeadamente de seus estudantes e seus professores.

Tendo os estudantes e docentes meios para participar e que esta participação possa ser considerada, caminha-se para um processo democrático mais efetivo na construção dos documentos e, neste sentido, pode-se dizer que o estudante do IFPR pode sim ir ao encontro do idealizado no documento Concepções e Diretrizes, uma educação pública de qualidade visando a sua emancipação.

Esta participação de estudantes e docentes poderia concretizar o previsto no ciclo de políticas quando se refere à construção das políticas públicas para distinguir em que medida os profissionais que atuam na escola são envolvidos nesta construção. Ao invés de um texto *readerly* (ou prescritivo), que limita o envolvimento do leitor e sua implementação, no caso em pauta, a política de assistência ao estudante nos *campi* do IFPR poderá se orientar pelo conceito do texto *writerly* (ou escrevível), onde convida o leitor a ser coautor do texto, encorajando-o a participar mais ativamente na interpretação do texto.

Faz-se necessário lembrar que, mesmo com uma participação efetiva da comunidade acadêmica do IFPR, os Institutos Federais tendem a seguir normas e orientações por meio de orientações e fiscalizações dos órgãos de controle do governo federal, como as normas da Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público Federal (MPF), Poder Judiciário (Juízes e Tribunais de Justiça), Tribunal de Contas da União (TCU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) e internamente por meio da Auditoria do IFPR. Muitas vezes, a vontade da comunidade vai contra impedimentos legais, que são fiscalizados por estes órgãos de controle.

Destaca-se a importância do desenvolvimento de um estudo aprofundado do contexto histórico nos governos aqui estudados, crítica esta já realizada no ciclo de políticas, e identificada por Ball, descrita por Marcondes (2006), onde Ball reconhece a importância de se realizar este estudo e afirma que qualquer teoria decente de política educacional deve analisar o funcionamento e o papel do Estado.

Observa-se que as políticas públicas são implementadas de acordo com as lutas políticas de gestão do Estado, que se expressam na formulação e implementação das políticas neste estudo no campo da educação profissional. Fica claro que os modelos de gestão implicam diretamente nas políticas públicas, especificamente a educação profissional, tema deste estudo. Fica claro que os governos Lula e Dilma debatem-se com interesses antagônicos, pois dentro da educação profissional se nota uma assunção deste ensino, permitindo ou não

potencializar uma emancipação do estudante. Porém ao mesmo tempo há um incentivo financeiro a instituições particulares para a oferta de ensino profissionalizante de curta duração, atendendo ao mercado e ideário de cunho neoliberal.

Entende-se da perspectiva crítica que fundamenta este estudo, que as políticas de assistências ao estudante podem se efetivar como políticas compensatórias de alívio da pobreza e ou contribuir para uma formação emancipadora que propicie condições de se realizar a apropriação de conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos.

Nesta perspectiva aponta-se a Pedagogia histórico-crítica enquanto possibilidade da superação dos graus de alienação com uma prática educativa que pode vir a mediar a transformação no interior da prática social. No conjunto das pedagogias contra hegemônicas procura-se identificar se a politecnia por meio da pedagogia histórico-crítica encontra possibilidades de se efetivar internamente no IFPR por meio desta política de assistência ao estudante.

Observa-se que mesmo não estando explícita a definição da politecnia por meio da pedagogia histórico-crítica, é possível observar que encontra-se nas resoluções, instruções normativas e editais, elementos que podem ser identificados com esta proposta educativa.

Ao se apontar, na resolução que implementou esta política no IFPR, que os programas deverão ser aplicados de acordo com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica), resolução que está em vigor, compreende-se que cabe à gestão garantir que esses princípios se tornem prática, além de implementá-los em suas ações da assistência ao estudante.

Tem-se a compreensão, de acordo com a política de inclusão social do IFPR com suas cotas de 80% de ingresso no processo seletivo, que o PACE torna-se fundamental para garantir os auxílios de transporte, alimentação e moradia para aqueles que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica, e assim podem garantir, como o próprio documento traz em seus artigos, a permanência e melhoria no desempenho acadêmico e conclusão do curso dos estudantes bolsistas.

O PBIS torna-se um programa onde a politecnia encontra sua maior oportunidade na efetivação dos programas na política de assistência ao estudante no âmbito do IFPR. De acordo com os editais deste programa, é possível desenvolver projetos onde os estudantes bolsistas são inseridos para desenvolver

atividades de ensino, pesquisa e extensão. Porém, como já destacado no decorrer deste estudo, foi verificado que em alguns editais há um conflito na identificação destes projetos, pois o PBIS é gerido pela Pró-Reitoria de ensino e existe no organograma do IFPR uma Pró-Reitoria de extensão, pesquisa e inovação, a qual não participa no gerenciamento deles. Fica evidente, portanto, a necessidade de uma maior integração entre estas Pró-Reitorias.

Considere-se ainda que o programa de participação em eventos torna-se fundamental quando oportuniza às estudantes possibilidades de participação em eventos científicos, esportivos, políticos, acadêmicos e muitos destes estudantes podem apresentar aqueles trabalhos desenvolvidos no PBIS. Ressalte-se que é um programa universal, pois também aqueles que não se encontram em vulnerabilidade socioeconômica podem ser contemplados.

Torna-se substancial observar a totalidade da política de assistência ao estudante no IFPR, pois, de acordo com os editais, é possível acumular bolsa mais os auxílios, ou seja, um estudante pode receber uma bolsa PBIS, um auxílio-transporte e também ser beneficiado com um auxílio para participar em eventos. Isso sem contar que não levou-se em conta neste estudo outros programas, como o bolsa-atleta e jogos do IFPR (ação de cunho universal), atividades também desenvolvidas pela gestão da assistência ao estudante no IFPR.

Compreende-se que a educação politécnica por meio da pedagogia histórico-crítica, uma vez observada na sua totalidade, encontra no seio da política de assistência ao estudante possibilidades de ser efetivada e, como tal, tornar-se uma prática educativa para transformação da sociedade como prevê seus objetivos.

Tem-se o entendimento de que outras pesquisas são necessárias para que se possa estudar mais acentuadamente os contextos que não foram contemplados neste estudo, devido a sua limitação. Poder-se-ia avançar nos contextos que de acordo com Mainardes (2006), Ball expandiu e já explicitado na introdução desta pesquisa, os estudos segundo o ciclo de políticas podem avançar no contexto dos resultados (efeitos) e no contexto da estratégia política. No contexto dos resultados (efeitos), trata-se de analisar quais os impactos da implementação da política de assistência ao estudante e se promoveram as superações com as desigualdades existentes. No contexto da estratégia política, seria necessário avaliar a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas relacionadas à política de assistência ao estudante que seriam necessárias para lidar com as desigualdades

criadas ou reproduzidas por esta política. Estes são temas que podem ser feitos em futuras investigações. Enfim, a oportunidade remete ao acaso e não é o que se pretende.

REFERÊNCIAS

ADVFN BRASIL. **Portal de investimentos em ações da bolsa de valores do Brasil**. Disponível em: <<http://br.advfn.com/indicadores/pib>>. Acesso em: 01/10/2014.

AGÊNCIA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **FHC explica acordo do FMI aos candidatos à Presidência**. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/node/594998>>. Acesso em 15/09/2014.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 09-23.

ANDIFES. **Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das ifes**. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_041_Pesquisa_do_Perfil_Socioeconomico_dos_Estudantes_de_Graduacao_das_IFES.pdf>. Acesso em: 20/09/2014.

_____. **FONAPRACE lança revista para comemorar 25 anos de atuação**. 2012. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/?p=14045>>. Acesso em: 10/07/2014

_____. **Perfil socioeconômico e cultural dos alunos de graduação das instituições federais de ensino superior fórum nacional de pró-reitores de assuntos comunitários e estudantis Fonaprace, relatório sumário**. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Biblioteca_006_Perfil_IFES.pdf>. Acesso em: 20/09/2014.

_____. **Ata da LXIIIª reunião ordinária do Conselho Pleno da Andifes**. Disponível em <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/1362495697AtaCPLXIIIord.pdf>. Acesso em 21/09/2014.

ANTUNEZ, J. L. L. **A gestão do FONAPRACE nos anos 1999 e 2000**. [20 mar. 2014]. Entrevistador: Izaias Costa Filho, 2014. Entrevista on-line concedida à distância (bate-papo).

ANTUNES, E. D. **Dados sobre a assistência ao estudante no IFPR**. Mensagem recebida por: <evelise.antunes@ifpr.edu.br> em: 06/11/2014.

ANTUNES, R. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. **Inglaterra e Brasil: duas rotas do social-liberalismo em duas notas.** Disponível em <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss2articles/antunes.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2014.

ARAUJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. (Org.). **Filosofia da práxis e didática da educação profissional.** Campinas: Autores Associados, 2011.

ARROYO, M. G. Educação em tempos de exclusão In: GENTILI, P.; FRIGGOTO, G. (Org.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** 5ed. São Paulo: Cortez, 2011. p.270-279.

AKKARI, A. **Internacionalização das políticas educacionais: transformações e desafios.** Petrópolis: Vozes, 2011.

ÁVILA, C. A. **Informações sobre o orçamento da assistência ao estudante do IFPR em 2010.** Mensagem recebida por:<carlosavila70@gmail.com> em: 28/12/2014.

AZEVEDO, L. A.; SHIROMA, E. O.; COAN, M. As políticas públicas para educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 27-40, 2012.

BANCO CENTRAL. **Risco-País, com informações até março de 2014.** Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/faq%209-risco%20pa%C3%ADs.pdf>>. Acesso em: 05/09/2014.

BARBOSA, N. Dez anos de política econômica. In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2013. p. 69-102.

BBC. **Lula bate recorde de popularidade, indica pesquisa CNT/Census.**

Disponível em

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/12/101229_lula_popularidade_mdb.shtml>. Acesso em: 08/10/2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2013

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 19 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 05/11/2013.

_____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 23 jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 05/11/2013.

_____. Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 30 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7416.htm>. Acesso em: 05/11/2013.

_____. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 24 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em: 10/11/2013.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 24 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 20/06/2014.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**. Brasília (DF), 24 abr. 2007. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/453107.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 1998. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), n. 11892, p. 2, Dez. 1998.

_____. Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 9 set. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12858.htm>. Acesso em: 20/06/2014.

_____. Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; altera as Leis nos 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, e 11.507, de 20 de julho de 2007; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 23 dez. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L12155.htm>. Acesso em: 05/11/2013.

_____. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao § 5º do art. 3º da Lei no 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 18 nov. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11195.htm>. Acesso em: 10 nov. 2013.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 13 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/453107.pdf>>. Acesso em: 15/09/2014.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 1998. Institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), n. 11892, p. 2, Dez. 1998.

_____. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 08 dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8948.htm>. Acesso em: 24/03/2014.

_____. Lei nº 9.394 de 20/12/1996 de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), Brasília, n. 9394, p. 18, dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 24/07/2013.

_____. Lei nº 2.208, de 17 de abril de 1997, de 17 de dezembro de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), n. 2208, p. art 9º, dez.1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 24/03/2014.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 9 jan. 2001. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/leg.asp>>. Acesso em: 20/06/2014.

_____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), n. 11.741, Jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm> Acesso em: 24/09/2013.

_____. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 13 jan. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>. Acesso em: 20/06/2014.

_____. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 26 out. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: 20/06/2014.

_____. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília (DF), 25 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 05/10/2013.

_____. **Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=2> Acesso em: 30/07/2013.

_____. Ministério do Trabalho. **Portaria MEC nº 646/97, de 14 de maio de 1997.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf>. Acesso em: 15/10/2013.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Evolução da Educação Superior – Graduação.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/evolucao-1980-a-2007>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Concepções e Diretrizes da Educação Profissional e Tecnológica:** política da EPT 2003-2010. Disponível em: <http://www.inmetro.gov.br/painelsetorial/palestras/Luiz_Augusto_Caldas_Pereira_Concepcoes_Diretrizes.PDF> Acesso em: 08 dez. 2011a.

_____. **SIGA Brasil.** 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

BELLUZZO, L. G. M. Os anos do povo. In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil.** São Paulo: Boitempo Editorial; FLACSO, 2013. p. 103-109.

BOITO JUNIOR, A. **Dez anos dos governos do PT: um balanço crítico.** CEB (Centro de Estudos Brasileiros)/Unicamp - 30 de agosto. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. 2012. (Seminário). Disponível em: <<http://www.eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 01 de out. 2013.

BUSCAJUS. **O salário mínimo:** abril de 2000. Disponível em: <<http://www.buscajus.com.br>>. Acesso em: 11/07/2014.

CAVALHEIRO, J. S. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais gaúchos e o trabalho do assistente social:** alcances, perspectivas e desafios. 223 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

CALDAS, L. A. Fragmentos de uma História da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. In: **Um passado vestido de futuro:** Fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional. Brasília: IFB, 2012.

CARVALHO, C. H. A. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, v. 27, p. 979-1000, 2006.

_____. **Política para a educação superior no governo Lula expansão e financiamento**. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82397/85375>>. Acesso em: 15/09/2014.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

CHAUI, M. S. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. Uma nova classe trabalhadora. In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 123-134.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, p. 27-41, 2011.

_____. A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, p. 11-38, 2012.

CONIF. **Minuta de Decreto que Dispõe sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PNAES-EPCT**. Disponível em <http://www.conif.org.br/images/minuta_decreto.pdf>. Acesso em: 11/09/2014.

_____. **Metodologia da matriz orçamentária da rede de ensino profissional e tecnológico de 2015**. Mensagem recebida por:<alexandre@conif.org.br> em: 17/11/2014.

_____. **Memória da Reunião do Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil do Conif**. Mensagem recebida por:<gabinete.reitoria@ifsc.edu.br> em: 09/10/2013.

_____. **Conif propõe política de assistência estudantil específica para a Rede Federal**. 2014. Disponível em: <<http://portal.conif.org.br/ultimas-noticias/638-conif->

propoe-politica-de-assistencia-estudantil-especifica-para-a-rede-federal.html>. Acesso em: 10/05/2014.

CONTECSI. **1st Contecsi International conference on Information systems and Technology Management**. 2004. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/polsoc/partic/a/caocid/index.htm>> Acesso em: 10/08/2014.

CREMONESE, D. A Participação como pressuposto da democracia. **Desenvolvimento em Questão**, v. 10, p. 78-102, 2012. Disponível em <<http://www.spell.org.br/documentos/download/7121>> Acesso em: 20/12/2014.

CUNHA, L. A. C. R. Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile. **Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)**, São Paulo, n. 111, p. 47-70, 2000.

_____. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**, Campinas, n.82, p. 37-61, 2003.

CURY, C. R. J. **Educação e Contradição**: elementos teórico-metodológico para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez e Associados, 1989.

DEL PINO, M. A. B. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 65-88.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU). **Acórdão nº 1693/2011 - TCU - 1ª Câmara**. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=144&data=25/03/2011>>. Acesso em 11 set. 2014.

_____. **Nomeação do Reitor Irineu Mario Colombo**. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=1&data=14/06/2011>> Acesso em: 10 jul. 2014.

DOURADO, L. F. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 23, n.80, p. 234-252, 2002.

DUARTE, N. A pedagogia histórico-crítica e a formação da individualidade para si. In: ORSO, P. J.; SILVA, J. C.; CASTANHA, A. P.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **Pedagogia Histórico-Crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização**. Curitiba: CRV, 2014. p. 33-47.

FAGNANI, E. **As lições do desenvolvimento social recente no Brasil**. [s.l.]: Le Monde Diplomatique (Brasil), 2011. p. 12-13.

FELIX, M. F. C. **Administração Escolar: problema educativo ou empresarial?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

FORTUNA, S. L. A. Estado e políticas públicas: uma análise sobre o processo de mercantilização dos direitos sociais na atual conjuntura. **Serviço Social & Realidade**, v. 16, p. 249-262, 2007.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradição**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS (Org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e contradição**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **A formação do cidadão produtivo: A cultura do mercado do ensino médio técnico**. Brasília: INEP, 2006.

FRIGOTTO, G. In: ARAUJO, R. et al. **Filosofia da práxis**. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educação e Sociedade**, v. 28, p. 1129-1152, 2007.

_____. Novos fetiches da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, J.; PAIVA, L. G. (Org.). **As Políticas Públicas para a Educação no Brasil Contemporâneo**. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011. p. 18-35.

FONAPRACE. **Assistência Estudantil, uma questão de investimento**. 2000. Disponível em:

<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.h tml>. Acesso em: 19 jun 2014.

_____. **Política social nas pró-reitorias de assuntos comunitários e estudantis das IFES – Princípios.** Brasília: Fonaprace, 1995

_____. **Proposta de política de apoio ao estudante.** Ata da 1ª Reunião de trabalho. Brasília:[s.n.], jun. 1993.

_____. **Proposta do Fonaprace para um plano nacional de assistência aos estudantes de graduação das instituições públicas de ensino superior.** Brasília: Fonaprace, 2001.

_____. **Programa nacional de bolsa permanência para os estudantes de graduação das ifes brasileiras.** Brasília: Fonaprace, 2006.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil.** Brasília: Fonaprace, 2007.

_____. **Revista comemorativa 25 anos do Fonaprace:** histórias, memórias e múltiplos olhares. In: Andifes (org.). Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: UFU, PROEX: 2012.

_____. **Relatório reunião SESU.** 2000. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/reu_sesu.htm>. Acesso em: 19/06/2014.

_____. **Relatório do 1º Encontro Nacional de Pró-reitores de Assistência à Comunidade Universitária.** Florianópolis:[s.n.], 1985.

_____. **Relatório da Reunião de Trabalho – Regional Nordeste.** Natal (RN): [s.n.], 1999.

_____. **Relatório da I Reunião Nacional.** Campo Grande (MS): [s.n.], 2002.

_____. **Relatório da Reunião de Trabalho.** Brasília (DF), 2003.

_____. **Relatório da I Reunião de Trabalho.** Goiânia (GO): [s.n.], 2004.

_____. **Relatório da 40ª Reunião.** Rio Branco (AC): [s.n.], 2006.

_____. **Jornal do FONAPRACE**. Boletim informativo, ano 1, n. 1, nov. 1999.

Disponível em:

<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/jornais.htm>>.

Acesso em: 19/06/2014.

_____. **Jornal do FONAPRACE**. Boletim informativo, ano 2, n. 1, abr. 2000.

Disponível em:

<<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/jornais.htm>

>. Acesso em: 19/06/2014.

_____. **Jornal do FONAPRACE**. Boletim informativo, ano 2, n. 3, ago. 2000.

Disponível em:

<<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/jornais.htm>

>. Acesso em: 19/06/2014.

_____. **Jornal do FONAPRACE**. Boletim informativo, ano 2, n. 4, nov. 2000.

Disponível em:

<<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/jornais.htm>

>. Acesso em: 19/06/2014.

GENTILI, P; SUÁREZ, D. Conflitos educacionais na América Latina. In: GENTILI, P; SUÁREZ, D. (Org.). **Reforma educacional e luta democrática**: um debate sobre a ação sindical docente na América Latina. São Paulo: Cortez, 2004. p. 21-46.

GENTILI, P.; OLIVEIRA, D. A. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo Editorial; FLACSO Brasil, 2013. p. 253-263.

GOERGEN, P. L. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 723-733, 2013.

GOHN, M. G. M. Educação, Trabalho e Lutas Sociais. In: GENTILI, P.; FRIGGOTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada-Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 4. ed. São Paulo/Buenos Aires: Cortez; CLACSO, 2011. p. 89-124.

HENRIQUE, A. Um olhar dos trabalhadores In: SADER, E. (Org.). **Lula e Dilma**: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial; FLACSO, 2013. p. 303-321.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, v. 21, n.20, p. 30-41, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População residente, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2002-2003**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2003/sintese/tab11a.pdf>>. Acesso em: 15/09/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO ACRE (IFAC). **Instituto Federal do Acre**. Disponível em: <<http://www.ifac.edu.br/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **Instituto Federal de Alagoas**. Disponível em: <<http://www.cefet-al.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ (IFAP). **Instituto Federal do Amapá**. Disponível em: <<http://www.ifap.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS (IFAM). **Instituto Federal do Amazonas**. Disponível em: <<http://www.ifam.edu.br/cms/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA (IFB). **Um passado vestido de futuro. Fragmentos da memória da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: IFB, 2012.

_____. **Instituto Federal de Brasília**. Disponível em: <<http://www.ifb.edu.br/portal/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL BAIANO (IFBAIANO). **Instituto Federal Baiano**. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/portal/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA). **Instituto Federal da Bahia**. Disponível em: <<http://www.ifba.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). **Instituto Federal Catarinense**. Disponível em: <<http://www.ifc.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE). **Instituto Federal do Ceará**. Disponível em: <<http://www.ifce.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Instituto Federal do Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFARROUPILHA). **Instituto Federal Farroupilha**. Disponível em: <<http://www.iffarroupilha.edu.br/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE (IFF). **Instituto Federal Fluminense**. Disponível em: <<http://www.iff.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS (IFG). **Instituto Federal de Goiás**. Disponível em: <<http://www.ifg.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO (IFGOIANO). **Instituto Federal Goiano**. Disponível em: <<http://www.ifgoiano.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA). **Instituto Federal do Maranhão**. Disponível em: <<http://www.ifma.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS (IFMG). **Instituto Federal de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.ifmg.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO (IFMT). **Instituto Federal do Mato Grosso**. Disponível em: <<http://www.ifmt.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL (IFMS). **Instituto Federal do Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.ifms.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO NORTE DE MINAS GERAIS (IFNMG). **Instituto Federal do Norte de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.ifnmg.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ (IFPA). **Instituto Federal do Pará**. Disponível em: <<http://www.ifpa.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO (IFPE). **Instituto Federal de Pernambuco**. Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB). **Instituto Federal da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.ifpb.edu.br/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI). **Instituto Federal do Piauí**. Disponível em: <<http://www.ifpi.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ (IFPR). **A História do Instituto Federal do Paraná**. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/historia/>> Acesso em: 30/07/2013.

_____. **Edital IFPR nº. 05/2014**. Processo Seletivo IFPR 2015 para ingresso nos Cursos Técnicos de Nível Médio, na modalidade presencial, ofertados para o ano de 2015. Disponível em: <http://fauel.org.br/edital_05_2014_processo_seletivo_ifpr_2015_tecnico_medio.pdf>. Acesso em: 10/09/2014.

_____. **Edital IFPR nº. 06/2014**. Processo Seletivo IFPR 2015 para ingresso nos Cursos Superiores, na modalidade presencial, ofertados para o ano de 2015. Disponível em: <http://fauel.org.br/edital_06_2014_processo_seletivo_ifpr_2015_superior.pdf>. Acesso em: 10/09/2014.

_____. **Edital IFPR nº. 007/2014**. Concurso público para o provimento de vagas para os cargos de Técnicos Administrativos em Educação de nível fundamental, médio e superior do IFPR. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/EDITAL-concurso-t%C3%A9cnico.pdf>>. Acesso em: 10/09/2014.

_____. **Edital IFPR nº. 008/2014**. Concurso público para o provimento de vagas para os cargos de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do IFPR. Disponível em: <<http://www.cetroconcursos.org.br/arquivos/anexos/bfad311c9646ac00b36771a66eec292e.pdf>>. Acesso em: 10/09/2014.

_____. **Edital nº 015/2010**. Programa de Eventos Estudantis. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/09/Edital_Eventos_Estudantis_DR_PREPPGE.pdf>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 071/2011**. Auxílio Participação em Eventos Acadêmicos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/09/EDITAL-071_2011-AUX%C3%8DLIO-PARTICIPA%C3%87%C3%83O-EM-EVENTOS-ACAD%C3%8AMICOS-CIENT%C3%8DFICOS-TECNOL%C3%93GICOS-E-ESPORTIVOS.pdf> Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 008/2012.** Programa de Apoio a Participação em Eventos Didático-Científicos e Político-Acadêmicos. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/08/Edital-Eventos_estudantis_008.2012_retificado.pdf>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 009/2012.** Auxílio-moradia, auxílio-transporte e auxílio-alimentação. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/Edital-Aux%C3%ADlios_2012_009.2012_com-retifica%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 09/09/2014.

_____. **Edital nº 56/2012.** Apoio A Participação em Eventos Desportivos e Olimpíadas de Conhecimento. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/Edital-_Eventos-_desportivos-11.pdf>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 028/2011.** Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social do IFPR. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2009/09/edital_pbis_2011.pdf>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 001/2012.** Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social – PBIS. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/01/Edital_PBIS_001.2013.pdf>Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 001/2013.** Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS). Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2012/01/EDITAL-N%C2%BA-001_2012-PBIS.pdf>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 002/2013.** Programa de assistência complementar ao estudante (auxílio-moradia, auxílio-transporte e auxílio-alimentação). Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/01/Edital_PACE_002.2013.pdf> Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 012/2013.** Destina-se a apoiar a participação de estudantes do IFPR regularmente matriculados em eventos escolares e acadêmicos, de natureza científica, cultural, política e esportiva. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/05/EDITAL_N_-012_2013.pdf>Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 002/2014.** PROENS/IFPR -Programa de Auxílio Complementar ao Estudante (PACE). Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/Edital_PACE_002.2014_12.02..pdf>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 003/2014.** Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social - PBIS. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/Edital-PBIS-003.2014.pdf>>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Edital nº 005/2014.** Destina-se apoiar a participação de estudantes do IFPR matriculados nos cursos regulares em eventos escolares e acadêmicos, de natureza científica, cultural, política e esportiva. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/Edital_EVENTOS_005.2014.pdf>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Gestãoinfo - Quadro de servidores do IFPR.** Disponível em: <<http://200.17.98.181/qlikview/FormLogin.htm>>. Acesso em: 10/09/2014.

_____. **Instituto Federal do Paraná.** Disponível em: <<http://www.ifpr.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

_____. **Instituto Federal do Paraná.** Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/12/CGU_2013_RA20140733cgu_2015.pdf>. Acesso em: 01/12/2014.

_____. **Instrução Interna de Procedimentos nº 020 PROENS.** Estabelece o Programa de Assistência Complementar ao Estudante no IFPR – PACE. 2012. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/IIP_20_PACE_27.02.2012.pdf>. Acesso em: 05/08/2014.

_____. **Info:** Portal de Informações. Disponível em: <<http://info.ifpr.edu.br/>>. Acesso em: 10/07/2014.

_____. **Lista de resultados nº 001/2013.** Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social – PBIS. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2013/04/Lista1_Resultado_PBIS2013_Propostas_Paranagua.pdf>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Organograma.** Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/documentos-institucionais/organograma/>>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. Processo de Prestação de Contas 2013. **Relatório de Auditoria, Certificado de Auditoria e Parecer do Dirigente de Controle Interno.** 2014. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/12/CGU_2013_RA20140733cgu_2015.pdf>. Acesso em: 19/09/2014.

_____. **Relatório de Gestão 2010**. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2011/03/relatorio_gestao_20101.pdf>. Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Resolução nº 011/2009 do IFPR**. Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-11.092.pdf> Acesso em: 10/03/2014.

_____. **Resolução nº 53 de 21 de dezembro de 2011**. Altera os Artigos 7º, 8º e 12 da Resolução 11/09, que determina a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-532011/>>Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Resolução nº 13 de 01 de setembro de 2011**. Aprova a Mudança e Consolida o Estatuto do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-132011/>>Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Resolução nº 65 de 28 de julho de 2010**. Aprova a criação do Programa de Apoio a Eventos Estudantis do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/resolucao-65-2010/>>Acesso em: 19/10/2014.

_____. **Resolução nº 064 de 2010**. Aprova a criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-064.10_PBIS.pdf>Acesso em: 19/10/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (IFRJ). **Instituto Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.ifrj.edu.br/>>. Acesso em: 01 mai 2014.

INSTITUTO FEDERAL DO RONDÔNIA (IFRO). **Instituto Federal de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.ifro.edu.br/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO RORAIMA (IFRR). **Instituto Federal do Roraima**. Disponível em: <<http://www.ifrr.edu.br/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Instituto Federal do rio Grande do Norte**. Disponível em: <<http://www.ifrn.edu.br/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO SUDESTE DE MINAS (IFSUDESTEMG). **Instituto Federal do Sudeste de Minas**. Disponível em: <<http://www.ifsudestemg.edu.br/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL SUL DE MINAS (IFSULDEMINAS). **Instituto Federal Sul de Minas**. Disponível em: <www.ifsuldeminas.edu.br>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO SERTÃO PERNAMBUCANO (IF-SERTÃO PERNAMBUCANO). **Instituto Federal do Sertão Pernambucano**. Disponível em:<<http://www.ifsertao-pe.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). **Instituto Federal de Sergipe**. Disponível em:<<http://www.ifs.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA (IFSC). **Instituto Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.ifsc.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE SÃO PAULO (IFSP). **Instituto Federal de São Paulo**. Disponível em:<<http://www.ifsp.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE (IFSUL). **Instituto Federal Sul-Rio-Grandense**. Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL TRIÂNGULO MINEIRO (IFTM). **Instituto Federal Triângulo Mineiro**. Disponível em: <<http://www.iftm.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Instituto Federal do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.ifrs.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO FEDERAL DE TOCANTINS (IFTO). **Instituto Federal de Tocantins**. Disponível em:<<http://www.ifto.edu.br>>. Acesso em: 01/05/2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO, GAS E BIOCOMBUSTÍVEIS. **Risco País (EMBI+) - Final de Período**. 2014. Disponível em:<<http://200.189.102.61/SIEE/dashboard/CountryRisk>>. Acesso em: 21/07/2014.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. C. (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 33-58.

_____. **Ensino** médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LANZARINI, C. Dívida Interna, Inflação e Desinflação (1964-2004): o financiamento do Estado brasileiro sob a perspectiva da vulnerabilidade externa e da preferência pela liquidez do mercado de títulos públicos. In: MINISTÉRIO DA FAZENDA; SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Finanças Públicas**: XIII Prêmio Tesouro Nacional. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2008. p. 99-146.

LEHER, R. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos. In: GENTILI, P.; FRIGGOTO, G. (Org.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 5. ed. São Paulo/Buenos Aires: Cortez/CLACSO, 2011. p. 145-176.

LULA. **Carta ao Povo Brasileiro**. Disponível em <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf>>. Acesso em 15/09/2014.

MACEDO, E.; LOPES, A. C. Contribuições de Stephen Ball para o estudo das políticas de currículo. In: BALL, S.; MAINARDES, J. (Org.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 249-283.

MACIEL, A. S.; MAZZILLI, S. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: Percursos de um Princípio Constitucional. In: Educação no Brasil: o balanço de uma década. Reunião Anual da ANPED,33, 2010. **Anais...** Caxambú (MG): Anped, 2010.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n.94, p. 47-69,2006.

MAINARDES, J.; MARCONDES, M. I. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educação e Sociedade**, v. 30, p. 303-318, 2009.

MARÇOLA, F. H. P. Ensino Médio no Brasil e Reformas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 16, p. 47-56, 2000.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio Janeiro: Zahar, 1967.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **O Que é o plano decenal de educação Para Todos**. 1993. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-167-o-que-e-o-plano-decenal-de-educacao-para-todos.pdf>. Acesso em: 31/03/2014.

_____. **Planejando a próxima década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 15/09/2014.

_____. **Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas**. Disponível em http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf. Acesso em: 15/07/2014.

_____. **Prestação de contas ordinária anual: relatório de gestão do exercício de 2011**. 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=10635&Itemid=>. Acesso em: 15/05/2014.

_____. **Histórico da Educação Profissional**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 01/10/2013.

_____. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e Diretrizes**. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid&gid=6691&option=com_docman&task=doc_download. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. **Prouni, bolsas ofertadas por ano**. Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf. Acesso em: 16/04/2014.

_____. **Prouni, diretrizes gerais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 16/09/2014.

_____. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.

_____. **SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <<http://sistec.mec.gov.br/login/login>>. Acesso em: 18/09/2014.

_____. **Painel do Ministério da Educação sobre o mapa de distribuição das Instituições da Rede Federal de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>> Acesso em: 30/10/2013.

_____. **Painel do Ministério da Educação sobre o mapa das Instituições da Rede Federal de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>> Acesso em: 30/10/2013.

_____. **Painel do Ministério da Educação sobre a quantidade de Instituições da Rede Federal de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>> Acesso em: 30/10/2013.

_____. **Painel do Ministério da Educação sobre a quantidade de Instituições da Rede Federal de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica antes após o governo Lula.** Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/>> Acesso em: 30/10/2013.

MEDEIROS, I. L. P.; LUCE. M. B. Gestão democrática na e da educação: concepções e vivências. In: LUCE. M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Org.). **Gestão Escolar democrática: concepções e vivências.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOURA, D. H., RAMOS, M. N., GARCIA, S. R. O. **Documento base da educação profissional técnica de nível médio integrada ao ensino médio.** Brasília: MEC/SETEC, dez. 2007.

NASCIMENTO, C. F. M.; ANTUNES, J. L. L. **Assistência estudantil na UFPEL**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2012.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

OLIVEIRA, D. A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (Org.). **Gestão da educação**: impasses perspectivas e compromissos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 91-112.

_____. **O PLC180/2008 e os desafios da educação superior pública no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/11/lei-das-cotas-vitoria-da-inclusao/>>. Acesso em: 16 set. 2014.

OLIVEIRA, R. A. Reforma da Educação Profissional nos Anos 90. In: BATISTA, L. M.; MÜLLER, M. T. (Orgs.). **A Educação Profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o século XXI**. Campinas: Alínea, 2013. p. 219-234.

PACHECO, E. M. (Org). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana e Editora Moderna, 2012,

PAIXÃO, M; MONÇORES, E; ROSSETTO, I. **Ações afirmativas por reserva de vagas no ingresso discente nas Instituições de Ensino Superior (IES)**: um panorama segundo o Censo da Educação Superior de 2010. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/11/lei-das-cotas-vitoria-da-inclusao/>>. Acesso em: 16/09/2014.

PANSARDI, M. V. Aspectos de uma revolução passiva: a educação no governo Lula. In: SCHLESENER, A. H. (Org.). **Filosofia, política e educação**: leituras de Antonio Gramsci. Curitiba: Juruá, 2014. p. 177-192.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PEREIRA, M. F. R. **Formação de professores**: debate e prática necessários a uma educação emancipada. Chapecó: Argos, 2010.

PETRINI, F. H. Ensino médio no Brasil e reformas. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 16, n. 1, jan./jun. 2000. p. 47-56.

POCHMANN, M. Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governo pós-neoliberais do Brasil**: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 1-379.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Programa de Governo 2002**. Disponível em <<http://www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.doc>>. Acesso em: 15/09/2014.

_____. **Lula Presidente, Programa de Governo - 2007/2010**. Disponível em <http://www.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf>. Acesso em: 15/09/2014.

_____. **Diretrizes do programa 2011/2014**. Disponível em <http://peppercomm.3cdn.net/b4b6758afd3f54fc45_eam6iis9n.pdf>. Acesso em: 19/09/2014.

RAMOS, M. N. **Educação profissional**: História e legislação. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2011.

_____. Referências formativas sobre práticas em educação profissional. In: ARAUJO, R. et al. **Filosofia da práxis**. Campinas: Autores Associados, 2011.

ROUSSEFF, V. D. **Vamos transformar a educação**. Disponível em: <<http://www.dilma.com.br/site/noticias/view/dilma-vamos-transformar-a-educacao>>. Acesso em: 29/10/2013.

ROSAR, M. F. F. Os movimentos sociais e a pedagogia histórico-crítica: o salto de qualidade necessário na prática da educação escolar e não-escolar. In: ORSO, P. J.; SILVA, J. C.; CASTANHA, A. P.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **Pedagogia Histórico-Crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização**. Curitiba: Editora CRV, 2014. p. 95-111.

SADER, E. S. A. Prefácio. In: MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 08.

SADER, E. S. A. construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil - Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. p. 135-143.

SANTOS, J. A. A Trajetória da Educação Profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA, F. L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

_____. Os desafios da educação pública na sociedade de classes. In: ORSO, P. J. (Org.). **Educação, sociedade de classes e reformas universitárias**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 9-26.

_____. O Choque teórico da politecnia. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.1, n.1, p.131-152, 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>>. Acesso em: 01/10/2013.

_____. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

_____. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. In: ORSO, P. J.; SILVA, J. C.; CASTANHA, A. P.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **Pedagogia Histórico-Crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização**. Curitiba: Editora CRV, 2014. p. 11-32.

SEVERINO, A. J. Universidade, Ciência e Formação Acadêmica. In: **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. p. 21-36.

SGUISSARDI, V. Universidade Pública Estatal: entre o público e privado/mercantil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n.90, p. 191-222, 2005.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 427-446, 2005.

SILVA, M. A. O Consenso de Washington e a privatização na educação brasileira. **Linhas Críticas (UnB)**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 255-264, 2005.

SILVA, S. R. **Estado, Educação e Equidade no Brasil**: A formação Gerenciada da Cidadania. Campinas: Mercado das Letras, 2012.

SILVA, C. J. R.; PACHECO, E. M.; PEREIRA, L.A. C.; VIDOR, A. M. (Orgs.). **Institutos Federais: Lei 11892, de 29/12/2008**: Comentários e Reflexões. Natal-RN: IFRN Editora, 2009.

SILVA, J. C.; CASTANHA, A. P.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **Pedagogia Histórico-Crítica, a educação brasileira e os desafios de sua institucionalização**. Curitiba: Editora CRV, 2014. p. 95-111.

TAVARES, M. G. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil**. 2012. 20f. Tese (Doutorado em Estado e Política Educacional) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012.

TEIXEIRA, F. J. S. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, F. J. S. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 1996. p. 195-252.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB). **Regimento interno**. 2003. Disponível em: <<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/regimento.html>> Acesso em: 19/09/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). **Ata da Sessão do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná**. 2008. Disponível em: <http://www.ufpr.br/soc/descarregar_arquivo_ata.php?cod_ata=27> Acesso em: 01/07/2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN). **Fonaprace**: perfil. 2014. Disponível em: <http://www.ufrn.br/sites/fonaprace/perfil_anexo3.doc>. Acesso em: 01/07/2014.

VALOR ECONÔMICO. **Os desafios que rondam o novo ministro da Educação**. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/?p=39229>>. Acesso em: 19/04/2014.

VANHONI, A. **O PNE 2014 e a educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Palestra.

VECHIA, A. O perigo alemão no sul do Brasil: a educação dos imigrantes alemães como ameaça ao caráter nacional brasileiro. **History of Education & Children's Literature**, Università di Macerata, Italy, v.2, n.3, p.2, 2008. Disponível em: <http://store.torrossa.it/pages/ipplatform/publisher_t_detail_2.faces> Acesso em: 01/08/2013.